

Relatório de Sustentabilidade 2010



Relatório de Sustentabilidade 2010



O RIO É LIGHT

<http://relatoriolight.riweb.com.br>

O RIO É LIGHT





Relatório de Sustentabilidade 2010



<http://relatoriolight.riweb.com.br>
Confira no site a versão on line
revista e atualizada com o selo GRI.

O RIO É LIGHT



Relatório de Sustentabilidade 2010

Introdução

- 9 Perfil
- 11 Mensagem do Presidente do Conselho de Administração
- 13 Mensagem do Diretor Presidente
- 17 Sobre este Relatório
- 19 Compromissos

A Light e seus Compromissos

- 23 A Light e seu Compromisso com o Rio de Janeiro
- 28 O Mercado de Energia em 2010
- 32 Governança Corporativa

Light: Uma Empresa de Energia

- 43 Distribuição
- 54 Geração
- 57 Comercialização e Serviços

Desempenho Econômico-Financeiro

- 63 Desempenho Econômico-Financeiro

Negócio Sustentável

- 75 Light: Uma Empresa Diversa
- 82 Foco Permanente no Cliente
- 87 Fornecedores: Parcerias de Valor
- 90 Comunicação e Transparência
- 92 Compromisso Ambiental

Índice Remissivo GRI

- 105 Painel de Especialistas
- 108 Sumário GRI

Complementos

- 121 Indicadores de Responsabilidade Socioambiental Light SESA
- 137 Indicadores de Responsabilidade Socioambiental Light ENERGIA
- 145 Balanço Social IBASE Consolidado Light SA
- 147 Balanço Social IBASE SESA
- 149 Balanço Social IBASE ENERGIA
- 151 Premiações - Reconhecimentos do Mercado
- 155 Demonstrações Financeiras
- 223 Parecer do Conselho Fiscal
- 224 Parecer dos Auditores Independentes

Informações corporativas

- 229 Conselheiros de Administração
- 229 Conselheiros Fiscais
- 229 Diretoria Executiva
- 230 Conselho de Consumidores
- 231 Relação de Gestores

Introdução

Perfil

A Light está presente em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, abrangendo uma região com aproximadamente 11 milhões de pessoas. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, o Grupo Light é constituído pelas empresas **Light S.A.** (holding); Light Serviços de Eletricidade S.A. (**Light SESA**), de distribuição; Light Energia S.A. (**Light Energia**), de geração e transmissão e a Light Esco Ltda (**Light Esco**) e a **LightCom**, ambas em comercialização e serviços. **GRI 2.1, 2.2, 2.4, 2.5, 2.7, 2.8**

Com 4.070.591 clientes, é uma empresa de capital aberto com suas ações negociadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa). Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Light era composto por 203.934.060 ações ordinárias, sem valor nominal. O valor de mercado da Light era de R\$ 5,19 bilhões no encerramento do ano. **GRI 2.6**

A composição acionária da Companhia ao final do período era: Grupo de Controle, com 52,13% e free float, com 47,87%, sendo 15,02% do BNDESPar e 32,85% sob o controle de acionistas minoritários. O Grupo de Controle, por sua vez, é constituído pelas empresas Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), com 26,06%, Luce Empreendimentos e Participações S.A (LEPSA), com 13,03% e Rio Minas Energia S.A (RME), com 13,03%.

No ano, a energia distribuída na área de concessão da Light foi de 22.384 GWh. O consumo em 2010 foi impulsionado pelo crescimento econômico do Brasil e pela volta do dinamismo econômico da área de atuação da Companhia. Além disso, a melhoria na distribuição de renda e a expansão de crédito aumentou o poder aquisitivo da população, que passou a consumir mais produtos, com destaque para os eletrodomésticos.

A extensão das linhas de distribuição de energia

totalizou 56,7 mil quilômetros em dezembro de 2010, sendo 50,9 mil quilômetros de rede aérea e 5,7 mil quilômetros de rede subterrânea, a maior do Brasil. As linhas de transmissão somaram 2,0 mil quilômetros. A infraestrutura da Companhia inclui ainda 87 subestações de transmissão e 114 de distribuição. A capacidade instalada de geração é de 855 MW. **GRI 2.3**

Em relação aos seus resultados econômico-financeiros em 2010, a Companhia obteve lucro líquido acumulado, de R\$ 575,2 milhões.

O destino principal de seus investimentos, em 2010, foi na melhoria da qualidade da rede de distribuição, além do combate às perdas, pontos essenciais para garantir um serviço de qualidade, com eficiência e segurança a todos os seus clientes. Outro foco de investimentos foi na ampliação da capacidade de geração de energia do Grupo.

As iniciativas de promoção de desenvolvimento sustentável também foram ampliadas no ano e envolveram seus 3.693 funcionários e demais públicos estratégicos.

A Light reforçou sua parceria com as instituições públicas e privadas do Estado do Rio de Janeiro, especialmente nas iniciativas desenvolvidas em comunidades de baixa renda da capital fluminense, com destaque para as áreas onde estão as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora). Com o intuito de promover o desenvolvimento de todo o Estado, a Empresa também investiu, somente em 2010, cerca de R\$ 75 milhões em projetos culturais, esportivos e sociais em toda sua área de concessão. Esse posicionamento vai além do papel de empresa cidadã, que há mais de 100 anos faz parte da história do Rio de Janeiro, e se configura como um modelo de negócio sustentável. **GRI 501**

Nossa missão:

Ser uma grande empresa brasileira comprometida com a sustentabilidade, respeitada e admirada pela excelência do serviço prestado a seus clientes e à comunidade, pela criação de valor para seus acionistas e por se constituir em um ótimo lugar para se trabalhar.

Nossos valores:

Foco nos Resultados, Mérito, Coragem e Perseverança, Comportamento Ético e Solidário e Alegria.

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Vivemos um momento de grande dinamismo no Setor Elétrico Brasileiro. Destacam-se a consolidação do mercado livre de energia, um nível crescente de investimento em energias renováveis e o movimento crescente de fusões e aquisições com a consolidação de grandes grupos empresariais. As companhias buscam aumentar a escala e minimizar os riscos, atuando em todos os segmentos do setor elétrico. O próprio Governo Federal tem atuado nesse processo por meio de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Estas operações podem se prolongar durante os próximos anos, quando os grandes grupos empresariais do setor estariam consolidados e com potencial para atuação em escala global.

Neste cenário a Light busca fortalecer sua atuação no mercado de energia a partir das sinergias advindas da atuação conjunta com a Cemig nos segmentos de distribuição, geração, comercialização e de serviços, bem como nas sinergias existentes nos processos corporativos e de gestão. Ademais, estamos desenvolvendo estudos conjuntos para identificar e avaliar as melhores oportunidades para a expansão do grupo.

As práticas de governança da Light seguem sendo um elemento fundamental para tornar positivas as expectativas dos nossos funcionários, parceiros e acionistas, favorecendo o engajamento de todos frente aos desafios que se descortinam para os próximos anos.

A busca da sustentabilidade empresarial continuou como prioridade, estando presente no novo ciclo de planejamento da Companhia, focado no período 2011-2014. A Light tem mantido o envolvimento de seus *stakeholders* nas discussões e definições de suas estratégias de sustentabilidade, buscando equilibrar as dimensões econômica, ambiental e social de sua atuação. O compromisso com a sustentabilidade da Light se explicita formalmente na sua missão e valores, no Manual de Governança e no Código de Ética da Companhia. Em reconhecimento a esse compromisso a Light foi incluída, pelo quarto ano consecutivo, na relação do Índice de Sustentabilidade (ISE) da BM&FBovespa. A Light também é signatária do Pacto Global. **GRI 1.1**

Este novo momento da Companhia também converge com o processo de crescimento econômico do Brasil e

de renascimento do Rio de Janeiro. Em 2010, o consumo de energia no Brasil foi de 419.016 GWh. O aumento de 7,8% em relação a 2009 é resultado de uma expansão no PIB de 7,5% no ano, do aumento na oferta de crédito e das altas temperaturas registradas no início de 2010. A capacidade instalada de geração de energia, segundo a ANEEL, teve um aumento de 5,7% em relação a 2009. Em 10 anos, o acréscimo na capacidade de geração do País foi de 50%.

O crescimento da demanda de energia gera uma pressão considerável sobre o sistema elétrico, agência reguladora e as empresas de energia. Acreditamos que para atingir um modelo sustentável é fundamental que a Companhia consiga orientar sua estratégia em função das oportunidades e desafios de longo prazo que este cenário apresenta. É preciso enxergar além dos sinais de mercado, percebendo as implicações também de questões políticas, sociais e ambientais nos seus negócios e na sua área de concessão.

Neste sentido, há mais de um século a Light vem participando do desenvolvimento do Rio de Janeiro, das transformações econômicas, urbanísticas e sociais que impactam o cotidiano do Rio de Janeiro e de sua região metropolitana. O ciclo de crescimento, as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a atuação do Estado com as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) e a realização na cidade dos dois maiores eventos esportivos do planeta – a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016 – impulsionarão os investimentos e o desenvolvimento econômico e social de nossa área de concessão.

Esse é um cenário de grandes oportunidades e enormes desafios. A perspectiva é que alguns projetos a serem implantados nos próximos seis anos representem investimentos da ordem de R\$ 78 bilhões e um consumo adicional anual de energia, na área de concessão da Light, de cerca de 1.555 GWh em 2016. Plenamente inserida nesse contexto, a Light vem investindo pesada-

[1.1.] Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão na organização sobre a relevância

da sustentabilidade para a organização e sua estratégia

mente na modernização do seu sistema de distribuição aérea e subterrânea, bem como no seu parque gerador. Também propusemos e lideramos o Programa Rio Energia 2016 que tem por objetivo viabilizar projetos eficientes de energia, promovendo a infraestrutura necessária para o desenvolvimento sustentável do Estado do Rio de Janeiro.

A retomada do crescimento econômico na área de concessão e o aumento do poder aquisitivo das classes mais humildes da população, somados às ações de pacificação nas comunidades, permitiram uma intensa atuação da Light nessas áreas. A Light, por meio de programas sociais, culturais e ambientais, associados a fortes investimentos na rede e ao Programa de Eficiência Energética, tem colaborado para a melhoria da qualidade de vida nas comunidades, tendo participação decisiva no processo de inserção dessas coletividades na sociedade moderna e civilizada e na vida cidadã. Em 2010, o Projeto Comunidade Eficiente investiu R\$ 38 milhões, beneficiando mais de 300 mil moradores. Todo esse esforço resultou em uma redução significativa do furto de energia nas comunidades abrangidas pelas UPPs e em um acréscimo de 74.675 novas contas faturadas em 2010.

O ano também foi marcado por importantes discussões e alterações legais e regulatórias, destacando-se as propostas de mudanças na metodologia de Revisões Tarifárias, a revisão da regulamentação das condições gerais de fornecimento de energia e as modificações na legislação da Tarifa Social. Com uma postura participativa e proativa, a Light contribuiu de forma relevante nesses processos, identificando importantes oportunidades de melhorias e facilitando o entendimento setorial e a adequação das mudanças propostas ao interesse de todos os seus *stakeholders*.

Para o futuro, temos o desafio de manter a força de trabalho motivada, comprometida e capacitada, reforçar nosso compromisso com a excelência do serviço e com o desenvolvimento da sociedade em nossa área de concessão, ampliar a atuação da Companhia no cenário energético nacional e consolidar nosso equilíbrio econômico-financeiro. Principalmente, entendemos que crescer de forma sustentável não é uma escolha, é uma necessidade.

Sérgio Barroso

Presidente do Conselho de Administração

Mensagem do Diretor Presidente

O ano de 2010 representou para a Light um período de superação de grandes desafios. As alterações ocorridas na composição do controle acionário da Companhia, ao final de dezembro de 2009, resultaram na alteração da composição da Diretoria Executiva. A nova equipe assumiu em 02 de março de 2010, em meio a diversas falhas de fornecimento, principalmente nas Zonas Sul e Central da cidade do Rio de Janeiro. A necessidade de dar uma pronta resposta, aliada ao fato que a diretoria iniciou atividades compartilhando o mesmo ambiente, fez com que a nova equipe passasse a funcionar, desde o primeiro momento, de forma integrada. Não apenas entre si, mas também com as lideranças da Companhia.

Nesse contexto, logo se traçou um plano emergencial para reduzir o nível de insatisfação dos consumidores afetados com falhas de fornecimento e as consequentes e danosas repercussões na imprensa, de forma a abrir espaço à elaboração de um projeto de mais longo prazo. O assunto foi tratado com transparência, o que resultou na inexistência de registros na imprensa do tipo “a Light não foi localizada ou não respondeu”. Evitou-se assim a divulgação de muitas matérias negativas, que não chegaram a ser elaboradas, e a minimização daquelas que atingiram a Companhia.

As primeiras medidas variaram de providências bastante simples, como a troca do material que compunha as boias das câmaras subterrâneas, sistematicamente furtadas para venda do cobre antes nelas utilizado, até mudanças de cunho estratégico, como a primarização de parte dos serviços de operação e manutenção da rede subterrânea. Essa primarização não derivou de uma posição ideológica e sim da constatação que poderíamos fazer mais, melhor e mais barato se esse serviço específico fosse realizado por equipes próprias. O que foi comprovado pela recuperação da qualidade dos serviços prestados.

Para os fornecedores responsáveis, com condições de prover boa qualidade de serviços, foram instituídas novas exigências, em termos de qualificação e condições de trabalho das correspondentes forças de trabalho. Em contrapartida, a Light firmou novos contratos, de longo prazo, com aumento real dos preços unitários dos serviços. Adotou-se o slogan “Nossa Gente é Toda Gente”,

como forma de sinalizar que a Light respeita as equipes terceirizadas e espera delas o mesmo compromisso com a qualidade do serviço que exige de seus funcionários. Essa aposta no sucesso de uma parceria de longo prazo com empresas prestadoras de serviço será continuamente monitorada para que se comprove, na prática, o esperado aumento da confiabilidade e produtividade.

Com o passar dos meses, elaborou-se um plano de recuperação das instalações, focado primeiramente na recuperação da rede subterrânea, que então apresentava maiores problemas, cuja dimensão foi dramaticamente percebida pela população quando ocorreu a explosão de uma câmara subterrânea que causou sérias queimaduras num casal de turistas.

Realizou-se cuidadoso trabalho técnico, incluindo a substituição de equipamentos antigos ou defeituosos, a repartição da rede em seções menores, o monitoramento das câmaras e diversas ações preventivas para antecipação de falhas. Em paralelo, realizou-se uma campanha

de comunicação para explicar com clareza que a Light reconhecia a necessidade de melhorar a prestação dos serviços, calcada no entendimento que os consumidores tendem a tolerar falhas de concessionárias de serviços públicos quando percebem um genuíno esforço de aprimoramento. Mas se exasperam quando acham que a concessionária é avessa à crítica e incapaz de realizar autocrítica.

Tendo em vista que o sistema subterrâneo da Light é o maior da América Latina, nem tudo que precisava ser feito pôde ser finalizado em 2010. Ou seja, fizemos tudo o que poderia ser feito, mas não tudo o que precisava ser feito. Assim, o trabalho de recuperação tem que prosseguir ao longo de 2011. A rede aérea também foi objeto de atenção. Substituiu-se aproximadamente 530 km da rede mais sujeita a acidentes provocados por galhos de árvores, durante as tempestades ou ventanias, por rede moderna, segura e compacta (*spacer cable*).

Para assegurar o desenvolvimento das regiões onde atua, em termos de confiabilidade, a Light investiu em construção, ampliação e modernização de subestações e linhas de transmissão. Estão sendo construídas seis subestações (três na Baixada Fluminense, duas na Zona Sul da capital e uma em Itaguaí). Além disso, estão sendo ampliadas as operações de nove subestações. A Companhia, dentro do quadro de investimentos, está implantando e modernizando três linhas de transmissão que, somadas, chegam a 21 km de rede elétrica. Estes investimentos fazem parte dos preparativos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016, eventos de repercussão global e que colocarão a área de concessão da Light visível para bilhões de espectadores em todo o planeta.

Ao contrário do que se observava no passado recente, o comportamento do mercado consumidor na área de concessão da Light esteve alinhado com o crescimento da economia do País. A taxa média de crescimento do mercado chegou a 4,2%, com relação ao ano anterior, com evolução positiva em todos os segmentos. Além do aumento do poder aquisitivo das classes de renda mais baixas, assiste-se, pela primeira vez em várias décadas, a uma ação positiva e coordenada de busca de formalização de atividades econômicas até então marginalizadas. É o resultado do restabelecimento de políticas públicas para assegurar o convívio social e a utilização de equipamentos urbanos.

Parte significativa desse sucesso decorre da recuperação do controle do Governo Estadual sobre as “áreas de risco”, outrora dominadas territorialmente por criminosos. Trata-se de retomada do processo civilizatório de fundamental importância para a Light. Isso porque a fraude e o furto de energia diminuem a qualidade do fornecimento e aumentam os acidentes. Além disso, cau-

sam prejuízos aos consumidores, que poderiam ter uma tarifa menor se todos pagassem, ao Estado, que deixa de recolher impostos, e à Light. Porém, a pior consequência dessas práticas nefastas é o incentivo ao desperdício. Quem furta, em geral tem consumo perdulário.

A energia furtada na área de concessão da Light soma mais de 5 mil GWh por ano, o que seria suficiente para suprir o estado do Espírito Santo. Apenas 40% da energia furtada desaparecem nas áreas de risco. Os demais 60% somem de forma dispersa em toda a área de concessão. Porém, são as áreas de risco que tendem a oferecer as melhores oportunidades, em termos de relação benefício custo, quando se adotam procedimentos de normalização de natureza coletiva. Trata-se de uma excelente oportunidade de a um só tempo adicionar valor à Companhia e contribuir para a universalização da cidadania. Naturalmente, desde que sejam dadas as necessárias condições de segurança.

Assim, o estabelecimento bem sucedido das Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs abre uma fronteira, antes inviável, de expansão do mercado regular de consumo de energia elétrica. Na esteira das forças do Estado, a Light tem entrado nas comunidades pacificadas com o triplo objetivo de auxiliar a autoridade governamental, por meio de novos investimentos, de propiciar uma melhor qualidade no fornecimento de energia elétrica e de combater as fraudes.

Os investimentos nas UPPs ocorrem na forma de reconstrução da rede elétrica (troca de postes, cabos e transformadores, e colocação de medidores eletrônicos), reforma das instalações internas dos imóveis, troca de lâmpadas e de geladeiras. Tudo para fazer com que a conta caiba no bolso do consumidor. Ao longo de 2010 foram beneficiados os moradores de sete comunidades, inclusive Chapéu Mangueira, Cidade de Deus e Cantagalo.

A Light continuou a implantação de redes tecnologicamente avançadas, repetindo a prática dos anos recentes. Os medidores eletrônicos, instalados no alto dos postes, admitem a telemedição e o telecomando, o que permite que se realizem medições, cortes e a religações à distância, sem risco para a Gente da Light. Essa solução, que não é aplicada apenas nas UPPs, só não caminha em ritmo mais acelerado devido ao reduzido número de fornecedores de medidores eletrônicos devidamente homologados. E, devido também às limitações dos poucos fabricantes de medidores homologados para entregar e

Para assegurar o desenvolvimento das regiões onde atua, em termos de confiabilidade, a Light investiu em construção, ampliação e modernização de subestações e linhas de transmissão.

instalar a quantidade de equipamentos que a Light necessitaria. Apesar do ritmo aquém do desejável, o reflexo dos investimentos em tecnologia já se faz sentir nos indicadores de perdas que apresentam queda pelo terceiro trimestre consecutivo.

Para tornar a medição eletrônica mais disponível, a Light canalizou substanciais recursos de P&D para o desenvolvimento de um sistema de medição inteligente, com real possibilidade de homologação pelo Inmetro. Foram depositados no Inpi (Instituto Nacional da Produção Industrial) seis pedidos de patente decorrentes desse projeto. E três empresas iniciaram a fabricação de protótipos, para testes. Porém, o avanço tecnológico na medição eletrônica é apenas a ponta do *iceberg*. O resto consiste na colaboração entre a Light e a Cemig para desenvolvimento das chamadas redes inteligentes (*smart grids*), que permitirão, entre outras vantagens, que os clientes recebam informação em tempo real sobre o gasto com energia elétrica, que resultarão em previsíveis modificações de consumo. Trata-se de um projeto de P&D no valor de R\$ 65 milhões, cujo escopo tem sinergia com os estudos coordenados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Ministério das Minas e Energia (MME) e Governo dos Estados Unidos, por meio da U.S. Trade and Development Agency (Agência Norte Americana para o Comércio e Desenvolvimento).

Ao longo de 2010, a Light aperfeiçoou a maneira de se relacionar com os clientes. A Companhia passou a agir de forma proativa, com atendimento especial em caso de interrupções prolongadas em áreas com maior potencial de população impactada (por exemplo, o centro da cidade do Rio e os shoppings). Nesses casos, os atendentes da Light passaram a ir até os consumidores, porta a porta, para tirar dúvidas e encaminhar eventuais pedidos de ressarcimento por perdas e por danos elétricos. Agindo assim, evitou-se que os consumidores, prejudicados pela interrupção do fornecimento, procurassem a via judicial.

Além disso, a Light criou um novo canal de atendimento de emergência, o “Light Já”, que permite que o consumidor avise via SMS sobre interrupções de fornecimento de energia. O *Call Center* foi modernizado e tem superado os níveis exigidos pela ANEEL, em termos de facilidade de acesso. Essas melhorias foram captadas pela pesquisa da revista Exame que concedeu à Light o primeiro lugar no quesito “qualidade de atendimento”, referente ao serviço de energia.

A Light continuou aproveitando, em 2010, a capacidade de seu parque instalado de usinas hidrelétricas, de 855 MW, cujas máquinas bem mantidas e operadas, apresentaram bom índice de disponibilidade. O processo de expansão da atividade de geração ganhou novo ritmo com o alcance do ritmo pleno de construção da Usina Hidrelétrica de Paracambí, de 25 MW, prevista para en-

trar em operação até o final de 2011. Também segue no cronograma a construção da PCH de Lajes, a partir da instalação de uma máquina em edificação pertencente ao Complexo de Lajes, onde se encontram as maiores usinas em funcionamento da Companhia. Para a construção de uma nova adutora no Complexo, foi concebido o complexo arranjo de engenharia ambiental para evitar o desmatamento. Construiu-se uma grua para movimentar canos e foi feita a inversão dos encaixes, para que a solda pudesse ser feita por dentro, de forma a evitar descarga de resíduos na mata. O projeto da Usina de Itaocara avançou e aguardam-se as últimas autorizações ambientais para iniciar as obras.

Ao longo de 2010, a Light aperfeiçoou a maneira de se relacionar com os clientes.

O volume comercializado de energia em 2010 (120 MWmed de energia convencional e 19 MWmed de energia incentivada) foi 86% superior ao de 2009.

Ao final de 2010 a Light tinha 47 consumidores livres em sua carteira de clientes, entre grandes indústrias, shoppings, hotéis e estabelecimentos comerciais em geral, localizados em vários pontos do território nacional, com maior concentração em São Paulo e no Rio de Janeiro. Para melhor atuar no mercado paulista, a Light criou uma subsidiária de comercialização de energia e serviços em São Paulo (LightCom). A Companhia também atuou em projetos de eficiência energética para a Petrobras (novo Cenpes), Fundação Oswaldo Cruz, Rede Globo (Projac), e outros.

A Light contribuiu ativamente para o aprimoramento do marco regulatório de setor elétrico. Como resultado de uma interação tecnicamente qualificada, foi possível reverter algumas multas que haviam penalizado a Companhia. Tanto as multas imerecidas, quanto as exageradas. Ademais, a Light deu significativas contribuições técnicas no âmbito da Audiência Pública nº 040, da ANEEL, que visa a definir as premissas para o 3º ciclo de revisão tarifária, o qual, no caso da Light, se inicia em novembro de 2013, e que foi objeto de grande polêmica no setor elétrico.

Atualmente, a Light tem em carteira dois parques eólicos no Ceará, perfazendo o total de 30 MW, os quais se encontram em fase de Licenciamento Ambiental, devendo ser implementados assim que se viabilize a venda da energia no mercado, por meio de leilões ou de contratos no mercado livre. Além destes parques, a Light analisa constantemente outras oportunidades de investimento em geração hidráulica, eólica, gás natural, resíduos sólidos e solar.

Criou-se uma força tarefa para agir prontamente em casos de acidentes envolvendo técnicos ou público em

geral. O resultado já observado foi a minimização do sofrimento dos atingidos e uma melhor imagem da Companhia. Mas nem tudo foram flores. Lamentavelmente ocorreram acidentes fatais. O desenvolvimento de pessoal, além da continuidade dos programas de liderança e cursos técnicos, dentro das escolas da Academia Light, enfrentou este ano o desafio adicional de treinar as novas equipes contratadas dentro do processo de primarização de parte dos serviços de rede. Todos os gestores da Empresa foram novamente avaliados por competências, o que alimentou o programa de mapeamento de sucessores. A avaliação por competências foi estendida pela primeira vez a todos os empregados da Companhia.

A política de remuneração variável cumpriu mais uma vez seu objetivo de alinhar os esforços individuais ao atingimento das metas corporativas, prática totalmente incorporada na vida da Companhia.

Nas relações com o mercado investidor, representado ao final do ano por 32,85% das ações da Companhia em poder de acionistas minoritários (além do BNDES-Par, com 15,02% das ações), a Light organizou ou participou de várias conferências e road shows, no país e no exterior. Por conta dessa atuação e, obviamente, da expectativa futura quanto aos resultados operacionais e financeiros da Companhia, observou-se em 2010 uma valorização de 15% no valor das ações. Percentual bem superior à variação do índice Ibovespa (1%) e do índice das empresas de energia elétrica, IEE (12%).

Os investimentos nas atividades de geração, distribuição e corporativas foram de R\$ 700,6 milhões. Trata-se de um recorde histórico. Os dividendos pagos ao longo do ano foram também um recorde na história recente da Companhia, com a distribuição de um total de R\$ 795 milhões.

Na área contábil o desafio foi a conversão das demonstrações financeiras da Companhia aos padrões

de contabilidade internacionais, com base em regras complexas e, muitas vezes, de difícil interpretação à luz da realidade do País e do nosso Setor Elétrico. Já com a adoção dos referidos padrões, chegou-se a um fluxo de caixa, medido pelo EBITDA, de R\$ 1.585 milhões, e a um Lucro Líquido de R\$ 575 milhões. São patamares confortáveis, que permitirão à Light continuar honrando os compromissos com os consumidores, fornecedores, credores, governos, empregados e acionistas.

Os bons resultados da Companhia não seriam possíveis sem o ambiente harmônico e favorável à atividade econômica propiciado pelas autoridades federais, estaduais e municipais, cujo esforço conjunto tem resultado em notável progresso ao Rio de Janeiro.

Gerir uma concessionária privada no Brasil, onde ainda remanesce o preconceito contra o lucro associado à prestação de serviço público, não é tarefa fácil. Mas o sucesso é certamente alcançável porque a Light reúne as condições necessárias e suficientes para atingir o tríplex objetivo de: (a) prover um serviço de qualidade a custo razoável para os consumidores; (b); dar lucro aos acionistas e (c) propiciar a nossos empregados um bom ambiente de trabalho no exercício de suas competências funcionais.

Vencemos os obstáculos mais imediatos. Porém, muito ainda há por fazer, particularmente no aumento da produtividade. Para isso contamos com a elevada competência, dedicação e empenho de mais de 11.000 profissionais que fazem parte da Gente da Light (3.693 empregados próprios e 8.010 funcionários de empresas prestadoras de serviço).

Jerson Kelman
Diretor Presidente da Light

Sobre este Relatório

A Light apresenta, pelo quarto ano consecutivo, seu Relatório de Sustentabilidade. Elaborado de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), a publicação traz os desempenhos da Companhia nos âmbitos econômico-financeiro, social e ambiental.

As informações apresentadas abrangem os resultados relativos ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010 e incluem os dados consolidados das cinco empresas do Grupo: Light S.A (holding), Light SESA (distribuição), Light Energia (geração), Light Esco (comercialização) e LightCom (comercialização). A mudança na estrutura do Grupo, com a entrada da LightCom também é abordada nesta publicação. O Relatório de Sustentabilidade da Light é divulgado anualmente, sendo que sua última publicação foi referente ao ano de 2009 e aconteceu em 2010. **GRI 2.8, 2.9, 3.1, 3.3, 3.6, 3.8, 3.11**

Em 2009, a Light realizou como parte de seu Planejamento Estratégico um amplo processo de engajamento com representantes dos seus públicos estratégicos (Academia, Associações e Entidades de Classe, Cliente, Comunidade, Financeiro, Fornecedores, Imprensa, Poder Público, Órgão Regulador, Empresa do Grupo, Especialistas, Organizações Não-Governamentais, Parceiros e Acionistas).

Ao todo, 61 representantes desses públicos, priorizados pelo GT de Sustentabilidade da Companhia, participaram do debate e identificação dos temas relevantes para a sustentabilidade da Empresa. Esse processo resultou na construção da Matriz de Materialidade da Light, que trouxe 29 questões materiais validadas pelas partes interessadas e pela Diretoria da Light, divididas em Alta Relevância (7 questões), Média Relevância (13 questões) e Baixa Relevância (9 questões).

Em 2010, dando continuidade a esse compromisso de construção compartilhada foi aplicado o “Painel de Espe-

cialistas”, por meio do qual, sete especialistas debateram junto a representantes da Light, incluindo a Diretoria, os temas identificados na Matriz de Materialidade do ano anterior como sendo de “Alta Relevância”. Os temas abordados no Painel foram: Incorporação das necessidades dos diferentes públicos de interesse no planejamento estratégico da Light; Investimento no combate às perdas; Investimento em eficiência energética; Atendimento de qualidade ao cliente, Prestação de serviço de qualidade X pagamento pelo serviço prestado; Segurança no trabalho e Gestão das empresas contratadas para prestação de serviços.

Os especialistas convidados foram Alexandre Diogo (Presidente do Instituto Brasileiro de Relação com Consumidores/IBRC); André Urani (Presidente do Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade/IETS); Armando Strozenberg (*Chairman* da Euro RSCG Contemporânea); Cesar Vianna (Gerente de Segurança e Saúde da Fundação Comitê de Gestão Empresarial/*Funcoge*); Claudio Sales (Presidente do Instituto *Acende Brasil*); David Zylbersztajn (Diretor-presidente da DZ Negócios com Energia) e Paulo Ferraz (Presidente do Grupo Bozano).

O conteúdo apresentado no Relatório de Sustentabilidade da Light 2010 reúne as diretrizes definidas pela Diretoria da Companhia e os principais temas que pautaram o ano da Empresa, alinhados ao processo de engajamento dos seus *stakeholders* e suas percepções frente aos desafios e oportunidades que a sustentabilidade representa para a Light e seu setor de atuação.

O resultado do alinhamento dessas diferentes etapas e processos, que reúnem as percepções e orientações desses representantes internos e externos da Light, define a apresentação e a relevância das informações deste relatório. **GRI 3.5**

[2.8] *Porte da organização*

[2.9] *Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório referentes a porte, estrutura ou participação acionária*

[3.1] *Período coberto pelo relatório para as informações apresentadas*

[3.3] *Ciclo de emissão de relativos*

[3.5] *Processo para definição do conteúdo*

[3.6] *Limite do relatório (países, divisões, subsidiárias, joint ventures, fornecedores)*

[3.8] *Base para a elaboração do relatório no que se refere a joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras instalações que possam afetar significativamente a comparabilidade entre períodos e/ou entre organizações*

[3.11] *Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere a escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório*

A correlação dos temas abordados no Painel com os capítulos desta publicação estão disponíveis no Sumário GRI, a partir da página 108. **GRI 1.2, 4.15, 4.16, 4.17**

O Relatório de Sustentabilidade da Light 2010 atende o nível de aplicação A da GRI, incluindo os 30 indicadores específicos do setor elétrico e traz, pela primeira vez, o selo de verificação da GRI. Os indicadores econômico-financeiros são baseados no novo padrão brasileiro de contabilidade e foram auditados pela empresa KPMG Auditores Independentes **GRI 3.9, 3.11, 3.13**

A apresentação deste relatório tem como objetivo estreitar o relacionamento da Light com todos os seus

públicos estratégicos. Com duração de nove meses, o processo de elaboração deste documento contou com a dedicação de empregados das cinco empresas do Grupo, responsáveis pela apuração e validação das informações. **GRI 4.14**

Informações adicionais ou esclarecimentos sobre este relatório podem ser encaminhados para os seguintes canais de comunicação: site www.light.com.br, e-mail: comunicacao@light.com.br ou endereço Av. Marechal Floriano, 168 – Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP 20080-002. **GRI 3.4**

[1.2] *Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades*

[3.4] *Dados para contato em caso de perguntas relativas ao relatório ou ao seu conteúdo*

[3.5] *Processo para definição do conteúdo*

[3.9] *Técnicas de medição de dados e as bases de cálculos, incluindo hi-*

póteses e técnicas, que sustentam as estimativas aplicadas à compilação dos indicadores e outras informações do relatório

[3.11] *Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere a escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório*

[3.13] *Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o relatório*

[4.14] *Relação de grupos de stakeholders engajados pela organização.*

[4.15] *Base para a identificação e seleção de stakeholders com os quais se engajar*

[4.16] *Abordagens para o engajamento dos stakeholders, incluindo a frequência do engajamento por tipo e grupos de stakeholders*

[4.17] *Principais temas e preocupações que foram levantados por meio do engajamento dos stakeholders e que medidas a organização tem adotado para tratá-los*

Compromissos

O compromisso com a sustentabilidade é parte da gestão da Light e está inserido em sua Missão e Valores e na condução ética e responsável de suas operações

Para a Light, a sustentabilidade é mais que um norte em seu modelo de gestão. Representa um compromisso que estabelece a sua maneira de gerir negócios que resultem em crescimento econômico, humano e social a todos os seus públicos de relacionamento, incluindo o respeito ao meio ambiente.

Esse compromisso com a sustentabilidade está presente em toda a Organização e está inserido em sua Missão e Valores e na condução ética e responsável de suas operações, explícitas no Manual de Governança e no Código de Ética. Também as políticas corporativas, 100% implementadas no dia a dia da Companhia, determinam o alinhamento de seus processos e práticas ao comportamento sustentável. Entre elas, destacam-se a Política Ambiental da Light, a Política Social Corporativa da Light e a Política de Diversidade da Força de Trabalho. **GRI 4.6, 4.8**

Em 2007, a Light criou um Grupo de Trabalho de Sustentabilidade. Cabe ao GT, de caráter multidisciplinar, apoiar e direcionar as oportunidades relacionadas à adoção prática da sustentabilidade que são identificadas por todas as áreas da Empresa. Após a sugestão de ações, o GT estrutura as propostas e encaminha para a aprovação da diretoria.

As informações sobre os desempenhos da Light nos âmbitos econômicos, social e ambiental estão disponíveis nos sites da Companhia, em seu Relatório de Sustentabilidade, que este ano passa a integrar também os Relatórios de Responsabilidade Socioambiental da Light SESA e da Light Energia, encaminhados anualmente à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

[4.6] *Processos em vigor para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados*

[4.8] *Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social, assim como o estágio de sua implementação*

[4.12] *Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa*

[4.13] *Participação em associações e/ou organismos nacionais/internacionais*

Em 2010, pelo quarto ano consecutivo, a Light foi incluída na seleta lista de empresas que integram o Índice de Sustentabilidade (ISE), da BM&FBovespa, em reconhecimento à performance sustentável da Companhia.

Participação em associações e relacionamento com órgãos reguladores **GRI 4.13**

A Light participa de diversas associações e fóruns com o objetivo de fortalecer parcerias, ampliar as discussões e encontrar soluções conjuntas para o desenvolvimento sustentável do Rio de Janeiro e do Brasil. Junto ao seu setor de atuação, a Empresa participa de entidades como a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE), Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE), Associação Brasileira das Empresas de Conservação de Energia (ABESCO), Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia (ABRACEEL), e Associação Brasileira de Grandes Empresas Geradoras de Energia (ABRAGE), dentre outras.

Contribui ainda em grupos de trabalho e se coloca como parceria de entidades de classe, como a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e instituições de ensino e de pesquisa, como as universidades Federal do Rio de Janeiro (URFJ) e a do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), além dos institutos Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS).

O relacionamento e a conduta da Light com órgãos reguladores são baseados na transparência e no pleno cumprimento de suas atribuições como empresa do setor elétrico. Com a ANEEL, além de respeitar os marcos regulatórios, acompanha os processos decisórios, participa e promove estudos e debates em iniciativas que visam ao fortalecimento do setor e a otimização de seus resultados para a sociedade e o País.

A Light é também signatária do Pacto Global, da Organização das Nações Unidas (ONU). Além disso, adota a metodologia da *Global Reporting Initiative* (GRI) em seus relatórios de sustentabilidade. **GRI 4.12**

A Light e seus Compromissos

O Rio de Janeiro está num momento ímpar em sua história. A sociedade comemora as ações de pacificação nas comunidades, via as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) com a retomada de direitos pelo Estado. O ciclo de crescimento econômico do País, as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal) e a realização na cidade dos dois maiores eventos esportivos do mundo – a Copa do Mundo de Futebol, em 2014 e os Jogos Olímpicos, em 2016, impulsionam investimentos e o desenvolvimento urbano. Esse é o cenário de oportunidades e conquistas que o Rio de Janeiro está vivendo.

Nós, da Light, estamos, há mais de um século, acompanhando e oferecendo soluções para o desenvolvimento do Rio de Janeiro e de seus cidadãos. E nesse momento, estamos mais uma vez solidificando nossos compromissos em ir além de nossa função essencial como empresa de energia, oferecendo qualidade e eficiência em todas nossas operações. Por meio de programas sociais, culturais e ambientais, temos colaborado para a melhoria da qualidade de vida de milhares de moradores de regiões carentes. Somente no 6º ciclo, que compreende de outubro de 2008 a dezembro de 2010, o Programa Comunidade Eficiente investiu R\$ 38,12 milhões, que beneficiaram a mais de 300 mil moradores em ações de eficiência energética em 209 comunidades.

Junto às UPPs, já atuamos em sete das 14 comunidades que foram pacificadas até o final de 2010. Além das iniciativas de eficiência energética, nossa atuação, sempre em parceria com o poder público, visa a promover canais de inclusão e garantia da cidadania para esses moradores.

A Light e seu Compromisso com o Rio de Janeiro

A Light tem ampliado sua presença nas comunidades pacificadas, aplicando o aprendizado acumulado nos últimos anos e reafirmando seu compromisso em ser parceria dos poderes públicos e da sociedade

Light cidadã: Parceria de Valor nas UPPs

GRI 4.15, 4.16, 4.17, EC8, SO1, SO5

As operações de pacificação nas comunidades das áreas de risco da cidade do Rio de Janeiro, com a instalação sistemática e organizada de UPPs pelo poder público, têm devolvido a milhares de moradores o acesso a direitos básicos de cidadania. Entre as muitas conquistas que essa população passou a contar está a oferta de um serviço seguro e eficiente de energia elétrica.

A primeira experiência da Light teve início no morro Santa Marta, em 2008. Destaca-se o modelo de atuação da Companhia, pautado em duas frentes: a melhoria nas instalações da rede, garantindo um serviço de qualidade para os clientes e realização de ações de eficiência energética. Entre essas iniciativas está a troca de geladeiras e a substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas (por exemplares com o Selo Procel) e de chuveiros, além de uma campanha permanente de consumo consciente, que resultou em economia de energia.

Essas ações fazem parte do Programa de Eficiência Energética (PEE) da Light, que é regulado pela ANEEL.

Além de normalizar os domicílios, a presença regular e sistematizada da Companhia nessas comunidades se configura na garantia de acesso a um serviço de utilidade pública. Por

Nas comunidades pacificadas também são renovadas fiações, postes e transformadores.

outro lado, essa interação coloca o cidadão também como parte responsável pelo uso desse serviço. É um processo de retomada não só de direitos, mas de deveres também. Configu-

ra-se, assim, em um ciclo de amadurecimento das relações entre a sociedade e os setores público e privado.

Muita pedagogia para criar uma nova cultura

A Light desenvolve diversas iniciativas de conscientização sobre o uso responsável da energia elétrica. Aposta no diálogo e na criatividade para passar as informações e ajudar a ampliar consciência da população. O ponto de partida da atuação em uma nova comunidade se dá por meio de contatos com as associações de moradores, eventos de mobilização e de cadastramento de clientes. Posteriormente, a Companhia realiza um levantamento das necessidades locais e traça o planejamento das ações.

Para garantir que a informação chegue para todos os moradores, inclusive em áreas de difícil acesso, a Light vem adotando diversas soluções. Entre 2009 e 2010, distribuiu mais de 650 mil materiais didáticos, além de utilizar recursos como banners e cartazes, rádios postes, motos e mochilas com som acoplado a fim de disseminar suas mensagens.

Palestras e oficinas, em espaços como associação de moradores, escolas e creches também são importantes oportunidades de repassar os conceitos e aproximar a Empresa da comunidade. O Caminhão Planeta Light é outra ferramenta que permite a aplicação desses conceitos de maneira itinerante nas comunidades. O espaço do veículo é adaptado e oferece atividades interativas, com as quais o visitante é convidado a aprender sobre energia elétrica e seu uso eficiente. Em 2010, o Caminhão Planeta Light esteve em 50 eventos em comunidades e escolas e mais de 11 mil pessoas visitaram suas instalações. Nessas ocasiões, as pesso-

[4.15] Base para a identificação e seleção de stakeholders com os quais se engajar

para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades pro bono

[4.16] Abordagens para o engajamento dos stakeholders, incluindo a frequência do engajamento por tipo e grupos de stakeholders

[SO1] Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída

[4.17] Principais temas e preocupações que foram levantados por meio do engajamento dos stakeholders e que medidas a organização tem adotado para tratá-los

[SO5] Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies

[EC8] Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente

as também são convidadas a interagir com outros espaços didáticos e divertidos, como a Tenda Lar da Economia, a Trilha da Energia e a Tenda Super Sacada. No acumulado de 2009 e 2010, esses eventos somaram mais de 20 mil participantes.

A Light recebeu, em 2010, o Prêmio ABERJE, na etapa regional, na categoria "Comunicação e Relacionamento com a Sociedade" pelo conjunto de ações de comunicação realizado na Comunidade Santa Marta

Para solucionar dúvidas, solicitar serviços ou fazer críticas, os clientes também contaram com plantões itinerantes em 100% das comunidades onde a Empresa atuou. A Light também dispõe de centros de atendimento localizados em quatro delas: Rocinha, Miguel Couto (Nossa Senhora de Santa-

na), Curicica (Parque Dois Irmãos) e Cidade de Deus (Mercado Popular). Somente na Rocinha, foram realizados cerca de 900 atendimentos e 400 visitas domiciliares por mês.

Informação e inclusão digital, com o CDI

Em uma parceria com o Comitê para Democratização da Informática (CDI), ONG que desenvolve programas de inclusão digital, a Light também investiu na internet e novos meios digitais como fonte de acesso a informações sobre o uso responsável da energia, como o Portal Energia Social (www.energiasocial.org.br). Com 75 escolas do CDI no programa, cerca de 16 mil alunos já receberam o diploma do curso Eficiência Energética com Inclusão Digital.

A Light também está nas comunidades de Santa Marta, Chapéu Mangueira, Babilônia, Cidade de Deus, Jardim Bantan, Ladeira dos Tabajaras, Morro dos Cabritos, Casa Branca - Borel, Pavão-Pavãozinho, Cantagalo e Morro da Providência. Com as ações de retomada de território pelo Estado nas comunidades da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão, em novembro de 2010, a Companhia ampliará sua presença nessas regiões, aplicando o aprendizado acumulado nos últimos anos e reafirmando seu compromisso em ser parceria dos poderes públicos e da sociedade.

Desde o início das atividades nas comunidades pacificadas, a Light soma resultados que se refletem em ganhos para todos: cidadãos e Empresa. Em Santa Marta, por exemplo, em dois anos de atuação, o número de clientes cadastrados passou de 80 para 1.600; o volume de perdas foi reduzido de 90% para 2,7% e a taxa de inadimplência caiu de 70% para 2%. Já na comunidade Chapéu Mangueira, a taxa de inadimplência ficou em 2% ante os 74% registrados anteriormente, o número de clientes subiu de 408 para 550 e as perdas, que eram de 56% diminuíram para 4%.

Programa de Eficiência Energética (PEE) **GRI EU23, EN6**

As ações para garantir o uso eficiente da energia distribuída fazem parte do Programa de Eficiência Energética da Light. Lançado em 1999, já realizou 151 projetos que incluem a modernização de sistemas de iluminação, ar condicionado e refrigeração de espaços públicos, como ginásios e hospitais. Realiza, ainda, a troca de equipamentos como refrigeradores e lâmpadas por modelos mais eficientes e desenvolve iniciativas de disseminação de informações e conscientização sobre o uso responsável da energia.

A Light investiu, em 2010, aproximadamente R\$ 63,5 milhões em 30 projetos do Programa de Eficiência Energética (PEE), sendo mais da metade no projeto de baixa renda (R\$ 38,1 milhões), realizados segundo as diretrizes da ANEEL. No ano, a Light concluiu dez projetos de eficiência energética, com um investimento total de R\$ 23,5 milhões. A economia anual de energia decorrente desses projetos é de 21 GWh/ano.

Cabe destacar que a Light, além de cumprir com as metas de investimentos mínimos do PEE de 0,5% da Receita Operacional Líquida (ROL) e do acumulado da Conta de Eficiência Energética ser menor do que a soma do recolhimento dos últimos dois anos, ainda, conseguiu atender as metas definidas no Plano de Investimento enviado à ANEEL, em 2008, num total de R\$ 98 milhões investidos.

O Programa Comunidade Eficiente foi criado em 2002 para orientar esses investimentos junto às populações carentes, tendo como escopo principal as ações educativas e de substituição de equipamentos. Com o Co-

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) determina, por meio da Lei 9.991/2000, que as empresas de distribuição de energia invistam um mínimo de 0,5% de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética

munidade Eficiente VI, que se refere ao 6º ciclo do programa, a Light realizou 22 eventos nas comunidades, 124 mil visitas domiciliares, 313 palestras ou oficinas e 10 eventos em escolas públicas. Promoveu ainda 2.072 plantões locais itinerantes e ofereceu atendimento em três pontos fixos (Cidade de

Deus, Nova Iguaçu e Curicica), além do Centro de Referência em Eficiência Energética da Rocinha.

A Light também identificou nessas iniciativas a oportunidade de oferecer acesso ao mercado de trabalho para jovens das próprias comunidades, que são capacitados para serem os agentes, responsáveis pela visita nas casas e orientações sobre redução de consumo e mudança de hábitos. Para a fase VI do Programa, foram

contratados 393 trabalhadores, sendo que 35% deles provêm das comunidades.

Soluções eficientes

Por meio do PEE, a Light promove ações de melhorias em locais públicos e de interesse da sociedade. Um dos destaques do ano foi o Convênio de Eficiência Energética, firmado com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em maio. O acordo prevê a modernização do sistema de iluminação externa e dos 22 prédios do complexo do Mangueiros, com investimentos de cerca de R\$ 10 milhões, em dois anos.

O convênio é resultado do processo de modernização da instituição de saúde e pesquisa e é um desdobramento do contrato comercial assinado em janeiro de 2008 entre a Fiocruz e a Light Esco, a empresa do Grupo Light que presta serviços de energia. Esse primeiro contato entre as duas organizações serviu de base para a identificação de ações que poderiam ser aplicadas via o PEE, gerando benefícios para a população.

Entre as ações que serão realizadas por meio do PEE, está a substituição de aproximadamente 13,8 mil pontos de iluminação por um sistema mais eficiente com lâmpadas T5, luminárias com refletores e na área externa reatores dimerizáveis. Serão modernizados ainda os sistemas de ar condicionado, com a implementação de automação em cinco centrais de água gelada, substituição e modernização de duas centrais de água gelada e substituição de 253 aparelhos de ar condicionado de janela.

Com investimentos de R\$ 262 mil, outro projeto contemplou a modernização da iluminação do Ginásio Ilha São João, da prefeitura de Volta Redonda (RJ). Após a troca das luminárias por modelos mais ecoeficientes e a instalação de um sistema de captação e difusão da luz natural, o local economizará 241,98 MWh por ano, com redução de R\$ 58 mil na fatura de energia elétrica. Para isso, a Light instalou um sistema híbrido de iluminação, combinando luminárias tradicionais de alta eficiência com um sistema que utiliza luz natural. Desenvolvido para conduzir de maneira eficiente a luz solar através de um domo prismático com filtro UV, a tecnologia utiliza tubos de alumínio com o único material 99,7% reflexivo no mundo, que

[EC8] *Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades pro bono*

[EN6] *Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas*

Eficiência que se traduz em qualidade de vida

A experiência da Light em desenvolver soluções energéticas eficientes e inovadoras foi o grande diferencial no processo realizado junto à Estação de Tratamento de Água da CEDAE Guandu, a maior estação de tratamento de água do mundo. Com produção de 43 mil litros de água tratada por segundo, ou 112 bilhões de litros de água por mês, a estação teve resolvido seu problema no sistema de lavagem de filtros, o que vai possibilitar ampliar o atendimento à população.

O Reservatório de Marapicu localiza-se a 110 metros acima da estação de tratamento. Para compensar a redução na pressão causada pelos vazamentos, a CEDAE construiu uma adutora que utilizava a água tratada para a retrolavagem dos filtros. Com isso, a estação deixou de demandar 2,2 MW de potência para o bombeamento de cerca de 1.400 litros de água tratada, que eram retornados para auxiliar na retrolavagem dos filtros.

Por meio da modernização de válvulas e grupos de motobombas, o projeto solucionou o vazamento, sem que houvesse qualquer problema nos serviços da estação para a cidade do Rio de Janeiro e para a Baixada Fluminense. Como resultado, a CEDAE terá uma economia de 18,4 milhões de kWh por ano, um volume de energia capaz de atender o consumo residencial de uma cidade de 32 mil habitantes.

Além disso, 3,7 bilhões de litros de água por mês poderão ser disponibilizados para mais de 200 mil famílias e a economia com os gastos em energia será de R\$ 3,4 milhões por ano. **GRI EN6**

lhe dá a máxima pureza de luz natural, podendo inclusive iluminar até 15 metros de distância sem provocar perda de eficiência. **GRI EC8, EN6**

Com o poder público, pelo bem comum

Desde 2004, quando criou a Gerência de Atendimento às Comunidades, a Light tem ampliado o seu entendimento sobre as necessidades e desenvolvido soluções eficazes no fornecimento de energia de qualidade para esse público. Em 2006, lançou sua Política de Atendimento às Comunidades. Quatro anos depois, em 2010, criou a Superintendência de Relacionamento com as Comunidades, estabelecendo uma estratégia global para articulação da parceria com o poder público para o planejamento, execução, monitoramento e atendimento às comunidades.

A Light entende que a garantia da cidadania só é possível com a união dos esforços da do setor privado, das concessionárias de energia e dos órgãos governamen-

Ações de eficiência energética do Programa Comunidade Eficiente EC8

Ações realizadas	2008	2009	2010
Clientes visitados para trabalho educativo	46.729	20.354	29.646
Comunidades atendidas	57	43	160
Eventos de eficiência energética	63	40	834
Geladeiras eficientes doadas	-	3.539	22.451
Lâmpadas fluorescentes doadas	123.000	30.451	403.109
Mão-de-obra contratada nas comunidades	46	50	82
Padrão entrada doados	13.000	14.338	18.731
Reforma de instalações Elétricas	1.308	1.340	3.178

tais. Por exemplo, no processo de ocupação na Vila Cruzeiro e no Complexo do Alemão, em novembro de 2010, a Light esteve a postos durante todo o período. Assim que as condições de segurança foram asseguradas entrou com suas equipes nas comunidades para fazer os reparos na rede, ocorridos durante o confronto armado, e restabelecer o fornecimento de energia.

Já a parceria entre a Light e a Prefeitura do Rio de Janeiro resultou na criação de um parque no bairro de Madureira. Com extensão de 2,77 km, o parque beneficiará a população dos bairros de Rocha Miranda, Turiaçu, Bento Ribeiro e Osvaldo Cruz, com espaço apropriado para lazer, atividades esportivas e culturais. O terreno é uma doação da Light para a Prefeitura e a ideia surgiu da percepção da Companhia que, com a compactação das

torres de transmissão era possível criar uma área livre, nos moldes do que foi a construção e uso do Parque do Aterro do Flamengo e que pudesse ser usada pelos moradores locais. Pelo acordo, cabe à Prefeitura, os custos com a compactação das torres de transmissão.

Esse é o mesmo princípio que orientou outra parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro: a Cidade da Polícia. Para o empreendimento, que vai abrigar 14 delegacias especializadas, a Light cedeu em comodato um terreno, em frente à favela do Jacarezinho.

A Light também deu início a um projeto com a Secretaria Municipal de Transporte do Rio de Janeiro para a modernização de mais de 12,4 mil semáforos da cidade, que entre outras melhorias terão suas lâmpadas substituídas por outras mais eficientes, com tecnologia LED, representando investimentos de R\$ 6,5 milhões. Os trabalhos devem estar concluídos no final de 2011 e reduzirão em mais de 90% o consumo de energia elétrica desses aparelhos, além de gerar economia aos cofres municipais de mais de R\$ 1 milhão ao ano em serviços de manutenção. **GRI EC8**

Projeto Quilombo: do passado para o futuro

O aprendizado da Light junto às comunidades de baixa renda foi o modelo inspirador para o Projeto Quilombo. Trata-se de uma adaptação do Programa Comunidade Eficiente direcionado às comunidades quilombolas.

Em uma iniciativa inédita, a Companhia realizou uma pesquisa para identificar comunidades quilombolas legalmente reconhecidas em sua área de atuação. O estudo apontou três delas, no interior do Estado: a Alto da Serra do Mar, em Rio Claro; a São José da Serra, localizada em Valença; e a terceira em Santana, no município de Quatis.

Os quilombolas são definidos como comunidades negras rurais e sua população composta por descendentes de escravos, atualmente em sua quarta e quinta gerações. Geralmente sofrem com pobreza e escassez de serviços de infraestrutura, como energia elétrica com qualidade e segurança. Sob muitos aspectos, esses grupos sociais mantêm os mesmos padrões de vida de um ou dois séculos atrás.

Instituto Light

O Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social desempenha a função de promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural do Rio de Janeiro.

Entre os destaques de 2010 estão a conclusão das obras do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos e do seu projeto educacional. O Museu da Energia também teve avanços significativos no período, com a finalização dos investimentos da primeira etapa e a

[EC8] Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente

para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades pro bono

Missão do Instituto

Contribuir para o aprimoramento das condições econômicas e sociais da área de concessão da Light, através de programas que vinculem responsabilidade social com o interesse funcional e o domínio geográfico da empresa, apoiando a promoção do bem público e, ao mesmo tempo, a lucratividade de longo prazo da empresa.

consolidação dos acordos com as secretarias de Educação e de Cultura do Estado do Rio de Janeiro.

O Museu da Energia, localizado na sede da Empresa, na região central do Rio de Janeiro, integra o Centro Cultural Light e foi criado para oferecer aos alunos de ensino fundamental e médio, especialmente da rede pública, informações sobre o uso sustentável da energia elétrica. O projeto conta com recursos do Programa de Eficiência Energética da ANEEL. No ano, a Light finalizou a primeira etapa da construção do Museu, que entrará em funcionamento no segundo semestre de 2011. A área externa conta com a Praça das Energias, área com brinquedos e experimentos lúdicos que abordam noções científicas básicas. A meta é receber 80 mil alunos por ano.

Outro projeto que merece destaque é "Light nas Escolas", que, também integra o PEE e tem por objetivo conscientizar alunos do ensino fundamental e médio sobre o uso sustentável de energia elétrica e a sua aplicação no dia a dia. Em 2010 o projeto capacitou 70 professores de 51 escolas estaduais do Centro e zonas Sul, Norte e Oeste. Com duração de 3 anos, a expectativa é atender 450 escolas da rede pública de ensino, beneficiando 74 mil alunos.

Já com Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, situado no município de Rio Claro, o Instituto concluiu os trabalhos de arqueologia e iniciou o programa educativo com coordenadores, professores e estudantes locais. O Parque, que soma 930 mil m², tem o objetivo de contribuir para a preservação histórica e cultural da região do Vale do Paraíba Fluminense e para o desenvolvimento do turismo local. Nesse espaço, os visitantes podem conhecer um pouco mais sobre a história da cidade, a arqueologia e a paisagem característica da

região. A inauguração oficial, contando com infraestrutura e programas consolidados, está prevista para o início de 2011. **GRI EC8**

A escolha por São João Marcos não é casual. Fundada no início do século XVIII, já foi considerada uma das mais importantes cidades do Vale do Paraíba Fluminense, região enriquecida pelo ciclo do café no final do século XIX. O local reunia um rico conjunto arquitetônico, motivo pelo qual tornou-se a primeira cidade tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional, em 1939.

Com o declínio da produção cafeeira, a região começou a viver um período de decadência. Para possibilitar o aumento da capacidade da Represa de Ribeirão das Lajes, na década de 1940, a cidade foi destombada e seus moradores deslocados. Agora em funcionamento, o primeiro Sítio Arqueológico Urbano do Brasil, o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos devolve à sociedade uma parte de seu passado.

Esses são alguns dos programas desenvolvidos pelo Instituto e que colaboram para ampliar a educação para o consumo responsável, a conscientização sobre questões como furto de energia, inadimplência e desrespeito ao bem público. Saiba mais sobre esses e outros programas na página do Instituto e do Centro Cultural Light no endereço eletrônico www.light.com.br

Livros para conhecer e valorizar o Rio de Janeiro

Outra iniciativa que reúne educação, cultura e cidadania é o Programa de Publicações do Instituto Light. O objetivo é resgatar a história da cidade do Rio de Janeiro por meio de livros atuais ou da reedição de clássicos que têm a capital fluminense como cenário.

Em 2010, foram publicadas as seguintes obras:

- *De Pai para Filho: Imigrantes Portugueses no Rio de Janeiro;*
- *Judeus Cariocas e Uma Identidade no Plural;*
- *Árabes e seus descendentes no Rio de Janeiro;*
- *A Alma Encantadora das Ruas;*
- *Memórias de um Sargento de Milícias.*

O Mercado de Energia em 2010

Energia para o Brasil crescer

Em 2010, o consumo de energia no Brasil aumentou 7,8%, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), totalizando 419.016 GWh, com média mensal de 34.918 MWh. O volume é resultado de uma série de fatores, entre eles, a expansão da economia brasileira, que registrou alta de 7,5% no Produto Interno Bruto (PIB).

Na economia brasileira, um dos setores que mais cresceu foi o industrial, que, de acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), subiu 10,5% no ano ante a retração de 7,4% em 2009. A recuperação das indústrias, após a crise econômica mundial, representou um aumento de 10,6% no consumo de energia, que somou 183.743 GWh.

O segmento comercial, em todo o País, teve alta de 5,9%, passando para 69.086 GWh no ano. O residencial subiu 6,3%, em 2010, para 107.160 GWh.

O mercado de trabalho aquecido, com taxa de desemprego em 6,7%, a menor desde que a nova série da Pesquisa Mensal de Emprego, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi criada, em 2002, também influenciou a demanda por energia. Somam-se ainda a oferta de crédito, que impulsionou o consumo das famílias, especialmente com a aquisição de eletrodomésticos, e as altas temperaturas registradas no início de 2010.

O cenário da Região Sudeste, na qual está a área de concessão da Light, também se destacou no contexto do País. Os volumosos investimentos em infraestrutura para os grandes eventos esportivos (Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016), além do esperado desenvolvimento dos setores de petróleo, siderurgia e logística refletem na ampliação do mercado de trabalho e novos pólos de consumo e crescimento econômico.

Em 2010, os indicadores mostraram a boa performance da atividade econômica fluminense. De acordo com IBGE, a produção industrial local avançou 8,4%, o melhor resultado desde 2002. O comércio varejista também apresentou recorde de crescimento em 2010, com alta de 10,4%. Os indicadores do mercado de trabalho também mostraram boa performance em 2010. A taxa de desemprego fluminense, que ficou em 5,6%, foi a melhor da série histórica do IBGE, iniciada em março de

2002. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2010 foram gerados aproximadamente 192 mil novos postos de empregos formais na região, número acima do verificado nos dois anos anteriores, com 55 mil novos empregos em 2009, e 155 mil, em 2008.

Capacidade instalada de geração

O Brasil encerrou 2010 com 2.336 usinas hidrelétricas, termelétricas, eólicas, nucleares, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e centrais geradoras hidrelétricas. A capacidade instalada de geração de energia, segundo a ANEEL, chegou a 112.398,49 MW, uma alta de 5,7% em relação a 2009. Em 10 anos, o acréscimo na capacidade de geração do País subiu 50,1%.

Matriz elétrica brasileira

▪ Hidrelétrica	68,53%
▪ Termelétrica	25,65%
▪ PCHs	3,05%
▪ Nuclear	1,79%
▪ Eólica	0,82%
▪ Centrais geradoras	0,17%

Ambiente regulatório

Com uma postura participativa e proativa, a Light acompanhou e participou das discussões junto à ANEEL e demais empresas do setor nas questões regulatórias, contribuindo para evolução do setor elétrico brasileiro.

Muito diálogo para os próximos passos

Importantes debates e definições sobre o setor elétrico marcaram o ano de 2010. No que se refere à atividade de distribuição, destaca-se abertura da Audiência Pública 040/2010, pela ANEEL, para discutir as metodologias

aplicáveis ao 3º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas, que ocorrerão entre os anos de 2011 e 2014 – a revisão tarifária da Light ocorrerá em novembro de 2013. A Light participou ativamente das discussões e suas contribuições enfatizaram o respeito à legislação vigente, a aderência ao regime tarifário atual – price-cap, a excelência técnica e a razoabilidade dos resultados.

Revisão Tarifária Periódica

Tem como principal objetivo analisar, após um período previamente definido no Contrato de Concessão (no caso da Light é 5 anos), o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária de distribuição

As mudanças a respeito do atendimento aos clientes, a neutralidade da Parcela A e as alterações nos critérios da Tarifa Social foram mais alguns dos temas importantes na esfera regulatória que foram discutidos em 2010. Nessas e nas demais questões conduzidas pela Agência, a Light manteve sua postura participativa e proativa, com o propósito de apontar oportunidades de melhorias nos processos e entendimentos. Buscando sempre articular soluções eficientes e transparentes, a Companhia discutiu cada ponto internamente, reuniu especialistas do setor e buscou universidades para apoio nessas definições.

Neutralidade da Parcela A

Uma questão que mobilizou o setor elétrico nacional foi o debate sobre a “Neutralidade da Parcela A”. No decorrer do segundo semestre de 2007, ao realizar um estudo sobre tarifas, a ANEEL averiguou que alguns itens da “Parcela A” da receita das distribuidoras poderiam não ser neutros em relação às variações de mercado. Este fato ocorreu porque a fórmula de cálculo do reajuste tarifário, como havia sido estabelecida nos Contratos de Concessão, não levava em conta variações do mercado.

Assim, a ANEEL propôs um termo de aditivo aos Contratos de Concessão para as concessionárias com o objetivo de alterar a metodologia de cálculo do reajuste, a fim de assegurar a neutralidade quanto à incidência das variações de mercado sobre os encargos setoriais. A Light participou das discussões, que ocorreram via ABRADDEE, e assinou o termo aditivo em 26/02/2010.

O benefício da tarifa social e seus desafios

Em julho, a ANEEL editou a regulamentação da Lei 12.212/2010, que trata dos critérios de elegibilidade usados para a concessão de descontos nas contas de

energia elétrica da população de baixa renda, conhecida como Tarifa Social. Com as novas regras, o benefício passa a ser concedido às famílias com renda familiar mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Antes, um dos critérios para obtenção do benefício exigia apenas que os clientes apresentassem um consumo mensal de até 80 kWh/mês.

Para obter o desconto, o consumidor deverá possuir o Número de Inscrição Social (NIS), emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A Lei beneficia ainda as famílias com renda mensal de até três salários mínimos, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). São famílias que têm entre seus membros, no mínimo um portador de doença ou patologia cujo tratamento ou procedimento médico necessite uso continuado de equipamento que dependa do consumo de energia elétrica.

Os novos parâmetros incluem ainda famílias que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e famílias de indígenas e quilombolas também inscritas no CadÚnico – essas últimas com desconto de 100% para os primeiros 50 kWh consumidos por mês.

Tabela de descontos da nova Tarifa Social

Volume consumido/mês	Desconto
Menor ou igual a 30 kWh	65%
Entre 31 kWh e 100 kWh	40%
Entre 101 kWh e 220 kWh	10%
Acima de 200 kWh	Não há

Para orientar todos os seus clientes sobre as novas regras, a Light tem realizado diversas ações, como comunicar, via conta de luz, agentes comunitários e demais canais de comunicação, as alterações e indicar as maneiras de regularização. Toda equipe de atendimento da Light recebeu treinamento específico também para orientar os clientes sobre a Tarifa Social. Adicionalmente, a Empresa está alinhada com a Prefeitura do Rio de Janeiro e demais prefeituras onde atua no sentido de acelerar a concessão do NIS, que é obtido após pedido de inclusão no cadastro único de programas sociais do governo federal – mas que é feito nas prefeituras.

Novas regras de atendimento ao cliente

A ANEEL editou, em setembro de 2010, a Resolução nº 414, que trata de questões relativas ao fornecimento de energia elétrica e da relação entre as concessionárias e seus consumidores. Entre as mudanças da normativa, que substituiu a Resolução nº 456 de 2000, está a redução de três para dois dias úteis no prazo de ligação para unidades consumidoras do grupo B (residenciais, pequenos estabelecimentos comerciais e industriais). Para

unidades consumidoras do grupo A (indústrias e estabelecimentos comerciais de médio ou grande porte), o prazo baixou de dez para sete dias. O prazo de religação passou a ser de 24 horas para clientes localizados em área urbana.

Além disso, ficou definido que as distribuidoras devem ter atendimento presencial em todos os municípios de sua área de concessão com mais de 2 mil unidades consumidoras e que, clientes com débito em alguma fatura há mais de 90 dias não poderão ter a sua energia cortada, desde que estejam em dia com as contas subsequentes.

Essas são algumas das mudanças que têm como objetivo atualizar os direitos e deveres entre os dois lados (clientes e distribuidoras). A Light acompanhou e participou das discussões sobre a nova resolução e está preparada para atender integralmente a normativa.

Reajuste tarifário

A ANEEL homologou em novembro de 2010 o reajuste médio das tarifas da Light em 6,99% para o período de 12 meses, a partir de 7 de novembro de 2010.

O índice de reajuste é constituído de dois componentes: o estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 8,31%; e o financeiro, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, de -1,33%. O processo de reajuste tarifário anual consiste no repasse aos consumidores finais dos custos não-gerenciáveis da concessão (energia comprada para fornecimento, encargos setoriais e encargos de transmissão) – os quais são calculados em detalhe anualmente – e na atualização dos custos gerenciáveis, pela variação do IGPM subtraída do Fator X, que repassa aos consumidores os ganhos estimados de eficiência da concessionária. Os custos gerenciáveis da concessão são calculados em detalhe apenas nos anos de Revisão Tarifária.

A variação verificada nos custos não gerenciáveis (Parcela A), de 8,34%, deve-se principalmente ao aumento dos Encargos Setoriais, decorrente tanto da recém aprovada Lei nº 12.111, que aumentou os custos da Conta de Consumo de Combustíveis e da conta de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D); quanto do aumento dos Encargos de Serviços do Sistema. A Parcela B, correspondente aos custos gerenciáveis, sofreu um aumento de 7,95%, devido, principalmente, ao aumento do IGPM, de 8,81% no período.

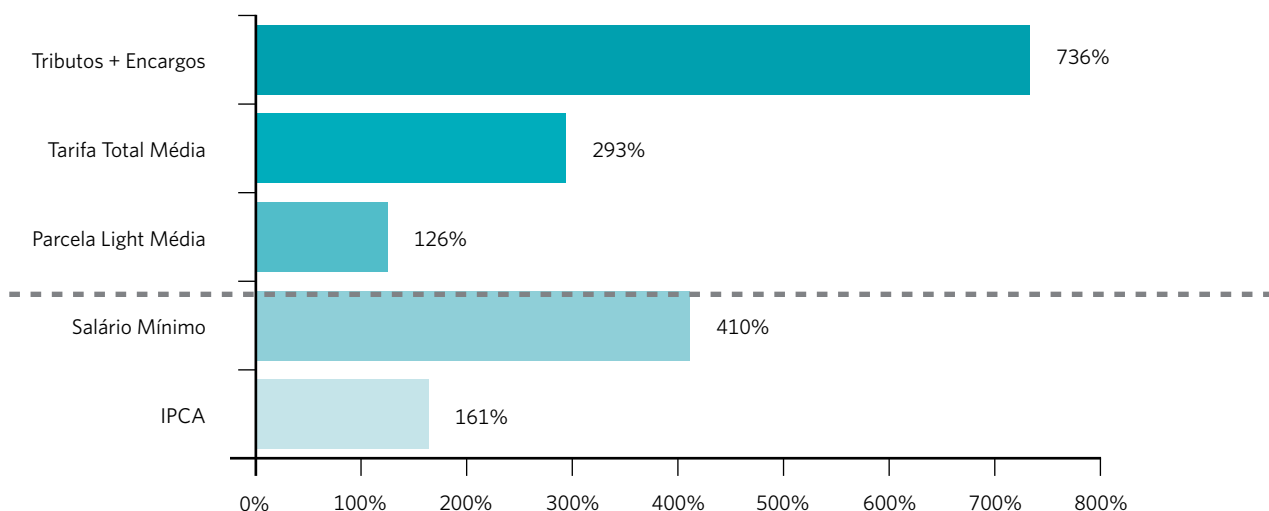
Os consumidores da Light SESA observaram um aumento médio de suas contas de luz de 2,20%, considerando a inclusão dos ajustes financeiros negativos de 1,33% e o término dos ajustes financeiros do período anterior, de 4,77% positivos.

Tributos e Encargos que incidem no Setor Elétrico

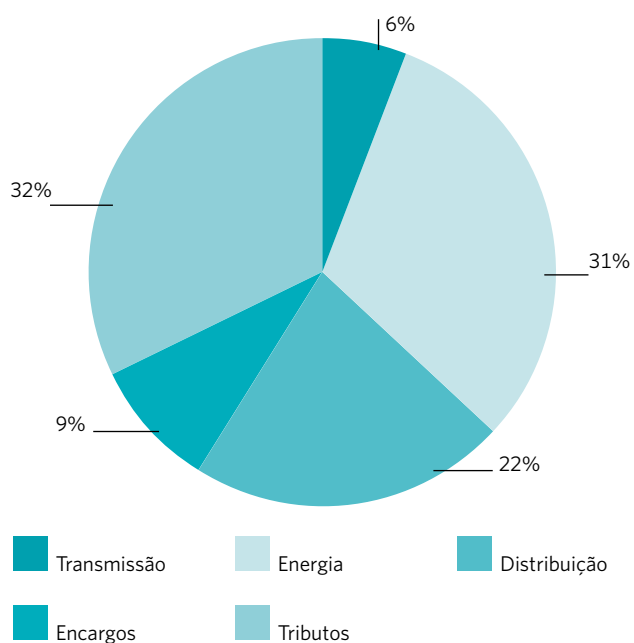
Os segmentos da indústria de energia elétrica (geração, transmissão, distribuição e comercialização) são atividades altamente tributadas, em função da essencialidade do produto (energia) e da facilidade de arrecadar e fiscalizar.

Adicionalmente ao grande peso da carga tributária nas tarifas, as mesmas também são impactadas por um grande volume de encargos setoriais e subsídios cruzados. Atualmente incidem sobre as tarifas da Light um total de nove encargos setoriais, que vão desde a CCC (Conta de Consumo de Combustíveis foi criada na década de 1970, tendo sua finalidade alterada pela Lei nº 12.111/2009, e que, atualmente, visa a reembolsar parte do custo total de geração para atendimento ao serviço público de energia elétrica nos Sistemas Isolados), até o PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, que tem o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de

Varição dos Principais Componentes da Tarifa Light (1995-2010)



Tarifa Total da Light (anexo I)



Produtores Independentes Autônomos, concebidos com base em fontes eólica, PCH e biomassa).

Com relação aos subsídios cruzados, ressaltam-se: consumidores rurais, serviços públicos (água, esgoto e saneamento e tração elétrica); iluminação pública; fontes alternativas de energia (PCH's e usinas com base em fontes eólicas, biomassa, co-geração qualificada, solar e resíduos sólidos urbanos); entre outros.

O gráfico na página anterior compara a variação dos principais componentes da tarifa de energia elétrica da Light nos últimos cinco anos (1995-2010). Observa-se que a evolução da Parcela Light foi muito inferior ao índice de inflação (IPCA) e à variação do salário mínimo. Em contrapartida, a variação dos encargos setoriais e tributos foi seis vezes superior à da Parcela Light.

Ou seja, os principais responsáveis pelos aumentos observados nas tarifas da Light foram os encargos e os tributos, que hoje representam 40% de seu valor, enquanto a Parcela Light, destinada à cobertura de todos os custos e investimentos da concessionária, representa apenas 22%, conforme pode ser observado no gráfico ao lado.

Governança Corporativa

O modelo governança da Light está definido em um Manual de Governança, composto por nove princípios e que é repassado a toda força de trabalho

A Light tem como compromisso exercer as melhores práticas no relacionamento com todos os seus públicos, incluindo os acionistas e investidores. Com esse objetivo, adota uma governança corporativa caracterizada pela transparência, agilidade, respeito aos direitos dos acionistas, prestação de contas e ampla divulgação de informações.

Com suas ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBovespa desde 2005 e, pelo quarto ano consecutivo, selecionada para integrar o Índice de Sustentabilidade (ISE), a Light conta com um modelo formal de Governança Corporativa que orienta a sua tomada de decisões. Organizado em um Manual de Governança, esse modelo é composto por nove princípios e é repassado a toda força de trabalho, definindo os comportamentos esperados, assegurando que os conflitos de interesse sejam evitados e quais são os mecanismos corretivos. **GRI 4.6**

A Light possui um Código de Ética, que tem sua disseminação, revisão e acompanhamento sob responsabilidade do Comitê de Ética. O documento é disseminado via diferentes canais: sites e intranet da Empresa,

Os nove princípios da Governança Corporativa da Light GRI 4.6

- Ética
- Equidade – tratamento justo e igualitário dos grupos minoritários e das demais partes interessadas
- Estabilidade – garantia de continuidade dos processos administrativos
- Alinhamento – foco dos administradores na maximização do valor para os acionistas em conjunto
- Agilidade para a tomada de decisões e sua implementação
- Transparência de informações
- Clareza de papéis para todos os órgãos
- Meritocracia – valorização das capacidades, compromettimentos, posturas e ações que agreguem valor para a Empresa
- Prestação de contas

Manual de Governança e contratos com fornecedores. Cabe ainda ao Comitê de Ética receber denúncias de irregularidades e direcionar as soluções. Os casos de não-conformidade também podem ser relatados via Ouvidoria da Light e demais canais de comunicação com os clientes e fornecedores, sendo garantido o sigilo das informações.

Composição Acionária

A composição acionária da Light em 31 de dezembro de 2010 era: Grupo de Controle, com 52,13% e *free float*, com 47,87%, sendo 15,02% do BNDESPar e 32,85% sob o controle de acionistas minoritários. O Grupo de Controle é, por sua vez, constituído pelas empresas Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), com 26,06%, Luce Empreendimentos e Participações S.A (LEPSA), com 13,03% e Rio Minas Energia S.A (RME), com 13,03%.

Mudanças na Composição Acionária em 2010

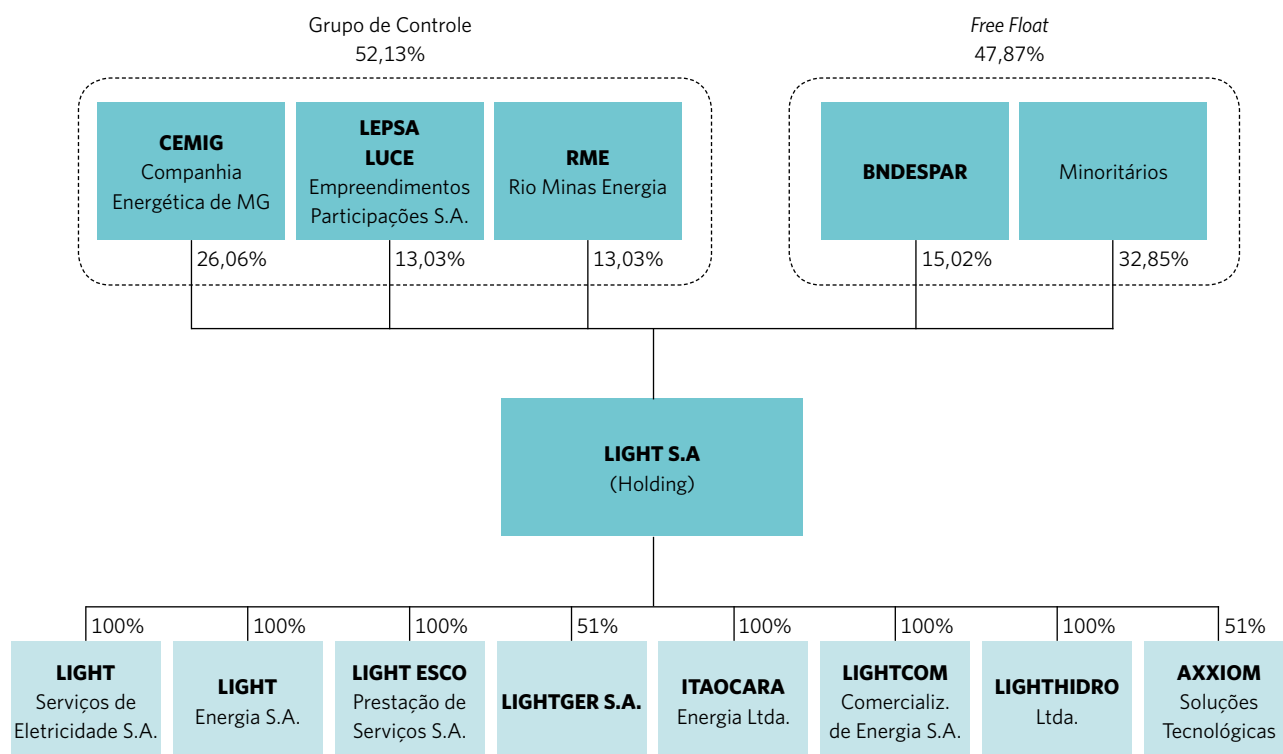
Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Light S.A. era composto por 203.934.060 ações ordinárias sem valor nominal, sendo que o controle da Companhia era exercido pelos acionistas: Andrade Gutierrez Concessões S.A. (AGC), Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), Luce Empreendimentos e Participações S.A. (LEPSA) e RME – Rio Minas Energia Participações S.A. (RME), cada um com participação direta de aproximadamente 13,03% no capital social.

Houve importante mudança na composição acionária, com a celebração, em 30 de dezembro de 2009, de Contrato de Compra e Venda de Ações, entre Cemig e AGC. Com isso, a participação da AGC foi integralmente transferida para a Cemig, em duas etapas, em março e

[2.9] Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório referentes a porte, estrutura ou participação acionária

[4.6] Processos em vigor para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados

Composição Acionária em 31 de dezembro de 2010



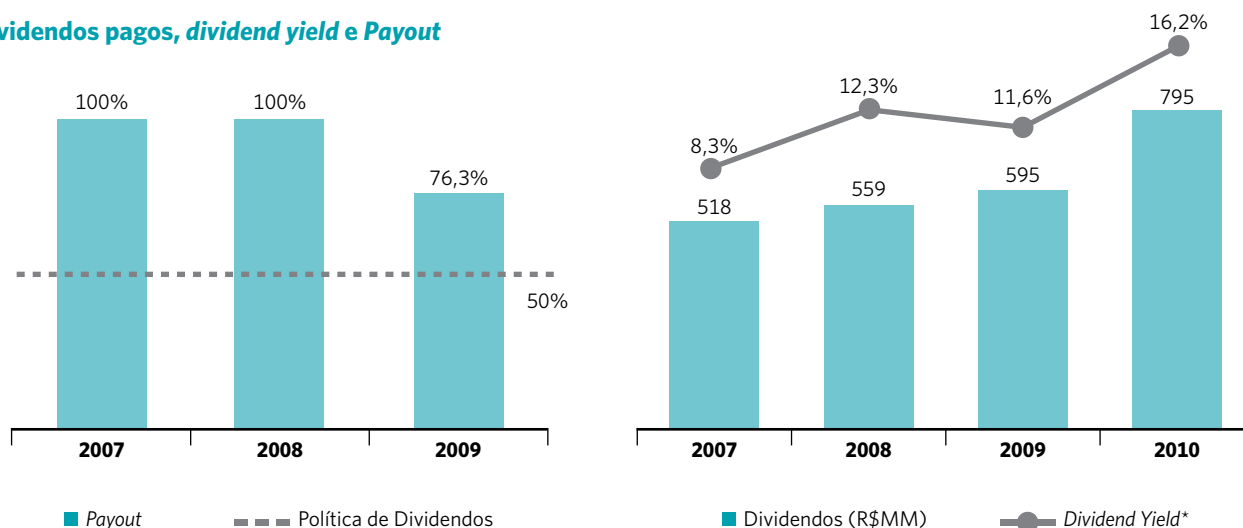
em setembro de 2010. Assim, a Cemig passou a deter 26,06% do capital.

Além da reorganização no controle societário em 2010, o acionista minoritário BNDES Participações S.A. - BNDESPAR alienou, em pregões operados pela BM&FBOVESPA, ações ordinárias de emissão da Light S.A., reduzindo sua participação de 24,41%, no final de 2009, para 15,02% no capital social da Companhia. Desta forma, a participação detida pelo restante do mercado, se elevou de 23,46% para 32,85%. **GRI 2.9**

Dividendos

A política de distribuição de dividendos da Light estabelece o valor mínimo equivalente a 50% do lucro líquido ajustado da Companhia, calculado em conformidade com o artigo 189 da Lei das S.As, com práticas contábeis brasileiras e com as regras da CVM. Em 2010, os dividendos pagos somaram R\$ 795,3 milhões, correspondendo a R\$ 3,90 por ação e um *dividend yield* de 16,2% no ano.

Dividendos pagos, dividend yield e Payout



*Baseado no preço de fechamento do dia anterior ao anúncio

Estrutura de Governança **GRI 4.1**

A Light conta com uma estrutura de governança orientada para a tomada de decisões com base em uma estratégia sólida de crescimento da Companhia e pautada por sua visão de longo prazo.

O Fórum de Acionistas é o órgão responsável por consolidar o alinhamento das decisões dentro do grupo controlador e é formado, por sua vez pela Assembleia Geral, pelo Conselho Fiscal e pelo Fórum dos Controladores. A estrutura conta ainda com os Fóruns de Interface, compostos pelo Conselho de Administração e os Comitês de Auditoria, de Finanças, de Recursos Humanos, de Gestão, de Governança Corporativa e de Sustentabilidade. **GRI 4.4, 4.9**

Conselho de Administração

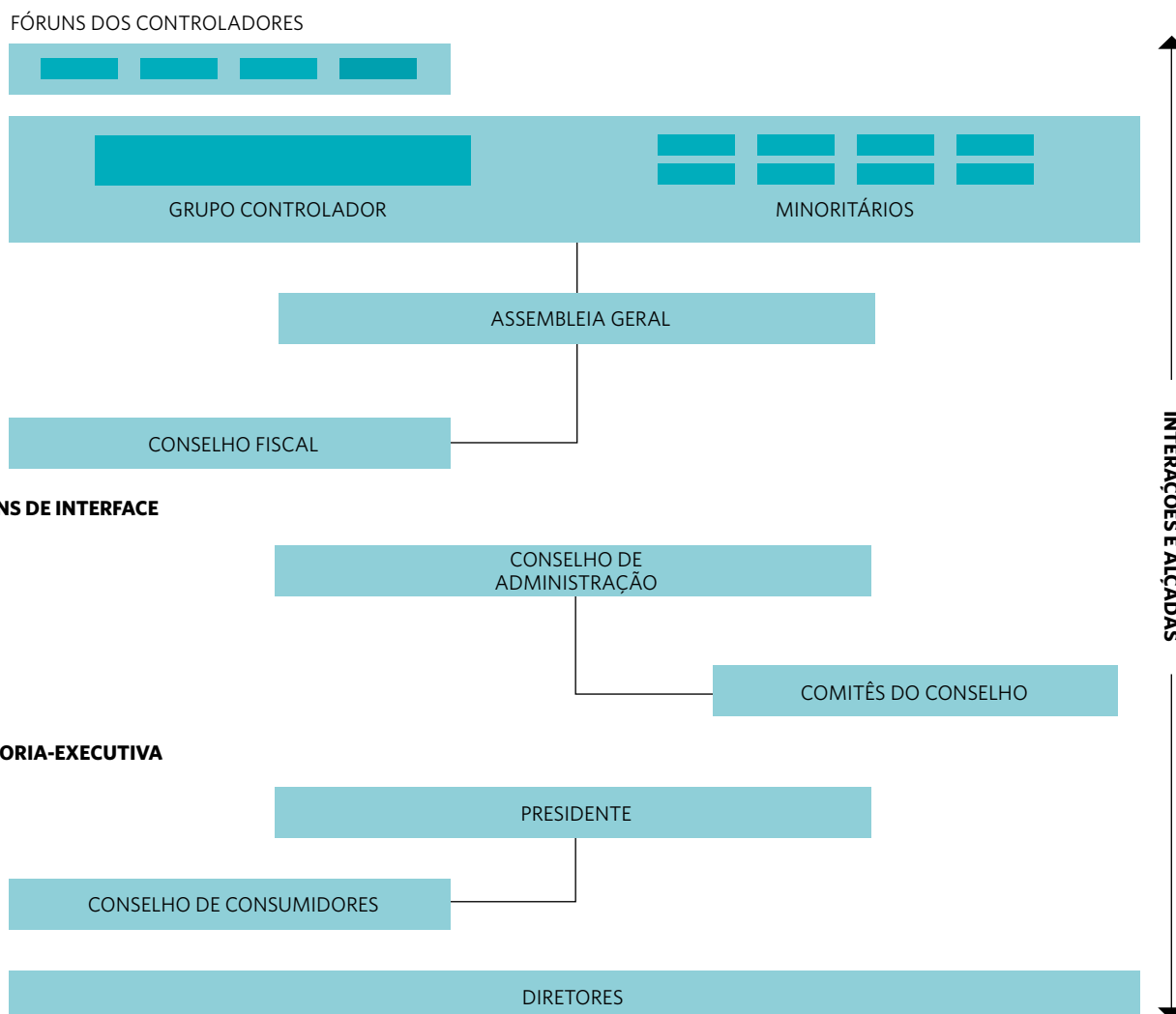
O Conselho de Administração é composto por 11 conselheiros, sendo três deles independentes. São eleitos pela

Assembleia Geral para mandato de um ano, com possibilidade de reeleição. O órgão é responsável por estabelecer as políticas e diretrizes gerais dos negócios, incluindo a estratégia de longo prazo, eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar seu funcionamento, além das atividades definidas em lei e no Estatuto Social da Light. **GRI 4.1**

Para integrar o Conselho, os conselheiros precisam, entre outros preceitos e condutas, informar-se profundamente sobre a Light, seu negócio e oferecer contribuições pertinentes sobre as oportunidades e riscos envolvidos no contexto da Companhia e da sua área de atuação. Deve ainda colocar os interesses da Light acima dos interesses dos sócios ou conselheiros, atuando de maneira proativa e colaborativa. **GRI 4.7**

A avaliação do Conselho de Administração e da Diretoria, por sua vez, tem como objetivo analisar o funcionamento e a atuação do Conselho de Administração, assim como as interações entre seus próprios membros, o secretário geral, os Comitês e o diretor presidente. Entre os tópicos analisado estão o fluxo de informações entre

FÓRUMS DOS ACIONISTAS



a Diretoria e o Conselho, a forma de condução e o foco das reuniões, o nível de responsabilidade e a rapidez e qualidade das decisões. Não faz parte da avaliação critérios ambientais e sociais específicos **GRI 4.9**

A relação entre o desempenho e a remuneração variável da Diretoria e dos executivos é estabelecida por contratos e compromissos de gestão alinhados aos objetivos estratégicos da Light, os quais são acompanhados por indicadores e metas. São três as dimensões que regem a definição dessa remuneração variável: Resultados financeiros da Companhia, Desempenho das Áreas (como índice de perdas, DEF e FEC e conformidade ambiental, por exemplo) e Atendimento a desafios específicos da Light para o período (o combate às perdas e o fortalecimento da rede de distribuição foram alguns desses desafios). **GRI 4.5**

Especificamente sobre a remuneração variável do diretor presidente, são considerados aspectos de visão, planejamento estratégico, liderança, resultados da Companhia, relacionamento externo e com o Conselho de

Administração, desenvolvimento de executivos-chave e criação de oportunidades para a Light. **GRI 4.10**

Em 2010, foram realizadas três Assembleias Gerais Extraordinárias. A remuneração global dos conselheiros é aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas, de forma separada à proposta de remuneração da diretoria.

Para sugestões ou recomendações de acionistas ou demais públicos da Companhia, a Light disponibiliza o e-mail ri@light.com.br. Além desse canal, os acionistas minoritários podem ainda encaminhar, via carta, diretamente ao diretor de finanças e RI suas recomendações. **GRI 4.4**

Diretoria Executiva

Em março de 2010, o Conselho de Administração da Light elegeu os seguintes membros para a Diretoria Estatutária da Companhia:

- Jerson Kelman, como Diretor Presidente;
- João Batista Zolini Carneiro, como Diretor de Finanças e Relações com Investidores;

Conselho de Administração **GRI 4.3**

Membros do Conselho de Administração	Cargo	Data de eleição	Término do mandato
Aldo Floris	Vice-presidente do Conselho		
Ana Marta Horta Veloso	Conselheiro		
Djalma Bastos de Moraes	Conselheiro		
João Márcio Lignani Siqueira	Conselheiro		
Firmino Ferreira Sampaio Neto	Conselheiro		
Luiz Carlos Costeira	Conselheiro	22/03/2010	Agosto de 2012
Carlos Roberto T. Junger	Conselheiro		
Sérgio Alair Barroso	Presidente do Conselho		
Maria Silvia Bastos Marques	Membro Independente		
Carlos Alberto da Cruz	Membro Independente (Representante dos Funcionários)		
Elvio Lima Gaspar	Membro Independente		

O currículo dos conselheiros está disponível na página de Governança Corporativa do site de Relações com Investidores da Light (www.light.com.br/ri).

[4.1] Estrutura de governança da organização, incluindo comitês sob o mais alto órgão de governança responsável por

[4.3] Membros independentes ou não executivos do mais alto órgão de governança

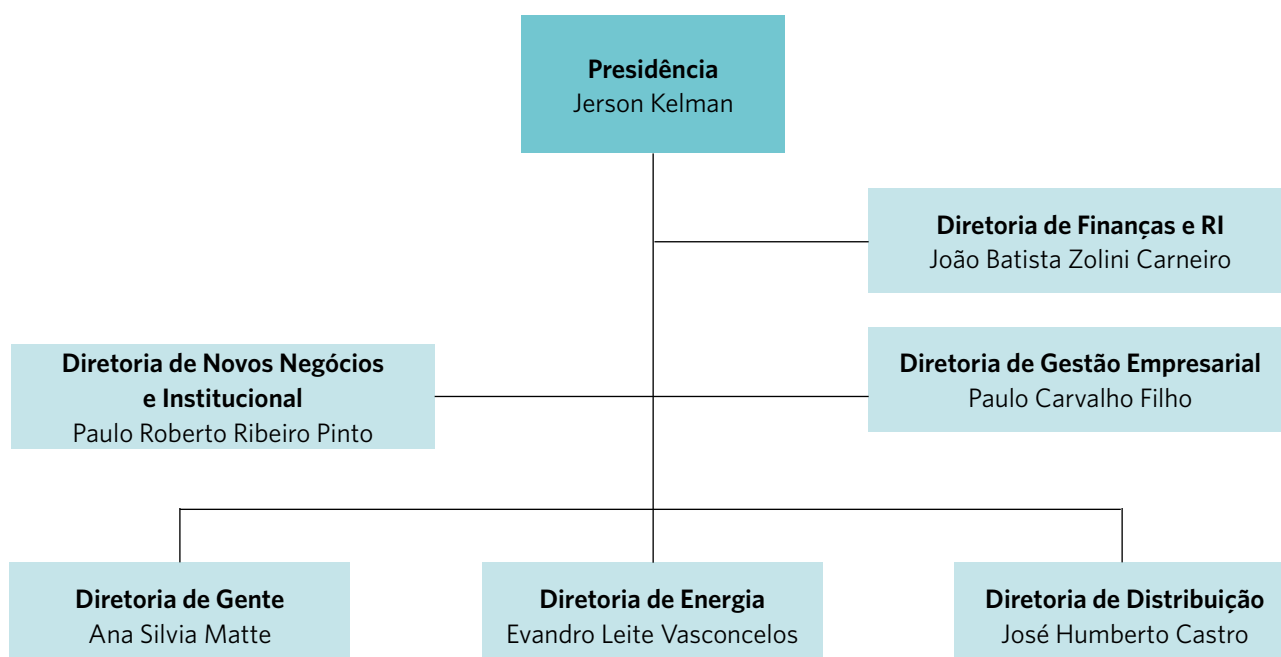
[4.4] Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações

[4.5] Relação entre remuneração e o desempenho tarefas específicas, tais como estabelecimento de estratégia ou supervisão da organização

[4.7] Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos conselheiros

[4.9] Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho econômico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades relevantes, assim como a adesão ou conformidade com normas acordadas internacionalmente, códigos de conduta e princípios

[4.10] Processos para a autoavaliação do desempenho do mais alto órgão de governança, especialmente com respeito ao desempenho econômico, ambiental e social



- Paulo Carvalho Filho, como Diretor de Gestão Empresarial;
- Evandro Leite Vasconcelos, como Diretor de Energia; e
- José Humberto Castro, como Diretor de Distribuição.

Permaneceram ainda como Diretora de Gente, Ana Sílvia Corso Matte e, como Diretor de Novos Negócios e Institucional, Paulo Roberto Pinto.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Light S.A., seguindo a Lei das Sociedades por Ações, se configura como um órgão societário independente da administração e dos auditores externos. Tem como principais funções fiscalizar as atividades da administração, rever as demonstrações financeiras e reportar suas conclusões aos acionistas. A remuneração dos membros do Conselho atende à Lei das Sociedades por Ações e equivale a, no mínimo, 10% do valor médio pago anualmente aos diretores da Companhia.

O Conselho Fiscal funciona de forma não permanente, sendo instalado anualmente por solicitação dos acionistas, e se reporta diretamente à Assembleia.

Comitês

O Conselho de Administração, por sua vez, é assessorado pelos Comitês de Auditoria, de Finanças, de Recursos Humanos, de Gestão, de Governança Corporativa e de Sustentabilidade. Esses comitês são consultivos e não possuem funções executivas ou de caráter deliberativo. São mobilizados e se reúnem para tratar de assuntos previstos no Manual de Governança ou de temas específicos indicados pelo Conselho de Administração. **GRI 4.1**

▪ Comitê de Auditoria

É responsável por acompanhar e avaliar as atividades de auditoria externa e interna, acompanhar as práticas contábeis e de transparência das informações. De caráter

Diretoria Executiva

<i>Diretores</i>	<i>Cargo</i>	<i>Data de eleição</i>	<i>Término do mandato</i>
Jerson Kelman	Diretor Presidente		
João Batista Zolini Carneiro	Diretor de Finanças e Relações com Investidores		
Paulo Carvalho Filho	Diretor de Gestão Empresarial		
Ana Sílvia Corso Matte	Diretora de Gente	02/03/2010	2012
Evandro Leite Vasconcelos	Diretor de Energia		
Paulo Roberto Ribeiro Pinto	Diretor de Novos Negócios e Institucional		
José Humberto Castro	Diretor de Distribuição		

O currículo dos diretores está disponível na página de Governança Corporativa do site de Relações com Investidores da Light (www.light.com.br/ri)

permanente, reúne-se no mínimo a cada três meses, ou a qualquer momento, a pedido do Conselho de Administração ou por iniciativa de seus membros.

▪ Comitê de Finanças

De caráter permanente, tem a função de acompanhar o fluxo financeiro da Companhia, avaliando e garantindo o atendimento das necessidades atuais e futuras de investimentos e caixa para a Empresa. Com calendário trimestral, pode se reunir a qualquer momento, por solicitação do Conselho de Administração ou por iniciativa de seus membros.

[4.1] *Estrutura de governança da organização, incluindo comitês sob o mais alto órgão de governança responsável por*

▪ Comitê de Recursos Humanos

Tem a função de assessorar o Conselho de Administração nas deliberações relativas às políticas de remuneração da Light, sendo o órgão responsável por orientar a Empresa em aspectos como os planos de desenvolvimento gerencial e de sucessão de executivos, garantindo uma estrutura ágil e eficiente de recursos humanos. Reúne-se, no mínimo, uma vez por mês, ou a qualquer momento, por solicitação do Conselho de Administração ou por iniciativa de seus membros.

▪ Comitê de Governança e Sustentabilidade

Criado em 2007, tem como função zelar pela perenidade da Organização, com uma visão de longo prazo e sustentabilidade, propondo e avaliando práticas e regras de governança corporativa e incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição de negócios e operações da Light. Entre suas atribuições, destaca-se a proposição do regime de avaliação do Conselho de Admi-

Membros do Conselho Fiscal

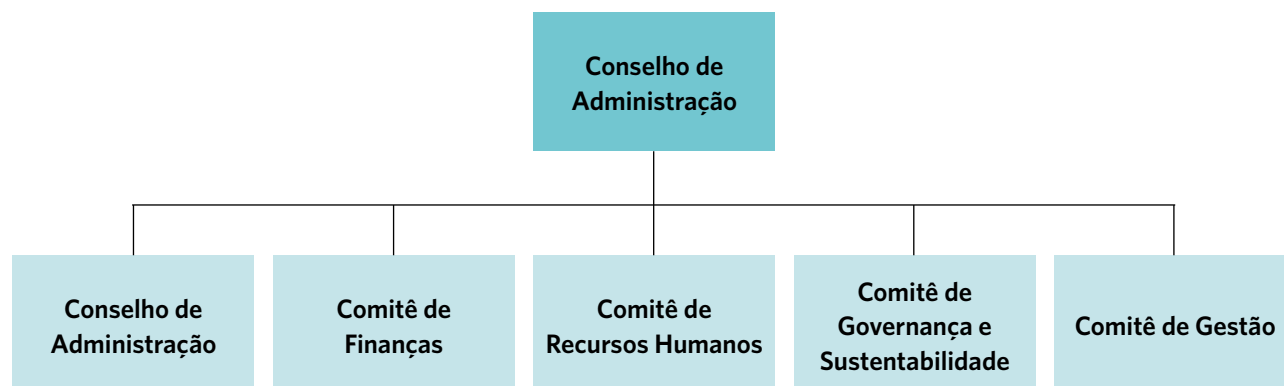
Membros	Cargo	Data de eleição	Término do mandato
Eduardo Grande Bittencourt	Conselheiro		
Ari Barcelos da Silva	Conselheiro		
Maurício Wanderley Estanislau da Costa	Conselheiro	22/03/2010	Agosto de 2012
Isabel da Silva Ramos Kimmelmeier	Conselheiro		
Aristóteles Luiz Drummond	Conselheiro		

O currículo dos conselheiros está disponível na página de Governança Corporativa do site de Relações com Investidores da Light (www.light.com.br/ri)

Comitês e membros

Comitê de Auditoria	Comitê de Finanças	Comitê de Gestão	Comitê de Governança e Sustentabilidade	Comitê de Recursos Humanos
Paulo Guedes	Paulo Guedes	Paulo Guedes	Djalma Moraes	Paulo Guedes
João Procópio Vale	João Procópio Vale	Fernando Schuffner	Sérgio Barroso	João Procópio Vale
Ana Marta Veloso	Ana Marta Veloso	Ana Marta Veloso	Firmino Sampaio Neto	Ana Marta Veloso
Carlos Junger	Lauro De Luca	Carlos Junger	Ricardo Simonsen	Lauro De Luca

O currículo dos membros está disponível na página de Governança Corporativa do site de Relações com Investidores da Light (www.light.com.br/ri).



nistração e de seus membros, além da análise e do acompanhamento de negócios entre partes relacionadas, inclusive a definição de reuniões, agendas e fluxo de informações para os acionistas. Reúne-se a cada três meses, no mínimo, ou a qualquer momento a pedido do Conselho de Administração ou por iniciativa de seus membros.

▪ **Comitê de Gestão**

De caráter permanente, avalia e propõe estratégias de atuação da Companhia, interagindo com os executivos para a definição, implantação e acompanhamento das diretrizes e resultados da Light. Reúne-se uma vez por mês, no mínimo, ou a qualquer momento, a pedido do Conselho de Administração ou por iniciativa de seus membros.

A Light realiza a gestão de risco financeiro de suas operações e, tem previsto para, a partir de 2011, complementar as análises com a gestão de risco operacional. **GRI 4.11**

Conselho de Consumidores

Instituído por obrigatoriedade legal, constitui-se o fórum de debates para discutir, orientar, analisar e agilizar as questões ligadas ao fornecimento de energia elétrica, contribuindo para o seu equacionamento. Composto por 16 representantes das classes tarifárias atendidas pela Light nos segmentos residencial, industrial, comercial, rural, serviços públicos, defesa do consumidor e academia/pesquisa.

O Conselho de Consumidores reúne-se com o Presidente e a Diretoria da Light pelo menos sete vezes ao ano e conta ainda com um canal direto com a Ouvidoria da Companhia.

Auditoria

Desde 2008, a Light adota o Padrão Internacional de Contabilidade (IFRS), que passou a ser obrigatório

em 2010. Suas demonstrações financeiras são auditadas por empresa independente, a KPMG Auditores Independentes.

Combate à corrupção GRI SO2

O combate à corrupção faz parte de todas as atividades da Light, que estabelece em seu Código de Ética os padrões de comportamento e relacionamento entre as partes envolvidas nos negócios da Companhia. No momento de contratação, todos os empregados devem assinar e concordar que estão plenamente cientes e de acordo com o estabelecido pelo Código. Por meio do Programa de Reforço da Cultura Ética, também recebem informações e são orientados a como proceder em casos de não-cumprimento. As denúncias podem ser feitas via Comitê de Ética, Ouvidoria ou Disque-Light Denúncia. Em 2010, 20 empregados participaram do Programa. **GRI SO3**

Os fornecedores também estão sujeitos ao Código de Ética da Light e à Política de Gestão de Fornecedores, que estabelece critérios socioambientais e exige o total cumprimento da legislação trabalhista e ambiental. Nos casos de não conformidade, a área de Gestão de Fornecedores é responsável pela apuração das denúncias e, havendo a confirmação da irregularidade, o contratado pode ser advertido ou até mesmo desligado. **GRI SO4**

[4.11] Explicação de se e como a organização aplica o princípio da precaução

[SO3] Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização

[SO2] Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção

[SO4] Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção

Denúncias relativas à corrupção, em 2010

Processos	Quantidade de incidentes tratados 2010	Empresas contratadas	Light
Ouvidoria	33	33	0
Ouvidoria ANEEL	2	2	0
Call Center	186	182	4
Casos avulsos	8	8	0
TOTAL	229	225	4

Light: uma Empresa de Energia

Para nós, ser uma empresa de energia representa o compromisso em oferecer nossas melhores qualidades como organização na geração e oferta de energia de qualidade para o Estado do Rio de Janeiro.

A dinâmica da nossa atividade demanda equipes treinadas e especializadas, tecnologia de ponta, investimentos permanentes em infraestrutura, processos eficientes e seguros, além de muitas parcerias e diálogo.

Em cada detalhe, buscamos gerar benefícios a todos os nossos públicos estratégicos. Como empresa privada, orientamos nossos negócios para que sejam lucrativos e que se reflitam também em ganhos sociais e econômicos para nossos *stakeholders*. Tudo isso sem esquecer o respeito ao meio ambiente.

Distribuição

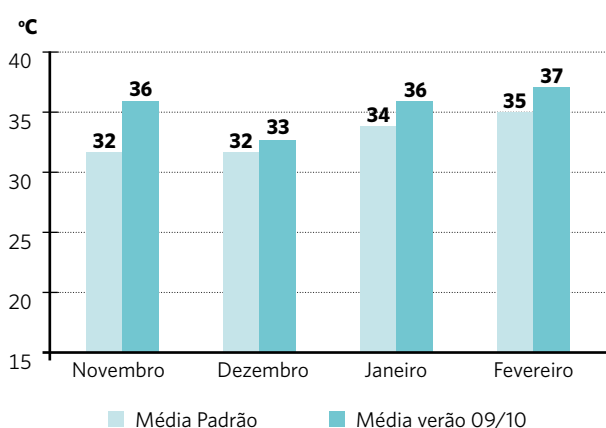
A modernização da rede e os investimentos em pessoal, treinamento e novos equipamentos nortearam uma série de ações implantadas pela Light em 2010

A energia que chega até você

O caminho percorrido pela energia elétrica desde a sua geração até uma residência ou indústria, por exemplo, compreende um alto grau de complexidade. A atividade de distribuição de energia inclui, além dos aspectos técnicos e de eficiência da concessionária e do próprio sistema elétrico nacional, elementos que não são gerenciáveis. É o caso do clima, fator determinante na produção e no consumo da energia.

E em 2010, os efeitos do clima foram mais intensos, especialmente no Rio de Janeiro, que registrou temperaturas recordes no início do ano. A extrema demanda de energia para climatização, associada a ocorrência de furtos frequentes de cabos e equipamentos, implicou em sobrecarga do sistema da Light e em uma série de interrupções no fornecimento.

Temperatura



Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet)

Os transtornos causados por esses eventos, que afetaram a rede subterrânea da Light, geraram insatisfação e questionamentos por parte dos clientes e mobilizaram toda a Empresa para, em cada ponta do problema, desenvolver ações emergenciais e outras de médio e longo prazo. O comprometimento das equipes para atender os clientes, tirar dúvidas, coletar sugestões e orientar sobre os procedimentos para ressarcimento por perdas e danos elétricos foi um dos primeiros focos de trabalho. Paralelamente, as equipes técnicas se revezavam continuamente para restabelecer o fornecimento de energia.

No segundo semestre de 2010, foi implantado o Plano de Ação para o Verão, com o objetivo de prevenir interrupções no

fornecimento de energia e outras ocorrências em vista ao aumento esperado na demanda durante o verão 2010/2011. Para isso, a Light elaborou um amplo planejamento em ações de infraestrutura, capacitação de pessoal e ferramentas de atendimento e de comunicação.

Para reduzir a incidência de problemas ou eventuais falhas no verão de 2011, a Companhia somou importantes ações. São iniciativas que demandam tempo, recursos e que só estarão plenamente concluídas nos próximos dois ou três anos. Além da melhoria imediata nos serviços, esses investimentos garantirão a base necessária para atender o crescimento do Rio de Janeiro e para a realização dos grandes eventos esportivos que acontecerão em 2014 (Copa do Mundo) e em 2016 (Jogos Olímpicos).

Câmaras subterrâneas

A Light tem a maior rede subterrânea da América Latina. No ano, um de seus grandes desafios foi desenvolver um programa de automatismo nessa rede sem que isso implicasse em grandes obras de infraestrutura ou falhas no fornecimento durante o processo.

Uma das primeiras iniciativas foi aumentar o número de funcionários capacitados para as funções da rede subterrânea. Para isso, a Light elaborou um plano que incluiu a contratação direta de mão-de-obra, reduzindo a participação de terceirizados nas funções. A etapa seguinte foi na qualificação desse pessoal, garantindo que todos recebessem além dos treinamentos técnicos, os padrões e a qualidade da Light.

Por seis meses, os candidatos foram treinados e submetidos a um contrato de experiência. Após esse período, aqueles que foram selecionados passaram por um processo de certificação, que foi conduzido pela Academia Light. O número de empregados diretos na rede subterrânea passou de 23 para 140, uma alta de 500%. Saiba mais sobre esse processo no capítulo "Light: uma Empresa Diversa", a partir da página 75.

A Companhia também concluiu um projeto-piloto com 50 câmaras e contratou outras 1 mil câmaras, que deve estar finalizado em 2011. Com as melhorias, é possível monitorar, em tempo real, fatores como intrusão, temperatura, ventilação, proteção elétrica e inundação. Além da agilidade nesse acompanhamento, as equipes responsáveis pela manutenção também são diretamente beneficiadas pela automação, reduzindo a necessidade da presença física desses profissionais nas câmaras subterrâneas.

Em números, foram realizadas cerca de 14 mil inspeções em 4 mil câmaras transformadoras e em 12 mil caixas de inspeção, 100% a mais do que em 2009. Também foram instaladas 1.594 boias de fibra de vidro para evitar inundação das câmaras, o dobro do realizado no ano anterior. Já a manutenção de 2.703 protetores do sistema reticulado, representou seis vezes o número de 2009.

Fortalecimento da rede **GRI EU6**

A modernização da rede e os investimentos em pessoal, treinamento e novos equipamentos nortearam uma série de ações preventivas implantadas pela Light em 2010.

Um dos principais focos foi na seleção, treinamento e contratação de mão de obra para as diversas atividades da rede. Para garantir a agilidade e qualidade desejadas nos serviços

de manutenção e expansão, a Empresa contratou e capacitou profissionais. Além dos conhecimentos técnicos e operacionais, esses trabalhadores também receberam um forte treinamento nos valores e “jeito de ser” Light, garantindo a qualidade e os padrões de comportamento da Companhia.

Na parte técnica e operacional, um dos destaques foi o Programa de Automação da Rede e a retomada do Planejamento do sistema elétrico da Companhia. Com o Programa, que deverá estar concluído até o final de 2011 e em pleno funcionamento até 2013, será possível o telecontrole e teletransmissão de dados em tempo real de toda rede da Light. Isso se traduzirá em melhoria dos serviços prestados, com ações mais rápidas de normalização e a redução das quedas de frequência de carga distribuída.

O Planejamento do sistema elétrico estabeleceu frentes de atuação no sistema de alta tensão, na rede de distribuição e nas R\$ 123,6 milhões, o maior já realizado na história da Light neste segmento. Entre os destaques está a construção de duas novas subestações: Copacabana (120MVA) e Marapicu (60MVA), o início da construção de mais quatro subestações e a ampliação e melhoramento em outras nove. **GRI EU6**

A Light também iniciou quatro novas linhas de transmissão em 138 kV, totalizando 18,4 km. Substituiu 98,5km de cabos de alta tensão e 5.959 isoladores de linhas de transmissão e realizou 6.017 podas de árvores. No período, a Empresa começou ainda a reconstrução das linhas de alta tensão Jacarepaguá-Cosmos e Jacarepaguá-Ary Franco, em 138kV, pertencentes à Eletrobras-Furnas.

A rede de distribuição recebeu 48 novos circuitos de distribuição em 13,8kV e teve 161 km de redes de baixa tensão substituídos por cabos multiplexados. A Companhia também trocou 368 km de rede aberta por spacer cable (rede fechada, com cabos aéreos protegidos, que minimizam a necessidade de podas por serem mais compactos).

Já o cadastro georeferenciado da rede elétrica de baixa tensão foi iniciado em 2010 e deve estar concluído até o final de 2011. A Light terá o levantamento técnico da sua base de ativos do sistema elétrico a partir de coordenadas geográficas. Serão mapeados 69 mil transformadores, 730 mil postes e 29 mil estruturas da rede subterrânea.

A Light também dedicou especial atenção aos esclarecimentos a toda sociedade e implantou uma ampla campanha de comunicação para informar sobre os problemas ocorridos e as ações corretivas adotadas. Saiba mais no capítulo Comunicação e Transparência, a partir da página 90.

Obras estruturais em Copacabana e Leblon

Com o objetivo de aumentar a confiabilidade do fornecimento de energia, as subestações de Copacabana e do Leblon foram foco de obras estruturais no segundo semestre de 2010. Durante todo o processo, a população local teve acesso às informações sobre o andamento das obras e orientações sobre as intervenções realizadas. Saiba mais sobre essas ações de comunicação e relacionamento no capítulo Comunicação e Transparência, a partir da página 90.

Obras em Copacabana em números

- ampliação do sistema reticulado de média tensão Posto Seis II
- construção de 1 novo circuito alimentador no sistema reticulado
- instalação de 2 km de cabos de média tensão
- construção de 900 metros de linhas de dutos
- investimentos de R\$ 600 mil
- unidades consumidoras beneficiadas: 9.963

Obras do Leblon em números

- formação do novo sistema reticulado de média tensão Leblon I com desmembramento do anterior
- construção de 8 circuitos alimentadores no novo sistema reticulado
- instalação de 7 km de cabos de média tensão
- construção de 1 km de linhas de dutos
- instalação de 8 indicadores de falha
- instalação de 20 chaves de manobra
- substituição de 8 transformadores
- investimentos de R\$ 3,4 milhões
- unidades consumidoras beneficiadas: 12.470

[EU3] Número de unidades residenciais, industriais, institucionais e comerciais

sistema regulatório

[EU4] Comprimento de linhas de transmissão e distribuição aéreas e subterrâneas, discriminadas por

[EU6] Formas de gestão para assegurar a disponibilidade e confiabilidade do fornecimento de eletricidade a curto e longo prazo

Distribuição – Light SESA

Os 31 municípios atendidos pela Light somam aproximadamente 11 milhões de pessoas, o que representa 2/3 do total de 16 milhões de habitantes do Estado do Rio de Janeiro.

Para atender com eficiência, segurança e agilidade seus cerca de 4 milhões de clientes, a Light SESA dispõe de uma ampla rede que garante a transmissão e a distribuição da energia elétrica. As linhas de distribuição são divididas em rede aérea, para regiões de baixa e média concentração de carga e, em rede subterrânea, para áreas com grande concentração de carga.

Mercado de energia

O consumo total de energia na área de concessão da Light SESA (clientes cativos + transporte de clientes livres) no ano foi de 22.384 GWh, um crescimento de 4,2% em relação ao mesmo período de 2009, influenciado principalmente pelo bom desempenho do mercado livre e pelo acréscimo no consumo dos clientes residenciais.

Considerando a energia consumida pelos clientes livres CSN, Valesul e CSA, o consumo total em 2010 foi de 24.588 GWh.

Infraestrutura de transmissão e distribuição GRI EU4

Ano	Linhas de distribuição (em km)			
	Rede aérea		Rede subterrânea	
	MT*	BT**	MT	BT
2010	19.304	31.693	3.270	2.449
2009	18.987	31.579	3.259	1.440
2008	18.987	31.579	3.259	1.440
Ano	Linhas de transmissão (em km)			
	Rede aérea		Rede subterrânea	
			MT	BT
	2010		1.880,0	165,0
2009		1.871,84	163,04	
2008		1.871,84	163,04	

* MT- média-tensão ** BT- baixa-tensão

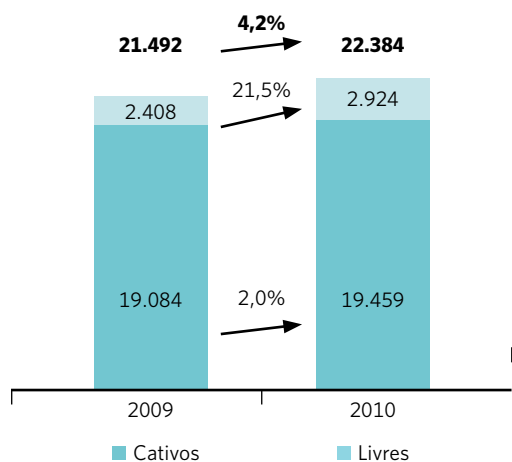
Número de unidades consumidoras residenciais, industriais, institucionais e comerciais GRI EU3

Perfil do consumidor	2008	2009	2010
Número de contas faturadas consumidores cativos	3.928.689	3.995.916	4.070.591
Residencial	3.624.425	3.688.998	3.759.911
Industrial	12.164	11.749	11.403
Comercial	269.088	271.768	275.268
Demais	23.012	23.401	24.009
Número de contas faturadas consumidores livres	32	32	47
Industrial	19	18	24
Comercial	12	13	22
Demais	1	1	1

Consumo (em GWh) por classes

<i>Classes consumidoras</i>	2008	2009	2010
ENERGIA VENDIDA TOTAL	20.928	21.492	22.384
Residencial	7.388	7.880	8.243
Industrial	4.069	3.757	3.945
Comercial	6.129	6.413	6.680
Demais	3.342	3.442	3.516
ENERGIA VENDIDA CATIVOS	18.292	19.084	19.459
Residencial	7.388	7.880	8.243
Industrial	1.875	1.857	1.717
Comercial	5.852	6.074	6.157
Demais	3.177	3.273	3.342
ENERGIA VENDIDA LIVRES (*)	2.636	2.408	2.924
Industrial	2.194	1.900	2.228
Comercial	277	339	523
Demais	165	169	174

**Consumo de Energia Elétrica (GWh)
Mercado Total (Cativo + Livre)**

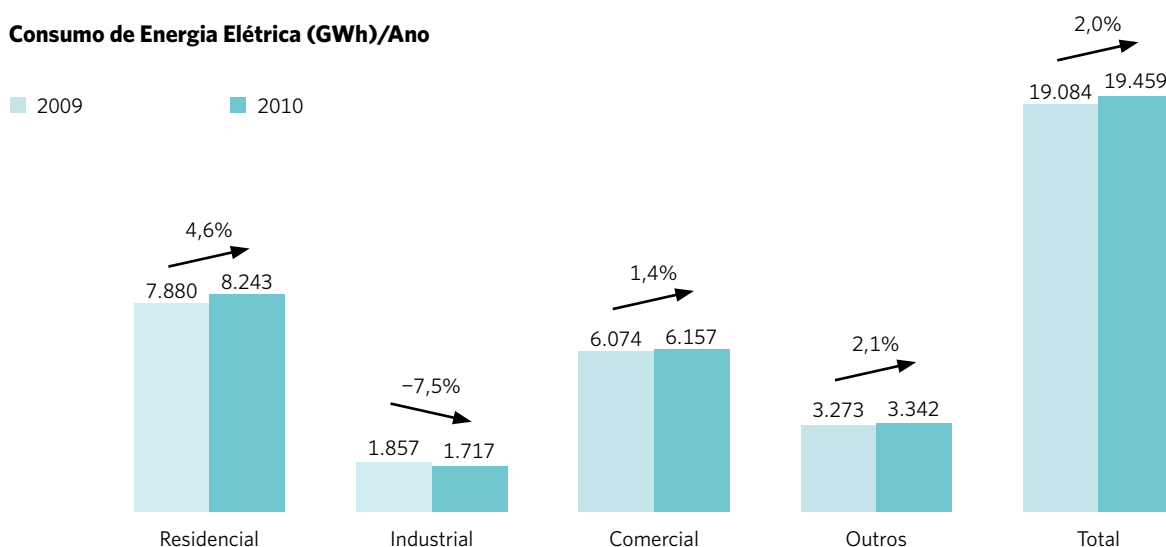


Em razão de preservar a comparabilidade com o mercado homologado pela ANEEL no processo de Revisão Tarifária, foi desconsiderada a energia faturada dos clientes livres: Valesul, CSN e CSA, tendo em vista a então planejada saída desses clientes para a Rede Básica. O consumo de energia de tais clientes totalizou 2.204 GWh em 2010 e 1.678 GWh em 2009.

Mercado cativo

Em 2010, o consumo faturado no mercado cativo totalizou 19.459 GWh, uma alta de 2,0% na comparação com o ano anterior, resultado principalmente do crescimento dos consumos dos segmentos residencial e comercial, devido as melhorias das condições econômicas na área de concessão da Light.

Consumo de Energia Elétrica (GWh)/Ano



O consumo residencial respondeu por 42,4% do consumo do mercado cativo no acumulado do ano. O número de clientes residenciais cresceu 1,9%, totalizando 3,76 milhões de clientes faturados em dezembro de 2010, com consumo médio mensal de 184,4 kWh/mês em 2010, em comparação a 179,5 kWh/mês no ano de 2009.

O segmento comercial, que consumiu 6.157 GWh, respondeu por 31,6% do consumo no mercado cativo, apresentando crescimento de 1,4% em comparação a 2009. No ano, 9 clientes comerciais migraram para o mercado livre, com consumo médio mensal de 16,5 GWh.

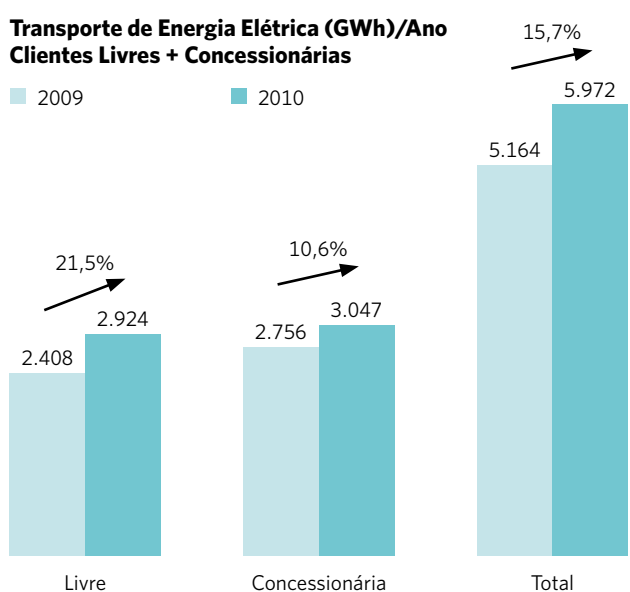
Os clientes industriais, com participação de 8,8% no mercado cativo consumiram 1.717 GWh em 2010, 7,5% abaixo do ano anterior, devido, principalmente, à migração de 5 grandes clientes, que acrescentaram 175 GWh no mercado livre.

Desconsiderando-se essas migrações o crescimento seria de 2,9% entre os períodos. No acumulado de 2010, destacaram-se com desempenho positivo os setores de produtos de metal (30%), bebidas (22,8%), borracha e plástico (2,8%) com representatividade de 22,4% na classe industrial.

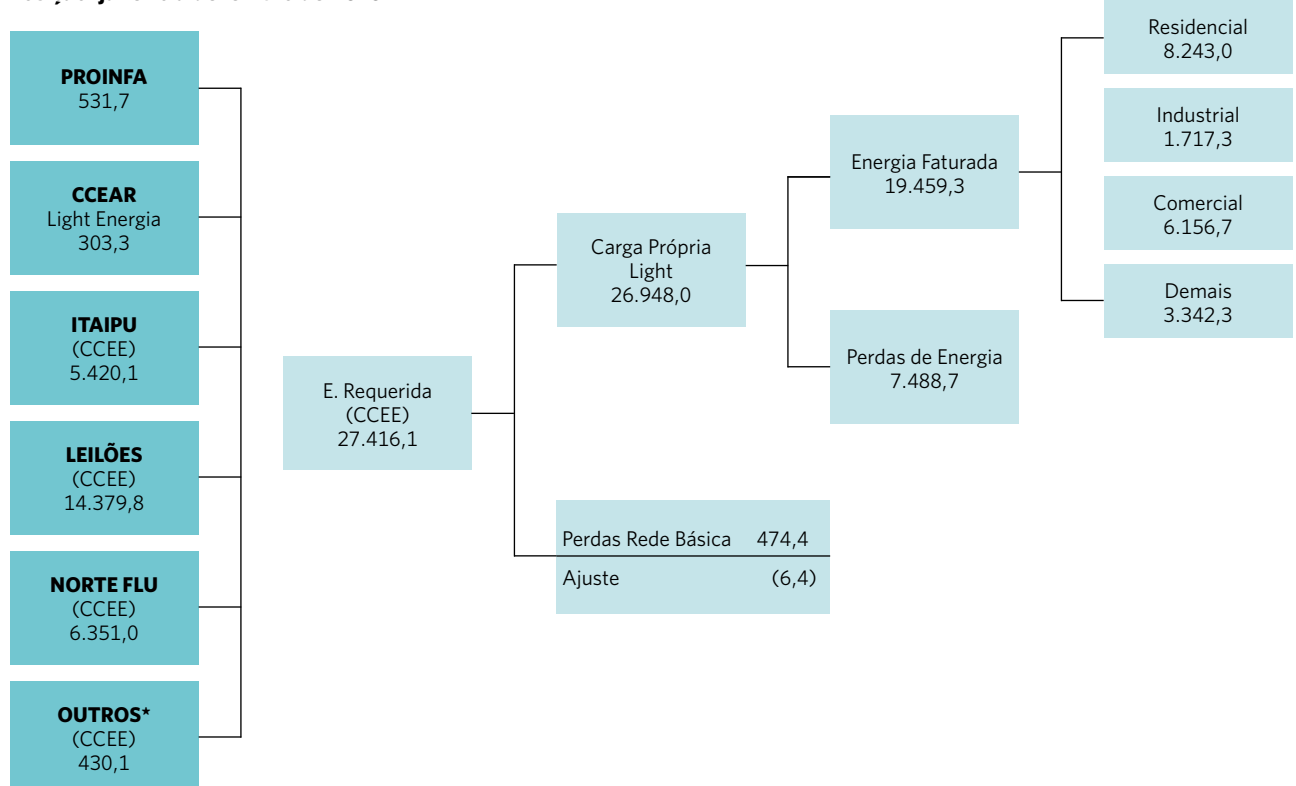
Em relação às demais classes que representaram 17,2% do mercado cativo, o crescimento no ano foi de 2,1% em relação a 2009. As classes rural, poder público e água, esgoto e saneamento, com representatividade de 0,3%, 7,4% e 5,6% no mercado cativo respectivamente, tiveram desempenho positivo.

Transporte de energia

Em 2010, o transporte de energia para os clientes livres e as concessionárias que utilizam a rede da Light somou 5.972 GWh. O volume é 15,7% maior que os 5.164 GWh contabilizados em 2009. O aumento teve como principal fator a migração de clientes para o mercado livre, que acrescentaram 406 GWh à esse mercado. Já o fluxo de energia suprida às concessionárias que fazem fronteira com a Light registrou alta de 10,6% em 2010.



Balço Energético de Distribuição (GWh) Posição: janeiro a dezembro de 2010



Atendimento à demanda realizada por fonte de energia

GRI EU10

<i>Fonte de energia em %</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>
Hidrelétrica (Recursos Hídricos)	72,4	71,8	66,1
Térmica (Combust. fósseis)	26,2	26,4	31,9
Proinfa (PCH)	0,5	0,9	0,9
Proinfa (Eólica)	0,4	0,4	0,4
Proinfa (Biomassa)	0,5	0,5	0,7
TOTAL	100	100	100

Em 2010, a demanda realizada da Light, sem as perdas da rede básica, foi de 26.948 GWh. A Compra de energia para atender à demanda projetada somente é realizada via leilões, onde não existe a possibilidade de escolha da fonte geradora. Não há negociação direta entre a geradora e a distribuidora do Grupo. Os recursos contratuais da Light são planejados para ficar entre 100% e 103% da demanda, de acordo com a regulamentação específica. Existem mecanismos de ajuste ao longo do ano para comprar ou devolver contratos, buscando o equilíbrio entre a demanda e o que é contratado.

[EU10] Capacidade planejada em comparação à projeção de demanda de energia a longo prazo,

discriminada por fonte de energia e sistema regulatório

Várias frentes de combate às perdas

O combate às perdas é um dos grandes desafios da Light. Em sua área de concessão, o volume de perdas totalizou 21,29% de toda energia distribuída pela da Light SESA no encerramento de 2010, o que representa 7.493 GWh em perdas. Desse montante, 6,3% correspondiam a perdas técnicas e 14,99%, ou 5.278 GWh, a perdas comerciais. O desempenho do ano foi melhor, representando uma redução de 0,53 pontos percentuais em relação às perdas de 2009, que totalizaram 21,82%.

Volume de perdas GRI EU12

	2008	2009	2010
Perdas elétricas - total (%) sobre a carga fio	20,2	21,82	21,29
Perdas técnicas - (%) sobre a carga fio	6	6,3	6,3
Perdas não-técnicas - (%) sobre a carga fio	14,2	15,5	14,99

Recuperação

Para reverter as perdas, a Light aposta em ações corretivas na infraestrutura de sua rede, busca constante por

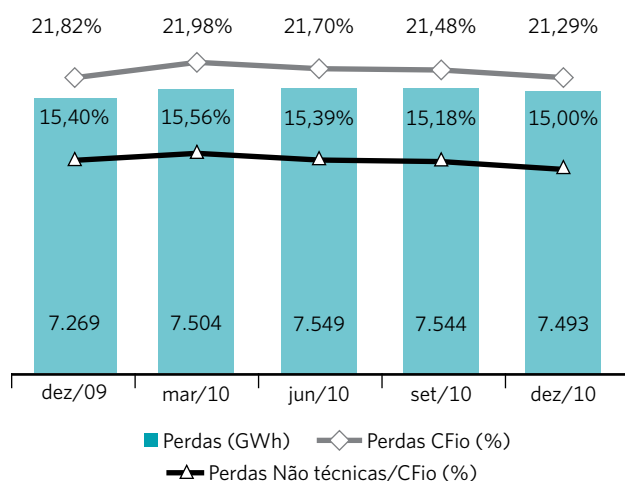
mais eficiência e segurança na distribuição, bem como o estabelecimento de novos modelos de relacionamento com as comunidades e com o poder público.

Um dos destaques da Empresa no ano foram as diferentes iniciativas desenvolvidas junto às comunidades pacificadas, que têm somado resultados importantes na inclusão de novos clientes e no combate ao furto de energia. O furto de energia sobrecarrega e fragiliza as instalações, causando prejuízos, sérios riscos à saúde e segurança dos moradores locais e, de maneira geral, acabam por gerar um custo adicional no valor pago por todos pela energia distribuída. Em 2010, a Light deu continuidade às três grandes frentes adotadas no ano anterior: inspeção em campo; blindagem da rede e desenvolvimento de novas tecnologias.

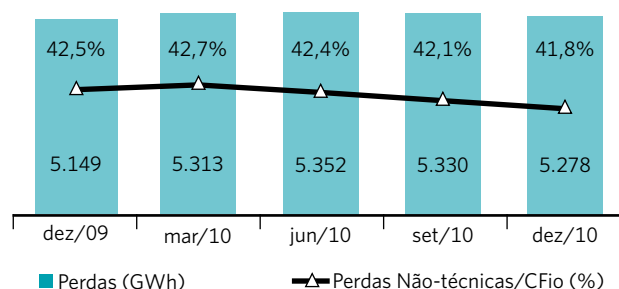
Na parte de inspeção em campo, um dos destaques foi a adoção da tecnologia *palm*, dispositivos eletrônicos que substituem as planilhas em papel dos inspetores. Com esses aparelhos, a Light acompanha, em tempo real, as ações das equipes de campo, o que se traduz em mais confiabilidade dos dados e agilidade nas operações de corte e religamento do fornecimento. Foram realizadas 182.017 inspeções, ante as 198.108 de 2009, porém o número de normalizações realizadas em 2010 foi de 86.764, superando 2009 que teve 74.721, mostrando assim um ganho de eficiência dos processos de Recuperação de Energia.

Em blindagem da rede, a instalação de cerca de 110 mil medidores digitais também contribuiu para identificar

Evolução das Perdas Totais 12 meses



Perdas Não Técnicas / Mercado BT 12 meses



com rapidez e confiabilidade os casos de furto e fraude, permitindo o controle de consumo de cada cliente e a realização de cortes à distância. A suspensão de cabos de baixa tensão para que fiquem fora do alcance dos moradores e a instalação dos medidores digitais no alto dos postes reforçam as estratégias antifurtos.

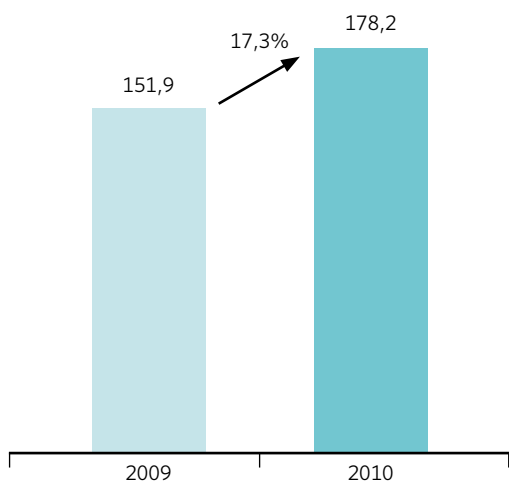
No campo de novas tecnologias, a área de P&D desempenha um papel-chave. No ano, entre os diversos projetos em andamento, um dos destaques foi o Disbloq (Dispositivo de Bloqueio e Alarme Contra Fraude por Queima de Bobina de Potencial de Medidores). O projeto ajuda a detectar fraudes nos medidores de energia, promovendo, automaticamente a interrupção de todo fornecimento de energia da unidade consumidora, só sendo possível o seu restabelecimento com o comparecimento de um funcionário da Light no local. **GRI EU8**

O Optimus, por sua vez, é um software que permite o tratamento de dados e a coleta de informações de medições de subestações, alimentadores e até transformadores, e faz o cruzamento com dados da rede de distribuição e do histórico de fraudes e consumo. Dessa maneira, a Light tem um mapeamento de tudo que já foi e está sendo feito em recuperação de energia, além de poder identificar onde estão as maiores concentrações de perda e os resultados das inspeções.

Ao longo desse relatório, a Light apresenta suas iniciativas de promoção de eficiência energética, geração de renda, empreendedorismo e educação, que também integram o esforço conjunto da Companhia para reduzir as perdas comerciais ao promover o desenvolvimento das comunidades do entorno.

Como resultado de todas essas ações, a Light somou 178,2 GWh de energia recuperada em 2010, total 17,3% acima do volume recuperado em 2009.

**Consumo de Energia Elétrica (GWh)
Mercado Total (Cativo + Livre)**



Plano de Combate à PCLD

No último trimestre de 2010, a Light implantou o Plano de Combate à PCLD (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa). Este programa especial consiste em ações de cobrança segmentadas, que visam a oferecer aos clientes inadimplentes condições mais flexíveis para a quitação de seus débitos, proporcionando reversão de PCLD e a retomada do fluxo mensal das contas de energia elétrica. Este plano deve estender-se pelo primeiro semestre de 2011.

Desde o lançamento até final de dezembro, o Plano de Combate à PCLD totalizou 3.161 clientes no programa, resultando em uma arrecadação de R\$ 1,81 milhão e R\$ 3,88 milhões em reversão. Junto aos grandes clientes privados, a iniciativa também foi muito bem recebida. O saldo negociado no período chegou a R\$ 21,3 milhões. A arrecadação somou R\$ 1,5 milhão, e R\$ 4,1 milhões foram revertidos ao caixa da Light.

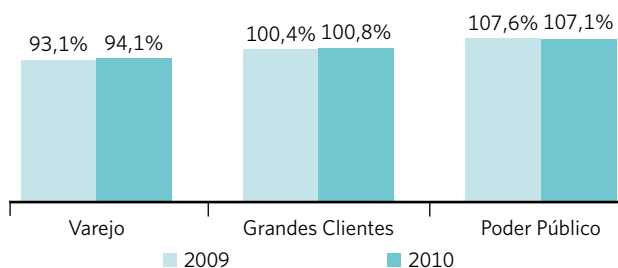
Arrecadação

No ano, a taxa de arrecadação foi de 97,9%, o que significa uma alta de 0,6 p.p. frente ao volume consolidado de 2009. O segmento do varejo registrou 94,1% em 2010 (93,1%, em 2009) e os segmentos de grandes clientes e poder público mantiveram taxas de arrecadação acima dos 100%, em função da arrecadação do débito corrente e dos passados.

Taxa de arrecadação (em R\$ milhões)	2009	2010
Faturamento	8.071	8.541
Arrecadação	7.857	8.359
Taxa de arrecadação	97,3%	97,9%

A constituição de provisão para devedores duvidosos em 2010 representou 3,2% da receita bruta de faturamento de energia, totalizando R\$ 254,8 milhões. Em 2009, esse montante foi de R\$ 246,0 milhões.

**Consumo de Energia Elétrica (GWh)
Mercado Total (Cativo + Livre)**



Smart Grid, o futuro está nas redes inteligentes GRI EU8

A criação de redes inteligentes, ou *smart grids*, representa um grande avanço de qualidade e eficiência para o setor elétrico. Trata-se de uma tecnologia capaz de garantir mais eficiência no sistema de transmissão e distribuição de energia, reduzindo falhas e interrupções, ao mesmo tempo em que oferece maior interação com o consumidor.

Em 2010, a Light e a Cemig firmaram uma parceria para estudar e implantar soluções de redes inteligentes, que permitirão a manutenção e atendimentos remotos, bem como a prestação de novos serviços. Com investimentos de R\$ 35 milhões da Light e de R\$ 30 milhões da Cemig, a iniciativa faz parte do escopo do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) regulamentado pela ANEEL das duas concessionárias e tem duração de três anos.

Além de possibilitar ao cliente o acompanhamento dos níveis de qualidade da energia recebida, as redes inteligentes também ampliarão o número de canais de comunicação. Com isso, via a utilização de televisores, telefones celulares, aplicativos web e mostradores avançados, os clientes poderão, por exemplo, ter o acompanhamento seu consumo através de interfaces amigáveis, entre elas gráficos e estimativas de consumo em Reais.

O Programa *Smart Grid* da Light é dividido em cinco subprojetos:

1. Projeto para plataforma *smart grid*: Desenvolvimento dos novos medidores e da estrutura de TI e telecomunicações.

2. Projeto para gestão otimizada da rede de distribuição subterrânea: Desenvolvimento de um sistema de gestão, em tempo real, de rede de distribuição subterrânea, por meio de monitoramento, diagnósticos e reconfiguração.

3. Projeto de gestão otimizada da rede de distribuição aérea: Desenvolvido em conjunto com o projeto 2, contempla a automação da rede aérea.

4. Projeto para a gestão energética pelo lado da demanda: Desenvolvimento de um sistema para gestão energética por parte do consumidor, através da utilização de canais multimídia interativos.

5. Projeto de gestão de fontes renováveis, armazenamento distribuído e veículos elétricos recarregáveis: Desenvolvimento de terminais de recarga para veículos elétricos e híbridos recarregáveis, como automóveis e barcos. Este projeto também estudará, entre outros temas, a geração e o armazenamento distribuído de energia na rede.

Eficiência operacional do *Smart Grid*

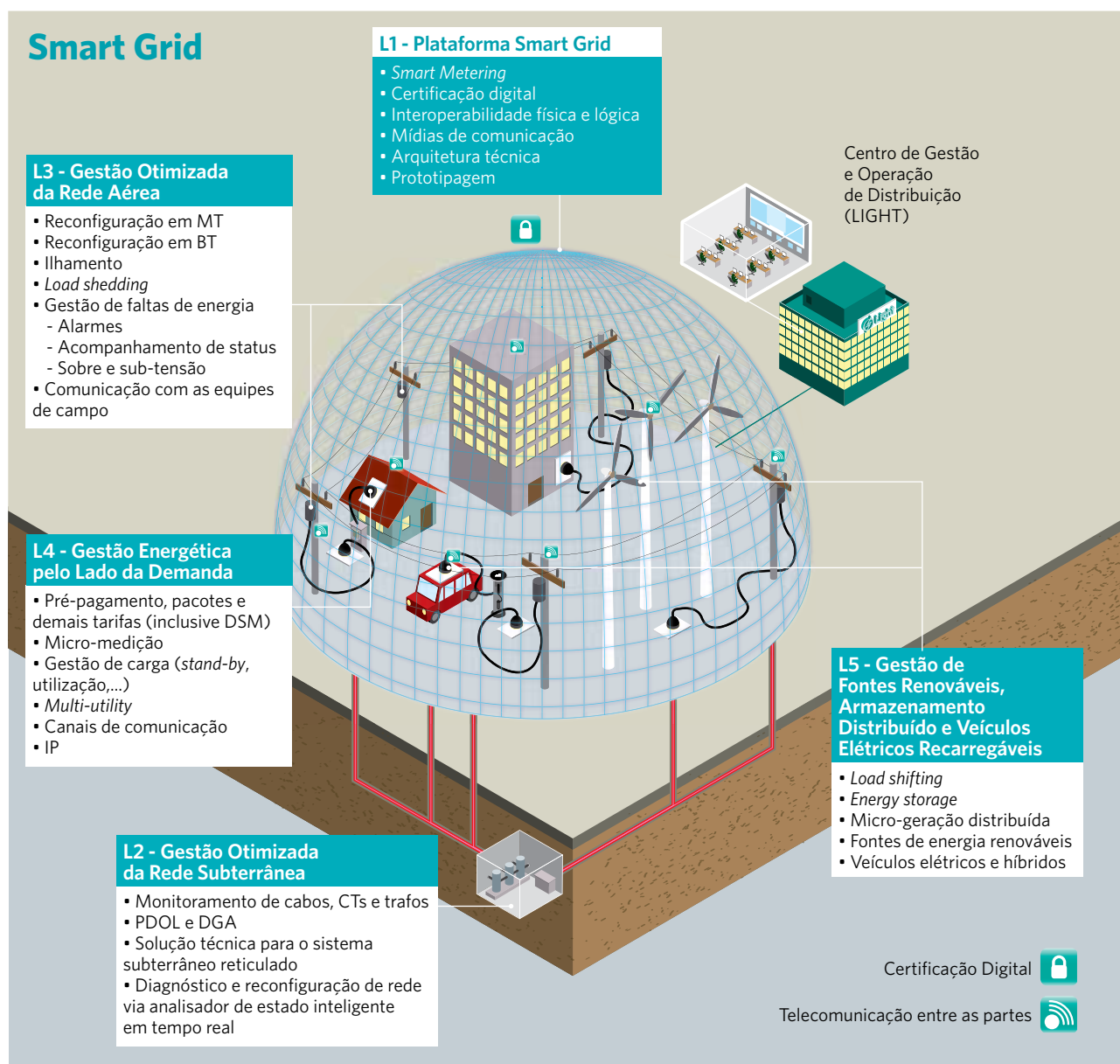
- Medição inteligente
- Combate às perdas
- Detecção/correção de falhas em tempo real
- Reconfigurações automáticas da rede
- Interrupção automática gradual do fornecimento em emergência
- Gestão automática do consumo na ponta
- Monitoramento da qualidade do fornecimento de energia
- Geração e armazenamento distribuídos de energia
- Gerenciamento energético pelo lado da demanda
- Gestão e monitoramento de ativos de rede em tempo real
- Ampliação dos canais de relacionamento com os clientes e maior informação do serviço prestado

O que são *smart grids*

A implantação de uma rede inteligente está diretamente relacionada à troca dos medidores analógicos por medidores digitais, que tenham chips e estejam interligados à rede de transmissão e conectados à internet para transmitir dados.

Entre as vantagens que essa nova tecnologia permite está o controle exato e permanente do consumo de cada medidor pelo cliente e pela concessionária. Também reduz o furto de energia, ao impedir instalações irregulares na rede.

O sistema tem ainda um importante impacto no consumo consciente de energia, pois permite que o consumidor programe aparelhos eletrodomésticos, como máquinas de lavar ou ar condicionado, para não funcionarem em horários de pico.



Pesquisa e Desenvolvimento **GRI EUS**

O Plano Estratégico de P&D da Light SESA e da Light Energia, que engloba o ciclo 2009-2013, inclui oito linhas de pesquisa para a Light Energia e 18 para a Light SESA. Em 2010, os 87 projetos, representaram investimentos da ordem de R\$ 24 milhões. Desse total, R\$ 22,6 milhões foram dos 76 projetos da Light SESA e, R\$ 1,4 milhão, referentes aos 11 projetos da Light Energia.

Entre os principais temas desenvolvidos nesses projetos, destacam-se a construção de metodologias para

gestão e geração de energia em comunidades de baixa renda e para a implantação de veículos elétricos em atividades de transporte e ainda o desenvolvimento de soluções sustentáveis e práticas socioambientais de gerenciamento de resíduos sólidos, entre outros.

Os projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) das empresas Light SESA e Light Energia passam por uma avaliação do critério ANEEL "Razoabilidade de custos" que além de avaliar o custo pontualmente em relação ao mercado, também verifica por meio de uma avaliação econômica a viabilidade de retorno do investimento, pela expectativa do resultado do projeto de P&D. Outros critérios que também compõem a avaliação dos projetos de P&D incluem Originalidade, Aplicabilidade e Relevância.

[EUS] Atividades e despesas referentes à pesquisa e desenvolvimento visando a

confiabilidade do fornecimento de eletricidade e a promoção do desenvolvimento sustentável

Alguns projetos de P&D desenvolvidos em 2010

<i>Projeto</i>	<i>Valor</i>
Formulação de tarifas para consumidores de baixa renda - Indicadores e estudo de experiências bem sucedidas	R\$ 269.780,56
Metodologia para planejamento e análise para a implantação de veículos elétricos em atividades de transporte	R\$ 387.385,32
Desenvolvimento de modelo para gestão e geração de energia em favelas	R\$ 194.032,00
Soluções sustentáveis e práticas socioambientais de gerenciamento de resíduos sólidos	R\$ 334.419,17
FAPES - Ferramenta de Avaliação e Planejamento de Estratégias de Sustentabilidade	R\$ 154.498,81
Unidade de Resposta Escrita (URE) para atendimento ao deficiente auditivo	R\$ 979.771,56
Pesquisa sobre óleo biodegradável para ser usado nos cabos OF das linhas de transmissão subterrâneas e de um aditivo que possa tornar biodegradável o óleo DDB existente originalmente nos cabos	R\$ 143.509,09

Pesquisa e Desenvolvimento	Light SESA		Light Energia		
	<i>Classificação de projetos pela fase da Cadeia de Inovação</i>	<i>Nº de projetos</i>	<i>Investimentos em 2010 (R\$)</i>	<i>Nº de projetos</i>	<i>Investimentos em 2010 (R\$)</i>
Pesquisa básica	2	894.396,45	0	-	
Pesquisa aplicada	35	9.522.248,48	3	373.357,38	
Desenvolvimento experimental	33	10.271.157,19	8	1.075.146,24	
Cabeça de série	5	1.809.277,94	0	-	
Lote pioneiro	0	-	0	-	
Inserção no mercado	1	131.386,65	0	-	
TOTAL	76	22.628.466,71	11	1.448.503,62	
	<i>Classificação de projetos por tipo de produto gerado</i>	<i>Nº de projetos</i>	<i>Investimentos em 2010 (R\$)</i>	<i>Nº de projetos</i>	<i>Investimentos em 2010 (R\$)</i>
Conceito ou metodologia	22	4.870.501,73	2	231.922,38	
Software	22	6.440.020,09	4	598.886,66	
Sistema ou Processo	14	7.507.368,26	4	549.003,00	
Material ou Substância	3	357.845,74	0	-	
Componente ou Dispositivo	7	1.230.502,86	1	68.691,58	
Máquina ou Equipamento	8	2.222.228,03	0	-	
TOTAL	76	22.628.466,71	11	1.448.503,62	

Geração

Com entrada em funcionamento de três novas usinas hidrelétricas nos próximos anos, a Light vai ampliar em 230 MW sua produção de energia

Mais energia para o Brasil

Mais de 230 MW de energia limpa. Esse é o volume da capacidade instalada de três novas usinas hidrelétricas da Light que entrarão em funcionamento nos próximos anos: PCH Paracambi, PCH Lajes e UHE Itaocara. Desse total, a Light Energia detém 51% do volume a ser gerado (177,8 MW), porcentagem que representa a participação da Empresa nos empreendimentos. **GRI EN18**

A PCH Paracambi, localizada no Ribeirão das Lajes (RJ), tem o início de suas atividades previsto para o final de 2011. A UHE Itaocara está em fase de licenciamento ambiental, com início da construção estimada para 2011 e entrada em operação em 2013. Aproveitará o potencial hidrelétrico do rio Paraíba do Sul e abrangerá oito municípios: Aperibé, Carmo, Cantagalo, Itaocara e Santo Antônio de Pádua, no Estado do Rio de Janeiro; Estrela Dalva, Pirapetinga e Volta Grande, em Minas Gerais. Já a PCH Lajes, no município de Piraí (RJ), está em fase de aprovação pela ANEEL. A estimativa é que entre em operação em 2012.

Em 2010, a Light realizou a recomposição do Alimentador 1 do Complexo de Lajes, que estava desativado desde 2004. A operação foi feita com total respeito ao meio ambiente, aliando criatividade e inovação durante a obra, sem que houvesse qualquer interferência na vegetação local. Saiba mais

O Complexo de Lajes e a água do carioca

96% de toda água consumida na cidade do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense passam pelas turbinas do Complexo de Lajes. Desse total de água, 11%, ou 5,5 m³/s, são águas de classe especial do Reservatório de Lajes, que necessitam somente ser cloradas para consumo.

[EU18] Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas

[EU20] Abordagem para gestão de impactos de deslocamento

[EU22] Número de pessoas deslocadas física e economicamente e indenização, discriminadas por tipo de projeto

sobre essa iniciativa e seus resultados no capítulo Compromisso Ambiental, a partir da página 92.

No ano, a Light também deu sequência aos trabalhos realizados com a população do entorno da PCH Paracambi. São 250 pessoas impactadas pelo reservatório que, após as ações de diagnóstico socioambiental, passaram a receber orientação e acompanhamento de equipes da Light. Em 2009, primeiro ano da desapropriação, a população recebeu todas as informações sobre o empreendimento. No processo de remoção e indenização, já foram desocupados 74 imóveis, restando outros 29. Em 2010, foi concluído o processo de um morador e os demais devem estar finalizados em 2011. **GRI EU22, EU20**

Projetos	Capacidade instalada (MW)	Previsão de início da operação	Período de concessão
PCH Paracambi	25	2012	até 2031
PCH Lajes	17	2012	até 2026
UHE Itaocara	195	2013	até 2036
TOTAL	237 MW		

Energia renovável

Além da geração hídrica, a Light também está investindo em outras fontes de energia renovável. Entre os projetos em desenvolvimento destacam-se os de geração eólica e as pesquisas desenvolvidas pela área de P&D para novas soluções energéticas.

Em geração eólica, o Grupo conta com dois projetos no Ceará, que somam 30 MW de capacidade instalada. Em 2010, a Light também participou de dois leilões e, apesar de não ter saído vencedora, deu mais um passo no amadurecimento de suas operações frente a essas novas oportunidades que as energias renováveis representam.

Geração – Light Energia

Com um parque gerador formado por cinco usinas hidrelétricas, que somam 855 MW de capacidade instalada, e duas usinas elevatórias, a Light Energia dispõe ainda de uma linha de transmissão (230kV) de 115 quilômetros, ligando a usina hidrelétrica Nilo Peçanha com a subestação Santa Cabeça, em Aparecida do Norte, no Estado de São Paulo. O complexo gerador da Light inclui também dois reservatórios de regularização e seis reservatórios de pequeno porte.

Todas as usinas, subestações e instalações associadas ao Parque Gerador da Light são operadas e mantidas dentro dos requisitos do Sistema de Gestão Integrado (SGI), que reúne as certificações nas normas brasileiras ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 (Meio Ambiente) e OHSAS 18001 (Segurança e Saúde Ocupacional). **GRI EN 26**

Além da Light Energia, o Grupo Light conta com o controle de duas empresas no segmento de geração: a Itaocara Energia Ltda, que detém a concessão para a construção e exploração da UHE Itaocara e a LightGer Ltda, que possui a concessão para a construção e exploração da PCH Pacarambi.

Infraestrutura

▪ **Complexo de Lajes**

- Usina Hidrelétrica Fontes Nova (Subsistema Lajes): 132 MW
- Usina Hidrelétrica Nilo Peçanha (Subsistema Paraíba - Pirai): 380 MW
- Usina Hidrelétrica Pereira Passos (Subsistema Pereira Passos): 100 MW

▪ **Usina Hidrelétrica Ilha dos Pombos: 187 MW**

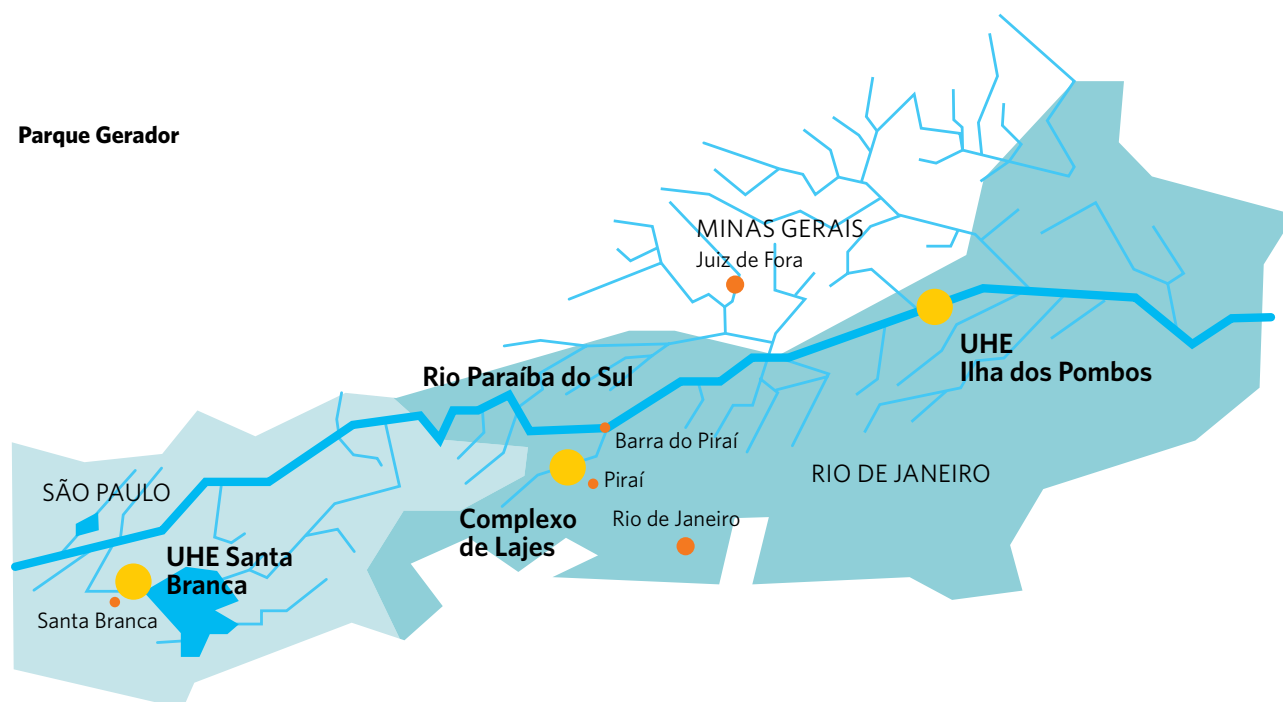
▪ **Usina Hidrelétrica Santa Branca: 56 MW**

▪ **Reservatórios de Regularização e seus volumes úteis:**

- Santa Branca: 308 milhões de metros cúbicos
- Lajes: 445 milhões de metros cúbicos

[EN26] *Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços*

Parque Gerador



Capacidade instalada, por fonte de energia primária GRI EU1

Empreendimento	Unidade	2008	2009	2010
UHE Fontes Nova	MW	132	132	132
UHE Nilo Peçanha	MW	380	380	380
UHE Pereira Passos	MW	100	100	100
UHE Ilha dos Pombos	MW	187	187	187
UHE Santa Branca	MW	56	56	56
Reservatório de Santa Branca	hm ³	308	308	308
Reservatório de Lajes	hm ³	445	445	445

Fator de disponibilidade média das usinas de geração GRI EU30

Disponibilidade da usina	Unidade	2008	2009	2010
Fontes Nova	%	97,5	98,4	87,7
Nilo Peçanha	%	92,1	95,5	86,0
Pereira Passos	%	97,7	98,4	99,0
Ilha dos Pombos	%	93,1	96,9	95,7
Santa Branca	%	95,3	97,2	98,1

Resultados da comercialização

No ano, o total de energia vendida pela Light Energia foi de 5.652 GWh, volume 11% acima do registrado em 2009. No Ambiente de Contratação Regulada (ACR), foram vendidos 4.189,7 GWh e, no Ambiente de Contratação Livre (ACL), a energia vendida somou 529,5 GWh. Já o volume de energia vendida no mercado *spot* ficou 134% acima do total registrado em 2009.

[EU1] Capacidade instalada (MW), por fonte de energia primária e por sistema regulatório

[EU30] Fator de disponibilidade média da usina, discriminado por fonte de energia e por sistema regulatório

[EU2] Produção líquida de energia, discriminada por fonte de energia primária e por sistema regulatório

Venda de energia (GWh)	2009	2010	%
Venda no Ambiente de Contratação Regulada	4.189,7	4.189,7	0,0
Venda no Ambiente de Contratação Livre	486,0	529,5	8,9
Vendas no mercado spot (CCEE)*	398,0	932,7	134,4
TOTAL	5.073,7	5.651,9	143,3

* O aumento de 134,4% no volume de vendas no mercado *spot* é resultado do crescimento das vendas no mercado *spot* durante o primeiro semestre, em função do aumento da geração hidráulica no sistema interligado, o que gerou maior energia secundária para liquidação na CCEE e pela contabilização realizada pela CCEE, que não descontou a energia consumida pelas bombas no primeiro semestre, no montante de 394,4 GWh. Se desconsiderado esse valor, o aumento no volume de energia vendida no mercado *spot* em 2010 seria 35,3% maior se comparado a 2009.

Produção líquida de energia, por fonte de energia primária (em MWh) GRI EU2

	2008	2009	2010
Usina geradora Fontes Novas (Piraí - RJ)	1.028.283	1.032.547	957.429
Usina geradora Nilo Peçanha (Piraí - RJ)	2.746.711	2.932.054	2.789.341
Usina geradora Pereira Passos (Piraí - RJ)	415.164	442.649	415.682
Usina geradora Ilha dos Pombos (Carmo/Além Paraíba RJ/MG)	888.636	1.018.036	1.036.618
Usina geradora Santa Branca (Santa Branca/Jacareí SP)	141.236	204.686	405.664
Geração bruta	5.220.030	5.629.972	5.604.733
Usina elevatória Santa Cecília (Barra do Piraí - RJ)	250.769	264.083	212.066
Usina elevatória Vigário (Piraí - RJ)	560.649	589.840	546.957
Consumo usinas elevatórias	811.418	853.923	759.024
Consumo Interno	67.172	80.973	79.342
Geração líquida	4.330.999	4.695.076	4.768.649

Comercialização e Serviços

Duas empresas - a Light Esco e a recém criada LightCom - têm como foco comercializar a energia gerada pelo Grupo, compondo ainda as atividades de trader no mercado livre de energia, além de oferecer serviços de energia, tais como: eficiência energética, infraestrutura elétrica, geração distribuída e gestão de utilidades

LightCom: soluções integradas de energia

Criada em fevereiro de 2010, a LightCom é a mais nova unidade de comercialização e serviços de energia do Grupo. Com sede em São Paulo, mercado que responde atualmente por quase metade dos projetos de comercialização da Light, a empresa atua de maneira complementar à Light Esco, fortalecendo o papel do Grupo nesse segmento e ampliando a sua participação no território nacional.

Da mesma maneira que a Light Esco, a LightCom tem como foco comercializar a energia gerada pelo Grupo, com-

pondo ainda as atividades de trader no mercado livre de energia. Irá também oferecer serviços de energia. As duas empresas podem, inclusive, atuar em parceria, otimizando os resultados, tanto dos clientes, como da Light. O objetivo da nova empresa é ser um importante canal de negócios de energia no estado de São Paulo.

*A atuação da Light Esco e da LightCom também se refletem em ganhos ambientais mais amplos, como a implementação de soluções que contribuem para a redução das emissões de gases de efeito-estufa (GEE) e, conseqüentemente, na mitigação das mudanças climáticas na região onde atua. **GRI EC2***

A Light Esco é a maior empresa de serviços de eficiência energética do País

Destaques de Serviços de Energia

No ano, a Light Esco totalizou 12 projetos de serviços de energia que incluíram implantação de subestações, ramais de 138kV, climatização de prédios comerciais, eficiência energética, dentre outras ações de melhoria da eficiência no uso da energia elétrica.

Junto à Petrobras foi concluída a construção das linhas de transmissão subterrâneas do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (CENPES) e do Centro Integrado de Processamento de Dados (CIPD). Tratam-se de empreendimentos fundamentais para a Petrobras no tocante ao pré-sal e, conseqüentemente, ao que o tema representa para o desenvolvimento do Rio de Janeiro e do crescimento sustentável do País.

Na área de eficiência energética, na qual a Companhia é referência, um dos destaques é o desenvolvimento de projeto de climatização e infraestrutura na PROJAC da Rede Globo, incluindo a construção de subestação 138 kV, implantação de nova central de água gelada e reforma da existente.

Em 2010, a subsidiária EBL, fruto da associação entre a Light Esco, a Petrobras Distribuidora e a Ecoluz manteve os serviços de automação do sistema de refrigeração e modernização do sistema de iluminação em 32 edifícios de uma grande empresa de telecomunicações, em diversos estados brasileiros.

Comercialização Light Esco e LightCom

Com atuação no mercado livre e de fontes alternativas, a Light Esco é responsável pela venda da energia gerada pelo Grupo. É também a empresa do Grupo Light que oferece serviços de energia e infraestrutura, voltada aos negócios em soluções energéticas.

ESCO - é a definição para "Energy Services Company" - Companhia de Serviços de Energia

No ano, a Light Esco transacionou 3.156,8 GWh, um volume 82,5% maior que o registrado em 2009, que foi de 1.730,0 GWh. O desempenho em 2010 foi resultado das novas operações de longo e curto prazo ocorridas no ano e pela ampliação do portfólio de contratos de vendas. Já as atividades de consultoria e representa-

[EC2] Implicações financeiras, riscos e oportunidades para a organização devido a mudanças climáticas

[EU7] Programas de gerenciamento pelo lado da demanda, incluindo programas residencial, comercial, institucional e industrial

ção de clientes livres junto à CCEE envolveram operações de 1.960,7 GWh, 80% acima do totalizado em 2009. **GRI EU7**

Perspectivas da Comercialização e Serviços de Energia

O Grupo Light, por meio da Light Esco e de sua nova unidade de comercialização, a LightCom, tem como principais desafios garantir os melhores resultados para a Companhia e seus acionistas no processo de recontração de energia da Light Energia, cujos contratos em leilão expiram no final de 2012 e de 2013.

Em relação às atividades de serviços de energia e infraestrutura, o foco é identificar novas oportunidades de atuação, aproveitando o conhecimento acumulado em soluções energéticas, tendo como grande diferencial a capacidade do Grupo em oferecer serviços integrados e customizados, de acordo com a necessidade de cada cliente. **GRI EU7**

[EU7] *Programas de gerenciamento pelo lado da demanda, incluindo*

programas residencial, comercial, institucional e industrial

Rio Energia 2016:

para o Rio crescer e ver

O compromisso da Light com o desenvolvimento do Rio de Janeiro, especialmente frente ao cenário de retomada do crescimento econômico e revitalização urbana da região, se traduz em uma série de ações que a posicionam como uma parceira envolvida na busca das melhores soluções.

O Programa Rio Energia 2016 é um exemplo desse comprometimento e do papel de agente articulador do Grupo entre os setores público e privado, envolvendo também a sociedade civil. Lançado em fevereiro de 2010 pela Light Esco, com o apoio da Associação da Indústria de Cogeração de Energia (Cogen), o programa tem por objetivo criar um ambiente de negócios e formatar sólidas parcerias, viabilizando projetos eficientes de energia para os empreendimentos que irão envolver os dois grandes eventos esportivos (Copa do Mundo e Olimpíadas), promovendo a infraestrutura necessária para o desenvolvimento sustentável do Estado do Rio de Janeiro.

A perspectiva é que os projetos públicos e privados a serem implantados nos próximos seis anos para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, incluindo também a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, somem investimentos da ordem de R\$ 78 bilhões e um consumo adicional anual de energia, somente na área da Light, de cerca de 1.555 GWh em 2016. No total, 25 empresas assinaram o termo de adesão do programa.

Desempenho Econômico-Financeiro

Com uma gestão orientada para resultados, somamos importantes iniciativas que geraram ganhos expressivos em nosso desempenho econômico e financeiro em 2010.

Nossa receita operacional líquida atingiu R\$ 6.508,6 milhões, um valor 4,9% acima dos R\$ 6.206,9 milhões de 2009. O EBITDA também teve alta de 14,7% em relação ao exercício anterior, totalizando R\$ 1.584,6 milhões.

Esses são alguns dos resultados que registramos no ano, aliando nosso *know-how* em gerar, distribuir e comercializar energia ao momento de crescimento econômico que se configura em nossa área de concessão, com destaque para a ampliação da classe média e seu poder de consumo.

Investimos um total de R\$ 702,7 milhões em 2010, sendo que R\$ 258,6 milhões desse montante foram aplicados em desenvolvimento de redes de distribuição e transmissão. As ações de combate às perdas e nossa maior atuação junto às comunidades pacificadas também refletem em ganhos operacionais e econômicos.

Temos também um forte compromisso com a ampliação de nossa capacidade geradora, garantindo que o estado do Rio de Janeiro tenha a energia necessária para sustentar seu crescimento nos próximos anos.

Campanhas de comunicação, melhorias contínuas na prestação de serviços para nossos clientes e maior proximidade com nossos parceiros também foram fatores importantes no nosso ano e colaboraram para aumentar a satisfação com nossos serviços e a percepção das nossas fortalezas como empresa comprometida com o desenvolvimento sustentável do Rio de Janeiro.

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Líquida

Em 2010, a Receita Operacional Líquida somou R\$ 6.508,6 milhões, 4,9% acima dos R\$ 6.206,9 milhões do ano anterior. A alta se deve, principalmente, ao crescimento de 3,2% e de 100,7% nos segmentos de distribuição e de comercialização, respectivamente, em função do maior consumo na área de concessão e da maior atividade de compra e venda de energia. O segmento de geração totalizou R\$ 319,9 milhões, uma elevação de 8,5% em relação aos R\$ 294,9 milhões de receita registrada em 2009.

Receita Líquida (R\$ MM)			
	2010	2009	Var. %
<i>Distribuição</i>			
Energia vendida	4.970,0	4.839,6	2,7%
Energia Não Faturada	(8,0)	23,7	-
Uso da rede (TUSD)	513,5	451,2	13,8%
Curto Prazo (Spot) ¹	62,4	16,2	284,1%
Diversos	6,4	50,1	-87,3%
Receita de Construção ²	552,8	527,0	4,9%
SUBTOTAL (A)	6.097,1	5.907,8	3,2%
<i>Geração</i>			
Venda Geração (ACR+ACL)	298,7	278,3	7,3%
Curto Prazo ¹	15,8	10,9	44,8%
Diversos	5,4	5,6	-4,1%
SUBTOTAL (B)	319,9	294,9	8,5%
<i>Comercialização</i>			
Revenda	134,5	66,8	101,5%
Diversos	50,9	25,6	98,9%
SUBTOTAL (C)	185,4	92,3	100,7%
Outros e Eliminações (d)	(93,8)	(88,1)	
TOTAL (A + B + C + D)	6.508,6	6.206,9	4,9%

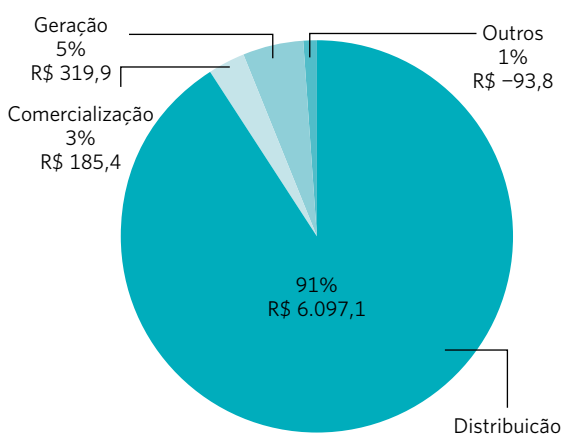
¹ Saldo da liquidação no CCEE

² A controlada Light SESA contabiliza receitas e custos, com margem zero, relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

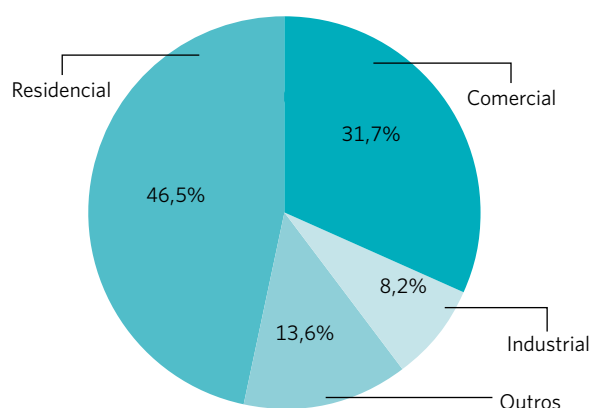
Distribuição

A receita líquida da Light SESA totalizou R\$ 6.097,1 milhões, um aumento de 3,2% ante 2009. Desconsiderando a receita de construção, a alta fica em 3,0% no período. O motivo foi o crescimento dos mercados cativo, em 2,0%, e livre, em 21,5%, que impactou positivamente a receita líquida, gerando uma elevação de 2,7% e 13,8%, respectivamente. Outro fator que impulsionou o resultado do ano foi o crescimento de 284,1% na receita de energia vendida no mercado spot.

Distribuição, Geração e Comercialização no total de Receitas da Empresa em 2010

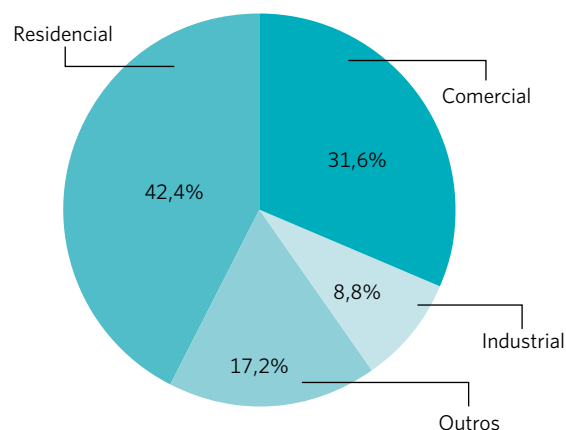


Receita Líquida por classe - Cativo R\$ MM - 2010



O segmento residencial foi responsável por 46,5% da receita líquida do mercado cativo no ano, frente a 45,6% em 2009, um aumento de 0,9 pontos percentuais. O segmento industrial representou 8,2% da receita líquida do mercado cativo e o comercial 31,7%, o que significa uma queda de 0,7 pontos percentuais e 0,5 pontos percentuais, respectivamente, se comparado a 2009.

Consumo de Energia Elétrica (GWh) - Cativo



Geração

A receita líquida da Light Energia totalizou R\$ 319,9 milhões em 2010, valor 8,5% acima do ano anterior. Alguns dos principais fatores que geraram esse resultado foram o reajuste dos contratos de venda de energia no ACR, com um aumento em média de 5% e a alta de 8,9% na venda de energia no ACL, associada à elevação de 81,3% no preço médio do mercado *spot*, que passou de R\$ 38,7, em 2009, para R\$ 70,2, em 2010.

Comercialização e Serviços

A receita líquida somou R\$ 185,4 milhões em 2010, 100,7% superior à verificada no ano anterior. Esse crescimento se deve à ampliação de 101,5% na receita de venda de energia da atividade de *trading* no período, com expansão de 90,5% no volume de energia vendida. As demais atividades de comercialização também registraram alta de 98,9% na receita líquida, em função do crescimento na intermediação de contratos (*broker*) e da prestação de serviços.

Custos e Despesas

Consolidado

Os custos e despesas operacionais apresentaram crescimento de 2,1% em 2010, somando R\$ 5.276,4

milhões, principalmente em função dos custos e despesas da Light SESA e das comercializadoras (Light Esco e LighCom), que tiveram um aumento de 1,5% e 80,9%, respectivamente, em comparação com o realizado em 2009.

Custos e Despesas / Consolidado

Custos e Despesas	2010	2009	Var. %
Distribuição	(5.047,3)	(4.972,5)	1,5%
Geração	(152,3)	(156,3)	-2,6%
Comercialização e Serviços	(130,1)	(71,9)	80,9%
Outros e Eliminações	53,3	31,4	69,8%
CONSOLIDADO	(5.276,4)	(5.169,3)	2,1%

Distribuição

No ano, os custos e despesas da atividade de distribuição de energia aumentaram 1,5% em relação a 2009, ocasionados principalmente pelo crescimento de 2,8% nos custos e despesas gerenciáveis.

Distribuição

Custos e Despesas (R\$ MM)	2010	2009	Var. %
CUSTOS E DESPESAS NÃO GERENCIÁVEIS	(3.358,5)	(3.340,9)	0,5%
Custos de compra de energia	(2.673,4)	(2.745,4)	-2,6%
Custos com encargos e transmissão	(670,6)	(577,4)	16,1%
Outros (custos obrigatórios)	(14,5)	(18,1)	-19,9%
CUSTOS E DESPESAS GERENCIÁVEIS	(1.136,0)	(1.104,6)	2,8%
PMSO	(637,4)	(522,6)	22,0%
Pessoal	(238,2)	(196,6)	21,2%
Material	(22,7)	(14,6)	55,5%
Serviço de Terceiros	(317,6)	(253,7)	25,2%
Outros	(58,9)	(57,6)	2,2%
Provisões	(208,7)	(302,0)	-31,0%
Depreciação e Amortização	(290,2)	(280,1)	3,6%
Custo de Construção ¹	(552,8)	(527,0)	4,9%
CUSTOS TOTAIS	(5.047,3)	(4.972,5)	1,5%

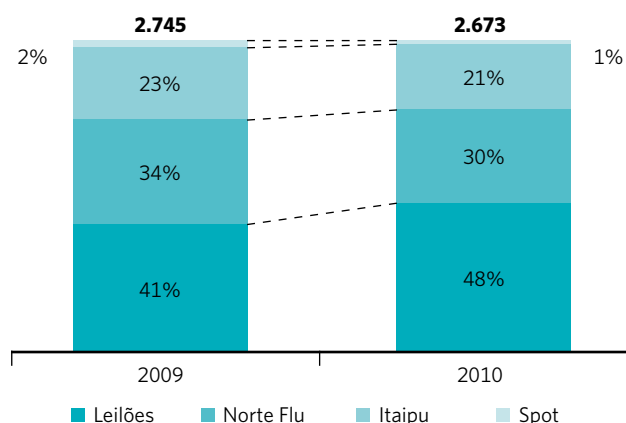
¹ A controlada Light SESA contabiliza receitas e custos, com margem zero, relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

Custos e Despesas Não-Gerenciáveis

Em 2010, os custos e despesas não-gerenciáveis foram de R\$ 3.358,5 milhões, um aumento de 0,5% em relação à 2009, ocasionado principalmente pela elevação nos custos com encargos e transmissão.

Os custos de compra de energia tiveram uma queda de 2,6% em relação a 2009, gerada, principalmente, pela apreciação cambial de 13,0% entre os períodos, que reduziu a tarifa em reais de Itaipu e da UTE Norte Fluminense (Norte Flu), apesar do aumento no volume de compra de energia em 2,2%.

Energia Comprada R\$ MM Acumulado no ano



Os custos com encargos e transmissão apresentaram crescimento de 16,1%, em função principalmente dos custos com encargos, destacando-se os Encargos de Serviços do Sistema (ESS), devido ao aumento no despacho de térmicas durante o ano, em comparação a 2009.

O custo médio de energia comprada, desconsiderando as compras no *spot*, foi de R\$ 99,4/MWh em 2010, em comparação a um custo médio de compra de energia total de R\$ 106,8/MWh em 2009, representando uma redução de 6,9%.

Custos e Despesas Gerenciáveis

Em 2010, os custos e despesas operacionais gerenciáveis, compostos por pessoal, material, serviços de terceiros, provisões, depreciação e outros, ficaram em R\$ 1.136 milhões, uma alta de 2,8% em relação ao ano anterior. Essa elevação se deve, principalmente, pela combinação do aumento nos custos e despesas de PMSO (pessoal, material, serviços e outros) e a redução nas provisões.

Os custos e despesas de PMSO somaram R\$ 637,4 milhões no ano, 22,0% acima dos R\$ 522,6 milhões contabilizados em 2009. Este resultado foi decorrente principalmente do aumento: (i) dos custos e despesas nos serviços de terceiros com ações de manutenção e melhoria da qualidade, em função principalmente dos problemas ocorridos durante o verão, representadas por serviços de emergência, de linha viva, inspeção de câmaras subterrâneas e de podas de árvores no montante de R\$ 27,7 milhões; (ii) do aluguel de geradores, também em função dos problemas ocorridos no verão

que respondeu por um incremento de R\$ 10,3 milhões na categoria de outros; (iii) do aumento nos custos e despesas com *Call Center*, que somou R\$ 7,3 milhões, ainda em decorrência dos problemas do Verão e da adequação à nova resolução ANEEL na ordem de R\$ 5,4 milhões e R\$ 1,9 milhão, respectivamente; (iv) do incremento nas ações de combate a inadimplência, que totalizou R\$ 3,8 milhões. O aumento nos custos e despesas de pessoal foi reflexo, principalmente, do provisionamento de R\$ 23,1 milhões no quarto trimestre de 2010, para programa de desligamento voluntário, abrangendo 146 funcionários, do efeito da menor capitalização dos custos de pessoal para investimento e também pelo reajuste salarial de 5,3% em maio de 2010.

No ano, as provisões (PDD, Provisão para Contingências e Outras) apresentaram uma redução de R\$ 93,6 milhões, em função, principalmente, da reversão de provisão no montante de R\$ 61,7 milhões, devido a processo movido pela CSN em 1995, requerendo a devolução de valores, no entendimento desta, cobrados a maior pela Light em função do reajuste de tarifas aprovado em 1986 pelo DNAEE (Plano Cruzado). A constituição de PDD em 2010, de R\$ 254,8 milhões, representou 3,2% da receita bruta de faturamento de energia, contra R\$ 246,0 milhões, representando os mesmos 3,2% da receita bruta em 2009.

Geração

Os custos e despesas da Light Energia em 2010 foram de R\$ 152,3 milhões, uma redução de 2,6% em relação ao ano anterior. Essa queda se deve à diminuição de 50,2% na linha de CUSD/CUST, devido ao fim da cobrança do encargo do uso da rede básica a partir de julho de 2009, e redução na tarifa de uso do sistema de distribuição, a partir de outubro de 2009, em aproximadamente 40%.

Comercialização e Serviços

No ano, os custos e despesas totalizaram R\$ 130,1 milhões, uma alta de 80,9% em comparação à 2009, devido principalmente ao crescimento nos custos de compra de energia, reflexo da ampliação das atividades de comercialização.

Custos e Despesas Operacionais

Custos e Despesas Operacionais	2010	2009	Var. %
Pessoal	(3,2)	(2,2)	42,3%
Material e Serviços de Terceiros	(1,3)	(16,5)	-92,2%
Energia Comprada	(124,1)	(52,1)	138,2%
Depreciação	(0,6)	(0,6)	0,0%
Outras (Inclui provisões)	(0,9)	(0,5)	74,5%
TOTAL	(130,1)	(71,9)	80,9%

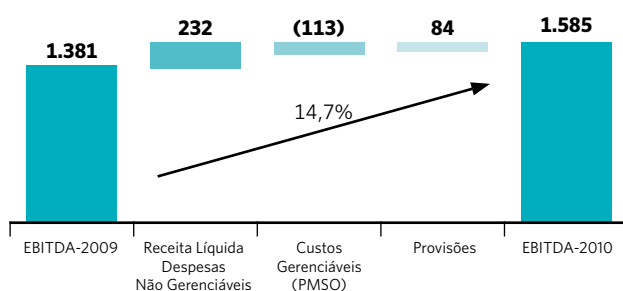
EBITDA

Consolidado

EBITDA			
<i>EBITDA Consolidado - R\$ MM</i>	2010	2009	Var. %
Distribuição	1.340,0	1.215,5	10,2%
Geração	229,3	201,4	13,9%
Comercialização	22,5	21,0	7,1%
Outros e eliminações	(7,2)	(56,8)	-87,3%
TOTAL	1.584,6	1.381,1	14,7%
Margem EBITDA (%)	26,6%	24,3%	-

O EBITDA de 2010 foi de R\$ 1.584,6 milhões, 14,7% superior ao do ano anterior, com margem EBITDA de 26,6%, 2,3 p.p. acima de 2009. O segmento de distribuição foi responsável por 84,2% do EBITDA consolidado do ano. Já os segmentos de geração e comercialização responderam por 14,4% e 1,4% do EBITDA consolidado, respectivamente.

EBITDA - 2010/2009 - R\$ MM



Distribuição

O EBITDA da Light SESA totalizou R\$ 1.340,0 milhões uma alta de 10,2% em relação à 2009. Este resultado foi influenciado principalmente pelo crescimento do consumo de energia elétrica na área de concessão, refletindo no aumento da receita líquida. Adicionalmente, os custos não-gerenciáveis em 2010 ficaram em linha com os custos de 2009, combinado com a redução em provisões, em função da reversão de importantes causas no ano. A margem EBITDA da Light SESA, em 2010, ficou em 24,2%, 1,6 p.p. acima da registrada no ano anterior.

Geração

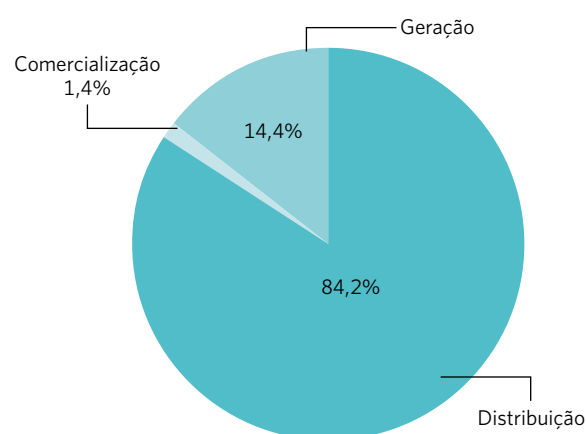
O EBITDA da Light Energia somou R\$ 229,3 milhões, um crescimento de 13,9% ante o total de 2009. Esse aumento é resultado, principalmente, da alta de 8,5% da receita líquida, em função dos reajustes contratuais, e da redução dos custos em 2,6%, impactado pelo fim da cobrança do

encargo de uso da rede básica. A margem EBITDA de 2010 foi de 71,7%, 3,4 p.p. acima da registrada no ano anterior.

Comercialização e Serviços

Em 2010, o EBITDA totalizou R\$ 22,5 milhões, ficando 7,1% acima do montante de 2009. Essa alta é resultado da combinação do aumento da receita em 100,7% e do aumento dos custos de compra de energia em 138,2%. A margem EBITDA no ano foi de 11,3%, 11,4 p.p. abaixo da registrada em 2009.

EBITDA por atividade* 2010



*Não considera eliminações

Resultado Financeiro Consolidado

Resultado Financeiro Consolidado

	2010	2009	%
RECEITAS FINANCEIRAS	173,2	186,7	-7,2%
Juros sobre Aplicações Financeiras	60,0	61,2	-2,0%
Variação Monetária	21,4	33,0	-35,0%
Resultado Swap	0,3	(10,3)	-
Outras Receitas Financeiras	91,5	102,8	-11,0%
DESPESAS FINANCEIRAS	(492,6)	(271,7)	81,3%
Juros s/ Emprést. e Financiamentos	(245,2)	(195,3)	25,6%
Variação Monetária e Cambial	(42,3)	(37,1)	14,1%
Braslight	(158,9)	(11,5)	1285,4%
Resultado Swap	(4,6)	(7,6)	-38,9%
Outras Despesas Financeiras	(41,5)	(20,3)	105,1%
TOTAL	(319,4)	(84,9)	276,1%

O Resultado Financeiro em 2010 foi negativo em R\$ 319,4 milhões, 276,1% acima dos R\$ 84,9 milhões registrados em 2009, em função do aumento das despesas financeiras.

A receita financeira do ano, de R\$ 173,2 milhões, ficou 7,2% abaixo da registrada em 2009, impactada positivamente pelo reconhecimento de R\$ 11,6 milhões referente ao ganho de causa judicial.

A despesa financeira somou R\$ 492,6 milhões, com aumento de 81,3% em relação à 2009, principalmente: (i) pela variação da Braslight, cujos principais impactos decorrem do déficit de R\$ 49,3 milhões, bem como da atualização monetária e juros do passivo da Light com a Braslight (IPCA + 6% a.a.), no valor de R\$ 109,6 milhões, totalizando R\$ 158,9 milhões negativos.

Em 2009, houve um superávit de R\$ 48,6 milhões e uma atualização monetária e juros de R\$ 66,8 milhões, totalizando R\$ 18,2 milhões negativos; (ii) pelo aumento no montante de encargos dos financiamentos do BNDES em R\$ 52,4 milhões no ano; (iii) por contabilização de multa por violação de indicadores de continuidade no valor total de R\$ 10,8 milhões em 2010, sendo que em 2009 tal penalidade não era aplicada.

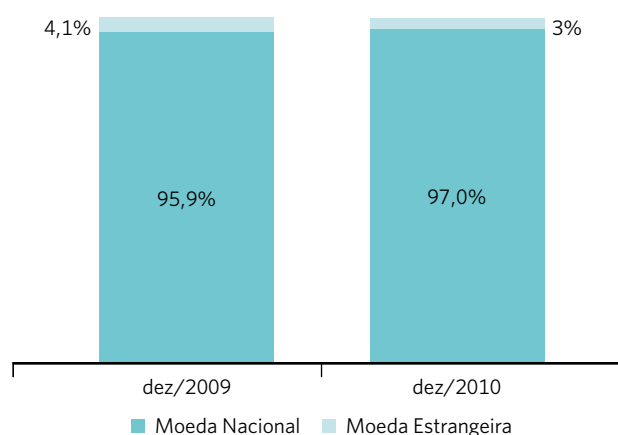
Endividamento

A dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 2.472,6 milhões, que representa um ligeiro aumento de 0,3% em relação ao ano anterior, devido à entrada de recursos no valor de R\$ 270,0 milhões ter sido compensada por amortizações no montante de R\$ 269,0 milhões.

A dívida líquida no fechamento de dezembro foi de R\$ 1.947,4 milhões um aumento de 18,95% em comparação aos R\$ 1.637,2 milhões contabilizados em 2009. A relação dívida líquida/EBITDA de dezembro de 2010 foi de 1,2x.

O endividamento apresenta prazo médio de vencimento de 3,1 anos. No fechamento de dezembro de 2010, somente 3,0% do endividamento total estava denominado em moeda estrangeira e, considerando o horizonte das operações de *hedge*, a exposição ao risco de moeda estrangeira ficou em 1,72%, versus 2,48% registrado em 2009. A política de *hedge* consiste em proteger o fluxo de caixa vincendo nos próximos 24 meses (principal e juros), por meio do instrumento *swap* sem caixa, com instituições financeiras de primeira linha.

Endividamento (Moeda Nacional x Estrangeira)



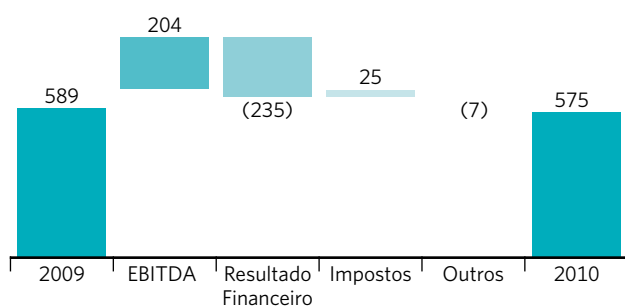
Endividamento

	R\$ MM	Curto Prazo	%	Longo Prazo	%	Total	%
MOEDA NACIONAL		534,0	21,6%	1.864,1	75,4%	2.398,1	97,0%
Debêntures 4a. Emissão		0,0	0,0%	0,1	0,0%	0,1	0,0%
Debêntures 5a. Emissão		79,6	3,2%	727,8	29,4%	807,4	32,7%
Debêntures 6a. Emissão		301,7	12,2%			301,7	12,2%
BNDES FINEM (CAPEX)		131,9	5,3%	595,9	24,1%	727,8	29,4%
CCB Bradesco		11,3	0,5%	450,0	18,2%	461,3	18,7%
Capital de Giro - ABN Amro		2,6	0,1%	80,0	3,2%	82,6	3,3%
"Swap" de operações financeiras		4,1	0,2%	1,2	0,0%	5,3	0,2%
Outros		2,7	0,1%	9,2	0,4%	11,8	0,5%
MOEDA ESTRANGEIRA		13,2	0,5%	61,2	2,5%	74,5	3,0%
Tesouro Nacional		13,2	0,5%	61,2	2,5%	74,5	3,0%
Financiamento à importação							
DÍVIDA BRUTA		547,2	22,1%	1.925,4	77,9%	2.472,6	100,0%
Caixa						525,2	
DÍVIDA LÍQUIDA (A)						1.947,4	
Braslight (b)		95,6		920,6		1.016,2	
DÍVIDA LÍQUIDA AJUSTADA (A + B - C)						2.963,6	

Lucro Líquido

No ano, o lucro líquido da Light foi de R\$ 575,2 milhões em 2010, valor 2,3% abaixo dos R\$ 588,8 milhões registrados em 2009. A redução se deve, principalmente, pela variação no resultado financeiro, com uma despesa financeira líquida de R\$ 319,4 milhões em 2010, 276,1% acima da apurada no ano anterior. A despesa financeira foi impactada, principalmente, pelo déficit atuarial e atualização monetária do passivo da Braslight, no total de R\$ 158,9 milhões. Desconsiderando a parte não recorrente do efeito causado pelo déficit atuarial da Braslight de R\$ 49,3 milhões, o lucro líquido de 2010 teria sido de R\$ 607,7 milhões, 3,2% acima do realizado em 2009.

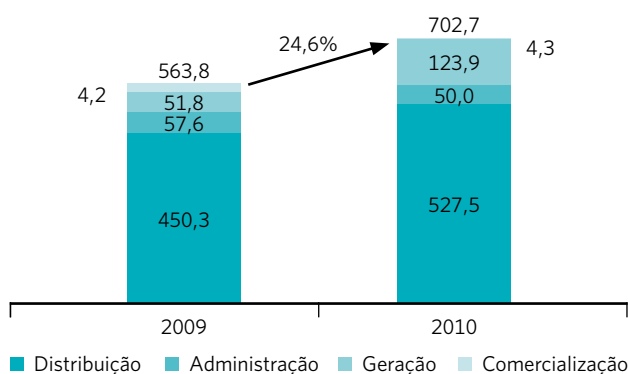
Lucro Líquido - R\$ MM



Investimentos

Em 2010, o total de investimentos da Companhia foi de R\$ 700,6 milhões, sendo que R\$ 258,6 milhões desse montante foram aplicados no desenvolvimento de redes de distribuição e transmissão (novas ligações, aumento de capacidade e manutenção corretiva). Os investimentos em melhoria de qualidade e manutenção preventiva somaram R\$ 98,1 milhões; enquanto blindagem de rede, sistema de medição eletrônica e regularização de fraudes, totalizaram R\$ 134,9 milhões.

CAPEX (R\$ MM)



Já os investimentos em geração somaram R\$ 121,8 milhões, com R\$ 93,1 milhões direcionados aos novos pro-

jetos de geração, destacando o investimento de R\$ 72,8 milhões destinado à PCH Paracambi.

Fluxo de Caixa

O saldo de caixa no final de dezembro atingiu o montante de R\$ 514,1 milhões, R\$ 246,2 milhões inferior ao alcançado em 2009. O caixa líquido gerado pelas operações fechou o ano em R\$ 1.232,5 milhões, sendo R\$ 178,0 milhões acima do contabilizado em 2009. Entretanto, o aumento no volume de investimentos e de distribuição de dividendos, levaram a uma piora na geração de caixa em 2010, com R\$ 246,2 milhões negativos.

Fluxo de Caixa

	R\$ MM	31.12.10	31.12.09
Caixa no Início do Período (1)		760,3	549,0
Lucro Líquido		575,2	588,8
IR/CS		347,5	372,1
Lucro Líquido antes IR e CS		922,6	960,9
PDD		254,8	246,3
Depreciação e Amortização		352,9	342,6
Pagamentos com Base em ações		-	51,7
Perda (ganho) na venda de intangível / Valor residual do ativo imobilizado baixado		(4,0)	(11,8)
Perdas (ganhos) cambiais de atividades financeiras		(8,0)	(55,6)
Juros e Variações monetárias líquidas		304,3	305,7
Braslight		158,9	18,2
Complemento / Reversão de provisões		(42,0)	109,1
Outros		10,7	1,5
LAIR Base Caixa		1.950,0	1.968,7
Capital de Giro		(104,8)	(333,4)
Contingências		(119,9)	(76,3)
Tributos		(70,9)	(74,5)
Juros Pagos		(253,0)	(261,5)
Outros		(168,9)	(168,4)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS OPERAÇÕES (2)		1.232,5	1.054,5
Pagamento de Dividendos		(795,3)	(594,4)
Financiamentos Obtidos		1.094,8	579,4
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos		(1.086,5)	(227,9)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO (3)		(787,0)	(242,9)
Participações Societárias		16,3	(46,1)
Investimentos da Concessão		(708,0)	(554,3)
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO (4)		(691,7)	(600,4)
CAIXA NO FINAL DO PERÍODO (1 + 2 + 3 + 4)		514,1	760,3
GERAÇÃO DE CAIXA (2 + 3 + 4)		(246,2)	211,3

Demonstração do Valor Adicionado - DVA (em R\$ Mil) GRI EC1

	2008	2009	2010
1) Riqueza produzida total	8.260.085	8.654.344	9.836.991
Riqueza produzida com vendas de mercadorias, produtos e serviços	8.238.648	8.641.045	9.836.991
Riquezas produzidas não operacionais	21.437	13.299	0
2) Riqueza consumida total	3.596.250	3.936.150	4.572.821
Riqueza consumida com matérias-primas consumidas	3.063.176	3.284.601	3.392.464
Riqueza consumida com materiais, serviços de terceiros e outros	297.293	405.473	925.572
Riqueza consumida com perda de contas a receber	235.781	246.076	254.785
3) Valor adicionado bruto (1 - 2)	4.663.835	-	-
4) Depreciação / Amortização / Exaustão	312.443	304.882	352.462
5) Valor adic. líq. Produzido pela entidade (3 - 4)	4.351.392	-	-
6) Capitalização de pessoas	0	0	0
Pessoal	0	0	0
Encargos financeiros	0	0	0
7) Valor adic. recebido em transferência	270.149	201.864	173.223
Resultado de equivalência patrimonial	0	0	0
Receitas financeiras	270.149	201.864	173.223
8) Valor adicionado líquido - val (5 + 6 + 7)	4.621.541	-	-
Destinação do valor	4.621.541	4.615.175	5.084.931
Remuneração do trabalho	226.552	235.829	231.752
Governo (tributos)	3.220.169	3.469.722	3.746.405
Encargos financeiros e alugueis	200.367	304.793	531.624
Remuneração do capital próprio	499.638	172.491	350.979
Lucros retidos	474.815	432.340	224.171
3) Valor adicionado bruto (1 - 2)	-	4.718.194	5.264.170
5) Valor adic. líq. Produzido pela entidade (3 - 4)	-	4.413.312	4.911.708
8) Valor adicionado líquido - val (5 + 6 + 7)	-	4.615.176	5.084.931

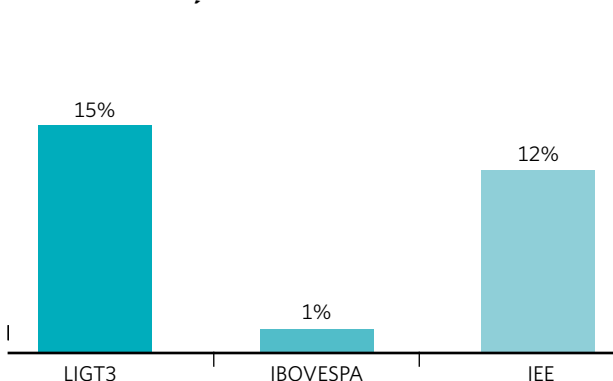
Mercado de Capitais

BM&F BOVESPA (mercado à vista) - LIGT3

Média Diária	4T10	3T10	4T09
Quantidade títulos (Mil)	877,4	871,7	881,3
Nº. de Negócios	2.071	1.856	1.802
Volume Negociado (R\$ Milhões)	R\$ 19,7	R\$ 19,0	R\$ 22,0
Cotação por ação (fechamento)*	R\$ 25,43	R\$ 21,60	R\$ 22,98
Valorização da LIGT3 (trimestre)	17,7%	11,0%	7,2%
Valorização do IEE (trimestre)	6,8%	5,9%	8,9%
Valorização do Ibovespa (trimestre)	-0,2%	13,9%	11,5%

*Ajustada por proventos

Performance de Ações - 2010



[EC1] Valor econômico direto gerado e distribuído (DVA), incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de funcionários,

doações e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos para provedores de capital e governos

Negócio Sustentável

Um negócio sustentável é aquele capaz de reunir todas as áreas, produtos, serviços e demais públicos estratégicos de uma empresa de maneira a garantir a sua perenidade.

Acreditamos que para atingir um modelo sustentável é fundamental que a Empresa consiga orientar sua estratégia em função das oportunidades – e também dos riscos – que sua atividade representa. É preciso enxergar além dos sinais de mercado, percebendo as implicações também de questões políticas, sociais e ambientais nos seus negócios. É esse posicionamento que tem direcionado nossas atividades e o relacionamento com todos os nossos *stakeholders*.

Para nossos empregados, queremos ter, cada vez mais, um ambiente que promova o desenvolvimento humano e profissional desse público, garantindo as ferramentas necessárias para o seu crescimento e o reconhecimento justo pelo seu desempenho. A saúde, a segurança e a qualidade de vida são pontos para os quais dedicamos atenção especial e permanente.

Para nossos clientes, buscamos oferecer serviços e atendimento diferenciados, com transparência e eficiência. Estamos sempre atentos às suas necessidades e investimos em inovação e criatividade para apresentar as melhores soluções.

Nossos fornecedores são também envolvidos em processos de melhoria contínua e na adoção de comportamentos éticos e ambientalmente responsáveis. Com isso, ganham todos. Temos parceiros alinhados com nossos valores e compromissos e que colaboram na busca conjunta por melhores produtos e serviços, impactando positivamente também seus próprios funcionários e negócios.

O compromisso com o meio ambiente é parte do nosso dia-a-dia. Seja em geração, que além de produzir uma energia limpa, tem suas atividades desempenhadas com o menor impacto possível à natureza, ou nas áreas de distribuição e comercialização, que são realizadas dentro dos princípios de ecoeficiência e conscientização das equipes.

Para todos os nossos públicos, estabelecemos ainda uma comunicação transparente, produzimos e disponibilizamos informações sobre os nossos desempenhos em diferentes canais.

NA PÁGINA 70: O carioca, que tem vocação natural para o esporte, está se preparando para ser anfitrião da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

NA PÁGINA ANTERIOR: O Complexo de Lajes é um dos poucos remanescentes da Mata Atlântica no Rio de Janeiro. Com uma área de 19 mil hectares, concentra uma importante variedade de fauna e flora típicas.

Light: uma Empresa Diversa

A promoção da diversidade e do diálogo entre empregados e gestores são foco de processos permanentes na Light e representam alguns dos principais valores presentes em sua cultura organizacional

Desenvolvimento profissional e humano

O crescimento sustentável de uma organização está diretamente relacionado ao desempenho e engajamento das pessoas que a compõem. A Light reconhece o papel estratégico que sua força de trabalho tem e conta com uma gestão de pessoas orientada para garantir o ambiente e as ferramentas necessárias para o desenvolvimento humano e profissional desse público. Estimula ainda a cidadania e a consciência ambiental de seus trabalhadores.

Os compromissos da Empresa com seus 3.693 empregados fazem parte do Acordo de Responsabilidade Social, que é assinado junto com os sindicatos relacionados às atividades da Companhia. Nele, a Light assume como seus os princípios de proteção e de defesa dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, assim como os previstos nas Convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os que regem a legislação trabalhista brasileira. Em 2010, o Acordo foi renovado por mais dois anos. Também, junto aos sindicatos, a Light assinou um novo acordo para a Comissão de Conciliação Prévia, que reúne representantes da Empresa e de sindicatos para a solução de questões entre as partes. As decisões da Comissão têm peso judicial. **GRI LA4, LA9**

A promoção da diversidade e do diálogo entre empregados e gestores também são foco de processos permanentes na Light e representam alguns dos principais valores presentes em sua cultura organizacional. O combate a todas as formas de preconceito e discriminação é outro ponto de condução das relações de trabalho da Empresa que, em 2010, registrou 10 casos de assédio moral e nenhum caso de discriminação. **GRI HR4**

Uma Empresa Diversa

O quadro de empregados da Light traduz a diversidade que constitui uma das principais características do Brasil. Em um setor tradicionalmente ocupado por homens, como acontece com o elétrico, estimular a empregabilidade da mulher é um desafio que a Light assumiu há alguns anos. Em 2010, o número de funcionários se manteve praticamente o mesmo do

[HR4] Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas

[LA9] Temas relativos à segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos

[LA4] Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva

Perfil do público interno - 2010

Número de empregados

2010	2009	Varição
3.693	3.694	0,03%

COMPOSIÇÃO DO QUADRO (2010)

Gênero	Participação %	Tempo médio de casa (anos)	Idade média (anos)	Salário Médio
Homens	76,7	16,1	41,2	2.551,80
Mulheres	23,3	8,8	36,9	2.758,25
Geral	100,0	14,4	40,2	2,599,93

DISTRIBUIÇÃO ÉTNICA - %

Branco	Negro	Amarelos e indígenas
58,5	39,5	1,9

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Admitidos em 2010	Total	Distribuição por gênero			
15	164	Homens	51,2%	Mulheres	48,8%

encerramento do ano anterior, com diferença de um funcionário (total de 3.694, em 2009). Mas, proporcionalmente, a participação feminina passou de 23,1% para 23,3%, como está indicado no quadro da página anterior.

Os critérios para seleção e contratação consideram as habilidades e competências dos candidatos. As vagas para qualquer nível ou setor da Empresa são preenchidas, preferencialmente, por profissionais da área de concessão da Light, mas não há uma cláusula específica para contratação de mão-de-obra local. **GRI EC7, EU14**

A Light também investe na formação e inclusão de trabalhadores com necessidades especiais. No ano, 164 empregados com necessidades especiais atuaram nas diversas áreas da Empresa. Uma das iniciativas de inclusão é o Programa Iluminar, que foi reestruturado em 2010 e por meio do qual seis jovens com deficiência intelectual passaram a integrar o quadro de estagiários da Light.

Performance superior

Para estimular as habilidades e garantir os elementos necessários para promover o conhecimento de seus empregados, a Light investe na capacitação e no desenvolvimento de suas lideranças e empregados como parte da construção das bases necessárias para o crescimento projetado da Companhia.

Todo planejamento e implantação de programas que provam o desenvolvimento da sua gente ficam sob responsabilidade da Academia Light, a Universidade Corporativa da Light, que em 2010 somou mais de 218 mil horas de treinamentos, com 11,7 mil participações de empregados.

Os programas da Academia são, por sua vez, agrupados em quatro grandes Escolas de Aprendizagem: a Escola Técnica, a Escola de Comércio, a Escola de Liderança e a Escola de Desenvolvimento Pessoal. A Academia Light realiza ainda uma série de Programas Especiais, como o Projeto de Transição da Cultura Light, Programa de Auto-desenvolvimento, Portal de Conhecimento, dentre outros, que visam à formação orientada de acordo com as demandas individuais e coletivas de seus funcionários, alinhadas aos padrões, valores e modelos de negócio da Companhia.

Horas de treinamento GRI LA10

Categoria	Horas treinadas	Participações	Horas média
Administrativo	9.102,0	1.141	10,8
Gerencial	16.640,5	1.977	74,0
Operacional	106.462,9	3.048	107,9
Profissional	28.538,3	2.406	43,0
Técnico	57.577,5	3.217	59,1
Total	218.301,2	11.789	58,6

Principais programas da Academia Light, por escola

Escola de Liderança	Escola de Desenvolvimento
Programa de Desenvolvimento da Liderança	Programa Desenvolvimento de Empregados
Portal de Desenvolvimento de Harvard	Programa de Integração Empresarial
Programa de Coaching	Programa de Educação para Jovens e Adultos
Formação de Coaching para Programa Trainee	Programa de Graduação
Plano de Desenvolvimento Individual - Gestores	Programa Trainee
Modelo de Competências	Programa de Reconhecimento dos Empregados
Café Diálogo	Programa de Autodesenvolvimento PDI - Empregados
Escola Técnica	Escola de Comércio
Capacitação NR 10 (Formação e Reciclagem)	Projeto Mobilidade
Capacitação NR 33 (Formação)	Treinamentos Processos Comerciais e Negócios
Capacitação Técnico-Operacional CIPA	Treinamentos de Sistemas de TI
Formação de Eletricistas (RA e RS)	Programas de Informática
Direção Defensiva	Formação de Instrutores
Treinamento da Liderança SGTS	Treinamentos SGA
Brigada de Incêndio	Programa Jeito Light de Atender
Programas de Atualizações Técnicas	

Total de horas em 2010, por Escola

Escola de Comércio	Participações: 2.998
	Horas Treinadas: 29.126,8
Escola Técnica	Participações: 5.199
	Horas Treinadas: 170.178,8
Escola de Desenvolvimento	Participações: 2.096
	Horas Treinadas: 8.508,6
Escola de Liderança	Participações: 1.496
	Horas Treinadas: 10.487,0

Desenvolvimento orientado

Uma das frentes na formação dos empregados da Light é a orientação de seus líderes para os desafios e oportunidades para os próximos anos. Para esse grupo, a Empresa oferece, dentre outros, o Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL) que tem por objetivo desenvolver as competências essenciais para o exercício da liderança e para a perenidade no negócio.

Cultura e Liderança, Construção de Times de Alta Performance, Cultura de Desenvolvimento e Cliente são

alguns dos módulos pelos quais os gestores passam. Em 2010, 220 gestores tiveram uma média de 77,6 horas de treinamento. Faz parte ainda do PDL, o Programa de *Coaching*, que no ano atendeu a 95 gestores em 309 sessões, somando 459 horas de capacitação. O Portal da Liderança é também uma ferramenta, que reúne informações sobre todos os 140 programas e projetos especiais que compõem a Escola de Liderança.

Para garantir que todos os empregados tenham as bases e competências necessárias para o desempenho de suas atividades, a Escola de Desenvolvimento conta com programas que vão desde a integração de novos empregados, o conteúdo técnico e operacional do programa de *trainee*, dentre outros. **GRI EU14**

Mão-de-obra qualificada para o fornecimento de energia

A Escola Técnica tem o papel de desenvolver as habilidades e os conhecimentos técnicos e de segurança para força de trabalho, implementando programas de formação e atualização nas diversas áreas de conhecimento do negócio, como as de recuperação de energia e redes (aérea e subterrânea).

Em 2010, só na área de Rede de Distribuição Subterrânea foram realizadas aproximadamente 37 mil horas de treinamento e certificações da força de trabalho.

Com o objetivo de formar mão de obra, a Escola Técnica realiza ainda a Escola de Eletricistas, que visa a preparar profissionais no mercado. Após cerca de 300 horas de treinamento, esses profissionais estão aptos para serem contratados pela Light ou pelas empresas prestadoras de serviços. No ano, três turmas, com o total de 92 participantes, concluíram a formação.

Reconhecimento

A valorização é outro elemento importante na condução das equipes da Light. A Empresa estimula o autodesenvolvimento e as competências organizacionais, técnicas e pessoais de seus trabalhadores e estabelece mecanismos para reconhecer os desempenhos alcançados.

Uma dessas iniciativas é o Programa de Reconhecimento. Com ele, os gestores inscrevem empregados das suas áreas que demonstram atitudes diferenciadas frente aos grandes desafios da Empresa e com base nos valores corporativos. Em 2010, aconteceram seis ciclos do Programa, que somou 151 indicados e teve 36 casos reconhecidos. Os profissionais se destacaram principalmente em redução de despesas, melhoria de processos, multiplicação de conhecimento, recuperação de energia e atuação nos processos críticos da Operação.

O Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) também visa a reconhecer o desempenho dos empregados. Faz parte das metas de todos, inclusive dos gestores e diretores, ao menos um indicador socioambiental e outros relativos à saúde e segurança no trabalho.

Avaliação **GRI LA11**

O Programa de Avaliação de Competências teve sua segunda edição para os gestores e a primeira para os empregados.

Saúde, Segurança e Qualidade de vida

A Light desenvolve uma série de iniciativas que visam a garantir a saúde, a segurança e a qualidade de vida de seus trabalhadores próprios e dos empregados das empresas contratadas.

A Empresa conta com um Sistema de Gestão de Trabalho Seguro (SGTS) composto por 22 elementos que têm foco nas estruturas operativas da Light. Em 2010, esses elementos de gestão foram desdobrados em 141 tópicos. Em cima deste mapeamento, foram formados grupos de trabalho, chamados de Forças Tarefas, res-

[EC7] Procedimentos para contratação local e proporção de membros da alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes

[EU14] Programas e processos que asseguram a oferta de mão de obra qualificada

[LA10] Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, por categoria funcional

Light é pioneira no SGTS

Em 2009, a Light se tornou a primeira empresa do setor elétrico brasileiro a adotar o Sistema de Gestão de Trabalho Seguro (SGTS), um modelo desenvolvido no Canadá e que foi customizado para atender as especificidades do setor com foco no risco elevado. O SGTS é dividido em cinco grandes temas: Liderança, Gestão de Riscos, Educação, Controle & Proteção e Monitoramento.

Um ano após a sua implantação, uma auditoria internacional mostrou que o grau de aderência da Light ao SGTS em suas operações chegou a 51%, se mantendo dentro da meta da Companhia, que era alcançar 50% no período.

ponsáveis pelo desenvolvimento de ações de pequeno, médio e grande porte na Companhia. **GRI EU16**

Essa mobilização resultou nas novas Diretrizes Básicas de Segurança, lançada em 2010, e que abrange todo o entendimento técnico e legal sobre o tema, de forma clara e orientativa para todos os empregados diretos e empregados das empresas contratadas da Companhia, traduzindo em metas qualitativas e quantitativas os padrões de saúde, segurança e higiene.

Outra iniciativa adotada com o objetivo de reduzir o volume de acidentes de trabalho e gravidade dos mesmos foi a reformulação da Política de Segurança e Saúde no Trabalho. Todos os gestores do sistema de distribui-

ção da Light (100%) foram capacitados quanto ao SGTS. A partir de 2011, serão desenvolvidos e aplicados módulos específicos para as demais categorias.

Houve ainda a revisão contratual das empresas contratadas nos temas relacionados à saúde e segurança. Nesse sentido, uma das ações de maior relevância são as preleções realizadas semanalmente com representantes das contratadas. A cada encontro, é abordado um tema específico e seus desdobramentos, bem como as responsabilidades e os comportamentos que devem ser seguidos. No ano, as preleções somaram mais de 30 mil participações. Todos os funcionários e trabalhadores de empresas contratadas são submetidos a treinamento relevante em saúde e segurança. **GRI EU18**

Segurança em todos os momentos

Para garantir o entendimento e à adesão aos procedimentos de saúde e segurança, a Light reúne diferentes iniciativas. O Comitê Permanente de Prevenção de Acidentes (CPPA), por exemplo, é composto de representantes de todas as áreas (somando 4,27% da força de trabalho) e suas ações permeiam 100% da força de trabalho (direta e de empresas contratadas). **GRI LA6**

As inspeções são outra parte fundamental nesse processo. Por isso, a Companhia aplica sistematicamente duas grandes atividades: o processo de observação permanente da frente de trabalho, que permite a identificação de fatores de risco e a proposição de soluções, e as mega-inspeções, que são programadas e seguem uma observação sistematizada de aspectos comportamentais, tecnológicos e de uso de equipamentos.

Apesar de não terem peso de auditoria, as inspeções e as mega-inspeções compõem um processo estatístico que é consolidado periodicamente (até duas vezes por mês) e ajudam a Light a medir os indicadores de desempenho e os desvios ocorridos. A partir dessa análise, as áreas críticas devem responder com ações e soluções.

No ano, também aconteceram a introdução de novas tecnologias de proteção e o fortalecimento da reação a emergências, em especial, daquelas envolvendo as instalações da Empresa, inclusive com a revitalização e implantação de um novo modelo de brigadas de emergência.

No que se refere a tecnologias de proteção, foi feita, com a participação direta dos trabalhadores, a avaliação dos materiais utilizados pela Light. Como resultado, equipamentos usados na rede aérea e nas atividades subterrâneas já passaram por modificações. Calçados, capacetes e vestimentas são alguns dos itens que começaram a ser substituídos por similares com tecnologia mais eficiente e segura.

Saúde com foco na prevenção

Qualidade de vida e saúde são temas diretamente relacionados à promoção do bem-estar dos trabalhadores da Light. Com um direcionamento forte em prevenção, a Empresa conta com programas, com destaque para o de Qualidade de Vida, e outras iniciativas que visam à conscientização e à adoção de hábitos saudáveis dos seus empregados e familiares.

Já o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) tem como objetivo realizar diagnósticos e ações de saúde relativos às atividades ocupacionais da Light. Em 2010, com o apoio de Unidades Móveis de Medicina do Trabalho, foram realizados o Exame Periódico de Saúde em 100% dos empregados, sem que fosse necessário o deslocamento de parte da força de trabalho para a sede da Companhia.

Todos os gestores (100%) da Empresa também foram atendidos pelo Programa Check-up dos Executivos, que realiza 35 procedimentos médicos em um único dia e local. Aconteceu ainda a 13ª edição da Campanha de Prevenção à Gripe e Demais Doenças Respiratórias, e também na área de imunização, foram realizadas campanhas de vacinação contra tétano, hepatite, difteria e hepatite B. **GRI LA8**

[EU16] Políticas e exigências referentes a saúde e segurança de empregados e de trabalhadores terceirizados e subcontratado

por gestores e por trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional

[EU18] Porcentagem de trabalhadores terceirizados e subcontratados submetidos a treinamento relevante em saúde e segurança

[LA8] Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade em relação a doenças graves

[LA6] Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, composto

Demais Indicadores de Público Interno

Quadro funcional

Número de trabalhadores por tipo de emprego, contrato e região GRI LA1

Tipo de contrato	2008	2009	2010
Por tempo determinado (GRANDE RIO)	1	-	-
Por tempo determinado (INTERIOR)	6	-	-
Por tempo determinado (Total)	7	-	-
Por tempo indeterminado (GRANDE RIO)	3.174	3.171	3.179
Por tempo indeterminado (INTERIOR)	551	523	511
POR TEMPO INDETERMINADO (TOTAL)	3.725	3.694	3.693
Total (GRANDE RIO)	3.175	3.171	3.179
Total (INTERIOR)	557	523	511
TOTAL (GERAL)	3.732	3.694	3.693

Comentários: (i) Todos os empregados são de horário integral. (ii) Foi criada em 2010 uma nova empresa no Grupo Light, a LightCom, lotada em São Paulo e que possui três empregados com o contrato por tempo indeterminado. (iii) O contrato por tempo determinado não possui mais empregados nesta categoria desde 2009.

[LA1] Trabalhadores por tipo de emprego contrato de trabalho e região

[LA2] Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região

Rotatividade dos empregados, por faixa etária, gênero e região GRI LA2

Localidade	2008	2009	2010
GRANDE RIO			
Feminino <30	23	18	42
Feminino >50	17	18	16
Feminino 30-50	43	20	22
Total Feminino	83	56	80
Masculino <30	42	36	76
Masculino >50	110	83	67
Masculino 30-50	152	94	80
Total Masculino	304	213	223
Total <30	65	54	118
Total >50	127	101	83
Total 30-50	195	114	102
TOTAL GRANDE RIO	387	269	303
INTERIOR			
Feminino <30	9,35	7,89	19,53
Feminino >50	17,89	18	15,69
Feminino 30-50	9,53	4,11	4,38
Total Feminino	3	2	1
Masculino <30	11,7	9	17,12
Masculino >50	19,2	13,5	10,67
Masculino 30-50	10,48	7,01	6,21
Total Masculino	12,76	9,04	9,45
Total <30	10,74	8,6	17,91
Total >50	19,01	14,13	11,37
Total 30-50	10,25	6,24	5,7
TOTAL INTERIOR	58	39	24
TOTAIS			
Total <30	9	8	1
Total >50	25	17	14
Total 30-50	24	14	9
TOTAL GERAL	445	308	327

Diversidade e igualdade de oportunidades

Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade - 2010 GRI LA13

Raça	Administrativo						Diretoria						Gerencial					
	Feminino			Masculino			Feminino			Masculino			Feminino		Masculino			
	< 30	30-50	> 50	< 30	30-50	> 50	< 30	30-50	> 50	< 30	30-50	> 50	< 30	30-50	> 50	< 30	30-50	> 50
Amarela	2	2			1									1				3
Branca	85	164	31	45	90	70			1				2	27	4	2	76	47
Indígena	2	2	1		3	1												1
Parda	34	63	18	17	48	53								10		2	15	6
Preta	8	19	4	4	16	5								2				2
Sem Informação		11	5	1	12	26					6			6				6
TOTAL	131	261	59	67	170	155	0	0	1	0	0	6	2	46	4	4	103	66

Raça	Operacional						Profissional						Técnico					
	Feminino			Masculino			Feminino			Masculino			Feminino		Masculino			
	< 30	30-50	> 50	< 30	30-50	> 50	< 30	30-50	> 50	< 30	30-50	> 50	< 30	30-50	> 50	< 30	30-50	> 50
Amarela				5	4	2	3			1	1	2				2	6	2
Branca	1			82	200	60	47	131	32	52	123	106	10	22	3	72	291	94
Indígena				2	3		2				1	1		1		1	6	
Parda	5			101	192	81	7	28	6	19	31	13	7	17	1	43	194	40
Preta				20	72	27	3	5			6		2	6		9	60	8
Sem Informação				9	58	63	2	10	3	4	8	17	1	2	1	3	49	21
TOTAL	6	0	0	219	529	233	64	174	41	76	170	139	20	48	5	130	606	165

Remuneração

Salário mais baixo comparado ao salário mínimo local, em unidades operacionais importantes GRI EC5

Localidade	Unidade	2008	2009	2010
Av. Mal Floriano 168 (Nº de Empregados)	und	1.272	1.337	1.448
R. Frei Caneca 363 (Nº de Empregados)	und	564	591	659
R. Venceslau 192 (Nº de Empregados)*	und	95	-	0
Estr. do Tindiba (Nº de Empregados)	und	228	204	188
Cascadura (Nº de Empregados)	und	213	222	203
Triagem (Nº de Empregados)	und	103	103	95
Barra do Pirai (Nº de Empregados)	und	144	136	136
Nova Iguaçu (Nº de Empregados)	und	322	298	269
Pirai (Nº de Empregados)	und	135	109	115
Av. Mal Floriano 168 (Mínimo de Salário Base)	R\$	470,34	537	612,72
R. Frei Caneca 363 (Mínimo de Salário Base)	R\$	723,09	771,36	731,84
R. Venceslau 192 (Mínimo de Salário Base)	R\$	730,45	-	0
Estr. do Tindiba (Mínimo de Salário Base)	R\$	837,65	884,56	731,84
Cascadura (Mínimo de Salário Base)	R\$	470,34	541,38	612,72
Triagem (Mínimo de Salário Base)	R\$	950,11	1.044,39	1.041,42
Barra do Pirai (Mínimo de Salário Base)	R\$	730,45	695	731,84
Nova Iguaçu (Mínimo de Salário Base)	R\$	837,65	884,56	772,82
Pirai (Mínimo de Salário Base)	R\$	1.068,87	1.044,39	1.099,75

* A unidade da R. Venceslau 192, teve sua lotação desativada em 2010

Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional GRI LA14

Categoria funcional em %	2008	2009	2010
Administrativo	102	117	114
Gerencial	112	112	105
Operacional	108	128	123
Profissional	111	108	106
Técnico	157	120	118

Porcentagem de empregados com direito a aposentadoria nos próximos cinco e dez anos, discriminada por categoria funcional e região GRI EU15

Região	Administrativo			Gerencial			Operacional			Profissional			Técnico		
	Faixa de tempo (anos)			Faixa de tempo (anos)			Faixa de tempo (anos)			Faixa de tempo (anos)			Faixa de tempo (anos)		
	< 5	entre 5 - 10	Total Geral	< 5	entre 5 - 10	Total Geral	< 5	entre 5 - 10	Total Geral	< 5	entre 5 - 10	Total Geral	< 5	entre 5 - 10	Total Geral
Grande Rio	12,67	6,55	19,22	28,00	10,55	38,55	16,23	9,99	26,22	19,90	11,40	31,30	14,42	7,69	22,11
Interior	19,57	6,52	26,09	39,13	4,35	43,48	29,52	20,48	50,00	37,93	10,34	48,28	25,36	13,04	38,40

* Fórmula = Qtd de funcionários aposentáveis por região e idade / Qtd total por Região
invalides nem os diretores.

** Quantitativo não inclui os afastados aposentados por invalidez nem os diretores.

Aposentadoria

A Light é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social Braslight, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos. Instituída em 1974, tem a finalidade de garantir renda de aposentadoria aos empregados vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes. O regulamento completo dos planos, que especifica os benefícios e regras de contribuição, está disponível no site da Braslight, no endereço www.braslight.com.br. **GRI EC3**

Saúde e Segurança

Taxa de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região GRI LA7

Região	2008	2009	2010
Grande Rio	3,81	4,06	5,24
Interior	3,83	0,8	0
Grande Rio			
Total de empregados	3.169	3.171	3.164
Número de Acidentados - Típicos	13	22	22
Dias Perdidos	124	205	166
Dias Debitados	0	0	0
Taxa de Lesão (Acidentados e doenças ocupacionais)	2,05	7,72	3,4
Taxa de dias perdido	20	71	26
Óbito - Típicos	0	0	0
Número de Acidentados - Trajeto	22	23	35
Óbito - Trajeto	0	0	0
Interior			
Total de empregados	472	523	529
Número de Acidentados - Típicos	5	1	0
Dias Perdidos	21	15	0
Dias Debitados	0	0	0
Taxa de Lesão (Acidentados e doenças ocupacionais)	5,29	11,21	0
Taxa de dias perdidos	22	15	0
Óbito - Típicos	0	0	0
Número de Acidentados - Trajeto	0	0	0
Óbito - Trajeto	0	0	0
Trabalhadores Contratados			
Com óbito	3	3	2
Sem óbito	84	84	66
TOTAL	87	87	68

[EC3] Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece

[EC5] Salário mais baixo comparado ao salário mínimo local

[EU15] Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, composto por gestores e por trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional

[LA7] Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região

[LA13] Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade

[LA14] Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional

Foco Permanente no Cliente

Reunir facilidades e rapidez no atendimento, com a oferta de soluções diferenciadas são os principais objetivos dos diversos canais de relacionamento e atendimento que a Light disponibiliza aos seus clientes

Atendimento inovador

Para a Light, atender bem o cliente significa se adiantar às necessidades desse público, desenvolvendo e oferecendo soluções eficientes e inovadoras. É esse comportamento que orientou uma série de novidades da Empresa junto aos seus clientes em 2010. **GRI EU23**

Um desses destaques foi o lançamento de facilidades como o serviço de atendimento "Light Já" e a parceria com a rede de cartões eletrônicos Cielo. O "Light Já" é um novo canal de atendimento de emergência via SMS (torpedo de celular) que entrou em funcionamento no segundo semestre de 2010. Por meio do serviço, que é gratuito e 24 horas, o cliente envia o seu Código da Instalação para o número 54448 e a Empresa retorna o contato também via SMS e informa sobre as providências que serão tomadas.

Entre o seu lançamento, em agosto, até 31 de dezembro, o volume de mensagens enviadas à Light via SMS registrou um aumento de 700% e o canal encerrou o ano com 5% no share de participação do atendimento de emergência da Companhia.

A parceria com a Cielo, por sua vez, permite aos clientes o parcelamento em até 60 vezes dos débitos atrasados das contas de energia. Voltado para clientes de baixa tensão, o Crédito Direto ao Consumidor (CDC) é uma linha de crédito pré-aprovada pelo banco emissor do cartão Visa Electron. A quantidade de parcelas depende de autorização do banco emissor e está disponível, inicialmente, para os clientes da Light que são correntistas do Banco Bradesco e Banco do Brasil.

Para utilizar esta modalidade de pagamento, o consumidor deve ir, com o cartão Visa Electron, em uma das 26 Agências Comerciais que possuem o serviço e simular as condições de financiamento estabelecidas pelo banco. Ao final da operação, recebe um comprovante com a descrição dos custos, incluindo os juros,

que podem variar entre bancos. O valor máximo do financiamento é estabelecido pelo banco, e varia de cliente para cliente.

Canais de atendimento: eficiência e agilidade

Reunir facilidades e rapidez no atendimento, com a oferta de soluções diferenciadas são os principais objetivos dos diversos canais de relacionamento e atendimento que a Light disponibiliza aos seus clientes. São eles:

- **Agências:** são 40, com mais cinco em operação até 15 de março de 2011 agências em 31 municípios da área de concessão
- **Agência móvel:** a agência móvel é uma unidade itinerante, em carro adaptado, que realiza atendimentos em datas pré-agendadas e que são comunicadas com antecedência aos clientes. Em 2010, foram realizados aproximadamente 1.200 atendimentos, em 45 ocasiões.
- **Agência Virtual:** canal online de atendimento aos clientes, que disponibiliza diferentes serviços e informações. Nele, é possível realizar consulta de débitos, obter a segunda via de contas, solicitar religação, alterar o cadastro ou a carga, denunciar fraudes, entre outros serviços. Em 2010, 2,7 milhões atendimentos foram realizados via endereço www.light.com.br.
- **Clique-Light:** trata-se de um atendimento online feito, em tempo real, por meio de uma tela de diálogo (bate-papo) exclusivo para cada visitante, no endereço eletrônico

[EU23] Programas, inclusive aqueles em parceria com o governo, visando melhorar ou manter o acesso à eletricidade e serviço de assistência ao consumidor

Em harmonia com o meio ambiente

Toda folheteria da Light, disponibilizada em suas agências de atendimento para uso dos clientes é produzida a partir de florestas renováveis de eucalipto, onde cada árvore é plantada para este fim. Essa informação vem devidamente explicitada no verso dos folhetos.

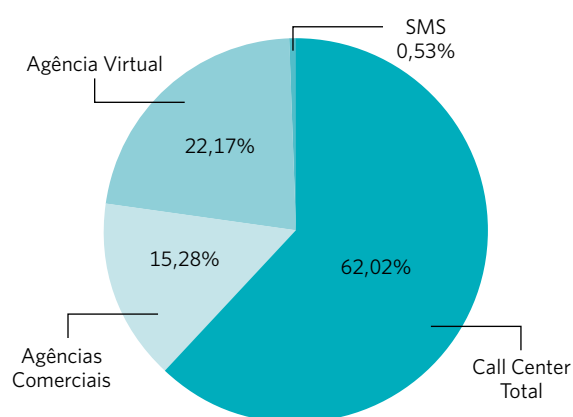
Novo Call Center

A inauguração do novo call center foi um dos destaques de 2010. Com o tema Energia Positiva – Mais Força para o Rio, a unidade conta com 560 atendentes e 250 posições de atendimento e capacidade para realizar até 6,7 milhões de atendimentos comerciais e de emergência por ano.

da Light. O serviço, que funciona de segunda à sexta, das 8h às 20h, somou 73 mil atendimentos em 2010.

- **Auto atendimento:** é feito em 36 terminais de auto atendimento das lojas da Light, e permite que os clientes realizem, entre outros, consultas a débitos, a histórico de consumo, a dados cadastrais, a tarifas e custos vigentes, impressão de comprovantes e lista de agências de atendimento. É possível ainda realizar serviços como impressão de 2ª via de conta, autorização de débito automático ou da data de vencimento, bem como declaração de quitação. Essa modalidade totalizou 950 mil atendimentos no ano.
- **Disque Light Comercial:** por meio do telefone 0800 282 0120, os clientes da Light têm acesso, 24h por dia, a informações sobre serviços e produtos, valor da conta, 2ª via da conta, atualizações cadastrais e solicitações como pedido de desligamento, religação e mudança na data do vencimento, dentre outros. Em 2010, foram 3,5 milhões atendimentos nesse canal.
- **Emergência:** o Disque-Light Emergência (0800 021 0196) funciona 24h por dia e é direcionado para o atendimento a respeito de ocorrências como falta de luz ou de fase, fios partidos, transformadores com defeito, galho de árvore ou outro objeto sobre a rede, identificação de riscos nas câmaras subterrâneas, como incêndio ou tampa solta, denúncias de ligação clandestina e fraudes. Em 2010, foram 4 milhões atendimentos nesse canal.
- **Taxa Paga:** trata-se de um serviço gratuito de envio de documentos pelos Correios, que tenham sido solicitados pelos clientes via Disque-Light, Agência Virtual ou nas agências comerciais.
- **Ouvidoria:** tem por função atender os clientes que não conseguiram resolver seus problemas via os demais canais de atendimento da Light ou aqueles que queiram fazer críticas ou sugestões sobre o atendimento prestado. A Ouvidoria funciona de segunda à sexta, das 8h30

Volume de atendimento por canal



Inclusão e Diversidade

100% dos operadores da Agência Virtual / Chat (Clique-Light) da Light são portadores de deficiência.

às 17h e pode ser acessada via 0800 284 0182 ou por meio do formulário específico, no site da Light.

Além desses canais, a Light também disponibiliza o serviço de fax (21) 2588-0046 e 2588-0048, e mantém páginas institucionais e canais de acesso em mídias sociais, como Facebook e Twitter.

Acessibilidade GRI EU24

A Light também dispensa cuidados específicos para seus clientes que necessitam de atendimento diferenciado. Para clientes com deficiência visual ou com baixa visão, a Empresa instalou em 11 de suas agências comerciais de grande porte a sinalização tátil. A sinalização foi feita por meio de adesivos com caracteres em braille ou figuras, que foram colocados nos pisos, corrimões, escadas e portas. Também para pessoas com deficiência visual, há a Conta Braille Light, que pode ser solicitada via e-mail, Clique-Light, Disque-Light Comercial ou em uma das agências de atendimento.

Clientes com deficiência auditiva e problemas de fala também contam com atendimento diferenciado. Para eles, a Light disponibiliza o Telefone para Surdos (TPS), 0800 284 0182. A partir de um sistema de decodificação tipo "chat", o serviço gratuito está disponível 24h por dia. Os atendentes de 7 agências de grande porte são também treinados em libras (linguagem de sinais).

Projetos diferenciados

Os clientes da Light também contam com projetos diferenciados, que se destacam pela inovação e promoções realizadas junto a diversos parceiros. Algumas dessas iniciativas desenvolvidas em 2010 foram:

- **Projeto 'Agentes de Relacionamento', a Light vai ao cliente:** trata-se de um atendimento presencial, proativo e diferenciado para clientes afetados por falta de energia, concentrados em uma determinada área. A Agência Móvel da Light é posicionada nas proximidades da área atingida e agentes de relacionamento visitam os clientes para esclarecer dúvidas, coletar sugestões e orientar sobre os procedimentos para ressarcimento por perdas e danos elétricos, atendendo ainda possíveis solicitações, devidamente munidos com folheteria, questionários e formulários específicos. Além disso, nestes casos são disponibilizados canais exclusivos: telefone, e-mail, fax e serviço de entrega de documentos.
- **Comunicação e Campanhas Exclusivas:** além das campanhas constantes feitas pela Light com temas de utilidade pública, que levam às famílias dicas essenciais de segurança com a rede elétrica, de economia de ener-

[EU24] Práticas para lidar com barreiras de acesso, relacionadas a idioma, cultura, baixa escolaridade e necessidades especiais que se interpodem ao acesso a eletricidade e serviço de assistência ao consumidor, assim como ao seu uso seguro

gia e informações sobre direitos e deveres, a Empresa realiza também promoções junto a parceiros que se traduzem em benefícios exclusivos aos clientes. Nessas promoções, são oferecidos produtos, ingressos de filmes e descontos diferenciados para os clientes que possuem débito automático, que pagam sua conta de energia em dia ou com Visa Electron, por meio de parcerias com empresas como Espaço Z, Niely e Procter&Gamble.

Qualidade

A Light é a primeira empresa do setor elétrico a ter a Certificação Selo LAC – Loja Amiga do Cliente. A iniciativa do Instituto Brasileiro de Relações com o Cliente (IBRC) avalia o desempenho da empresa, por meio do cliente oculto nos quesitos: Apresentação da Loja, Apresentação dos Profissionais e Atendimento. A certificação realizada no período tem validade para o ano seguinte, quando a empresa certificada está apta a utilizar o selo. Para os períodos de 2009 e 2010, 100% das agências comerciais da Light avaliadas foram certificadas.

A qualidade no atendimento da Light também foi foco de duas outras pesquisas realizadas pelo IBRC. Na Pesquisa Exame – IBRC de Atendimento ao Cliente 2010, a Light ficou em 1º lugar no Setor de Energia (Brasil) e na Pesquisa O Globo – IBRC: Agência Virtual 2010, onde teve 85% de aprovação.

Para garantir a qualidade em todos os seus canais de atendimento, a Light capacita suas equipes e, em 2010, realizou 110 mil horas de treinamento com 3.400 atendentes.

Pesquisas de satisfação

O atendimento ao varejo da Light é avaliado por três pesquisas anuais de satisfação: o Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC), o Índice de Satisfação com a Execução dos Serviços (ISES), da própria Light e a pesquisa da Abradee. A avaliação da Abradee é composta por três principais indicadores: o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP), o Índice de Aprovação do Cliente (IAC) e o Índice de Satisfação Geral (ISG). Para o segmento Grandes Clientes, a Light também realiza anualmente uma avaliação própria, a Pesquisa de Satisfação de Grandes Clientes.

Em 2010, os transtornos causados pelo verão com temperaturas extremas e os problemas do início do ano com a rede subterrânea resultaram em interrupções no fornecimento de energia e geraram críticas e questionamentos por parte dos clientes da Light. Essas questões afetaram os resultados de algumas das

pesquisas de satisfação realizadas no ano. No entanto, mesmo frente a esses obstáculos, uma importante pesquisa mostrou que os clientes perceberam o compromisso da Companhia em dialogar com franqueza sobre esses desafios e propor soluções emergenciais e de médio e longo prazos. Na avaliação da ANEEL (IASC), a Light alcançou 67,6% de satisfação, a maior taxa já registrada pela Empresa. No ano anterior, o IASC ficou em 64,2%.

As ações de comunicação e a descrição das estratégias de melhorias adotadas pela Companhia estão disponíveis em “Light, uma empresa de energia” e “Comunicação e transparência”, nas páginas 43 e 90, respectivamente. **GRI PR5**

Pesquisas de satisfação

Pesquisa	2008	2009	2010
Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC)	56,2	64,2	67,6
Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) – Abradee	72,5	75,3	68,5
Índice de Aprovação do Cliente (IAC) – Abradee	64,2	67,8	55,7
Índice de Satisfação Geral (ISG) – Abradee	69,8	77,8	66,6
Índice de Satisfação do Cliente com os Serviços prestados pelas Regionais*	92,2	89,8	87,0
Pesquisa de Satisfação de Grandes Clientes	77,1	71,7	65,6

Indicadores de qualidade no fornecimento de energia

Regulamentos pela ANEEL, dois indicadores específicos, o DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) avaliam o desempenho das concessionárias quanto à continuidade do serviço prestado de energia elétrica por unidade consumidora.

A Light, em 2010, esteve dividida em 67 conjuntos delimitados geograficamente e as metas globais estabelecidas pela ANEEL para o período foram de 9,95 para DEC e 8,77 para FEC. No ano, o resultado da Empresa foi de 5,76 no FEC, abaixo da meta estabelecida pela Agência e de 11,33 para o DEC, refletindo os problemas no fornecimento nos primeiros meses do período. A partir de 2011 será dividida em regiões elétricas, sendo que cada conjunto representará um grupo de consumidores atendidos por uma mesma subestação de energia.

[PR5] Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas

Resultados DEC e FEC em 2010

INDICADOR	META Regulatória	APURADO Global
DEC Global 2010	9,95	11,33
FEC Global 2010	8,77	5,76

DEC e FEC GRI EU28, EU29

	Unidade	2008	2009	2010
FEC	número de interrupções	7	6	5,76
DEC	horas	11	10	11,33

Saúde e Segurança do Cliente GRI PR1

A Light dispensa especial atenção à saúde e à segurança de seus clientes, em todas as etapas de suas atividades e em consonância com a legislação do setor. Realiza campanhas de conscientização sobre o uso seguro da energia elétrica e os perigos de comportamentos de risco como empinar pipas próximas à rede de transmissão ou soltar balões. A Empresa também orienta seus clientes a solicitar o atendimento de emergência em casos de fogo ou curto em distribuidores ou câmaras subterrâneas e a nunca realizar serviços na rede de energia sem o acompanhamento de profissionais capacitados.

Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado GRI PR2

	2008	2009	2010
Demandas judiciais decorrentes de acidentes com a população - Base Contencioso Geral (em unid)	69	50	52

Indicadores de saúde e segurança do cliente (em unid) GRI EU25

Indicador	2008	2009	2010
Número total de acidentes sem óbito com a população	33	23	42
Número total de acidentes com óbito com a população	11	8	11
Demandas judiciais decorrentes de acidentes com a população - Base Contencioso Geral	69	50	52

Confidencialidade GRI PR8

A confidencialidade dos dados dos clientes da Light está prevista no seu Código de Ética e faz parte dos compromissos assumidos por todos os funcionários diretos e terceirizados da Companhia. A Empresa, que também segue as legislações sobre o tema estabelecidas pela ANEEL e pelo Código de Defesa do Consumidor, não registrou nenhuma ocorrência de violação de privacidade ou de perda de dados de clientes.

Multas

O valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos somou R\$ 36,22 milhões, em 2010. **GRI SO8** Adicionalmente, junto ao órgão regulador (ANEEL), o valor de multas no ano foi de R\$ 28,60 milhões. **GRI PR9**

Grandes Clientes

Eficiência e inovação são também as diretrizes da Light no atendimento aos consumidores do segmento Grandes Clientes, no qual estão os clientes ligados em Média e Alta Tensão/ Poder e Serviços Públicos. Para esse público, a Light oferece diversos serviços exclusivos e atendimento personalizado.

Um dos principais destaques do ano foi o lançamento da nova Agência Virtual Grandes Clientes. No canal online, os clientes têm acesso a uma área exclusiva na qual contam com analistas especializados por segmento

[EU25] Número de acidentes e óbitos de usuários do serviço envolvendo bens da empresa, entre os quais decisões e acordos judiciais, além de casos judiciais pendentes relativos a doenças

[EU28] Frequência das interrupções no fornecimento de energia

[EU29] Duração média das interrupções no fornecimento de energia

[PR1] Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos

[PR2] Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante todo o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado

[PR8] Número de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados dos clientes

[PR9] Multas por não conformidade no fornecimento e uso de produtos e serviços

[SO8] Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes de não conformidade com leis e regulamentos

de negócios que prestam atendimento segundo as necessidades de cada consumidor. Via Agência Virtual, os grandes clientes da Light podem ainda solicitar serviços como 2ª via de fatura, atualização de cadastro, alteração de demanda e de data de vencimento, solicitação de desligamento ou de religação, solicitações de reparos e orientações sobre consumo, dentre outros.

O atendimento da Light para Grandes Clientes conta ainda com assessoramento orientado para dois grupos específicos:

- **Clientes Corporativos:** criado em 2002, atende a clientes com conta acima de R\$ 1 milhão por ano e inclui visitas regulares, reuniões agendadas e eventos de negócios.
- **Espaço Grandes Clientes:** lançado em 2007, é voltado aos clientes com contas de até R\$ 1 milhão por ano, que têm atendimento telefônico exclusivo com analistas comerciais especializados nos segmentos desses consumidores. O Espaço Grandes Clientes está disponível de segunda a sexta-feira, via telefone (21) 2216-2316.

Energia Plus dá flexibilidade ao grande cliente

Outra novidade de 2010 foi a retomada do Energia Plus (EPlus), um bloco de energia adicional que permite maior flexibilidade em termos de fornecimento e custos menores no horário de ponta, ou seja, das 17h30 às 20h30, quando os consumidores de alta tensão pagam tarifas mais altas.

O produto vai beneficiar a carteira de clientes do Grupo A, faturados na modalidade tarifária horossazonal verde, ou seja, se destina aos grandes consumidores de média ou de alta tensão, que contrataram uma demanda de energia, com valor único para o horário de ponta e fora ponta.

Além do preço competitivo, o EPlus tem a vantagem de ser uma energia limpa e não poluente, diferentemente da energia obtida por geradores a diesel.

Fornecedores: Parcerias de Valor

Ao estabelecer mecanismos para avaliar produtos e serviços contratados, a Light estende a todas as fases de seu negócio o mesmo cuidado e conformidade em aspectos com a segurança, saúde, e responsabilidade social e ambiental que aplica em suas atividades

Novos contratos impulsionam o desenvolvimento local

Crescer e impulsionar o desenvolvimento. É dessa maneira que a Light entende a sua relação com seus fornecedores: um processo de mão dupla, no qual os dois lados recebem ganhos. E para que essa via seja eficiente, a Empresa estabelece processos claros e exige compromissos como a não utilização de mão de obra infantil e trabalho escravo ou análogo à escravidão. As exigências incluem o total cumprimento das legislações trabalhista, ambiental e tributária pelas empresas fornecedoras. **GRI HR6, HR7**

Em 2010, a Light reformulou seus processos junto a empresas contratadas e criou a Gestão de Fornecedores. O novo modelo foi elaborado tendo como premissa a integração entre as partes, especialmente no que se refere aos funcionários das empresas contratadas.

Para a elaboração dos contratos para as atividades de rede, que impactam diretamente os serviços da Empresa, como manutenção, ligação, corte, expansão e desligamento, foi desenvolvido um modelo que atendesse às necessidades da Light e que também fosse factível aos contratados. Ele foi apresentado em dois eventos, o primeiro, interno, voltado para as equipes no qual foi informado o papel de cada gestor no processo. As empresas contratadas participaram de um encontro próprio, no qual puderam entender e discutir as novas regras, reforçando o diálogo.

Com as novas regras, algumas mudanças importantes passaram a orientar as etapas na relação entre a Light e os fornecedores. Um banco de dados completo permite à Light analisar todos os números de uma empresa fornecedora, tais como a capacitação de cada funcionário locado na Companhia, seu desempenho e, em caso de desligamentos, o motivo, inclusive denúncias de corrupção. **GRI SO4**

Com esse monitoramento, a definição de metas e as penalidades passaram a atender às necessidades específicas das áreas contratantes da Light. Também foi introduzido o sistema de bônus, como forma de reconhecer o desempenho e o compromisso das empresas que fazem parte da sua cadeia de negócios.

Perfil

Com 3.555 fornecedores, que representaram investimentos da ordem de R\$ 3,038 bilhões no ano em produtos e serviços, a Light também busca privilegiar a mão de obra e as empresas locais. Com isso, o percentual de contratados da Light, que são do Rio de Janeiro, subiu para 55,53%, com 1.530 empresas locais, ante as 692 (46% do total), somadas em 2009. **GRI EC6**

Entre as principais razões para esse salto está a maciça contratação de mão de obra, serviços em pesquisa e tecnologia, materiais e equipamentos que fizeram parte dos investimentos da Companhia na ampliação e melhorias de suas atividades em sua área de concessão.

Empresas contratadas e fornecedores críticos (com valor de contratação acima de R\$ 1 MM) **GRI HR2**

Tipo	2008	2009	2010
Empresas contratadas (Material)	529	487	2.676
Empresas contratadas (Serviço)	668	458	1.140
Empresas contratadas (Total)	1197	945	3.816
Fornecedores com valor de concentração acima de R\$1MM (Serviço)	79	64	128
Fornecedores com valor de concentração acima de R\$1MM (Total)	124	98	193
Fornecedores com valor de concentração acima de R\$1MM (Material)	45	34	65

[HR2] Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas

contribuir para a abolição do trabalho infantil

[HR6] Operações com risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para

[HR7] Operações identificadas com risco de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo

Participação dos fornecedores EC6

Estado	Valor (R\$)	Qtde Fornecedores	% de gasto	% localização
Rio de Janeiro	1.687.255.727,82	1.530	55,53	43,04
São Paulo	974.747.629,64	1.405	32,08	39,52
Paraná	176.308.683,35	160	5,80	4,50
Minas Gerais	63.302.259,02	166	2,08	4,67
Rio Grande do Sul	31.669.408,23	95	1,04	2,67
Santa Catarina	26.336.840,28	67	0,87	1,88
Ceará	22.741.454,12	10	0,75	0,28
Bahia	9.068.221,48	53	0,30	1,49
Espírito Santo	7.855.607,68	31	0,26	0,87
Mato Grosso do Sul	4.092.256,11	3	0,13	0,08
Distrito Federal	3.589.880,00	10	0,12	0,28
Pernambuco	3.172.560,89	8	0,10	0,23
Rondônia	45.220,00	2	0,00	0,06
Rio Grande do Norte	45.000,00	1	0,00	0,00
Mato Grosso	26.085,00	1	0,00	0,00
IMPORTADOS	27.981.890,44	13	0,92	0,37
TOTAL GERAL	3.038.238.724,05	3.555	100,00	100,00

Qualidade gera qualidade

Ao estabelecer mecanismos para avaliar produtos e serviços contratados, a Light estende a todas as fases de seu negócio o mesmo cuidado e conformidade em aspectos com a segurança, saúde, e responsabilidade social e ambiental que aplica em suas atividades. Para estimular a troca de experiências e a busca por soluções conjuntas, a Light realiza, desde 2008, o Encontro Anual de Fornecedores. No evento também acontece o Prêmio Light de Qualidade no Fornecimento, que reconhece o desempenho dessas empresas e teve 11 vencedoras em 2010. Outra iniciativa que estimula e reconhece a qualidade dos fornecedores é a Certificação Light de Qualidade Assegurada, que foi criada em 2009 e teve sua segunda edição em 2010. Em cada uma dessas edições, foram certificadas três empresas.

O Projeto Desperdício Zero é outra iniciativa que reflete o compromisso em promover a sustentabilidade. Realizado em parceria com a Reluz Logística Reversa, o projeto visa à recuperação de materiais retirados das redes de distribuição e transmissão de energia. Desde 2009, quando teve início, já somou mais de 1 mil toneladas de cabos de alumínio reciclados, sendo 443 toneladas no primeiro ano e 665, em 2010, e cerca de 30 mil postes e cruzetas reci-

clados ou recuperados que contribuíram para a redução do impacto ambiental da Companhia em suas operações. Com o projeto, os materiais são recuperados para a Light ou direcionados a outras indústrias para recuperação ou processamento. Além disso, o Desperdício Zero também gerou 160 empregos diretos, mais que o dobro dos 70 registrados em 2009. **GRI EN26**

A Light coordena a revisão das fórmulas de reajuste de preços no Grupo de Trabalho da Fundação COGE. Composto por especialistas do setor, o GT tem o objetivo de atualizar os preços de equipamentos e materiais, como cobre, alumínio, chumbo e outros.

Outro projeto que aposta na parceria é o Estoque Zero, acordo pelo qual fornecedores de itens como postes, ferragens, conectores e cabos mantêm um estoque estratégico na Light, dando agilidade e segurança em caso de emergências.

O apoio à inovação também faz parte do relacionamento da Light com seus fornecedores, que são estimulados a desenvolver produtos que se traduzam

em tecnologias mais limpas e com menor impacto ao meio ambiente.

[EC6] Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes

[EN26] Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços

Nesse sentido a área de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) desempenha um importante papel na condução de pesquisas conjuntas e na busca de soluções

mais eficientes. É o caso do Espaçador Polimérico, que apresenta um desempenho melhor do que aos similares existentes no mercado. A Light estima que, entre outros benefícios, reduzirá a troca anual de espaçadores em decorrência de manutenção preventiva e corretiva de 8% para 1%. Outro destaque no ano é o desenvolvimento de um lacre para combater o furto de energia, que muda de cor ao ser violado. Os postes feitos à base de fibra de vidro e resina de garrafa de plástico PET, também configuram-se como exemplo de alinhamento entre inovação e sustentabilidade.

Os fornecedores da Light foram convidados a participar do *Carbon Disclosure Project* (CDP). O CDP foi criado em 2000 com o objetivo de levar as empresas a reduzirem a produção dos Gases de Efeito Estufa (GEE). Anualmente, organizações de todo o mundo respondem, voluntariamente, a um questionário sobre suas ações

que visam a diminuir ou eliminar a emissão de GEE na atmosfera. A Light obteve a autorização da CDP para repassar o questionário aos seus fornecedores, numa tentativa de iniciar o mapeamento de emissões em toda a sua cadeia de valores. Em 2010, 155 empresas receberam o formulário e 26 delas o responderam.

Uma das principais metas para 2011 é a continuidade na evolução dos processos de Gestão de Fornecedores, que deve contar com uma plataforma tecnológica que integre o banco de dados e as etapas de cada projeto ou contrato em tempo real, dando mais agilidade e segurança na condução dos acordos.

A comunicação entre as partes também será fortalecida com a criação de um canal específico, que terá espaço para críticas, sugestões e denúncias (em caso de não-conformidade ou corrupção, por exemplo) e que poderão ser feitas anonimamente.

Comunicação e Transparência

A campanha Conexão Light apresentou de maneira leve e objetiva a complexidade do negócio de energia, os desafios que a Light enfrenta diariamente e tudo que a empresa vem fazendo para superá-los

Mais Força para o Rio

O verão de 2010 foi marcado por temperaturas recordes no Rio de Janeiro. O aumento na demanda por energia elétrica para climatização, associado a uma rede de distribuição extensa e complexa, que é altamente afetada pelos furtos de cabos e equipamentos, foram alguns dos motivos que influenciaram os problemas no fornecimento de energia.

Para minimizar a insatisfação de seus consumidores, a Light elaborou um amplo plano de ação com dois grandes focos. O primeiro foi pontual e incluiu forças tarefas em diferentes frentes da Companhia para atender a população e restabelecer os serviços interrompidos. O outro foco definiu ações estratégicas, de curto e médio prazos, para solucionar as questões de infraestrutura, com grandes investimentos em pessoal e capacitação, tecnologia de ponta e otimização de processos.

Para apresentar todas essas questões para a sociedade e estabelecer uma nova forma de comunicação e relacionamento com os clientes e demais públicos estratégicos, a Light lançou uma grande campanha. Batizada de "Mais Força para o Rio", começou a ser veiculada no segundo semestre de 2010, com enfoque na comunicação sobre as obras que a Light estava realizando nos bairros de Copacabana e Leblon. A comunicação visual das obras contou com a instalação de tapumes diferenciados. Os funcionários das empreiteiras responsáveis pelas obras também receberam treinamento especial para orientar a postura e o diálogo com os moradores locais.

Paralelamente, a Companhia elaborou ações presenciais para informar os clientes daquelas regiões. Os promotores da Light entregaram nos prédios o "kit síndico", composto por uma carta e cartazes com explicações antecipadas sobre as obras e seu cronograma. A comunicação também foi feita em jornais de grande circulação e distribuição gratuita e no mobiliário urbano.

Imagens falam mais que palavras

Uma das constatações da Light é que era necessário estabelecer um novo patamar de comunicação e relacionamento com seus clientes e sociedade, baseado no entendimento das

atividades da Empresa. De maneira inovadora, a Companhia desenvolveu a campanha Conexão Light, composta de 10 vídeos e 10 spots para rádio, que apresentou de maneira leve e objetiva a complexidade do negócio de energia, os desafios que a Light enfrenta diariamente e tudo que a empresa vem fazendo para superá-los.

A campanha teve 114 inserções na mídia televisiva, 440 inserções em rádios, além de veiculação em redes sociais. O uso da internet como ferramenta de disseminação e relacionamento, aliás, teve grande destaque nos resultados positivos da campanha e se manteve como um canal permanente de interação entre os públicos de interesse da Light.

Conexão Light

O portal Conexão Light (www.conexaolight.com.br) reúne dicas de eficiência energética e notícias sobre a Light, seus programas e atividades. Traz também os vídeos produzidos em 2010, que têm por objetivo apresentar, com imagens e linguagem direta e acessível, diferentes aspectos do negócio e as suas peculiaridades. São eles:

1. Novas tecnologias – apresenta o Programa Smart Grid Light e os conceitos de uma rede elétrica eficiente, bem como as possibilidades que esse sistema oferece de interação entre a Empresa e seus clientes;

2. Energia e compromisso ambiental – mostra as obras que estão sendo realizadas no Complexo de Lajes para garantir o aumento na geração de energia de maneira sustentável e com respeito ao meio ambiente;

3. Empresa diversa – aborda a relação e compromissos da Light junto aos seus empregados e o papel das pessoas no dia a dia da Companhia;

4. Santa Marta – exemplo de sucesso da parceria entre a Light e o poder público para melhorar a qualidade de vida das comunidades que foram pacificadas;

5. Câmaras subterrâneas – apresenta o trabalho ininterrupto feito nas câmaras subterrâneas e os benefícios buscados por meio dos investimentos em modernização;

6. Call center - mostra os canais de comunicação e atendimento que a Light oferece aos seus clientes

7. Comunidade eficiente - aborda os trabalhos realizados dentro do Projeto Comunidade Eficiente na comunidade do Chapéu Mangueira e Cidade de Deus;

8. Obras - trata dos investimentos da Light na rede elétrica (R\$ 510 milhões no ano) e os esforços para garantir um verão 2010-2011 com menos problemas de fornecimento;

9. Eficiência energética - apresenta as soluções da Light para garantir a eficiência energética e traz exemplos de ações realizadas com o poder público;

10. Perdas - fala sobre os perigos e prejuízos causados pelas ligações irregulares em todo o Rio de Janeiro e como isso afeta, de maneira geral, o pleno funcionamento do sistema elétrico.

TV Digital e outros canais de comunicação e informação

O lançamento da TV Digital, canal de comunicação especialmente elaborado para o público interno, foi outra novidade lançada em 2010. Uma das características do negócio da Light é que grande parte de seus profissionais realizam atividades externas e não tem no dia-a-dia acesso a e-mail e internet.

Para informar, de maneira rápida e acessível, assuntos corporativos, projetos e notícias do setor elétrico, foram instalados 20 pontos de TV nas unidades Marechal Floriano e Frei Caneca. O canal ainda traz campanhas institucionais e orienta os funcionários sobre questões trabalhistas, de saúde e segurança além de dicas de ecoeficiência, dentre outros tópicos. A segunda fase terá mais 22 pontos, incluindo agências.

A transparência na condução dos negócios também é reforçada pelo relacionamento aberto e proativo que mantém com todos os seus públicos estratégicos. Para isso, a Light conta com os seguintes canais de comunicação:

[PR6] Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários de comunicações de marketing,

incluindo publicidade, promoção e patrocínio

• **Sites:** www.light.com.br e www.conexaolight.com.br;

• **Revistas**

- Eficiência Energética: lançada em novembro de 2010, trata dos projetos e desempenhos da Companhia no Programa de Eficiência Energética (PEE). Tem periodicidade anual;

- Saber: publicada anualmente, a revista de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Light teve sua segunda edição distribuída em 2010;

• **Relatórios:** publicação anual do Relatório de Sustentabilidade, além dos Relatórios de Responsabilidade Socioambiental da Light SESA e Light Energia;

• **Outros canais de comunicação e interação:** contas de luz, folders, propaganda de marketing, visitas dos agentes da Light, agências de atendimento, rádio, TV e mídias sociais;

• **Publicações:** em 2010, lançou o livro *Light nas Comunidades*, que apresenta a trajetória e evolução dos oito anos do Programa Comunidade Eficiente.

A condução da comunicação na Light

Toda e qualquer comunicação da Light é orientada por parâmetros que estabelecem a aderência a leis e regulamentos setoriais e de comunicação e marketing, e têm como premissa a transparência e o respeito aos seus públicos de interesse. Além disso, a Light adere ao Conselho de Ética e Normas Padrão (CENP), que regula o segmento publicitário e suas formas de remuneração; e ao Instituto de Veiculação e Circulação (IVC) no uso estatístico de chancelamento dos diversos veículos de comunicação, seus dados de auditoria e sistemas de aferição.

Em todos os casos, a Light mantém o diálogo aberto e desimpedido, para agregar visões novas e essenciais aos diversos públicos de interesse. **GRI PR6**

Compromisso Ambiental

O respeito ao meio ambiente está no DNA da Light

A construção da PCH Paracambi é um exemplo do compromisso com o meio ambiente que a Light aplica em suas atividades. As obras, que tiveram início em novembro de 2009, têm todas as suas etapas orientadas pelo Programa de Gerenciamento Ambiental (PGA), com o objetivo de assegurar um padrão de excelência em qualidade ambiental nas fases de implantação e operação do empreendimento. Com um total de 17 programas socioambientais divididos para serem executados antes, durante e após a conclusão das obras de instalação, o alinhamento com os critérios ambientais envolveu as empresas contratadas, com treinamento específico para os trabalhadores e um amplo Programa de Comunicação Social, que informou periodicamente a população local sobre as atividades da Light na região.

Algumas das ações estabelecidas foram a identificação, a orientação e a correção permanente de procedimentos inadequados, bem como a elaboração de relatórios semanais e mensais de supervisão ambiental da obra. Também foram realizadas reuniões semanais entre representantes da Light e do consórcio construtor (Consórcio Construtor Paracambi - CCPA) para a adequação das atividades, previstas no Plano Ambiental para a Construção (PAC) e no Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD). Entre os aspectos considerados estão a saúde e a segurança dos trabalhadores nas obras, o gerenciamento e a disposição de resíduos e dos planos de gerenciamento de riscos e de ações de emergência. **GRI EU21**

Quanto aos requisitos básicos para a construção são considerados aqueles necessários para a execução de todas as obras do empreendimento, como por exemplo: estradas de acesso, canteiro de obras, central de concreto e daqueles específicos para a fase construtiva, envolvendo a supressão de vegetação e a recomposição de áreas degradadas.

Faz parte também a condução do Programa de Educação Ambiental que é desenvolvido no âmbito do Programa de Comunicação Social, por meio de ações educativas dirigidas à população da região de entorno do futuro reservatório. A iniciativa busca conscientizar sobre a importância da preservação do meio ambiente e a construção participativa da nova conformação espacial que será criada a partir da formação do lago e das áreas de reflorestamento.

Para reforçar as informações, a Light produziu e distribuiu 1.000 exemplares de um folder de divulgação do empreendimento. Também criou a cartilha "A Energia que vem do Rio", uma publicação ilustrativa, com 1.300 exemplares, direcionada ao público infanto-juvenil das escolas do entorno do projeto.

Erosão, assoreamento, desmatamento, produção de resíduos, de efluentes, de poeira e de ruídos são alguns dos elementos decorrentes das obras que são constantemente avaliados. Em caso de irregularidades são realizadas ações corretivas. Para a gestão de resíduos, por exemplo, foi contratada uma empresa especializada e autorizada pelo órgão competente a transportar, receber e dar destinação adequada aos resíduos sólidos gerados. O canteiro de obras também dispõe de receptores para a coleta seletiva.

Com uma área total da superfície do lago de 2,35 km², o reservatório da PCH Paracambi tem um volume futuro avaliado em 6,969 milhões de metros cúbicos, com profundidade de 3,13 metros. Além do Programa de Monitoramento de Qualidade da Água (PMQA), que garante o acompanhamento da qualidade da água e as medidas corretivas na implantação do empreendimento, a limpeza do espaço a ser inundado também é fundamental para o bom funcionamento do reservatório e é feito dentro do Programa de Limpeza e de Desinfecção da Área do Reservatório.

O Programa de Reflorestamento, que prevê a implantação de 50 hectares, tem por objetivo criar ambientes de proteção e alimento para a fauna terrestre e aquática, garantindo a permanência da biodiversidade e a melhoria da qualidade das águas do reservatório. Inicialmente foi feita a identificação dos animais e a realização de contato com instituições para a destinação das espécies. Na fase de supressão da vegetação, os animais que surgiram eram afugentados, sem interferência física. A captura somente era aplicada em caso de animais feridos, acados ou de lenta mobilidade. Os que se encontravam em boas condições físicas foram levados para as áreas de soltura. Foram resgatados ao todo 12 animais, sendo 8 vertebrados e 4 invertebrados. Destes, 10 foram encaminhados para soltura, um para o atendimento médico-veterinário e um veio a óbito, sendo encaminhado para tombamento no Museu Nacional da Universidade do Rio de Janeiro (MNRJ). **GRI EN12 EN13 EN14**

Atenção com a população local

Desde 2007, está sendo desenvolvido o Programa de Acompanhamento e Apoio à População Atingida, que visa a acompanhar e apoiar as comunidades atingidas durante a implantação da PCH Paracambi, fornecendo informações e realizando o acompanhamento das negociações para aquisição das terras e benfeitorias e o restabelecimento das famílias nas mesmas ou em outras propriedades da região.

O levantamento identificou 250 pessoas diretamente afetadas pelo empreendimento. Em 2009, teve início o processo de desapropriação desses moradores e foram desocupados 74 imóveis. Em 2010, um morador teve seu processo finalizado e foi dado andamento nos demais processos, que deverão estar concluídos em 2011. **GRI EU22, EU20**

Também faz parte do compromisso da Light com a população local oferecer oportunidades de desenvolvimento econômico por meio da geração de empregos. Desde o início da implantação do empreendimento, a Empresa já vem realizando contratação de mão de obra local, por meio de cadastro, seleção e capacitação dos profissionais. No encerramento de 2010, em torno de 60% do quadro efetivo de trabalhadores foram contratados localmente.

[EU20] Abordagem para gestão de impactos de deslocamento. Prevenção e preparação para emergências e desastres

[EU21] Medidas para planejamento de contingência, plano de gestão e programas de treinamento para desastres/emergências, além de planos de recuperação/restauração

[EU22] Número de pessoas deslocadas física e economicamente e indenização, discriminadas por tipo de projeto

[EN12] Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas

[EN13] Habitats protegidos ou restaurados

[EN14] Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade

Criatividade, engenharia e conscientização em Lajes

Outra obra que se destaca pelo compromisso com o meio ambiente e a proposição de soluções criativas e de baixo impacto é a obra de expansão do Complexo de Lajes. Em 2010 foi finalizada a recomposição de um alimentador do Complexo, que significou a instalação de um duto de 1,5 km de extensão e 1,7 m de diâmetro no meio da mata. A obra, com custo de R\$ 30 milhões, apresentava dois grandes desafios: não danificar o entorno, onde estão 6% da Mata Atlântica remanescente do Rio de Janeiro e ser realizada sem prejudicar o fornecimento de água da população, já que passam pelas usinas do complexo 96% de toda a água que abastece a região metropolitana do Rio de Janeiro.

Para minimizar os impactos ambientais, a Light investiu em tecnologia e na capacitação dos trabalhadores. O uso de uma grua isolada no meio da mata permitiu a instalação dos tubos do alimentador sem interferir na vegetação. No total, 300 pessoas foram treinadas como agentes ambientais e de segurança. Por meio de palestras e simulações de ocorrências, eles aprenderam noções de impactos ambientais, legislação e licenciamento ambiental, gerenciamento de resíduos e segurança do trabalho. Com isso, estão aptos para atuar também como agentes multiplicadores e de conscientização. Para a obra, a Light contratou 180 desses agentes. **GRI EU21**

Gestão Ambiental

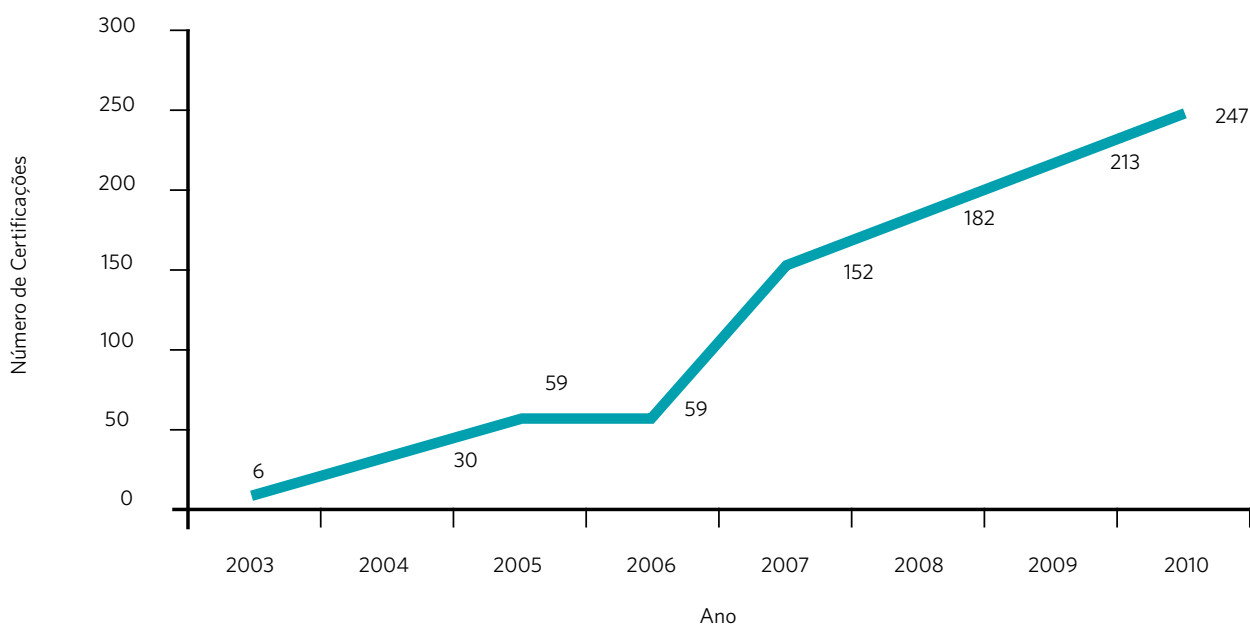
O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da Light foi implantado em 2001 baseado na norma internacional ISO 14001, e tem por objetivo prevenir diversos riscos para a Empresa e estabelecer padrões em todas as suas atividades, atendendo às questões ambientais, evitando multas, embargos de empreendimentos, acidentes ambientais, ações judiciais e danos à imagem da Companhia.

Todas as usinas da Empresa possuem, além do SGA, certificação em normas de segurança e saúde ocupacional da OHSAS 18001. **GRI PR1**

Em 2010, 34 unidades da Light foram certificadas pela ISO 14001, ultrapassando a meta estabelecida para esta fase do programa, que era de 20, e outras 101 unidades foram recertificadas. O processo de certificação teve o apoio integral das diversas equipes para adequar as unidades aos requisitos da norma.

Evolução das Certificações do SGA na Light

Certificação ISO 14001 Acumulado



Total de unidades certificadas até 2010: 247

Educação ambiental

Conscientizar os trabalhadores, seus dependes e as comunidades de sua área de concessão sobre o respeito ao meio ambiente é outro compromisso que a Light assumiu. Em 2010, um dos destaques foi a parceria com o Projeto Sementes, que mostra às crianças a importância

da responsabilidade ambiental no dia a dia. Com aulas de ecologia, meio ambiente, fauna, flora, poluição e aquecimento global, 24 alunos da rede municipal de ensino da cidade de Jacareí frequentaram o curso de quatro meses e receberam um certificado de conclusão. O grupo também visitou a Usina de Santa Branca e recebeu 100 mudas de árvores da Mata Atlântica para o plantio.

A comemoração do Dia das Crianças, em outubro de 2010, também teve como foco a conscientização ambiental. Com o tema Plante o Bem, cerca de 1.000 pessoas, entre trabalhadores da Empresa e seus familiares, participaram de uma série de atividades educativas como peças e brincadeiras relacionadas ao respeito ao meio ambiente. Ao final do evento, cada participante recebeu uma muda de ipê amarelo para plantio.

A Light também desenvolveu ações pontuais de celebração e engajamento em datas como o Dia da Árvore, o Dia Mundial da Água e a Semana do Meio Ambiente. Nesta última, aliás, foram realizadas várias atividades como a palestras sobre gestão de resíduos sólidos e consumo consciente, visitas monitoradas de alunos ao viveiro de mudas do Complexo de Lajes e a distribuição de 1.000 mudas de ipê amarelo.

Investimentos ambientais

Em 2010, a Light investiu R\$ 28,67 milhões em gestão ambiental. O total ficou 43,6% acima do montante aplicado em 2009, de R\$ 19,96 milhões e teve como principais focos, a reforma de equipamentos isolados pelo gás SF₆ (Hexafluoreto de Enxofre) para eliminar vazamentos (R\$ 3,49 milhões), arborização urbana (R\$ 13,55 milhões) e contenção de taludes (R\$ 1,98 milhão).

[PR1] Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos

[EN30] Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo

Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo (em R\$ mil) GRI EN30

Natureza do investimento	2008	2009	2010
Manutenção e Segurança de Linhas e Subestações			
SESA	4.286	4.585	2.510
Energia	NA	NA	NA
Total	4.286	4.585	2.510
Educação Ambiental			
SESA	31	60	16
Energia	NA	NA	NA
Total	31	60	16
Projetos Ambientais			
SESA	1.359	1.311	5.434
Energia	NA	NA	NA
Total	1.359	1.311	5.434
Licenciamento Ambiental			
SESA	34	305	156
Energia	109	160	221
Total	143	465	377
Diversos - Consultoria, Seminários e Auditorias			
SESA	21	42	21
Energia	NA	NA	NA
Total	21	42	21
Implantação e Manutenção do Sistema de Gestão Ambiental			
SESA	871	1.078	572
Energia	711	761	756
Total	1.582	1.839	1.328

Continuação da tabela da página 95.

Arborização Urbana			
SESA	6.480	7.035	13.554
Energia	NA	NA	NA
Total	6.480	7.035	13.554
Contenção de taludes			
SESA	NA	NA	NA
Energia	1.746	1.875	1.980
Total	1.746	1.875	1.980
Remoção de plantas			
SESA	NA	NA	NA
Energia	1.124	1.411	1.326
Total	1.124	1.411	1.326
Atendimento a requisito legal			
SESA	-	498	421
Energia	NA	NA	NA
Total	-	498	421
Pesquisa e Desenvolvimento			
SESA	793	681	1.020
Energia	442	163	692
TOTAL	1.235	844	1.712
TOTAL DE INVESTIMENTOS	18.006	19.965	28.678
TOTAL DE INVESTIMENTOS SESA	13.875	15.959	23.703
TOTAL DE INVESTIMENTOS ENERGIA	4.131	4.370	4.976

Indicadores ambientais

• Materiais

Em 2010, o aumento no consumo de alguns materiais e equipamentos como transformadores e cabos foi re-

sultado das ações de expansão e de melhoria das redes aérea e subterrânea da Light.

Materiais usados por peso ou volume GRI EN1

Tipo de material	Unidade	2008	2009	2010
Transformadores	pç	6.731	8.480	11.286
Postes de concreto	pç	10.601	20.902	8.889
Postes e cruzetas de madeira	pç	46.574	2.440	3.978
Protetor	pç	23	36	94
Medidores	pç	152.731	153.767	152.941
Religador	und	140	193	164
Isolador	pç	158.824	298.643	69.934
Conector, terminal e acessórios	pç	2.811.380,00	3.390.717,00	2.588.326
Cabos	kg	41.688,98	38.846,00	54.716,05
Óleo Mineral	L	124.046	12.353	89.076

[EN1] Materiais usados por peso ou volume

[EN2] Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem

[EN4] Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária

[EN22] Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição

No que se refere à recuperação e reciclagem de materiais, uma iniciativa pioneira da Light tem contribuído para o uso responsável de produtos ao mesmo tempo que se configura em uma oportunidade de geração de emprego e renda. Trata-se do Projeto Desperdício Zero, desenvolvido em parceria com a Reluz Logística Reversa, que encerrou o ano com 160 empregados diretos.

Com o projeto, somente em 2010, foram retiradas 731 toneladas de metais ferrosos, sendo que 329 toneladas

desse total foram enviadas para reciclagem e o restante foi reaproveitado. Assim, evitou-se a extração de 377 toneladas de minério de ferro virgem, de 58 toneladas de carvão vegetal e de 7,3 toneladas de cal virgem que seriam necessários no processo produtivo. Outros itens como cabos de alumínio e de cobre, postes e cruzetas de madeira, isoladores e postes de concreto, transformadores, plástico e borracha também foram recolhidos e passaram pelo processo de reciclagem.

Quantidade de materiais usados provenientes de reciclagem GRI EN2

Produto	Unidade	2008	2009	2010
Transformadores (Reparado)	PC	919	1.383	956
Transformadores (%Reparado/Consumido)	%	76,84	ND	8,47
Medidores (Reparado)	PC	46.409	21.947	16.380
Medidores (%Reparado/Consumido)	%	65,2	ND	10,71
Protetor (Reparado)	PC	21	-	-
Protetor (%Reparado/Consumido)	%	91,3	ND	75,53
Religador (Reparado)	PC	ND	48	57
Religador (%Reparado/Consumido)	%	ND	ND	34,75
Seccionalizador (Reparado)	PC	ND	-	-
Seccionalizador(%Reparado/Consumido)	%	ND	-	-
Protetor (Reparado)	PC	-	12	71
Seccionalizador (Reparado)	PC	-	102	101
Seccionalizador (%Reparado/Consumido)	%	-	ND	ND

Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição GRI EN22

Tipo de Resíduos *	2009	2010	Métodos de disposição
Papel/Papelão (toneladas)	142,4	70,6	Reciclagem / Venda
Plástico (toneladas)	11,3	2,1	Reciclagem / Venda
Vidro (toneladas)	1,4	N.A	Reciclagem / Venda
Metal (toneladas)	48,2	51,2	Reciclagem / Venda
Lâmpadas Incandescentes (unidade)	645	3.570	Reciclagem
Cartuchos Toner (unidade)	239	ND	Descontaminação/ Reciclagem
Toalhas Laváveis (peças)	37.930	37.930	Reutilização

* Quantidade de resíduos classe II recebida nas Centrais de Resíduos da Rua Larga e Frei Caneca

▪ Energia

No ano, o consumo total de energia pela Light ficou em 34,7 milhões de kWh, 6,9% acima do volume registrado em 2009. Já o consumo por fonte primária teve um aumento

significativo no uso de diesel e de gasolina como combustível da frota, devido a alta no preço do etanol e à expansão das atividades externas, com uso da frota de veículos.

Consumo de energia indireta, discriminado por fonte primária GRI EN4

Tipo de fonte indireta	Unidade	2008	2009	2010
Consumo total de energia (em kWh)	kWh	35.046.000	32.484.000	34.730.000

Consumo de energia direta, discriminado por fonte de energia primária (em litros) GRI EN3

<i>Tipo de fonte de energia direta</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>
Alcool	143.866	852.777	1.686.633
Diesel	407.657	620.888	1.423.189
Gasolina	536.349	253.123	810.773
TOTAL	1.087.872	1.726.789	3.920.596

- **Água**

As atividades de geração de energia elétrica da Light são feitas por meio de hidrelétricas. Para promover a redução do consumo de água em suas unidades administrativas, a Empresa desenvolveu com ações integradas de

conscientização e manutenção de instalações para reduzir vazamentos. Como resultado, em 2010, houve uma queda de 12,2% no volume de água consumido diariamente pela Companhia.

Total de retirada de água por fonte (em m³/dia) GRI EN8

	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>
Consumo de água nas dependências da Light. Total de retirada de água por fonte (média de m³/dia)	629	671	589

Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água (Vazão média anual - m³/s) GRI EN9

	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>
Total de aporte de água para o Rio Guandu - Calha da CEDAE	5,76	-	5,72
Total de aporte de água para o Rio Guandu - Riberão das Lajes	156,13	-	153,07
TOTAL DE APORTE OFERTA	161,89	-	-
TOTAL DE APORTE/OFERTA	-	-	158,79

- **Biodiversidade**

O Complexo de Lajes, que se localiza entre os municípios de Piraí, Rio Claro, Mangaratiba e Itaguaí, soma 19 mil hectares de Mata Atlântica, sendo um dos poucos remanescentes do Rio de Janeiro, e concentra uma importante variedade de espécies de plantas e fauna desse habitat natural. Por isso, as atividades de geração e transmissão de energia da Light são desenvolvidas tendo como premissa o respeito ao meio ambiente e o cuidado com a biodiversidade local.

As operações para a implantação de usinas hidrelétricas seguem integralmente a legislação ambiental e prevêm programas específicos de levantamento, remoção e soltura de animais terrestres e aquáticos. A supressão de vegetação para os empreendimentos de geração ou para a instalação e ampliação de linhas de transmissão também é realizada com total atenção à preservação da biodiversidade. **GRI EN12**

- **Emissões, Efluentes e Resíduos**

Em 2010, alguns fatores impactaram as emissões da Light, entre eles, o maior uso de diesel e gasolina como combustível das frotas e o aumento das atividades de

campo, o que também implicou em um volume maior de veículos em uso e, conseqüente elevação das emissões de gases causadores de efeito estufa.

O reparo de disjuntores isolados à base do gás SF₆ (Hexafluoreto de Enxofre) também influenciou no aumento das emissões diretas da Light SESA (distribuidora). Foram incluídas a partir de 2010 as emissões oriundas das perdas técnicas da distribuição de energia, contabilizadas como emissões indiretas e ocasionando um aumento significativo destas.

[EN3] Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária

[EN8] Total de retirada de água por fonte

[EN9] Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água

[EN12] Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas

Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso (em CO₂ eq - toneladas) GRI EN16

<i>Unidade operacional</i>	2008	2009	2010
Light Energia (Diretas)	776	581	543
Light Energia (Indiretas)	88	49	646
Light SESA & ESCO (Diretas)	16.279	12.244	18.135
Light SESA & ESCO (Indiretas)	1.092	815	88.884
TOTAL LIGHT S.A. (DIRETAS)	17.055	12.825	18.678
TOTAL LIGHT S.A. (INDIRETAS)	1.180	864	89.531

Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso (em CO₂ eq - toneladas) GRI EN17

<i>Operação</i>	2008	2009	2010
Light Energia	163	568	810
Light SESA & ESCO	12.472	11.054	20.232
TOTAL LIGHT SA	12.635	11.622	21.043

Peso de resíduos perigosos transportados, importados, exportados ou tratados GRI EN24

<i>Resíduos</i>	<i>Unidade</i>	2008	2009	2010
Método de disposição de baterias estacionárias		Reciclagem	-	Reciclagem
Método de disposição de cartucho		Reciclagem	-	Reciclagem
Método de disposição de EPI		Co-processamento	-	Co-processamento
Método de disposição de lâmpadas		Reciclagem / Descontaminação	-	Reciclagem / Descontaminação
Método de disposição de pilhas e baterias		Reciclagem	-	Reciclagem
Método de disposição de resíduos oleosos		Co-processamento / incineração	-	Co-processamento / incineração
Quantidade de baterias estacionárias	pç	7	-	3.980 Kg
Quantidade de cartucho	pç	485	-	ND
Quantidade de lâmpadas	pç	833	-	14.531
Quantidade de resíduos oleosos	l	19.818	-	88.684 Kg
Quantidade de EPI	Kg	1.800	-	18950
Quantidade de pilhas e baterias	Kg	2.150	-	0
Quantidade de resíduos perigosos (Ascarel) - Convenção da Basileia	Kg	0	-	Empresa não possui

Obs: Os dados referentes à "quantidade de resíduos oleosos" e "de baterias estacionárias", foram informados em quilogramas, por inviabilidade de se obter estas informações nas unidades solicitadas no sistema.

GRI EN26

<i>RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS</i>	2008	2009	2010
Área total recuperada/plantada/mantida (ha)	72	60,8	56
Nº total de mudas plantadas (mil)	80	67	62

[EN16] Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso

[EN17] Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso

[EN24] Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia - Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos

de resíduos transportados internacionalmente

[EN26] Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços

O Programa de Recuperação de Áreas Degradadas é realizado no entorno dos reservatórios da Light que es-

tão em operação. A meta anual da Companhia é o plantio de 50 ha, quantidade que tem sido superada a cada ano.

Instalações localizadas dentro ou próximas às áreas de proteção ambiental e parques municipais GRI EN11

UNIDADE	LOCALIZAÇÃO	STATUS	TAMANHO (Km2)	POSIÇÃO RELATIVA
Reservatório de Santana	Piraí (RJ)	Operando	5	Parque Municipal Mata do Amador
Reservatório de Vigário	Piraí (RJ)	Operando	6,36	Parque Municipal Mata do Amador
UEL Santa Cecilia	Barra do Piraí (RJ)	Operando	2,5	APA Paraíba do Sul
UEL Vigário	Piraí (RJ)	Operando	0,01	Parque Municipal Mata do Amador
Reservatório de Lajes	Rio Claro (RJ)	Operando	30	Alto Índice de Biodiversidade
	Piraí (RJ)			Adjacente ao Parque Estadual Cunhambebe e APA Municipal Alto Piraí
Reservatório de Tocos	Rio Claro (RJ)	Operando	0,36	Adjacente ao Parque Estadual Cunhambebe e APA Municipal Alto Piraí
UHE's de Fontes	Piraí (RJ)	Operando	4	Adjacente à APA Guandu
PCH Lajes	Piraí (RJ)	Projeto	0,1	APA Guandu
PCH Paracambi	Paracambi (RJ)	Projeto	4	APA Guandu
Reservatório e UHE Santa Branca	Santa Branca (SP)	Operando	28	APA Paraíba do Sul
UHE Ilha dos Pombos	Carmo (RJ)	Operando	4	APA Paraíba do Sul
Reservatório de P. Coberta	Piraí (RJ)	Operando	1,07	Adjacente à APA Guandu
UHE Pereira Passos				
Linha de transmissão	Piraí (RJ)	Operando	25,5	Parque Municipal Mata do Amador
LTA's Nilo Peçanha - Santa Cecília, NLP-SCI				
Linha de transmissão	Piraí, Volta Redonda, Barra Mansa, Resende e Itatiaia (RJ) -Queluz e Areias (SP)	Operando	115	Adjacente ao Parque Nacional da Bocaina

Transporte GRI EN29

Em 2010, além do Toyota Prius híbrido (motor elétrico + motor a combustão) a Light passou a contar com o Palio Weekend elétrico, produto de um projeto de P&D em parceria com Itaipu Binacional e outras concessionárias de energia. Em maio, a Empresa iniciou os testes do modelo Palio no atendimento a clientes próximos a sua sede, na Marechal Floriano. O objetivo é avaliar a eficácia da substituição do motor a combustão pelo elétrico e a redução na emissão de poluentes na atmosfera. Um estudo realizado pela Light em parceria com universidades mostrou que uma frota de 100 veículos desse modelo

elétrico evitaria a emissão de 4,43 toneladas de CO2 ao longo de 10 anos. Já o Toyota Prius híbrido é usado pela diretoria da Light desde 2009 e segundo o fabricante, o uso combinado dos motores elétrico e a combustão permite reduzir em 89% as emissões de CO2 na atmosfera.

[EN11] *Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas*

[EN29] *Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores*

Índice Remissivo GRI

Painel de Especialistas

De maneira proativa e participativa, a Light tem envolvido seus *stakeholders* nas discussões e análises sobre os seus desempenhos e nas definições de suas estratégias de sustentabilidade. Em 2008, foi realizado o primeiro Painel de Especialistas. No ano seguinte, aconteceu um Engajamento Estruturado de *Stakeholders* e, em 2010, a segunda edição do Painel de Especialistas.

Com a participação de seis especialistas e doze representantes da Light, o Painel 2010 abordou seis grandes temas: (1) Incorporação das necessidades dos *stakeholders* no planejamento estratégico, (2) Combate às perdas e inadimplência, (3) Eficiência energética, (4) Qualidade, (5) Segurança no trabalho e Gestão de empresas contratadas e (6) Debate livre. **GRI 3.5, 4.14, 4.15, 4.16, 4.17**

[3.5] *Processo para definição do conteúdo*

[4.14] *Relação de grupos de stakeholders engajados pela organização.*

[4.15] *Base para a identificação e seleção de stakeholders com os quais se engajar*

[4.16] *Abordagens para o engajamento dos stakeholders, incluindo a frequência do engajamento por tipo e grupos de stakeholders*

[4.17] *Principais temas e preocupações que foram levantados por meio do engajamento dos stakeholders e que medidas a organização tem adotado para tratá-los*

Resultados do Painel de Especialistas 2010 e capítulos correlatos no relatório **GRI 1.2**

INCORPORAÇÃO DAS NECESSIDADES DOS STAKEHOLDERS NO PE		CAPÍTULO
Objetivo	Aprimorar o processo de incorporação das necessidades das partes interessadas	Todo o Relatório
	Monitorar o desempenho da incorporação das necessidades	A Light e seu Compromisso com o Rio de Janeiro
Focos	Abordar claramente o dilema de prestar serviço público de qualidade e empresa lucrativa	Compromissos A Light e seu Compromisso com o Rio de Janeiro O Mercado de Energia em 2010 Distribuição Foco Permanente no Cliente
COMBATE ÀS PERDAS E INADIMPLÊNCIA		
Objetivo	Priorizar atuação em comunidades pacificadas	
	Atuar no "rastros" das UPPS	A Light e seu Compromisso com o Rio de Janeiro
Focos	Fortalecer parcerias para estabelecer a agenda social "pós-pacificação" nas comunidades	Distribuição
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA		
Objetivo	Identificar as oportunidades de negócios existentes	A Light e seu Compromisso com o Rio de Janeiro Distribuição Geração
Foco	Fortalecer a estratégia de negócios em eficiência energética	Comercialização Foco Permanente no Cliente Fornecedores: Parcerias de Valor
QUALIDADE		
Objetivo	Aprimorar qualidade do fornecimento de energia e do atendimento ao cliente	A Light e seu Compromisso com o Rio de Janeiro Distribuição Geração Comercialização Light: Uma Empresa Diversa Foco Permanente no Cliente Fornecedores: Parcerias de Valor
	Adotar comportamento proativo	Distribuição
	Fortalecer o atendimento emergencial e comercial	Geração
Focos	Reposicionar a imagem da companhia, buscando vincular qualidade ao preço do serviço	Comercialização Light: Uma Empresa Diversa Foco Permanente no Cliente Fornecedores: Parcerias de Valor Comunicação e Transparência
	Segurança no Trabalho e Gestão das Empresas Contratadas	
Objetivo	Aprimorar qualidade do fornecimento de energia e do atendimento ao cliente	A Light e seu Compromisso com o Rio de Janeiro Distribuição Comercialização
Focos	Adotar comportamento proativo	Light: Uma Empresa Diversa Foco Permanente no Cliente Fornecedores: Parcerias de Valor
DEBATE LIVRE		
Demais temas sugeridos	Atuar junto ao órgão regulador na revisão tarifária	O Mercado de Energia em 2010 (Ambiente Regulatório)
	Preparar-se para enfrentar o crescimento urbano desordenado	A Light e seu Compromisso com o Rio de Janeiro Distribuição Geração Comercialização
	Participar ativamente no debate sobre o futuro do Rio de Janeiro	Light: Uma Empresa Diversa Foco Permanente no Cliente Fornecedores: Parcerias de Valor Compromisso Ambiental
	Reposicionar a comunicação da Companhia	Comunicação e Transparência

Depoimentos dos Especialistas convidados:

“Se já é fato auspicioso – e sobretudo exemplar – a produção anual de um relatório inteiramente reservado ao tema *sustentabilidade*, percebe-se nitidamente nesta sua segunda edição que parcela considerável das indicações, questionamentos, provocações e reflexões dos especialistas está muito mais presente no conjunto de ações em análise ou é objeto de implementação pela empresa; ou seria afirmar, sem muito medo de errar, que a *sustentabilidade* já é hoje item irremovível da sua cultura empresarial ou, se preferirem, do seu próprio ecossistema. O que reforça a percepção de que a Light não só parece trabalhar com um atento olhar para o futuro mais amplo, como também está cada vez mais sensível para os desafios postos pela complexidade contemporânea – nos mercados em que atua diretamente, no país e no planeta.”

Armando Strozenberg

“Melhor estratégia é agir junto com as UPPs. Grande necessidade de agir, pois todos julgarão a atuação da Companhia nos territórios reconquistados”.

Paulo Ferraz

“A Light precisa trabalhar o conceito de eficiência energética como um serviço, pois se consumidores não

aprenderem a ser mais eficientes, não haverá como suprir demanda por energia”.

David Zylbersztajn

“A Light tem o dever de notificar clientes quando o serviço for interrompido. É importante que a Companhia aprenda com empresas que sofrem do mesmo problema”.

Paulo Ferraz

“A Light deve mostrar para o regulador que este deve incentivar o aprimoramento da qualidade do serviço prestado, e não penalizar a Companhia; deve-se estabelecer parceria”.

Claudio Sales

“Saúde e segurança é um tema que precisa correr nas veias de todos os funcionários e diretores da Light”.

Cesar Vianna

“Dinheiro público deve ser utilizado na capacitação de indivíduos das comunidades pacificadas”.

Andre Urani

“Energia é um dos temas centrais no debate da sustentabilidade, principalmente quando se pensa em jogos verdes; é nessa área que estão grandes oportunidades, mas também grandes riscos, se a temática não for explorada de forma adequada”.

David Zylbersztajn

Metas do Milênio



Princípios do Pacto Global

Princípios de Direitos Humanos

1. Respeitar e proteger os direitos humanos;
2. Impedir violações de direitos humanos;

Princípios de Direitos do Trabalho

3. Apoiar a liberdade de associação no trabalho;
4. Abolir o trabalho forçado;
5. Abolir o trabalho infantil;
6. Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho;

Princípios de Proteção Ambiental

7. Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
8. Promover a responsabilidade ambiental;
9. Encorajar tecnologias que não agridem o meio ambiente.

Princípio contra a Corrupção

10. Combater a corrupção em todas as suas formas inclusive extorsão e propina.

Sumário GRI – Light 2010 GRI 3.12

Autodeclaração

A Light declara que seu Relatório de Sustentabilidade 2010 segue os critérios da *Global Reporting Initiative* (GRI) e está alinhado ao padrão G3. Afirma ainda que manteve seu padrão A e que apresenta o selo de verificação da GRI. A consolidação de seus indicadores soma **77** indicadores essenciais e **23** adicionais. Somente **um** indicador adicional foi considerado não aplicável e **4** não foram

disponibilizados. Dos indicadores essenciais, **4** foram considerados não aplicáveis.

O índice remissivo apresentado a seguir traz ainda a correlação dos indicadores GRI com os Princípios do Pacto Global e com as Metas de Desenvolvimento do Milênio.

[1.2] *Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades*

[3.12] *Tabela que identifica a localização das informações no relatório*

		<i>Legenda</i>			
		ES	Indicador essencial		
		AD	Indicador adicional		
		SU	Indicador do suplemento setorial de energia		
		NA	Não se aplica		
		ND	Não disponível		
	<i>GRI</i>	<i>Princípio do Pacto Global</i>	<i>Metas do Milênio</i>	<i>Página</i>	
1	ESTRATÉGIA E ANÁLISE				
1.1	Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão na organização sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia		8 e 9	7 e 8	11
1.2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades				18 e 106
2	PERFIL ORGANIZACIONAL				
2.1	Nome da organização				09
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços				09
2.3	Estrutura operacional da organização, incluindo principais divisões, unidades operacionais, subsidiárias e <i>joint ventures</i>				09
2.4	Localização da sede da organização				09
2.5	Número de países em que a organização opera e nome dos países em que suas principais operações estão localizadas ou são especialmente relevantes para as questões de sustentabilidade cobertas pelo relatório				01 país: Brasil 09
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade				09
2.7	Mercados atendidos (incluindo discriminação geográfica, setores atendidos e tipos de clientes/beneficiários)				09
2.8	Porte da organização				17
2.9	Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório referentes a porte, estrutura ou participação acionária				17 e 33
2.10	Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório				151
3	PARÂMETROS PARA O RELATÓRIO				
3.1	Período coberto pelo relatório para as informações apresentadas				17
3.2	Data do relatório anterior mais recente (se houver)				17
3.3	Ciclo de emissão de relatórios (anual, bienal etc)				17 e 18

	GRI	Princípio do Pacto Global	Metas do Milênio	Página
3.4	Dados para contato em caso de perguntas relativas ao relatório ou ao seu conteúdo			18
	Escopo e limite do relatório			
3.5	Processo para definição do conteúdo			17 e 105
3.6	Limite do relatório (países, divisões, subsidiárias, <i>joint ventures</i> , fornecedores)			17
3.7	Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório			NA
3.8	Base para a elaboração do relatório no que se refere a <i>joint ventures</i> , subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras instalações que possam afetar significativamente a comparabilidade entre períodos e/ou entre organizações			17
3.9	Técnicas de medição de dados e as bases de cálculos, incluindo hipóteses e técnicas, que sustentam as estimativas aplicadas à compilação dos indicadores e outras informações do relatório			18
3.10	Explicação das consequências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações			NA
3.11	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere a escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório			17 e 18
3.12	Tabela que identifica a localização das informações no relatório			107
	Verificação			
3.13	Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o relatório			18
4	GOVERNANÇA, COMPROMISSOS E ENGAJAMENTO			
4.1	Estrutura de governança da organização, incluindo comitês sob o mais alto órgão de governança responsável por			34, 35 e 36
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja diretor		O Presidente do Conselho de Administração não é um Diretor	
4.3	Membros independentes ou não executivos do mais alto órgão de governança			35
4.4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações			34 e 35
4.5	Relação entre remuneração e o desempenho tarefas específicas, tais como estabelecimento de estratégia ou supervisão da organização			35
4.6	Processos em vigor para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados			19 e 32
4.7	Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos conselheiros			34
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social, assim como o estágio de sua implementação	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10	7	19
4.9	Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho econômico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades relevantes, assim como a adesão ou conformidade com normas acordadas internacionalmente, códigos de conduta e princípios			34 e 35

	GRI	Princípio do Pacto Global	Metas do Milênio	Página
4.10				35
Processos para a autoavaliação do desempenho do mais alto órgão de governança, especialmente com respeito ao desempenho econômico, ambiental e social				
Compromissos com iniciativas externas				
4.11				38
Explicação de se e como a organização aplica o princípio da precaução				
4.12		1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10	1,2,3,4,5,6,7 e 8	19
Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa				
4.13				19
Participação em associações e/ou organismos nacionais/ internacionais				
Engajamento dos stakeholders				
4.14				18 e 105
Relação de grupos de <i>stakeholders</i> engajados pela organização.				
4.15				18, 23 e 105
Base para a identificação e seleção de <i>stakeholders</i> com os quais se engajar				
4.16				18, 23 e 105
Abordagens para o engajamento dos <i>stakeholders</i> , incluindo a frequência do engajamento por tipo e grupos de <i>stakeholders</i>				
4.17				18, 23 e 105
Principais temas e preocupações que foram levantados por meio do engajamento dos <i>stakeholders</i> e que medidas a organização tem adotado para tratá-los				
DESEMPENHO ECONÔMICO				
Descrição sobre as formas de Desempenho Econômico		1, 7, 8 e 9	2, 7 e 8	
Desempenho econômico				
ES	EC1			69
Valor econômico direto gerado e distribuído (DVA), incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de funcionários, doações e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos para provedores de capital e governos				
ES	EC2	7, 8 e 9	7	57
Implicações financeiras, riscos e oportunidades para a organização devido a mudanças climáticas				
ES	EC3	1		81
Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece				
ES	EC4			NA
Ajuda financeira significativa recebida do governo				
Presença no mercado				
AD	EC5	1		80
Salário mais baixo comparado ao salário mínimo local				
ES	EC6			87 e 88
Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes				
ES	EC7			76
Procedimentos para contratação local e proporção de membros da alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes				
ES	EC8		2 e 8	23, 25, 26 e 27
Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades pro bono				
AD	EC9			ND
Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos				
DESEMPENHO AMBIENTAL				
Forma de gestão		7, 8, 9	7	
Materiais				
ES	EN1	8		96
Materiais usados por peso ou volume				

			GRI	Princípio do Pacto Global	Metas do Milênio	Página
ES	EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem		8, 9		97
Energia						
ES	EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária		8		98
ES	EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária		8		97
AD	EN5	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência		7, 8, 9		133
AD	EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas		8 e 9		24 e 25
AD	EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas		8		ND
Água						
ES	EN8	Total de retirada de água por fonte		8		98
ES	EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água		8		98
ES	EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada		8		NA
Biodiversidade						
ES	EN11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas		8		100
ES	EN12	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas		8		92 e 98
AD	EN13	Habitats protegidos ou restaurados				92
AD	EN14	Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade		8 e 9		92
AD	EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas pelo nível de risco de extinção				ND
Emissões, efluentes e resíduos						
ES	EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso		8 e 9	7	99
ES	EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso		8 e 9	7	99
AD	EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas		7, 8, 9	7	54
ES	EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso		8		Emissões insignificantes
ES	EN20	Nox, Sox e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso		8		Não ocorrem na geração, distribuição e comercialização de energia
ES	EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação		8		A Light não considera significativo o seu volume de descarte de água (efluentes sanitários e industriais), pois este se refere somente às atividades administrativas da Companhia

	GRI	Princípio do Pacto Global	Metas do Milênio	Página
ES	EN22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	8	97
ES	EN23	Número e volume total de derramamentos significativos	8	Nos últimos três anos, não houve episódios significativos de derramamento nas empresas do Grupo Light
Produtos e serviços				
AD	EN24	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia - Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente	8	99
AD	EN25	Identificação, tamanho, <i>status</i> de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização	8	A Light não considera significativo o seu volume de descarte de água (efluentes sanitários e industriais), pois este se refere somente às atividades administrativas da Companhia
ES	EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços	7, 8, 9	59, 88 e 99
ES	EN27	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados	8, 9	Atividades de geração, distribuição e comercialização de energia não utilizam embalagem
Conformidade				
ES	EN28	Multas e sanções por não conformidade com leis e regulamentos ambientais	8	NDA Light não recebeu multas e/ou sanções significativas em 2010
Geral				
AD	EN29	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores		100
AD	EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo	7, 8, 9	7 95
PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE				
		Forma de gestão	1, 3, 6	3,4,5, e 6
Emprego				
ES	LA1	Trabalhadores por tipo de emprego contrato de trabalho e região		79
ES	LA2	Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região	6	79
AD	LA3	Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações		A Light não tem em seu quadro, empregados temporários, portanto os benefícios atendem a 100% do público interno da Companhia
Relações entre os trabalhadores e a governança				
ES	LA4	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva	1, 3	100% (pág. 75)
ES	LA5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva	3	Qualquer alteração é informada com antecedência, mas não há um prazo pré-estabelecido
Saúde e segurança no trabalho				

			GRI	Princípio do Pacto Global	Metas do Milênio	Página
AD	LA6	Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, composto por gestores e por trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional		3		4,27% (pág. 78)
ES	LA7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região		1		81
ES	LA8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade em relação a doenças graves		1	4, 5 e 6	78
AD	LA9	Temas relativos à segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos				75
		Treinamento e educação				
ES	LA10	Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, por categoria funcional				76
AD	LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua e fim da carreira				77
AD	LA12	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho				ND
		Diversidade e igualdade de oportunidades				
ES	LA13	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade		1, 6	3	80
ES	LA14	Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional		1, 6	3	81
DIREITOS HUMANOS						
		Forma de gestão		1, 2, 3, 4, 5, 6	8	
Práticas de investimento e de processos de compra						
ES	HR1	Percentual e número de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos		1, 2, 3, 4, 5, 6		100% dos contratos prevêem cláusulas relativas a direitos humanos
ES	HR2	Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas		1, 2, 3, 4, 5, 6	8	Não houve avaliações específicas de direitos humanos (pág. 87)
AD	HR3	Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento				Não houve
Não discriminação						
ES	HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas		1, 2, 3, 4, 5, 6		75
Liberdade de associação e negociação coletiva						
ES	HR5	Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e as medidas tomadas para apoiar esse direito		1, 2, 3		O Acordo de Responsabilidade Social firmado entre a Light e os sindicatos garante a liberdade de associação em 100% de suas operações

		GRI	Princípio do Pacto Global	Metas do Milênio	Página
Trabalho infantil					
ES	HR6	Operações com risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil	1, 2, 5	8	Não foram registradas operações com risco de trabalho infantil (pág.87)
Trabalho forçado ou análogo ao escravo					
ES	HR7	Operações identificadas com risco de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo	1, 2, 4	8	Não foram registrados (pág.87)
Práticas de segurança					
AD	HR8	Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações	1 e 2		Não houve
Direitos indígenas					
AD	HR9	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas			Não há casos registrados
SOCIEDADE					
		Forma de gestão	8 e 10	1,2 e 8	
Comunidade					
ES	SO1	Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída	8	1,2 e 8	09 e 23
Corrupção					
ES	SO2	Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção	10		100% (pág. 38)
ES	SO3	Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização	10		0,01% (pág. 38)
ES	SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	10		38
Políticas públicas					
ES	SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies		8	23
AD	SO6	Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país			A Lei n. 9.096, de 19 de setembro de 1995, proíbe financiamento a campanhas políticas
Concorrência desleal					
AD	SO7	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados			Não houve
Conformidade					
ES	SO8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes de não conformidade com leis e regulamentos			85
RESPONSABILIDADE SOBRE O PRODUTO					
		Forma de gestão	1, 8		
Saúde e segurança do cliente					
ES	PR1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos	1		85 e 94

			GRI	Princípio do Pacto Global	Metas do Milênio	Página
AD	PR2	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante todo o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado			1	85
		Rotulagem de produtos e serviços				Atividades de geração, distribuição e comercialização de energia não utilizam embalagem
ES	PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem				NA
AD	PR4	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.				NA
AD	PR5	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas				84
		Comunicações de marketing				
ES	PR6	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários de comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio				91
AD	PR7	Número de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado				Não foram registrados
		Conformidade				
AD	PR8	Número de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados dos clientes				O Código de Ética da Light assegura o caráter confidencial das informações relativas aos clientes. Dessa forma, não houve registro de reclamações ou ações judiciais que questionem qualquer aspecto de violação de privacidade ou perda de dados dos clientes em nenhum canal de comunicação (pág.85)
		Compliance				
ES	PR9	Multas por não conformidade no fornecimento e uso de produtos e serviços				85
SUPLEMENTO SETORIAL - SETOR ELÉTRICO						
SU	EU1	Capacidade instalada (MW), por fonte de energia primária e por sistema regulatório				56
SU	EU2	Produção líquida de energia, discriminada por fonte de energia primária e por sistema regulatório				56
SU	EU3	Número de unidades residenciais, industriais, institucionais e comerciais				45
SU	EU4	Comprimento de linhas de transmissão e distribuição aéreas e subterrâneas, discriminadas por sistema regulatório				45
SU	EU5	Alocação de permissões de emissões de equivalentes de CO ₂ , discriminadas por estrutura do mercado de créditos de carbono			7, 8 e 9	7 NA

	GRI	Princípio do Pacto Global	Metas do Milênio	Página
				Forma de gestão
				Disponibilidade e confiabilidade
SU	EU6		8	Formas de gestão para assegurar a disponibilidade e confiabilidade do fornecimento de eletricidade a curto e longo prazo
				Gerenciamento pelo lado da demanda
SU	EU7	7, 8 e 9	7	Programas de gerenciamento pelo lado da demanda, incluindo programas residencial, comercial, institucional e industrial
				Pesquisa e desenvolvimento
SU	EU8	7, 8 e 9	7, 8	Atividades e despesas referentes à pesquisa e desenvolvimento visando a confiabilidade do fornecimento de eletricidade e a promoção do desenvolvimento sustentável
				Descomissionamento de usinas
SU	EU9			Provisão para descomissionamento de usinas nucleares
				A Light não tem usinas nucleares
DISPONIBILIDADE E CONFIABILIDADE				
SU	EU10			Capacidade planejada em comparação à projeção de demanda de energia a longo prazo, discriminada por fonte de energia e sistema regulatório
				Eficiência do sistema
SU	EU11	7	7	Eficiência média de geração de usinas termelétricas, discriminada por fonte de energia e por sistema regulatório
SU	EU12			Percentual de perdas de transmissão e distribuição em relação ao total de energia
				Biodiversidade
SU	EU13	7, 8 e 9	7	Biodiversidade de habitats de substituição em comparação à biodiversidade de áreas afetadas
				Nenhum novo empreendimento da Light nos últimos anos exigiu a intervenção em áreas de elevada biodiversidade, de forma que a substituição de habitats não foi necessária
				Emprego
SU	EU14		8	Programas e processos que asseguram a oferta de mão de obra qualificada
SU	EU15			Porcentagem de empregados com direito a aposentadoria nos próximos 5 e 10 anos, discriminada por categoria funcional e região
SU	EU16			Políticas e exigências referentes a saúde e segurança de empregados e de trabalhadores terceirizados e subcontratados
SU	EU17			Dias trabalhados por terceirizados e subcontratados envolvidos em atividades de construção, operação e manutenção
				Não possuímos esse tipo de controle, uma vez que são contratadas empresas prestadoras de serviço, por atividade. A Light garante que toda a sua força de trabalho possui jornada mensal de acordo com o limite máximo permitido por Lei.
SU	EU18	1 e 2		Porcentagem de trabalhadores terceirizados e subcontratados submetidos a treinamento relevante em saúde e segurança
				100% (pag. 78)

	GRI	Princípio do Pacto Global	Metas do Milênio	Página
Comunidade				
SU	EU19	Participação de <i>stakeholders</i> em processos decisórios de planejamento energético de desenvolvimento de infraestrutura		No decorrer do relatório, são apresentados exemplos da participação de <i>stakeholders</i> como acionistas, governos e órgãos reguladores no planejamento energético da Companhia
SU	EU20	Abordagem para gestão de impactos de deslocamento	1 e 2	54 e 93
		Prevenção e preparação para emergências e desastres		
SU	EU21	Medidas para planejamento de contingência, plano de gestão e programas de treinamento para desastres/emergências, além de planos de recuperação/restauração		92 e 93
Sociedade				
SU	EU22	Número de pessoas deslocadas física e economicamente e indenização, discriminadas por tipo de projeto	1 e 2	01 pessoa em 2010, valor R\$ 15 mil, PCH Paracambi (pág 54 e 93)
Acesso				
SU	EU23	Programas, inclusive aqueles em parceria com o governo, visando melhorar ou manter o acesso à eletricidade e serviço de assistência ao consumidor	8	24 e 82
Prestação de informações				
SU	EU24	Práticas para lidar com barreiras de acesso, relacionadas a idioma, cultura, baixa escolaridade e necessidades especiais que se interpõem ao acesso a eletricidade e serviço de assistência ao consumidor, assim como ao seu uso seguro	6	83
Saúde e segurança do cliente				
SU	EU25	Número de acidentes e óbitos de usuários do serviço envolvendo bens da empresa, entre os quais decisões e acordos judiciais, além de casos judiciais pendentes relativos a doenças		85
Acesso				
SU	EU26	Percentual da população não atendida em áreas com distribuição ou serviço regulamentados		0%
SU	EU27	Número de desligamentos residenciais por falta de pagamento, discriminados por duração do desligamento e por sistema regulatório		566.459 desligamentos em 2010 581.209 desligamentos em 2009 787.675 desligamentos em 2008
SU	EU28	Frequência das interrupções no fornecimento de energia		85
SU	EU29	Duração média das interrupções no fornecimento de energia		85
SU	EU30	Fator de disponibilidade média da usina, discriminado por fonte de energia e por sistema regulatório		56

Complementos

ANEEL Light SESA		2008	2009	2010
<i>Clientes</i>				
Número de localidades atendidas (municípios)	und	31	31	31
Número de agências comerciais	und	36	39	40
<i>Número de contas faturadas (com e sem consumo) - Consumidores cativos</i>				
Comercial	und	269.088	271.768	275.268
Consumo Próprio	und	328	327	328
Iluminação Pública	und	417	525	726
Industrial	und	12.164	11.749	11.403
Poder Público	und	9.981	10.177	10.451
Residencial	und	3.624.425	3.688.998	3.759.911
Rural	und	10.904	11.072	11.185
Serviço Público	und	1.382	1.300	1.319
Suprimento	und	0	0	0
Total	und	3.928.689	3.995.916	4.070.591
<i>Número de consumidores atendidos - livres</i>				
Comercial	und	12	13	22
Industrial	und	19	18	24
Serviço Público	und	1	1	1
Total	und	32	32	47
<i>Energia Vendida</i>				
Energia vendida total (GWh)	GWh	23.794	23.170	24.588
Residencial	GWh	7.388	7.880	8.243
Industrial	GWh	6.935	5.435	6.150
Comercial	GWh	6.129	6.413	6.680
Rural	GWh	49	50	51
Poder Público	GWh	1.314	1.411	1.441
Iluminação Pública	GWh	678	675	677
Serviço Público	GWh	1.234	1.240	1.269
Consumo Próprio	GWh	68	67	78
Suprimento	GWh	0	0	0
Energia vendida cativos (GWh)	GWh	18.292	19.084	19.459
Residencial	GWh	7.388	7.880	8.243
Industrial	GWh	1.875	1.857	1.717
Comercial	GWh	5.852	6.074	6.157
Rural	GWh	49	50	51
Poder Público	GWh	1.314	1.411	1.441
Iluminação Pública	GWh	678	675	677
Serviço Público	GWh	1.068	1.071	1.095
Consumo Próprio	GWh	68	67	78
Suprimento	GWh	0	0	0
Energia vendida livres (GWh)	GWh	5.502	4.086	5.129

Indicadores de Responsabilidade Socioambiental

ANEEL Light SESA		2008	2009	2010
Residencial	GWh	0	0	0
Industrial (inclui CSN, CSA e Valesul)	GWh	5.060	3.578	4.432
Comercial	GWh	277	339	523
Rural	GWh	0	0	0
Poder Público	GWh	0	0	0
Iluminação Pública	GWh	0	0	0
Serviço Público	GWh	166	169	174
Consumo Próprio	GWh	0	0	0
Suprimento	GWh	0	0	0
<i>Venda de Energia por Classe Tarifária</i>				
Venda de Energia por Classe Tarifária (GWh) % do Total - Residencial	%	38	38	40
Venda de Energia por Classe Tarifária (GWh) % do Total - Residencial Baixa Renda	%	3	3	3
Venda de Energia por Classe Tarifária (GWh) % do Total - Comercial	%	32	32	32
Venda de Energia por Classe Tarifária (GWh) % do Total - Industrial	%	10	10	9
Venda de Energia por Classe Tarifária (GWh) % do Total - Rural	%	0	0	0
Venda de Energia por Classe Tarifária (GWh) % do Total - Iluminação Pública	%	4	4	4
Venda de Energia por Classe Tarifária (GWh) % do Total - Serviço Público	%	6	6	6
Venda de Energia por Classe Tarifária (GWh) % do Total - Poder Público	%	7	7	7
<i>Compra de energia</i>				
Energia comprada (GWh) - Total	GWh	24.992	26.106	26.985
1) Itaipu	GWh	5.730	5.647	5.419
2) Contratos iniciais	GWh	0	0	0
3) Contratos bilaterais	GWh	0	0	0
3.1) Com terceiros	GWh	6.368	6.351	6.351
3.2) Com parte relacionada	GWh	0	0	0
4) Leilão	GWh	0	0	0
5) PROINFA	GWh	341	480	532
6) CCEAR	GWh	12.172	13.244	14.019
7) Mecanismo de Comercialização de Sobras e Déficits - MCSD	GWh	381	383	664
<i>Pesquisas de Satisfação</i>				
Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC)	%	56,2	64,2	67,6
Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) - Abradee	%	72,5	75,3	68,5
Índice de Aprovação do Cliente (IAC) - Abradee	%	64,2	76,8	55,7
Índice de Satisfação Geral (ISG) - Abradee	%	69,8	77,8	66,6
Índice de Satisfação do Cliente com os Serviços prestados - Pesquisa Própria	%	92,2	89,8	87,0
Pesquisa de Satisfação de Grandes Clientes	%	77,1	71,7	65,6

ANEEL Light SESA		2008	2009	2010
				<i>Atendimento</i>
Total de ligações atendidas (call center)	und	8.579.507	6.518.848	7.500.236
Número de atendimentos nas agências comerciais	und	1.305.874	1.382.742	1.839.624
Número de atendimentos por meio da internet	und	1.884.473	1.873.856	2.681.054
Reclamações em relação ao total de ligações atendidas (%)	%	5,89	3,66	1,92
Tempo médio de espera até o início de atendimento (minutos)	h:m:s	00:21	00:00:26	00:00:19
Tempo médio de atendimento (minutos)	h:m:s	03:59	00:04:42	00:05:19
Número de Reclamações de Consumidores Encaminhadas à ANEEL - agências estaduais / regionais	und	5.713	7.438	6.024
Número de Reclamações de Consumidores Encaminhadas à Empresa	und	186.357	195.809	198.014
Número de Reclamações de Consumidores Encaminhadas à Justiça	und	26.830	35.039	27.132
Número de Reclamações de Consumidores Encaminhadas ao PROCON	und	829	1.242	1.174
Reclamações referentes a prazos na execução de serviços (%)	%	4	5,4	8,02
Reclamações referentes ao fornecimento inadequado de energia (%)	%	ND	23,94	8,95
Reclamações referentes a interrupções (%)	%	ND	75,37	77,42
Reclamações referentes à emergência (%)	%	27	97,92	-
Reclamações referentes ao consumo/leitura (%)	%	53	56,49	48,29
Reclamações referentes ao corte indevido (%)	%	2	2,72	0,86
Reclamações por conta não entregue (%)	%	7	6,81	8,88
Reclamações referentes a serviço mal executado (%)	%	4	5,4	11,25
Reclamações referentes a danos elétricos (%)	%	1	1,49	1,99
Reclamações referentes a irregularidades na medição (fraude/desvio de energia) (%)	%	-	0,68	1,24
Outros (abertura de contrato, ligação nova, religação, desligamento a pedido etc) (%)	%	NA	16,58	17,89
Reclamações solucionadas durante o atendimento (%)	%	NA	NA	NA
Reclamações solucionadas até 30 dias (%)	%	ND	98,72	98,3
Reclamações solucionadas entre 30 e 60 dias (%)	%	0	1,15	0,5
Reclamações solucionadas mais que 60 dias (%)	%	0	0,13	1,3
Reclamações julgadas procedentes em relação ao total de reclamações recebidas (%)	%	58	43,47	48,96
Reclamações solucionadas em relação ao número de reclamações procedentes (%)	%	100	100	100
Quantidade de inovações implantadas em razão da interferência do ouvidor e/ou do serviço de atendimento ao consumidor		-	-	2ª via do contrato de adesão; cadastramento de unidade com aparelho vital; declaração de quitação; simulador de ligação nova e aumento de carga até 15kWh; Envio de email automático para resposta aos clientes para todas as solicitações de serviços

Indicadores de Responsabilidade Socioambiental

ANEEL Light SESA		2008	2009	2010
<i>Qualidade</i>				
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC), geral da Empresa - valor apurado	DEC	11,06	10,06	11,33
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC), geral da Empresa - limite	DEC	10,60	10,28	9,95
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), geral da Empresa - valor apurado	FEC	6,74	6,12	5,76
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), geral da Empresa - limite	FEC	9,8	6,22	8,77
<i>Perdas</i>				
Perdas elétricas - total (%) sobre a carga fio	%	20,2	21,9	21,3
Perdas técnicas - (%) sobre a carga fio	%	6	6,3	6,3
Perdas não-técnicas - (%) sobre a carga fio	%	14,2	15,5	15,0
<i>Comunidade</i>				
Do total destinado à ação social, percentual correspondente a doações em produtos e serviços (%)	%	-	-	-
Do total destinado à ação social, percentual correspondente a doações em espécie	%	11,13	4,39	4,18
Do total destinado à ação social, percentual correspondente a investimentos em projeto social próprio	%	0,95	-	-
Empregados que realizam trabalhos voluntários na comunidade externa à Empresa/total de empregados (%)	%	0,16	12,14	13,02
Quantidade de horas mensais doadas (liberadas do horário normal de trabalho) pela Empresa para trabalho voluntário de funcionários	horas	-	-	-
Consumidores cadastrados no Programa Bolsa Família/número de consumidores do segmento baixa renda (%)	%	2,61	3,20	6,90
Número de domicílios atendidos como baixa renda	und	713.945	712.966	715.477
Total de domicílios baixa renda do total de domicílios atendidos (clientes/consumidores residenciais) (%)	%	22	22	19
Receita de faturamento na subclasse residencial baixa renda	R\$	59.706.527,89	65.277.144,48	73.193.394,38
Total da receita de faturamento na subclasse residencial baixa renda em relação ao total da receita de faturamento da classe residencial	%	2	2	1,98
Subsídio recebido (Eletrobrás), relativo aos consumidores baixa renda	R\$	33.094.760,53	38.122.120,00	34.043.632,69
Recursos aplicados em cultura, esporte e turismo (R\$ mil)	R\$ mil	3.924	6.994	5.892
Recursos aplicados em saúde (R\$ mil)	R\$ mil	-	-	-
Valor destinado à ação social (não incluir obrigações legais, nem tributos, nem benefícios vinculados à condição de funcionários da Empresa (%))	%	0,15	0,25	0,25
Outros recursos aplicados em ações sociais (R\$ mil)	R\$ mil	1.621	1.998	2.743
Recursos aplicados em cultura (R\$ mil)	R\$ mil	3.924	6.157	5.395
Recursos aplicados em saúde e saneamento (R\$ mil)	R\$ mil	4.732	10.793	14.749
Recursos aplicados em educação (R\$ mil)	R\$ mil	1.433	1.645	1.683
Sinistros Relacionados com Terceiros - Número de pessoas vinculadas nos processos	und	155	159	ND
Sinistros Relacionados com Terceiros - Número de processos judiciais existentes	und	155	159	235

ANEEL Light SESA		2008	2009	2010
Sinistros Relacionados com Terceiros - Valor provisionado no passivo (R\$ mil)	R\$ mil	6.673,14	137,56	928,06
Sinistros Relacionados com Terceiros - Montante reivindicado em processos judiciais	R\$ mil	14.880,10	7.732,54	15.942,45
Número de melhorias implantadas nos processos da Empresa a partir das reclamações da comunidade	und	ND	ND	8
Número de reclamações da comunidade - impactos causados pelas atividades da Empresa	und	ND	ND	200
Montante de recursos destinados ao maior projeto cultural, esportivo, etc. (Lei Rouanet) (R\$ mil)	R\$ mil	900	900	1.000
Número de projetos culturais, esportivos, etc. (Lei Rouanet) beneficiados pelo patrocínio	und	11	14	18
Montante de recursos destinados aos projetos culturais, esportivos, etc. (Lei Rouanet) (R\$ mil)	R\$ mil	2.229	4.046	3.324
<i>Fornecedor</i>				
Fornecedores Ativos	und	5.783	6.107	7.710
Fornecedores inspecionados (quanto ao trabalho infantil, trabalho forçado e condições de saúde e segurança no trabalho) pela Empresa/total de fornecedores (%)	%	0,29	4,75	1,95
Fornecedores não qualificados (não-conformidade com os critérios de responsabilidade social da Empresa) / total de fornecedores (%)	%	0	0	0
Fornecedores com certificação SA 8000 ou equivalente / total de fornecedores ativos (%)	%	0,02	0,02	0
Número de capacitações oferecidas aos fornecedores	und	48	ND	19
Número de horas de treinamento oferecidas aos fornecedores	horas	3,23 HH	ND	10,2 HH
Número de empregados terceirizados	und	6.415	7.493	7.580
Número de trabalhadores terceirizados/contratados	und	ND	ND	ND
Custo total com trabalhadores terceirizados (R\$ mil)	R\$ mil	ND	ND	ND
Trabalhadores terceirizados/contratados em relação ao total da força de trabalho	%	65%	68%	69%
<i>Perfil da Remuneração - percentagem de terceirizados em cada faixa de salários</i>				
Acima R\$ 3.000	%	ND	1,6	1,6
até R\$1.000	%	ND	69,4	69,4
R\$ 1.001 a R\$ 2000	%	ND	25,8	25,8
R\$ 2.001 até R\$ 3.000	%	ND	3,2	3,2
<i>Perfil da Escolaridade (percentual em relação ao total de terceirizados)</i>				
Ensino fundamental	%	ND	ND	ND
Ensino médio	%	ND	ND	ND
Ensino superior, pós-graduação	%	ND	ND	ND
Governo e Sociedade				
Recursos alocados em programas governamentais (não obrigados por lei) federais, estaduais e municipais (R\$ mil)	R\$ mil	-	-	ND
Número de iniciativas/eventos/campanhas voltadas para o desenvolvimento da cidadania (exercício de voto, consumo consciente, práticas anticorrupção, direito das crianças etc.)	und	ND	ND	8
Recursos publicitários destinados a campanhas institucionais para o desenvolvimento da cidadania (R\$ mil)	R\$ mil	ND	ND	ND

Indicadores de Responsabilidade Socioambiental

ANEEL Light SESA		2008	2009	2010
Recursos investidos nos programas que utilizam incentivos fiscais/ total de recursos destinados aos investimentos sociais (%)	%	19	19,6	19,1
<i>Meio Ambiente</i>				
Área preservada e/ou recuperada por manejo sustentável de vegetação sob as linhas de transmissão e distribuição (em ha)	ha	ND	ND	ND
Área preservada/total da área preservada na área de concessão exigida por lei (%)	%	ND	ND	ND
Contribuição para o aumento de áreas verdes nos municípios pelo Programa de Arborização Urbana (em ha)	ha	Não realizado	Não realizado	ND
Rede protegida isolada (rede ecológica ou linha verde) na área urbana (em km)	Km	546,7	1.890	3.356
Percentual da rede protegida isolada/total da rede de distribuição na área urbana	%	19,44	17	28,2
Gastos com gerenciamento do impacto ambiental (arborização, manejo sustentável, com equipamentos e redes protegidas) (R\$ mil)	R\$ mil	51.980	12.389	41.532
Quantidade de acidentes por violação das normas de segurança ambiental	und	0	0	ND
Número de autuações e/ou multas por violação de normas ambientais	und	5	ND	ND
Valor incorrido em autuações e/ou multas por violação de normas ambientais (R\$ mil)	R\$ mil	7	37	ND
Volume anual de gases do efeito estufa (CO2, CH4, N2O, HFC, PFC, SF6), emitidos na atmosfera (em toneladas de CO2 equivalentes)	t	29.843	24.113	127.183
Volume anual de emissões destruidoras de ozônio (em toneladas de CFC equivalentes)	t	0,04	Valores não significativos	Valores Não Significativos
Volume total de efluentes	m3	ND	ND	ND
Volume total de efluentes com tratamento	m3	ND	ND	ND
Percentual de efluentes tratados (%)	%	ND	ND	ND
Quantidade anual (em toneladas) de resíduos sólidos gerados (lixo, dejetos, entulho etc.)	t	10.955	11.548	33.625
Percentual de resíduos encaminhados para reciclagem sem vínculo com a Empresa	%	Atividade não realizada	Atividade não realizada	Atividade não realizada
Percentual de resíduos reciclados por unidade ou entidade vinculada à Empresa (projeto específico)	%	Atividade não realizada	Atividade não realizada	Atividade não realizada
Gastos com reciclagem dos resíduos (R\$ mil) - regeneração de óleo	R\$ mil	106,3	643	905
Percentual do material de consumo reutilizado (matérias-primas, equipamentos, fios e cabos elétricos)	%	ND	ND	ND
Gastos com destinação final de resíduos não perigosos (R\$ mil)	R\$ mil	ND	ND	48.816
Percentual de equipamentos substituídos por óleo mineral isolante sem PCB (ascarel)	%	NA	NA	NA
Percentual de lâmpadas descontaminadas em relação ao total substituído na Empresa	%	100	100	100
Percentual de lâmpadas descontaminadas em relação ao total substituído nas unidades consumidoras	%	Atividade não realizada	Atividade não realizada	Atividade não realizada
Gastos com tratamento e destinação de resíduos tóxicos (incineração, aterro, biotratamento etc.)	R\$ mil	74,11	0	102,10

ANEEL Light SESA		2008	2009	2010
<i>Consumo total de energia por fonte</i>				
Combustíveis Fósseis	und	ND	ND	ND
Fontes alternativas (gás, energia eólica, energia solar, etc.)	und	ND	ND	ND
Hidrelétrica (em kWh)	kWh	ND	ND	ND
Consumo total de energia (em kWh)	kWh	32.588.206,46	30.482.824	32.554.666
Consumo de energia por kWh distribuído (vendido)	kWh	0,001	0,001	0,001
<i>Consumo Total de Combustíveis Fósseis pela Frota de Veículos da Empresa por quilômetro rodado</i>				
Álcool	Litros	320.608	846.381	1.666.923
Diesel	Litros	567.973	579.316	1.315.727
Gás Natural	Litros	0	0	0
Gasolina	Litros	676.771	227.227	735.668
<i>Consumo total de água por fonte</i>				
Abastecimento (rede pública)	m3	146.221,98	229.804	202.564
Captação superficial (cursos d'água)	m3	-	-	NA
Fonte subterrânea (poço)	m3	-	-	NA
Consumo total de água	m3	146.221,98	229.804	202.564
Consumo de água por empregado	m3	42	66	58,7
Redução de custos obtida pela redução do consumo de energia, água e material de consumo (R\$ mil)	R\$ mil	ND	ND	ND
Percentual do material adquirido em conformidade com os critérios ambientais verificados pela empresa/total de material adquirido	%	-	-	ND
Percentual do material adquirido com Selo Verde ou outros (Procel, Inmetro etc.)	%	-	-	ND
Percentual do material adquirido com certificação florestal (Imaflora, FSC e outros)	%	-	-	ND
Número de empregados treinados nos programas de educação ambiental.	und	61	263	91
Percentual de empregados treinados nos programas de educação ambiental / total de empregados.	%	1,6	7,6	3,0
Número de horas de treinamento ambiental de empregados / total de horas de treinamento	%	0,11	0,75	0,29
Recursos aplicados em educação ambiental na organização (R\$ Mil)	R\$ mil	ND	ND	11,7
<i>Programa de Eficiência Energética (GRI ENS, EU7)</i>				
Recursos no segmento residencial sobre total investido no PEE (%)	%	0	0	0
Recursos no segmento baixa renda sobre total investido no PEE (%)	%	62,3	54,19	60,09
Recursos no segmento comercial sobre total investido no PEE (%)	%	6,5	0	2,64
Recursos no industrial sobre total investido no PEE (%)	%	0	0	0
Recursos no segmento rural sobre total investido no PEE (%)	%	0	0	0
Recursos no segmento iluminação pública sobre total investido no PEE (%)	%	0	0	0
Recursos no segmento serviço público sobre total investido no PEE (%)	%	26,2	39,42	19,89

Indicadores de Responsabilidade Socioambiental

ANEEL Light SESA		2008	2009	2010
Recursos no segmento poder público sobre total investido no PEE (%)	%	4,9	6,39	15,53
Recursos no segmento gestão energética sobre total de recursos no PEE (%)	%	0	0	0,82
Recursos no segmento educação sobre total de recursos no PEE (%)	%	0	0	1,03
Recursos no segmento aquecimento solar sobre total de recursos no PEE (%)	%	0	0	0
<i>Origem dos Recursos - Por Classe de Consumidores (R\$ mil)</i>				
<i>Residencial</i>				
Sem ônus para o consumidor (A)	R\$ mil	-	-	0
Com ônus para o consumidor (B)	R\$ mil	-	-	0
Total dos investimentos no segmento (C)	R\$ mil	-	-	0
Total de unidades atendidas no segmento (D)	und	-	-	0
Investimento médio por consumidor (C/D)	R\$ mil	-	-	0
<i>Residencial Baixa Renda</i>				
Sem ônus para o consumidor (A)	R\$ mil	9.695,30	17.763,47	38.127,18
Com ônus para o consumidor (B)	R\$ mil	-	-	-
Total dos investimentos no segmento (C)	R\$ mil	9.695,30	17.763,47	38.127,18
Total de unidades atendidas no segmento (D)	und	50.000	110.000	59.284
Investimento médio por consumidor (C/D)	R\$ mil	0,19	0,16	0,64
População Atendida (nº habitantes total residencial + baixa renda) (E)	und	250.000	550.000	59.284
Investimento Médio por População Atendida (custo total: residencial + baixa renda por hab.) (C/E)	R\$ mil	0,04	0,03	0,643
<i>Comercial</i>				
Sem ônus para o consumidor (A)	R\$ mil	1.015,50	-	1.672,96
Com ônus para o consumidor (B)	R\$ mil	121,89	-	0
Total dos investimentos no segmento (C)	R\$ mil	1.290,97	-	1.672,96
Total de unidades atendidas no segmento (D)	und	2	-	3
Investimento médio por consumidor (C/D)	R\$ mil	645,49	-	557,65
<i>Industrial</i>				
Sem ônus para o consumidor (A)	R\$ mil	-	-	-
Com ônus para o consumidor (B)	R\$ mil	-	-	-
Total dos investimentos no segmento (C)	R\$ mil	-	-	-
Total de unidades atendidas no segmento (D)	und	-	-	-
Investimento médio por consumidor (C/D)	R\$ mil	-	-	-
<i>Iluminação Pública</i>				
Sem ônus para o consumidor (A)	R\$ mil	-	-	-
Com ônus para o consumidor (B)	R\$ mil	-	-	-
Total dos investimentos no segmento (C)	R\$ mil	-	-	-
Total de kW instalados (F)	kW	-	-	-
Investimento médio por kW instalado (C/F)	R\$ mil	-	-	-

ANEEL Light SESA		2008	2009	2010
<i>Serviço Público</i>				
Sem ônus para o consumidor (A)	R\$ mil	4.082,15	12.920,35	12.618,34
Com ônus para o consumidor (B)	R\$ mil	-	-	-
Total dos investimentos no segmento (C)	R\$ mil	4.082,15	12.920,35	12.618,34
Total de unidades atendidas no segmento (D)	und	6	1	4
Investimento médio por consumidor (C/D)	R\$ mil	680,36	12.920,35	3.154,58
<i>Poder Público</i>				
Sem ônus para o consumidor (A)	R\$ mil	767,34	2.093,33	9.855,57
Com ônus para o consumidor (B)	R\$ mil	-	-	297,67
Total dos investimentos no segmento (C)	R\$ mil	767,34	2.093,33	10.153,24
Total de unidades atendidas no segmento (D)	und	11	1	29
Investimento médio por consumidor (C/D)	R\$ mil	69,76	2.093,33	350,11
<i>Origem dos Recursos - Por Tipo de Projeto (R\$ mil)</i>				
<i>Gestão Energética Municipal</i>				
Recursos investidos próprios	R\$ mil	-	-	521,23
Recursos investidos de terceiros	R\$ mil	-	-	0
Total dos recursos	R\$ mil	-	-	521,23
<i>Educação (Conservação e Uso Racional de Energia)</i>				
Recursos investidos próprios	R\$ mil	-	-	651,78
Recursos investidos de terceiros	R\$ mil	-	-	0
Total dos recursos	R\$ mil	-	-	651,78
<i>Aquecimento Solar (para Substituição de Chuveiros Elétricos)</i>				
Recursos investidos próprios	R\$ mil	-	-	-
Recursos investidos de terceiros	R\$ mil	-	-	-
Total dos recursos	R\$ mil	-	-	-
Rural				
Recursos investidos próprios	R\$ mil	-	-	-
Recursos investidos de terceiros	R\$ mil	-	-	-
Total dos recursos	R\$ mil	-	-	-
<i>Total dos Recursos em Projetos de Eficiência Energética (R\$ mil)</i>				
Total dos recursos	R\$ mil	15.560,30	32.777,15	63.447,05
Sem ônus para o consumidor	R\$ mil	15.438,41	32.777,15	63.447,05
Com ônus para o consumidor	R\$ mil	121,89	-	297,67
<i>Residencial</i>				
Energia economizada (em MWh)/ano	MWh/ano	-	-	-
Redução na demanda de ponta (em MW)	MW	-	-	-
Custo evitado com a energia economizada	R\$ mil	-	-	-
<i>Residencial Baixa Renda</i>				
Energia economizada (em MWh)/ano	MWh/ano	18.294,05	-	-
Redução na demanda de ponta (em MW)	MW	9,20	-	-
Custo evitado com a energia economizada	R\$ mil	157,1	-	-

Indicadores de Responsabilidade Socioambiental

ANEEL Light SESA		2008	2009	2010
<i>Comercial</i>				
Energia economizada (em MWh)/ano	MWh/ano	1.249,00	-	95,9
Redução na demanda de ponta (em MW)	MW	0,12	-	0,02
Custo evitado com a energia economizada	R\$ mil	157,1	-	0,16
<i>Industrial</i>				
Energia economizada (em MWh)/ano	MWh/ano	-	-	-
Redução na demanda de ponta (em MW)	MW	-	-	-
Custo evitado com a energia economizada	R\$ mil	-	-	-
<i>Rural</i>				
Energia economizada (em MWh)/ano	MWh/ano	-	-	-
Redução na demanda de ponta (em MW)	MW	-	-	-
Custo evitado com a energia economizada	R\$ mil	-	-	-
<i>Iluminação Pública</i>				
Energia economizada (em MWh)/ano	MWh/ano	-	-	-
Redução na demanda de ponta (em MW)	MW	-	-	-
Custo evitado com a energia economizada	R\$ mil	-	-	-
<i>Serviço Público</i>				
Energia economizada (em MWh)/ano	MWh/ano	5.726,69	1.004,24	18.314,80
Redução na demanda de ponta (em MW)	MW	0,47	34,13	2,55
Custo evitado com a energia economizada	R\$ mil	145,4	159,01	0,16
<i>Poder Público</i>				
Energia economizada (em MWh)/ano	MWh/ano	0,13	56,56	2.591,29
Redução na demanda de ponta (em MW)	MW	0,10	0,02	0,53
Custo evitado com a energia economizada	R\$ mil	151,2	158,25	0,17
<i>Aquecimento Solar</i>				
Energia economizada (em MWh)/ano	MWh/ano	-	-	-
Redução na demanda de ponta (em MW)	MW	-	-	-
Custo evitado com a energia economizada	R\$ mil	-	-	-
<i>Eficientização interna (na empresa)</i>				
Energia economizada (em MWh)/ano	MWh/ano	-	-	-
Redução na demanda de ponta (em MW)	MW	-	-	-
Custo evitado com a energia economizada	R\$ mil	-	-	-
<i>Dados Gerais - PEE</i>				
Número de domicílios de baixo poder aquisitivo atendidos pelo programa	und	ND	ND	71.900
Percentual de domicílios de baixo poder aquisitivo atendidos pelo programa sobre total de domicílios do segmento baixa renda	%	ND	ND	10,04
Número de equipamentos eficientes doados	und	ND	ND	425.560

ANEEL Light SESA		2008	2009	2010
Número de domicílios atendidos para adequação das instalações elétricas da habitação	und	ND	ND	3.178
Número de profissionais eletricitistas treinados pelo programa	und	ND	ND	0
Número de PEEs de Aquecimento Solar	und	-	-	-
Número de sistemas de Aquecimento Solar instalados	und	-	-	-
Número de PEEs de Gestão Energética Municipal	und	-	-	1
Número de municípios atendidos pelo programa de gestão energética municipal	und	-	-	5
Percentual de municípios atendidos sobre total de municípios da área de concessão	%	-	-	16,13
Número de unidades de ensino fundamental e médio atendidas na comunidade	und	-	-	-
Percentual de escolas atendidas de ensino fundamental e médio / número total de escolas da área de concessão	%	-	-	-
Número de alunos de ensino fundamental e técnico atendidos	und	-	-	-
Percentual de alunos atendidos / número total de alunos da rede escolar da área de concessão	%	-	-	-
Número de professores capacitados	und	-	-	-
Número de unidades de ensino técnico e superior atendidas	und	-	-	-
Percentual de unidades de ensino técnico e superior atendidas / número total de unidades da área de concessão	%	-	-	-
Número de alunos de ensino técnico e superior atendidos	und	-	-	-
Percentual de alunos atendidos / número total de alunos da rede escolar da área de concessão	%	-	-	-
Recursos aplicados em educação ambiental da comunidade (R\$ Mil)	R\$ mil	-	-	-

Pesquisa e Desenvolvimento EUS

Recursos Aplicados em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Científico - R\$ por temas de pesquisa

Eficiência energética (A)	R\$	231.134	621.918	198.966
Fonte renovável ou alternativa (B)	R\$	-	-	194.032
Meio ambiente (C)	R\$	792.815	855.757	865.314
Qualidade e confiabilidade (D)	R\$	619.527	3.867.088	1.512.743
Planejamento e operação (E)	R\$	2.518.645	1.168.135	1.589.138
Supervisão, controle e proteção (F)	R\$	942.978	2.155.233	2.447.385
Medição (G)	R\$	344.096	5.219.774	2.839.885
Transmissão de dados via rede elétrica (H)	R\$	-	-	-
Novos materiais e componentes (I)	R\$	1.101.163	431.192	725.617
Desenvolvimento de tecnologia de combate à fraude e furto (J)	R\$	2.419.542	1.851.681	3.749.799
Total de Investimentos em P&D (K)	R\$	8.969.899	19.954.135	23.235.336

Recursos Aplicados em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Científico - % por temas de pesquisa

Recursos aplicados em Eficiência Energética (A) sobre total investido em P&D (K) (%)	%	2,9	3,1	0,9
Recursos aplicados em Fonte Renovável ou Alternativa (B) sobre total investido em P&D (K) (%)	%	-	-	0,8

Indicadores de Responsabilidade Socioambiental

ANEEL Light SESA		2008	2009	2010
Recursos aplicados em Meio Ambiente (C) sobre total investido em P&D (K) (%)	%	10,0	4,3	3,7
Recursos aplicados em Qualidade e Confiabilidade (D) sobre total investido em P&D(K) (%)	%	7,8	19,4	6,5
Recursos aplicados em Planejamento e Operação (E) sobre total investido em P&D (K) (%)	%	31,7	5,9	6,8
Recursos aplicados em Supervisão, Controle e Proteção (F) sobre total investido em P&D (K) (%)	%	11,9	10,8	10,5
Recursos aplicados em Medição (G) sobre total investido em P&D (K) (%)	%	4,3	26,2	12,2
Recursos aplicados em Transmissão de Dados via Rede Elétrica (H) sobre total investido em P&D (K) (%)	%	-	-	-
Recursos aplicados em Novos Materiais e Componentes (I) sobre total investido em P&D (K) (%)	%	13,8	2,2	3,1
Recursos aplicados em Desenvolvimento de Tecnologia de Combate à Fraude e Furto (J) sobre total investido em P&D (K) (%)	%	30,4	9,3	16,1
Recursos aplicados em P&D voltados para o meio ambiente (R\$ mil)	R\$ mil	793	681	865
<i>Número de Patentes registradas no INPI, referentes a P&D voltados ao meio ambiente</i>				
Número de Patentes registradas no INPI, referentes a P&D voltados ao meio ambiente	und	-	-	-
<i>Público Interno</i>				
Folha de pagamento bruta	R\$	105.565.323,18	105.844.363,39	109.947.583,33
Encargos sociais compulsórios	R\$	40.855.597,58	34.662.358,03	44.298.050,18
<i>Benefícios</i>				
Educação	R\$	2.888.234,54	4.962.894,71	5.617.541,51
Alimentação	R\$	15.378.738,81	14.401.116,52	15.875.621,24
Transporte	R\$	1.251.312,29	1.601.754,08	1.554.697,44
Saúde	R\$	10.647.571,69	8.228.857,24	9.642.064,71
Fundação	R\$	8.255.400,83	5.862.532,09	6.489.177,57
Outros	R\$	-	3.331.081,77	3.413.925,82
Investimento total em programa de participação nos resultados da Empresa	R\$	44.080.283,26	22.048.011,82	14.788.526,54
Valores distribuídos em relação à folha de pagamento bruta (%)	%	41,76	20,83	13,45
Ações da Empresa em poder dos empregados (%)	%	0	0	0
Divisão da maior remuneração pela menor remuneração em espécie paga pela Empresa (inclui participação nos resultados e bônus)	und	61,6	89,4	84,1
Divisão da menor remuneração da Empresa pelo salário mínimo vigente (inclui participação nos resultados e programa de bônus)	und	1,63	1,1	1,18
<i>Perfil da Remuneração</i>				
<i>Porcentagem de empregados em cada faixa de salários</i>				
a) até R\$1.500,00	%	36,99	36,03	32,89
b) R\$ 1.500,01 até R\$ 3.000,00	%	40,95	38,66	41,9
c) R\$ 3.000,01 até R\$ 6.000,00	%	15,85	18,77	19,15
d) ac. R\$ 6.000,00	%	6,2	6,55	6,06

Por Categorias (salário médio no ano corrente) - R\$

Cargos de diretoria	R\$			NA (Diretores Estatutários)
Cargos gerenciais (superintendentes, gerentes e coordenadores)	R\$	8.969,67	8.957,55	9.193,85
Cargos administrativos	R\$	2.879,21	2.323,56	2.417,74
Cargos de produção	R\$	1.906,08	2.106,00	2.154,96
Número total de empregados	und	3.482	3.453	3451
Empregados até 30 anos de idade (%)	%	22,2	22,73	22,72
Empregados com idade entre 31 e 40 anos (%)	%	28,8	29,22	29,93
Empregados com idade entre 41 e 50 anos (%)	%	28,6	25,83	24,66
Empregados com idade superior a 50 anos (%)	%	20,3	22,21	22,69
Número de mulheres em relação ao total de empregados (%)	%	22,9	23,69	23,76
Mulheres em cargos gerenciais - em relação ao total de cargos gerenciais (%)	%	21,8	21,57	24,26
Empregadas negras (pretas e pardas) - em relação ao total de empregados (%)	%	7,68	8,15	7,5
Empregados negros (pretos e pardos) - em relação ao total de empregados (%)	%	30	30,31	33,2
Empregados negros (pretos e pardos) em cargos gerenciais em relação ao total de cargos gerenciais (%)	%	18,2	21,15	13,59
Estagiários em relação ao total de empregados (%)	%	2,8	2,69	2,78
Empregados do programa de contratação de aprendizes (%)	%	0,2	2	2
Empregados portadores de deficiência	und	144	170	161

Informações dos Administradores

Remuneração e/ou honorários totais (R\$ mil) (A)	R\$ mil	ND	ND	ND
Número de diretores (B)	und	7	8	7
Remuneração e/ou honorários médios A/B	R\$	ND	ND	ND
Honorários de conselheiros de administração (R\$ mil) (C)	R\$ mil	ND	ND	ND
Número de conselheiros de administração (D)	und	9	11	10
Honorários médios C/D	R\$	ND	ND	ND
Investimentos em previdência complementar	R\$	8.255.400,83	8.062.551,40	6.219.201,41
Número de beneficiados pelo programa de previdência complementar	und	3.218	3.142	2917
Número de beneficiados pelo programa de preparação para aposentadoria	%	0	0	0

Perfil da Escolaridade (percentual em relação ao total dos empregados)

Ensino fundamental (%)	%	13,4	12,6	11,0
Ensino médio (%)	%	57,8	58,3	59,3
Ensino superior (%)	%	23,0	23,2	23,3
Pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado) (%)	%	5,8	5,9	5,9
Analfabetos na força de trabalho (%)	%	0	0	0
Valor investido em desenvolvimento profissional e educação (%)	%	0,05	0,07	0,07
Quantidade de horas de desenvolvimento profissional por empregado/ano	HH	56,4	72,7	59,6

Indicadores de Responsabilidade Socioambiental

ANEEL Light SESA		2008	2009	2010
Número de empregados ao final do período	und	3.482	3.453	3451
Número de admissões durante o período	und	264	258	301
Reclamações trabalhistas iniciadas por total de demitidos no período (%)	%	ND	ND	0,56
Reclamações Trabalhistas - Montante reivindicado em processos judiciais	R\$	495.560.239	573.687.909	590.101.836
Reclamações Trabalhistas - Valor provisionado no passivo	R\$	152.687	144.189.836	149.286.015
Reclamações Trabalhistas - Número de processos existentes	und	2.921	2.408	2079
Reclamações Trabalhistas - Número de empregados vinculados nos processos	und	3.688	3967	4567
<i>Saúde e Segurança</i>				
Índice TG (taxa de gravidade) para empregados	und	19	56	21,72
Índice TG (taxa de gravidade) para terceirizados/contratados	und	1.768	2.073	1.037
Taxa de Gravidade (TG) de acidentes com terceiros por choque elétrico na rede concessionária	und	684	1.311	984
Número de melhorias implementadas com o objetivo de oferecer produtos e serviços mais seguros	und	ND	ND	24.474
Média de horas extras por empregado/ano	horas	60,68	62,55	163,11
Número total de acidentes de trabalho com empregados	und	24	22	22
Número total de acidentes de trabalho com terceirizados/contratados	und	114	91	68
Média de acidentes de trabalho por empregado/ano	und	0,007	0,006	0,005
Acidentes com afastamento temporário de empregados e/ou de prestadores de serviço (%)	%	69,56	70,06	66,66
Acidentes que resultaram em mutilação ou outros danos à integridade física de empregados e/ou de prestadores de serviço, com afastamento permanente do cargo (incluindo LER) (%)	und	ND	ND	1
Acidentes que resultaram em morte de empregados e/ou de prestadores de serviço (%)	%	2,17	2,37	2,2
Índice TF (taxa de frequência) total da Empresa no período, para empregados	und	2,18	3,17	4,53
Índice TF (taxa de frequência) total da Empresa no período, para terceirizados/contratados	und	7,04	6,27	2,88
Investimentos em programas específicos para portadores de HIV (R\$ mil)	R\$ mil	0	0	0
Investimentos em programas de prevenção e tratamento de dependência (drogas e álcool) (R\$ mil)	R\$ mil	5,7	12,9	0
<i>Dados Gerais</i>				
Energia vendida por empregado (MWh)	MWh	6.833	6.710	6.486
Número de consumidores por empregado	und	1.128	1.157	1.180
Valor adicionado / GWh vendido	GWh	185.278	186.803	214.107
Subestações (em unidades)(SETD/SEMT/SETR)	und	96	97	87/5/6
Subestações (em unidades)(SESD)	und	114	113	113
Capacidade instalada (MVA)(SETD)	MVA	8.078	8.068	8.261
Capacidade instalada (MVA)(SESD)	MVA	775	790	799
Linhas de transmissão (em km)	km	2.026	2.035	2.045

ANEEL Light SESA		2008	2009	2010
Rede de distribuição (em mil km)	mil km	55	55,3	56
Transformadores de distribuição (em unidades)	und	77.323	78.185	82.847
<i>Indicadores Econômico-Financeiros</i>				
Riqueza (valor a distribuir) por receita operacional (%)	%	86,4	84,3	78,6
EBITDA ou LAJIDA (R\$ mil)	R\$ mil	1.313.607	1.020.400	1.340.000
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	%	25,8	19,9	24,2
Liquidez corrente	vezes	1,5460	1,5510	1,1260
Liquidez geral	vezes	0,8380	0,7880	0,7781
Margem bruta (lucro líquido/receita operacional bruta) (%)	%	11,6	6,4	5,09
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	%	18	10,3	7,8
Rentabilidade do patrimônio líquido (lucro líquido/patrimônio líquido) (%)	%	35,3	20,7	19,46
Estrutura de capital	R\$ mil	4.756.724	4.997.314	4.876.966
Capital próprio (%)	%	54,6	51,1	50,08
Capital de terceiros oneroso (%) (empréstimos e financiamentos)	%	45,4	48,9	49,9
Inadimplência de clientes (contas vencidas até 90 dias/receita operacional bruta nos últimos 12 meses)	%	2,8	2,9	2,5
Investimentos em expansão da distribuição	R\$ mil	276.193	253.021	170.000
Investimentos em renovação	R\$ mil	110.046	116.848	83.000
Investimentos na Subtransmissão / Transmissão	R\$ mil	60.114	80.389	124.000
Riqueza (valor adicionado líquido) por empregado (R\$ mil)	R\$ mil	1.093	911	1.332
Custos e despesas operacionais por MWh vendido (R\$ mil)	R\$ mil	0,21	0,22	0,24
Dividendos distribuídos (R\$ mil)	R\$ mil	350.766	169.729	112.888
Juros sobre o capital próprio (R\$ mil)	R\$ mil	0	0	0
Lucro líquido (R\$ mil)	R\$ mil	918.164	528.465	475.316
Participações (R\$ mil)	R\$ mil	-	18.583	17.571
IRPJ/ CSSL (R\$ mil)	R\$ mil	-259.791	-136.390	-295.438
Resultado financeiro (R\$ mil)	R\$ mil	159.186	-68.710	-289.098
Resultado do serviço (R\$ mil)	R\$ mil	1.048.024	752.148	1.077.423
Receitas irrecuperáveis (R\$ mil)	R\$ mil	235.781	-246.075	-254.785
Custos e despesas operacionais do serviço (R\$ mil)	R\$ mil	-3.838.757	-4.146.849	-4.764.895
Receita operacional líquida (R\$ mil)	R\$ mil	5.101.088	5.133.250	6.097.103
Deduções da receita (R\$ mil)	R\$ mil	-2.792.564	-3.157.073	-3.250.106
Receita operacional bruta (R\$ mil)	R\$ mil	7.893.652	8.290.323	9.347.209
<i>Demonstração do Valor Adicionado</i>				
RECEITA OPERACIONAL	R\$ mil	7.679.345	8.056.070	9.347.209
Fornecimento de Energia	R\$ mil	-	-	7.919.155
Fornecimento de Energia - Residencial	R\$ mil	3.066.131	3.344.601	3.564.569
Fornecimento de Energia - Residencial baixa renda	R\$ mil	52.040	40.080	36.776
Fornecimento de Energia - Comercial	R\$ mil	2.521.979	2.617.329	2.631.324
Fornecimento de Energia - Industrial	R\$ mil	703.621	717.242	700.243
Fornecimento de Energia - Rural	R\$ mil	13.065	13.017	13.172

Indicadores de Responsabilidade Socioambiental

ANEEL Light SESA		2008	2009	2010
Fornecimento de Energia – Iluminação pública	R\$ mil	144.277	144.207	147.455
Fornecimento de Energia – Serviço público	R\$ mil	225.776	224.972	234.728
Fornecimento de Energia – Poder público	R\$ mil	487.452	580.038	590.888
Energia de Curto Prazo	R\$ mil	10.742	17.152	66.446
Serviços	R\$ mil	668.569	591.685	24.168
Outras Receitas	R\$ mil	-	11.822	1.337.440
Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa	R\$ mil	-	-246.075	-254.785
(-) INSUMOS	R\$ mil	-3.314.158	-3.651.074	-4.203.978
Resultado Não Operacional	R\$ mil	-	-	0
= VALOR ADICIONADO BRUTO	R\$ mil	4.365.187	4.404.996	4.888.446
(-) QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO	R\$ mil	-287.057	-280.074	-290.232
= VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	R\$ mil	4.078.130	4.124.922	4.598.214
+ VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO	R\$ mil	330.382	203.310	194.356
= VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	R\$ mil	4.408.512	4.328.232	4.792.570
<i>Distribuição da Riqueza – Por Partes Interessadas</i>				
Empregados	R\$ mil	182.500	164.543	208.166
Governo	R\$ mil	3.113.119	3.348.244	3.609.744
Financiadores	R\$ mil	194.730	286.980	499.344
Acionistas	R\$ mil	918.164	528.465	475.316
= VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO (TOTAL)	R\$ mil	4.408.513	4.328.232	4.792.570
<i>Tributos/Taxas/Contribuições</i>				
ICMS	R\$ mil	1.935.264	2.069.067	2.219.444
PIS/PASEP	R\$ mil	78.020	77.249	96.439
COFINS	R\$ mil	372.240	345.930	438.864
ISS	R\$ mil	1.918	1.832	3.685
IRPJ a pagar do exercício	R\$ mil	194.135	147.765	255.763
CSSL a pagar do exercício	R\$ mil	65.656	-11.375	91.705
Outros	R\$ mil	-	54.781	13
<i>Encargos Setoriais</i>				
RGR	R\$ mil	68.434	64.548	57.654
CCC	R\$ mil	173.854	38.835	208.736
CDE	R\$ mil	369.405	251.521	213.769
CFURH	R\$ mil	-	-	0
TFSEE	R\$ mil	11.919	12.769	0
ESS	R\$ mil	-	-	0
P&D	R\$ mil	10.186	10.011	14.481
Outros	R\$ mil	29.197	40.207	9.191
= VALOR DISTRIBUÍDO (TOTAL)	R\$ mil	3.310.228	3.048.359	3.609.744
Universalização	und			Concluída em 2004
Luz para Todos	und			Concluído em 2007

ANEEL Light Energia		2008	2009	2010
<i>Econômico-Financeiro</i>				
Receita operacional bruta (R\$ mil)	R\$ mil	346.728	330.905	365.018
Deduções da receita (R\$ mil)	R\$ mil	-42.225	-36.046	-45.077
Receita operacional líquida (R\$ mil)	R\$ mil	304.503	294.859	319.941
Custos e despesas operacionais do serviço (R\$ mil)	R\$ mil	-122.879	-114.815	-151.110
Resultado do serviço (R\$ mil)	R\$ mil	181.624	180.044	168.831
Resultado financeiro (R\$ mil)	R\$ mil	-65.989	-9.016	-34.300
IRPJ/ CSSL (R\$ mil)	R\$ mil	-37.801	-56.671	-44.439
Participações (R\$ mil)	R\$ mil	-1.733	-1.377	-1.395
Lucro líquido (R\$ mil)	R\$ mil	76.101	112.980	88.697
Juros sobre o capital próprio (R\$ mil)	R\$ mil	0	0	0
Dividendos distribuídos (R\$ mil)	R\$ mil	41.387	26.833	21.066
EBITDA ou LAJIDA (R\$ mil)	R\$ mil	206.433	204.240	229.300
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	%	0,678	0,693	71,67
Liquidez corrente (R\$ mil)	R\$ mil	0,996	0,93	0,795 vezes
Liquidez geral (R\$ mil)	R\$ mil	0,252	0,391	0,226 vezes
Margem bruta (lucro líquido/receita operacional bruta) (%)	%	21,95	34,14	24,3
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	%	24,99	38,32	27,7
Rentabilidade do patrimônio líquido (lucro líquido/patrimônio líquido) (%)	%	53,2	49,29	10,88
<i>Demonstração do Valor Adicionado</i>				
RECEITA OPERACIONAL	R\$ mil	346.691	332.382	365.018
Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	R\$ mil	346.728	330.905	364.394
Suprimento - Venda de Energia	R\$ mil	325.100	312.880	341.612
Suprimento - Energia de Curto Prazo	R\$ mil	16.199	11.934	17.438
Outras - TUSD	R\$ mil	5.429	6.091	5.344
Outras Receitas	R\$ mil	-37	1.477	624
(-) INSUMOS	R\$ mil	-76.014	-56.419	-46.292
<i>Resultado Não Operacional</i>				
= VALOR ADICIONADO BRUTO	R\$ mil	270.677	275.963	318.726
(-) QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO	R\$ mil	-24.772	-24.196	-61.618
= VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	R\$ mil	245.905	251.767	257.108
+ VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO	R\$ mil	8.163	10.500	6.514
= VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	R\$ mil	254.068	262.267	263.622
<i>Distribuição da Riqueza - Por Partes Interessadas</i>				
Empregados	R\$ mil	17.282	14.923	17.431
Governo	R\$ mil	85.437	97.628	94.899
Financiadores	R\$ mil	75.248	36.735	62.595
Acionistas	R\$ mil	76.101	112.980	88.697
= VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO (TOTAL)	R\$ mil	254.068	262.267	263.622
<i>Distribuição da Riqueza - Governo e Encargos Setoriais</i>				
<i>Tributos/Taxas/Contribuições</i>				
ICMS	R\$ mil	-	-	-
PIS/PASEP	R\$ mil	5.460	3.849	5.606
COFINS	R\$ mil	25.158	17.731	25.830
ISS	R\$ mil	11	14	13

Indicadores de Responsabilidade Socioambiental

ANEEL Light Energia		2008	2009	2010
IRPJ a pagar do exercício	R\$ mil	27.516	41.256	32.343
CSSL a pagar do exercício	R\$ mil	10.285	15.415	12.096
Outros	R\$ mil	5.718	4.911	5.383
<i>Encargos Setoriais</i>				
RGR	R\$ mil	8.244	11.508	10.433
TFSEE	R\$ mil	1.297	1.447	-
P&D	R\$ mil	1.217	1.177	1.278
Outros	R\$ mil	531	320	1.917
= VALOR DISTRIBUÍDO (TOTAL)	R\$ mil	85.437	97.628	94.899
<i>Fornecedor</i>				
Fornecedores Ativos	und	1.477	1.598	1.793
Fornecedores inspecionados (quanto ao trabalho infantil, trabalho forçado e condições de saúde e segurança no trabalho) pela Empresa/total de fornecedores (%)	%	1,14	18,15	8,37%
Fornecedores não qualificados (não-conformidade com os critérios de responsabilidade social da Empresa) / total de fornecedores (%)	%	-	-	-
Fornecedores com certificação SA 8000 ou equivalente / total de fornecedores ativos (%)	%	0,02	0,06	-
Número de capacitações oferecidas aos fornecedores	und	48	ND	2
Número de horas de treinamento oferecidas aos fornecedores	horas	3,23 HH	ND	14,7 HH
Número de empregados terceirizados	und	235	196	430
Número de trabalhadores terceirizados/contratados	und	ND	ND	ND
Custo total com trabalhadores terceirizados (R\$ mil)	R\$ mil	ND	ND	ND
Trabalhadores terceirizados/contratados em relação ao total da força de trabalho	%	50%	48%	67%
<i>Perfil da Remuneração - percentagem de terceirizados em cada faixa de salários</i>				
Acima de 3.000	%	ND	2	3
Até 1.000	%	ND	57	16
De 1.001 a 2.000	%	ND	40	78
De 2.001 a 3.000	%	ND	2	3
<i>Perfil da Escolaridade (percentual em relação ao total de terceirizados)</i>				
Ensino fundamental	%	ND	ND	-
Ensino médio	%	ND	ND	-
Ensino superior, pós-graduação	%	ND	ND	-
<i>Geral</i>				
Total bruto de Energia gerada (GWh) - Light Energia	GWh	5.220	5.630	5.605
Total líquido de Energia gerada (GWh) - Light Energia	GWh	4.331	4.695	4.769
<i>Meio Ambiente</i>				
Área preservada/total da área preservada na área de concessão exigida por lei (%)	%	ND	ND	ND
Quantidade de acidentes por violação das normas de segurança ambiental	und	0	0	ND
Número de autuações e/ou multas por violação de normas ambientais	und	0	0	ND
Valor incorrido em autuações e/ou multas por violação de normas ambientais (R\$ mil)	R\$ mil	0	0	ND

ANEEL Light Energia		2008	2009	2010
Volume anual de gases do efeito estufa (CO2, CH4, N2O, HFC, PFC, SF6), emitidos na atmosfera (em toneladas de CO2 equivalentes)	t	497	1.198	2.000
Volume anual de emissões destruidoras de ozônio (em toneladas de CFC equivalentes)	t	2,7	Valores não significativos	Valores não Significativos
Volume total de efluentes	m3	ND	1.620	ND
Volume total de efluentes com tratamento	m3	ND	1.620	ND
Percentual de efluentes tratados (%)	%	ND	100	ND
Quantidade anual (em toneladas) de resíduos sólidos gerados (lixo, dejetos, entulho etc.)	t	124,5	1.175	2.661
Percentual de resíduos encaminhados para reciclagem sem vínculo com a Empresa	%	Atividade não realizada	Atividade não realizada	Atividade não realizada
Percentual de resíduos reciclados por unidade ou entidade vinculada à Empresa (projeto específico)	%	Atividade não realizada	Atividade não realizada	Atividade não realizada
Gastos com reciclagem dos resíduos (R\$ mil) - regeneração de óleo	R\$ mil	ND	ND	NA - LIGHT SESA
Percentual do material de consumo reutilizado (matérias-primas, equipamentos, fios e cabos elétricos)	%	ND	ND	ND
Gastos com destinação final de resíduos não perigosos (R\$ mil)	R\$ mil	ND	ND	124,1
Percentual de equipamentos substituídos por óleo mineral isolante sem PCB (ascarel)	%	Atividade não realizada	Atividade não realizada	NA - LIGHT SESA
Percentual de lâmpadas descontaminadas em relação ao total substituído na Empresa	%	100	100	100
Percentual de lâmpadas descontaminadas em relação ao total substituído nas unidades consumidoras	%	Não se aplica	Não se aplica	NA - LIGHT SESA
Gastos com tratamento e destinação de resíduos tóxicos (incineração, aterro, biotratamento etc.)	R\$	8.505	203.073	3.192,80
<i>Consumo total de energia por fonte</i>				
Combustíveis Fósseis	kWh	-	-	ND
Fontes alternativas (gás, energia eólica, energia solar etc.)	kWh	-	-	ND
Hidrelétrica (em kWh)	kWh	-	-	ND
Consumo total de energia (em kWh)	kWh	2.330.880	2.001.175	1.977.576
Consumo de energia por kWh distribuído (vendido)	kWh	Não se aplica	Não se aplica	Não se Aplica
<i>Consumo Total de Combustíveis Fósseis pela Frota de Veículos da Empresa por quilômetro rodado</i>				
Álcool	Litros	1.690	6.395	9.649
Diesel	Litros	35.462	41.573	99.520
Gás Natural	Litros	-	-	-
Gasolina	Litros	20.380	25.897	70.665
<i>Consumo total de água por fonte (m3)</i>				
Abastecimento (rede pública) (m3)	m3	ND	ND	12.305
Captação superficial (cursos d'água)(m3)	m3	162,36	ND	ND
Fonte subterrânea (poço) (m3)	m3	ND	ND	ND
Consumo total de água (m3)	m3	10.459	15.087	12.305
Consumo de água por empregado (m3)	m3	42	66	58
Redução de custos obtida pela redução do consumo de energia, água e material de consumo (R\$ mil)	R\$ mil	ND	ND	ND
Percentual do material adquirido em conformidade com os critérios ambientais verificados pela empresa/total de material adquirido	%	-	-	ND

Indicadores de Responsabilidade Socioambiental

ANEEL Light Energia		2008	2009	2010
Percentual do material adquirido com Selo Verde ou outros (Procel, Inmetro etc.)	%	-	-	ND
Percentual do material adquirido com certificação florestal (Imaflora, FSC e outros)	%	-	-	ND
Consumo de energia elétrica das unidades geradoras e auxiliares (consumo máximo em kWh definido por usina hidrelétrica)	kWh	854.890.000	864.540.000	767.810.000
Consumo de água por kWh gerado (consumo máximo de vazão - m3/s - por kWh entregue)	m3/s - por kWh	ND	ND	7,8102 m³/KWh
Erosão de bordas de reservatório (ha erodido por ano)	ha	ND	ND	ND
Restauração de mata ciliar (unidades de mudas ou área plantada/recuperada por ano)	ha	72	60,8	50.000 mudas/ano
Qualidade de água e de sedimentos dos reservatórios (unidades dos parâmetros de qualidade da água, sedimentos e grau de eutrofização)	und	ND	ND	ND
Resgate de peixes em turbinas (kg de peixe por parada de máquina)	Kg	ND	ND	ND
Repovoamento de peixes (quantidade de alevinos soltos em reservatórios por ano)	und	20.000	62.000	Atividade Suspensa
Consumo de óleos e graxas lubrificantes (litros de óleo lubrificante utilizados mensalmente por água turbinada - m3/s)	m3/s	4.305	3.538	6.221 litros
Retirada de resíduos em reservatórios (lixo, macrófitas, efluentes industriais e domésticos e sedimentos de assoreamento) (ton/ano ou m3/ano, dependendo do tipo de resíduo aportado ao reservatório)	ton/ano	55	55	50
Lançamento de efluentes sanitários sem tratamento e vazamento de óleos lubrificante e hidráulico nas turbinas (ton/ano ou m3/ano, dependendo do tipo de óleo).	ton/ano	-	ND	ND
<i>Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo (R\$ mil)</i>				
Arborização Urbana	R\$ mil	-	-	-
Atendimento à requisito legal	R\$ mil	-	-	-
Contenção de taludes	R\$ mil	1.746	1.875	1.980
Diversa - Consultoria, Seminários e Auditorias	R\$ mil	-	-	-
Educação ambiental para público interno	R\$ mil	-	-	-
Implantação e Manutenção do Sistema de Gestão Ambiental	R\$ mil	711	761	756
Licenciamento Ambiental	R\$ mil	109	160	221
Manutenção e Segurança de Linhas e Subestações	R\$ mil	NA	NA	0
Pesquisa e Desenvolvimento	R\$ mil	442	163	692
Projetos Ambientais	R\$ mil	-	-	0
Remoção de plantas	R\$ mil	1.124	1.411	1.326
Substituição de Transformadores da Distribuição (Ascarel)	R\$ mil	-	-	-
Total	R\$ mil	4.131	4.370	4.976
Número de empregados treinados nos programas de educação ambiental.	und	ND	ND	9
Percentual de empregados treinados nos programas de educação ambiental / total de empregados.	%	ND	ND	3
Número de horas de treinamento ambiental de empregados / total de horas de treinamento	und	ND	ND	0,80%
Recursos aplicados em educação ambiental na organização (R\$ Mil)	R\$ mil	ND	ND	0,077

Pesquisa e Desenvolvimento EU8

<i>Recursos Aplicados em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Científico - R\$ por temas de pesquisa</i>			
Eficiência energética (A)	R\$	-	-
Fonte renovável ou alternativa (B)	R\$	-	-
Meio ambiente (C)	R\$	441.643	408.172
Qualidade e confiabilidade (D)	R\$	-	-
Planejamento e operação (E)	R\$	414.600	142.107
Supervisão, controle e proteção (F)	R\$	350.168	813.476
Medição (G)	R\$	-	-
Transmissão de dados via rede elétrica (H)	R\$	-	-
Novos materiais e componentes (I)	R\$	-	-
Desenvolvimento de tecnologia de combate à fraude e furto (J)	R\$	-	-
Geração Termoeletrica (L)	R\$	-	-
Segurança (M)	R\$	-	-
Gestão de bacias e reservatórios (N)	R\$	-	-
Planejamento de Sistemas de Energia Elétrica (O)	R\$	-	188.567
Total de Investimentos em P&D (K)	R\$	1.206.412	1.552.322
<i>Recursos Aplicados em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Científico - %</i>			
Recursos aplicados em Eficiência Energética (A) sobre total investido em P&D (K) (%)	%	-	-
Recursos aplicados em Fonte Renovável ou Alternativa (B) sobre total investido em P&D (K) (%)	%	-	-
Recursos aplicados em Meio Ambiente (C) sobre total investido em P&D (K) (%)	%	36,61	26,29
Recursos aplicados em Qualidade e Confiabilidade (D) sobre total investido em P&D(K) (%)	%	-	-
Recursos aplicados em Planejamento e Operação (E) sobre total investido em P&D (K) (%)	%	34,37	9,15
Recursos aplicados em Supervisão, Controle e Proteção (F) sobre total investido em P&D (K) (%)	%	29,03	52,4
Recursos aplicados em Medição (G) sobre total investido em P&D (K) (%)	%	-	-
Recursos aplicados em Transmissão de Dados via Rede Elétrica (H) sobre total investido em P&D (K) (%)	%	-	-
Recursos aplicados em Novos Materiais e Componentes (I) sobre total investido em P&D (K) (%)	%	-	-
Recursos aplicados em Desenvolvimento de Tecnologia de Combate à Fraude e Furto (J) sobre total investido em P&D (K) (%)	%	-	-
Geração Termoeletrica (L)	R\$	-	-
Segurança (M)	R\$	-	-
Gestão de bacias e reservatórios (N)	R\$	-	-
Planejamento de Sistemas de Energia Elétrica (O)	R\$	-	12,15
Recursos aplicados em P&D voltados para o meio ambiente (R\$ mil)	R\$	422	163
Número de Patentes registradas no INPI, referentes a P&D voltados ao meio ambiente	und	-	-

Indicadores de Responsabilidade Socioambiental

ANEEL Light Energia		2008	2009	2010
<i>Público Interno</i>				
Número de empregados próprios	und	234	215	211
Folha de pagamento bruta	R\$	8.977.419,98	9.114.281,00	9.120.833,81
Encargos sociais compulsórios	R\$	3.655.889,27	3.734.277,39	4.128.436,97
<i>Benefícios Totais (R\$)</i>				
Educação	R\$	54.590,36	137.769,31	203.653,24
Alimentação	R\$	1.135.580,97	977.421,76	963.192,32
Transporte	R\$	42.118,03	40.741,78	39.951,58
Saúde	R\$	544.055,26	475.972,86	481.253,92
Fundação	R\$	609.789,56	552.013,50	630.172,00
Outros	R\$	-	231.599,91	193.485,43
Investimento total em programa de participação nos resultados da Empresa (R\$)	R\$	1.736.597,34	1.838.203,79	1.213.428,78
Valores distribuídos em relação à folha de pagamento bruta (%)	%	19,34	20,17	13,30%
Ações da Empresa em poder dos empregados (%)	%	-	-	-
Divisão da maior remuneração pela menor remuneração em espécie paga pela Empresa (inclui participação nos resultados e bônus)		16,04	30,4	19,7
Divisão da menor remuneração da Empresa pelo salário mínimo vigente (inclui participação nos resultados e programa de bônus)		3,24	2,48	3,56
<i>Perfil da Remuneração</i>				
<i>Percentagem de empregados em cada faixa de salários</i>				
a) até R\$1.500,00	%	16,24	12,56	8,53
b) R\$ 1.500,01 até R\$ 3.000,00	%	53,42	49,77	50,24
c) R\$ 3.000,01 até R\$ 6.000,00	%	20,09	27,44	29,38
d) ac. R\$ 6.000,00	%	10,26	10,23	11,85
<i>Por Categorias (salário médio no ano corrente) - R\$</i>				
Cargos de diretoria	R\$	NA	NA	NA
Cargos gerenciais (superintendentes, gerentes e coordenadores)	R\$	9.787,79	11.302,76	12.900,71
Cargos administrativos	R\$	3.096,71	2.893,70	3.183,69
Cargos de produção	R\$	2.500,32	2.701,48	2.823,69
Número total de empregados	und	234	215	211
Empregados até 30 anos de idade (%)	%	11,5	13,5	13,7
Empregados com idade entre 31 e 40 anos (%)	%	10,7	12,1	11,9
Empregados com idade entre 41 e 50 anos (%)	%	50,4	43,7	36,0
Empregados com idade superior a 50 anos (%)	%	27,4	30,7	38,4
Número de mulheres em relação ao total de empregados (%)	%	9,4	10,2	11,4
Mulheres em cargos gerenciais - em relação ao total de cargos gerenciais (%)	%	6,3	-	-
Empregadas negras (pretas e pardas) - em relação ao total de empregados (%)	%	1,3	1,9	3,4
Empregados negros (pretos e pardos) - em relação ao total de empregados (%)	%	13,2	12,6	19,2
Empregados negros (pretos e pardos) em cargos gerenciais em relação ao total de cargos gerenciais (%)	%	0	11,1	8,3
Estagiários em relação ao total de empregados (%)	%	2,6	2,3	4,7
Empregados do programa de contratação de aprendizes (%)	%	-	-	0,5
Empregados portadores de deficiência	%	3	3	1,42

ANEEL Light Energia		2008	2009	2010
<i>Informações dos Administradores</i>				
Remuneração e/ou honorários totais (R\$ mil) (A)	R\$ mil	ND	ND	ND
Número de diretores (B)	und	5	5	6
Remuneração e/ou honorários médios A/B	R\$ mil	ND	ND	ND
Honorários de conselheiros de administração (R\$ mil) (C)	R\$ mil	ND	ND	ND
Número de conselheiros de administração (D)	und	NA	NA	0
Honorários médios C/D	R\$ mil	ND	ND	ND
Investimentos em previdência complementar (R\$)	R\$	609.789,56	673.653,14	607.596,00
Número de beneficiados pelo programa de previdência complementar	und	212	191	182
Número de beneficiados pelo programa de preparação para aposentadoria	und	-	-	-
<i>Perfil da Escolaridade (percentual em relação ao total dos empregados)</i>				
Analfabetos na força de trabalho (%)	%	-	-	-
Ensino fundamental (%)	%	13,25	11,63	11,37
Ensino médio (%)	%	55,56	53,02	51,18
Ensino superior (%)	%	25,64	28,84	30,33
Pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado) (%)	%	5,56	6,51	7,11
Valor investido em desenvolvimento profissional e educação (%)	%	0,02	0,05	0,06
Quantidade de horas de desenvolvimento profissional por empregado/ano	HH	média 3,5	média 44,1	55,1
Número de empregados ao final do período	und	234	215	211
Número de admissões durante o período	und	5	7	7
Reclamações trabalhistas iniciadas por total de demitidos no período (%)	%	ND	ND	0,5
Reclamações Trabalhistas - Montante reivindicado em processos judiciais (R\$)	R\$	-	1.526.874	2.051.366,33
Reclamações Trabalhistas - Valor provisionado no passivo	R\$	-	1.151.032	1.702.070,75
Reclamações Trabalhistas - Número de processos existentes	und	3	6	13
Reclamações Trabalhistas - Número de empregados vinculados nos processos	und	3	6	11
<i>Saúde e Segurança</i>				
Índice TG (taxa de gravidade) para empregados	und	27	24	0
Índice TG (taxa de gravidade) para terceirizados/contratados	und	191	76	39
Número de melhorias implementadas com o objetivo de oferecer produtos e serviços mais seguros	und	ND	ND	14
Média de horas extras por empregado/ano	horas	92,08	89,06	246,98
Número total de acidentes de trabalho com empregados	und	4	1	0
Número total de acidentes de trabalho com terceirizados/contratados	und	8	3	0
Média de acidentes de trabalho por empregado/ano	und	0,02	0,005	0
Acidentes com afastamento temporário de empregados e/ou de prestadores de serviço (%)	%	62,5	100	65,2
Acidentes que resultaram em mutilação ou outros danos à integridade física de empregados e/ou de prestadores de serviço, com afastamento permanente do cargo (incluindo LER) (%)	%	ND	ND	0

Indicadores de Responsabilidade Socioambiental

ANEEL Light Energia		2008	2009	2010
Acidentes que resultaram em morte de empregados e/ou de prestadores de serviço (%)	%	0	0	0
Índice TF (taxa de frequência) total da Empresa no período, para empregados	und	6,22	2,45	0
Índice TF (taxa de frequência) total da Empresa no período, para terceirizados/contratados	und	6,37	7,67	4,62
Investimentos em programas específicos para portadores de HIV (R\$ mil)	R\$ mil	0	0	0
Investimentos em programas de prevenção e tratamento de dependência (drogas e álcool) (R\$)	R\$	0	1.800	0

Balanço Social Anual / Ibase 2010

CONSOLIDADO

1 - Base de Cálculo				2009 Valor (mil reais)		
Receita Líquida (RL)		6.508.584				6.206.897
Resultado operacional (RO)		922.619				960.912
Folha de pagamento bruta (FPB)		218.471				222.243
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	14.142	6%	0%	16.762	8%	0%
Encargos sociais compulsórios	35.428	16%	1%	38.997	18%	1%
Previdência privada	6.618	3%	0%	6.559	3%	0%
Saúde	7.712	4%	0%	8.535	4%	0%
Segurança e saúde no trabalho	98	0%	0%	210	0%	0%
Educação	759	0%	0%	909	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	5.736	3%	0%	5.117	2%	0%
Creches ou auxílio-creche	481	0%	0%	499	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	15.146	7%	0%	20.507	9%	0%
Outros	2.855	1%	0%	3.813	2%	0%
TOTAL - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	88.976	41%	1%	101.907	46%	2%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	2.178	0%	0%	2.165	0%	0%
Cultura	5.410	1%	0%	6.178	1%	0%
Saúde e saneamento	14.749	2%	0%	10.793	1%	0%
Esporte	497	0%	0%	837	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%	0	0%	0%
Outros	51.221	6%	1%	25.502	3%	0%
TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIEDADE	74.056	8%	1%	45.474	5%	1%
Tributos (excluídos encargos sociais)	3.105.901	337%	48%	2.731.688	284%	44%
TOTAL - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	3.179.957	345%	49%	2.777.162	289%	45%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	28.678	3%	0%	19.966	2%	0%
Investimentos em programas e/ ou projetos externos	0	0%	0%	0	0%	0%
Total dos investimentos em meio ambiente	28.678	3%	0%	19.966	2%	0%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 0 a 50%	(X) cumpre de 76 a 100%
	() cumpre de 0 a 50%	(X) cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	(X) cumpre de 76 a 100%		

CONSOLIDADO

<i>5 - Indicadores do Corpo Funcional</i>						
	2010			2009		
Nº de empregados(as) ao final do período	3.693			3.694		
Nº de admissões durante o período	312			269		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	8.010			7.689		
Nº de estagiários(as)	109			101		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.110			1.359		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	861			854		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	23,10%			21,40%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1.330			1.006		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	16,90%			15,20%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	164			173		
<i>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</i>						
	2010			Metas 2011		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	45,88			ND		
Número total de acidentes de trabalho	22			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 15.412	no Procon 1.213	na Justiça 38.438	na empresa Reduzir 10%	no Procon Reduzir 10%	na Justiça Reduzir 10%
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 100%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2010: 5.084.931			Em 2009: 4.609.936		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	73,68% governo 6,90% acionistas 4,41% retido	4,56% colaboradores(as) 10,45% terceiros	75,50% governo 9,38% acionistas 3,39% retido	5,14% colaboradores(as) 6,59% terceiros		
7 - Outras Informações						
0						

Balanço Social Anual / Ibase 2010

LIGHT SESA

1 - Base de Cálculo		2010 Valor (mil reais)			2009 Valor (mil reais)		
Receita Líquida (RL)		6.097.103			5.907.841		
Resultado operacional (RO)		770.754			864.227		
Folha de pagamento bruta (FPB)		195.554			199.078		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	
Alimentação	12.955	7%	0%	15.455	8%	0%	
Encargos sociais compulsórios	31.180	16%	1%	34.662	17%	1%	
Previdência privada	5.838	3%	0%	5.863	3%	0%	
Saúde	6.881	4%	0%	8.019	4%	0%	
Segurança e saúde no trabalho	430	0%	0%	210	0%	0%	
Educação	756	0%	0%	879	0%	0%	
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%	
Capacitação e desenvolvimento profissional	5.523	3%	0%	4.963	2%	0%	
Creches ou auxílio-creche	444	0%	0%	469	0%	0%	
Participação nos lucros ou resultados	13.312	7%	0%	18.583	9%	0%	
Outros	2.755	1%	0%	3.646	2%	0%	
TOTAL - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	80.074	41%	1%	92.748	47%	2%	
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	
Educação	1.683	0%	0%	1.645	0%	0%	
Cultura	5.395	1%	0%	6.157	1%	0%	
Saúde e saneamento	14.749	2%	0%	10.793	1%	0%	
Esporte	497	0%	0%	837	0%	0%	
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%	0	0%	0%	
Outros	51.146	7%	1%	25.436	3%	0%	
TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIEDADE	73.471	10%	1%	44.867	5%	1%	
Tributos (excluídos encargos sociais)	2.989.197	388%	49%	2.630.468	304%	45%	
TOTAL - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	3.062.668	397%	50%	2.675.335	310%	45%	
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	23.702	3%	0%	15.596	2%	0%	
Investimentos em programas e/ ou projetos externos	0	0%	0%	0	0%	0%	
TOTAL DOS INVESTIMENTOS EM MEIO AMBIENTE	23.702	3%	0%	15.596	2%	0%	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 0 a 50%	(X) cumpre de 76 a 100%	
	() cumpre de 0 a 50%	(X) cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	(X) cumpre de 76 a 100%			

LIGHT SESA

<i>5 - Indicadores do Corpo Funcional</i>		<i>2010</i>		<i>2009</i>						
Nº de empregados(as) ao final do período		3.451		3.453						
Nº de admissões durante o período		301		258						
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		7.580		7.488						
Nº de estagiários(as)		96		93						
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		990		1.226						
Nº de mulheres que trabalham na empresa		820		818						
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		24,26%		21,57%						
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		1.286		972						
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		18,30%		16,20%						
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		161		170						
<i>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</i>		<i>2010</i>		<i>Metas 2011</i>						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		45,88		ND						
Número total de acidentes de trabalho		22		0						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)				
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa				
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT				
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)				
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)				
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos				
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará				
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 15.412	no Procon 1.213	na Justiça 38.438	na empresa Reduzir 10%	no Procon Reduzir 10%	na Justiça Reduzir 10%				
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 100%				
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2010: 4.792.570			Em 2009: 4.365.745						
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	75,32% governo	4,34% colaboradores(as)	4,79% acionistas	10,42% terceiros	5,13% retido	77,28% governo	3,77% colaboradores(as)	9,21% acionistas	6,55% terceiros	3,19% retido
7 - Outras Informações										

Balanço Social Anual / Ibase 2010

LIGHT ENERGIA S.A

1 - Base de Cálculo		2010 Valor (mil reais)			2009 Valor (mil reais)		
Receita Líquida (RL)				319.941		294.859	
Resultado operacional (RO)				133.136		126.898	
Folha de pagamento bruta (FPB)				17.014		17.341	
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	
Alimentação	987	6%	0%	1.082	6%	0%	
Encargos sociais compulsórios	3.456	20%	1%	3.590	21%	1%	
Previdência privada	583	3%	0%	523	3%	0%	
Saúde	434	3%	0%	461	3%	0%	
Segurança e saúde no trabalho	0	0%	0%	0	0%	0%	
Educação	1	0%	0%	29	0%	0%	
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%	
Capacitação e desenvolvimento profissional	204	1%	0%	138	1%	0%	
Creches ou auxílio-creche	5	0%	0%	5	0%	0%	
Participação nos lucros ou resultados	1.373	8%	0%	0	0%	0%	
Outros	84	0%	0%	154	1%	0%	
TOTAL - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	7.125	42%	2%	5.981	34%	2%	
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	
Educação	471	0%	0%	498	0%	0%	
Cultura	15	0%	0%	21	0%	0%	
Saúde e saneamento	0	0%	0%	0	0%	0%	
Esporte	0	0%	0%	0	0%	0%	
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%	0	0%	0%	
Outros	67	0%	0%	65	0%	0%	
TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIEDADE	554	0%	0%	584	0%	0%	
Tributos (excluídos encargos sociais)	75.888	57%	24%	78.265	62%	27%	
Total - Indicadores sociais externos	76.442	57%	24%	78.849	62%	27%	
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	4.976	4%	2%	4.370	3%	1%	
Investimentos em programas e/ ou projetos externos	0	0%	0%	0	0%	0%	
Total dos investimentos em meio ambiente	4.976	4%	2%	4.370	3%	1%	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		<input type="checkbox"/> não possui metas	<input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75%	<input type="checkbox"/> não possui metas	<input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75%		
		<input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50%	<input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%	<input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50%	<input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		

LIGHT ENERGIA S.A

<i>5 - Indicadores do Corpo Funcional</i>						
Nº de empregados(as) ao final do período			211			215
Nº de admissões durante o período			7			7
Nº de empregados(as) terceirizados(as)			430			196
Nº de estagiários(as)			10			5
Nº de empregados(as) acima de 45 anos			116			128
Nº de mulheres que trabalham na empresa			24			22
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			0,00%			0,00%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa			40			31
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)			6,30%			7,10%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais			3			3
<i>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</i>			2010	<i>Metas 2011</i>		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa			18,35			ND
Número total de acidentes de trabalho			0			0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2010: 263.622			Em 2009: 219.514		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	36,00 % governo	6,62% colaboradores(as)	37,85%governo	6,81% colaboradores(as)		
	31,96 % acionistas	23,74% terceiros	1,68% retido	12,22% acionistas	16,73% terceiros	26,39% retido
<i>7 - Outras Informações</i>						
0						

Premiações – Reconhecimentos do Mercado GRI 2.10

Comunicação: 1º lugar no Prêmio Aberje 2010, na categoria Comunicação e Relacionamento com a Sociedade.

Relações com Investidores: Melhor Reunião com Investidores, concedido pela o na APIMEC - MG.

Cientes: 1º lugar no Setor de Energia (Brasil) na Pesquisa Exame - IBRC de Atendimento ao Cliente 2010.

[2.10] *Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório*



Light

Demonstrações Financeiras

164	Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e 2009	
164	1. Contexto operacional	
164	2. Apresentação das demonstrações financeiras	
165	3. Adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis	
173	4. Resumo das práticas contábeis	
178	5. Procedimentos de consolidação:	
178	6. Caixa e equivalentes de caixa	
178	7. Títulos e valores mobiliários	
179	8. Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	
180	9. Tributos e contribuições	
182	10. Tributos diferidos	
183	11. Ativo financeiro da concessão	
185	12. Outros créditos	
185	13. Investimentos	
187	14. Ativo imobilizado	
190	15. Intangível	
192	16. Fornecedores	
193	17. Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	
195	18. Debêntures e encargos financeiros	
196	19. Encargos regulatórios - contribuições do consumidor	
197	20. Contingências	
198	20.1 Contingências trabalhistas	
198	20.2 Contingências cíveis	
199	20.3 Contingências fiscais	
200	20.4 Outras contingências	
200	21. Benefícios pós-emprego	
203	22. Outros débitos	
203	23. Transações com partes relacionadas	
207	24. Patrimônio líquido	
208	25. Dividendos	
207	26. Participação nos lucros e resultados	
209	27. Lucro por ação	
209	28. Composição da receita operacional líquida	
210	29. Fornecimento e suprimento de energia elétrica	
210	30. Custos e despesas operacionais	
211	31. Energia elétrica comprada para revenda	
211	32. Resultado financeiro	
212	33. Instrumentos financeiros	
218	34. Seguros	
218	35. Questões ambientais	
219	36. Informações por segmento	
220	37. Reajuste tarifário	
220	38. Plano de incentivo de longo prazo	
222	39. Contratos de longo prazo	
223	Parecer do conselho fiscal	
225	Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	

Balancos patrimoniais (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora			Consolidado		
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVOS							
Caixa e equivalentes de caixa	6	38.295	14.584	40.256	514.109	760.313	548.983
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	-	11.122	68.059	41.143
Consumidores, concessionárias e permissionárias	8	-	-	-	1.338.704	1.355.854	1.282.855
Tributos e contribuições	9	1.080	774	284	278.885	442.668	566.011
Estoques		-	-	-	20.537	14.369	18.603
Rendas a receber swap	33	-	-	-	-	4	6.671
Dividendos a receber		48.054	155.701	236.138	-	-	-
Serviços prestados a receber		146	-	-	59.724	46.015	17.622
Despesas pagas antecipadamente		159	175	135	2.114	2.381	1.667
Outros créditos	12	23.860	20.212	167	152.973	97.250	106.669
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		111.594	191.446	276.980	2.378.168	2.786.913	2.590.224
Consumidores, concessionárias e permissionárias	8	-	-	-	296.261	297.798	292.594
Tributos e contribuições	9	-	-	-	57.908	40.767	72.807
Tributos diferidos	10	-	-	-	899.265	1.115.546	1.621.104
Ativo financeiro de concessões	11	-	-	-	469.030	354.784	304.229
Rendas a receber swap	33	-	-	-	211	-	4.413
Depósitos vinculados a litígios		194	152	121	225.251	200.520	194.200
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	714	1.658	4.364
Outros créditos	12	-	-	-	7.865	8.725	26.420
Investimentos	13	3.356.788	3.513.147	3.421.766	17.586	20.388	13.615
Imobilizado	14	678	678	-	1.628.893	1.600.568	1.589.779
Intangível	15	-	-	-	3.613.772	3.422.980	3.267.632
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.357.660	3.513.977	3.421.887	7.216.756	7.063.734	7.391.157
TOTAL DO ATIVO		3.469.254	3.705.423	3.698.867	9.594.924	9.850.647	9.981.381

	Notas	Controladora			Consolidado		
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
PASSIVO							
Fornecedores	16	280	6.348	283	658.421	564.181	486.204
Tributos e contribuições	9	31	53	10	350.169	285.180	230.461
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	17	-	-	-	165.878	197.150	116.799
Debêntures e encargos financeiros	18	-	-	-	381.332	96.412	61.523
Dividendos a pagar	25	136.598	143.647	231.433	136.598	143.647	231.433
Obrigações estimadas		220	223	38	45.264	52.374	57.843
Encargos regulatórios-Contribuições do consumidor	19	-	-	-	117.218	110.791	126.733
Provisão para contingências	20	-	-	-	-	-	2.237
Benefícios pós-emprego	21	-	-	-	95.555	95.044	87.744
Outros débitos	22	1.981	1.524	1.286	236.318	236.028	304.998
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		139.110	151.795	233.050	2.186.753	1.780.807	1.705.975
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	17	-	-	-	1.197.500	1.006.204	1.046.550
Debêntures e encargos financeiros	18	-	-	-	727.891	1.165.759	945.549
Tributos e contribuições	9	-	-	-	177.699	303.585	324.743
Tributos diferidos		-	-	-	275.755	301.230	341.113
Provisão para contingências	20	-	-	-	551.897	669.353	993.883
Benefícios pós-emprego	21	-	-	-	920.630	861.386	944.417
Outros débitos	22	-	-	-	226.655	208.695	213.334
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-	-	4.078.027	4.516.212	4.809.589
PATRIMÔNIO LÍQUIDO 24							
Capital Social		2.225.822	2.225.822	2.225.819	2.225.822	2.225.822	2.225.819
Reservas de Capital							
Opções outorgadas reconhecidas		-	34.406	22.459	-	34.406	22.459
Ações em tesouraria		-	(6.361)	-	-	(6.361)	-
Reservas de lucro							
Reserva legal		162.756	133.999	103.757	162.756	133.999	103.757
Retenção de lucros		37.669	499.188	451.669	233.083	499.188	451.669
Proposta de dividendos adicionais		409.795	288.693	268.205	214.381	288.693	268.205
Ajustes de avaliação patrimonial		494.102	518.761	546.978	494.102	518.761	546.978
Lucros/Prejuízos acumulados-IFRS		-	(140.880)	(153.070)	-	(140.880)	(153.070)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.330.144	3.553.628	3.465.817	3.330.144	3.553.628	3.465.817
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.469.254	3.705.423	3.698.867	9.594.924	9.850.647	9.981.381

Demonstrações de resultados exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		01/01/2010 a 31/12/2010	01/01/2009 a 31/12/2009	01/01/2010 a 31/12/2010	01/01/2009 a 31/12/2009
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28	-	-	6.508.584	6.206.897
CUSTO DA OPERAÇÃO		-	-	(4.633.841)	(4.419.050)
Energia comprada para revenda	30/31			(3.392.464)	(3.322.637)
Pessoal	30	-	-	(168.302)	(132.711)
Materiais	30	-	-	(27.452)	(21.239)
Serviços de terceiros	30	-	-	(156.965)	(119.373)
Depreciações e amortizações	30	-	-	(311.224)	(285.980)
Custo de construção	30			(552.831)	(526.986)
Outras	30	-	-	(24.603)	(10.124)
LUCRO BRUTO	-	-	-	1.874.743	1.787.847
DESPESAS OPERACIONAIS		(6.772)	(56.701)	(632.730)	(742.006)
Despesas com vendas	30	-	-	(357.492)	(427.904)
Despesas gerais e administrativas	30	(6.772)	(56.701)	(285.066)	(322.389)
Outras Receitas/ Despesas		-	-	9.828	8.287
LUCRO OPERACIONAL	-	(6.772)	(56.701)	1.242.013	1.045.841
RESULTADO FINANCEIRO	-	2.528	1.282	(319.394)	(84.929)
Receita	32	2.593	1.598	173.223	186.745
Despesa	32	(65)	(316)	(492.617)	(271.674)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		579.394	644.223	-	-
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		575.150	588.804	922.619	960.912
Imposto de renda e contribuição social Correntes	10	-	-	(103.482)	(168.994)
Imposto de renda e contribuição social Diferidos	10	-	-	(243.987)	(203.114)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		575.150	588.804	575.150	588.804
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO	27	2,82000	2,88700		
Nº AÇÕES, EX-TESOURARIA		203.934.060	203.934.060		

Demonstrações dos valores adicionados exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2010 a 31/12/2010	01/01/2009 a 31/12/2009	01/01/2010 a 31/12/2010	01/01/2009 a 31/12/2009
Receitas	-	-	9.582.206	9.008.554
Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	-	-	9.836.991	9.254.630
Outras Receitas	-	-	-	-
Provisão/Rev. Crédts. Liquidação Duvidosa	-	-	(254.785)	(246.076)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(3.060)	(2.010)	(4.318.036)	(4.277.406)
Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-	-	(3.392.464)	(3.322.637)
Materiais-Energia-Servs Terceiros-Outros	(3.060)	(2.010)	(925.572)	(954.769)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(3.060)	(2.010)	5.264.170	4.731.148
Retenções	-	-	(352.462)	(307.957)
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-	(352.462)	(307.957)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	(3.060)	(2.010)	4.911.708	4.423.191
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	581.987	645.821	173.223	186.745
Resultado de Equivalência Patrimonial	579.394	644.223	-	-
Receitas Financeiras	2.593	1.598	173.223	186.745
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	578.927	643.811	5.084.931	4.609.936
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	578.927	643.811	5.084.931	4.609.936
Pessoal	3.492	54.511	231.752	236.764
Remuneração Direta	3.182	54.293	156.253	175.273
Benefícios	179	166	31.257	35.364
F.G.T.S.	131	49	15.393	20.588
Outros	-	3	28.849	5.539
Impostos, Taxas e Contribuições	233	451	3.746.405	3.480.428
Federais	233	451	1.517.026	1.392.026
Estaduais	-	-	2.220.013	2.081.205
Municipais	-	-	9.366	7.197
Remuneração de Capitais de Terceiros	52	45	531.624	303.940
Juros	50	30	475.835	265.265
Aluguéis	2	15	34.630	22.960
Outras	-	-	21.159	15.715
Remuneração de Capitais Próprios	575.150	588.804	575.150	588.804
Dividendos	350.979	432.340	350.979	432.340
Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	224.171	156.464	224.171	156.464

Demonstrações dos fluxos de caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2010 a 31/12/2010	01/01/2009 a 31/12/2009	01/01/2010 a 31/12/2010	01/01/2009 a 31/12/2009
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	575.150	588.804	922.619	960.912
Ajustes de Despesas / (receitas) que não afetam o caixa				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	254.785	246.311
Depreciação e amortização	-	-	80.714	83.912
Amortização de intangível	-	-	272.157	258.700
Pagamentos com Base em ações	-	51.673	-	51.673
Perda (ganho) na venda de intangível / Valor residual do ativo imobilizado baixado	-	-	(3.983)	(11.807)
Perdas (ganhos) cambiais de atividades financeiras	-	-	(8.024)	(55.551)
Atualização de contingências	-	-	44.498	45.035
Ajuste a valor presente de recebíveis	-	-	-	(11.831)
Despesa de juros sobre empréstimos	-	-	259.764	260.666
Encargos e variação monetária de obrigações pós-emprego	-	-	158.886	18.188
Provisões/(Reversões) no exigível - contingências	-	-	(42.039)	109.142
Resultado de equivalência patrimonial	(579.394)	(644.223)	-	-
Outras	-	-	10.654	13.351
(Aumento)/Redução dos Ativos				
Títulos e valores mobiliários	-	-	56.937	(26.916)
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	-	(236.098)	(312.683)
Tributos e contribuições	(306)	(490)	(37.865)	31.971
Estoques	-	-	(6.168)	4.234
Serviços prestados a receber	(146)	-	(13.709)	(28.393)
Despesas pagas antecipadamente	16	(40)	1.211	1.992
Depósitos vinculados a litígios	(42)	-	(24.731)	(6.320)
Dividendos recebidos	864.490	669.368	-	-
Outros	(3.648)	(20.045)	(55.070)	38.194
Aumento/(Redução) dos Passivos				
Fornecedores	(6.068)	6.065	94.240	30.402
Obrigações estimadas	(4)	184	(7.108)	(5.469)
Tributos e Contribuições	(22)	43	64.989	54.719
Encargos regulatórios-Contribuições do Consumidor	-	-	(4.227)	(29.293)
Contingências	-	-	(119.915)	(76.320)
Benefícios pós-emprego	-	-	(99.131)	(93.919)
Outros passivos	320	(168)	20.156	(73.609)
Juros pagos	-	-	(252.980)	(261.514)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(98.042)	(161.228)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	850.346	651.171	1.232.520	1.054.549
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ações	(45.352)	(117.201)	(45.352)	(117.201)
Recebimento referente a ações	61.625	71.114	61.625	71.114
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-	15.595	32.408
Recebimento pela venda de ativo Financeiro / Investimento	-	-	2.802	-
Aumento de capital-Incorporações	-	-	-	3
Aquisições de bens do ativo imobilizado	-	-	(141.317)	(100.790)
Aquisições de bens do ativo intangível	-	-	(491.021)	(456.057)
Contribuições do consumidor	-	-	24.604	31.649
Aquisições de ativo financeiro (concessão)	-	-	(114.646)	(54.707)
Aplicações/Aquisições no Investimento	(47.564)	(36.388)	(3.976)	(6.773)
Participações societárias	-	-	-	-

Continuação da tabela da página anterior

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(31.291)	(82.475)	(691.686)	(600.354)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(795.344)	(594.368)	(795.344)	(594.368)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	1.094.845	579.440
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(1.086.539)	(227.937)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(795.344)	(594.368)	(787.038)	(242.865)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	23.711	(25.672)	(246.204)	211.330
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.584	40.256	760.313	548.983
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	38.295	14.584	514.109	760.313
Varição no caixa e equivalentes de caixa	23.711	(25.672)	(246.204)	211.330

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidado exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucro								Total
	Capital Social	Reservas de Capital	Ações em Tesouraria	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Dividendos Adicionais Propostos	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	
SALDOS EM 01/01/09	2.225.819	22.459	-	103.757	451.669	268.205	546.978	(153.070)	3.465.817
Realização ajuste avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(28.217)	28.217	-
Aumento do Capital Social	3	-	-	-	-	-	-	-	3
Opções Outorgadas reconhecidas	-	51.673	-	-	-	-	-	-	51.673
Opções outorgadas exercidas	-	(39.726)	-	-	-	-	-	-	(39.726)
Ações em Tesouraria	-	-	(6.361)	-	-	-	-	-	(6.361)
Dividendos pagos-reserva de lucros	-	-	-	-	(94.730)	-	-	-	(94.730)
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(268.205)	-	-	(268.205)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	588.804	588.804
Destinação do resultado do exercício:									
Constituição da reserva legal	-	-	-	30.242	-	-	-	(30.242)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(143.647)	(143.647)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	288.693	-	(288.693)	-
Constituição de Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	-	142.249	-	-	(142.249)	-
SALDOS EM 31/12/09	2.225.822	34.406	(6.361)	133.999	499.188	288.693	518.761	(140.880)	3.553.628
Realização ajuste avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(24.659)	24.659	-
Absorção de prejuízos - ajustes de 1ª Adoção IFRS	-	-	-	-	(114.319)	-	-	114.319	-
Opções outorgadas exercidas	-	(12.243)	-	-	-	-	-	-	(12.243)
Baixas de ações em tesouraria	-	(6.361)	6.361	-	-	-	-	-	-
Transferência de Opções não exercidas	-	(15.802)	-	-	15.802	-	-	-	-
Ajuste reflexos de participação societária	-	-	-	-	-	-	-	1.902	1.902
Dividendos pagos-reserva de lucros	-	-	-	-	(363.002)	-	-	-	(363.002)
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(288.693)	-	-	(288.693)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	575.150	575.150
Destinação do resultado do exercício:									
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	28.757	-	-	-	(28.757)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(136.598)	(136.598)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	214.381	-	(214.381)	-
Constituição de Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	-	195.414	-	-	(195.414)	-
SALDO EM 31/12/10	2.225.822	-	-	162.756	233.083	214.381	494.102	-	3.330.144

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Light S.A. (Companhia) e suas controladas, com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ, tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

A Companhia é listada no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa – sob a sigla LIGT3).

A Light S.A. é a controladora direta das seguintes empresas:

Light Serviços de Eletricidade S.A. (Light SESA) - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com área de concessão abrangendo 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital;

Light Energia S.A. (Light Energia) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro-RJ, que tem como atividade principal estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração e transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos. Compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Novas, com potência instalada total de 855 MW. A Light Energia possui participação societária nas seguintes controladas:

■ Central Eólica São Judas Tadeu Ltda. - Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará e com potência nominal de 18 MW.

■ Central Eólica Fontainha Ltda. - Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 16 MW

Light Esco Prestação de Serviços S.A. (Light Esco) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, que tem como atividade principal a compra, venda, importação, exportação e prestação de serviços de consultoria no setor de energia.

Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (Lightcom) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, que tem como objetivo a compra, venda, importação, exportação e prestação de serviços de consultoria no setor de energia.

Itaocara Energia Ltda. (Itaocara Energia) - Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica.

Lighthidro Ltda. (Light Hidro) - Empresa em fase pré-operacional, para participação

em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas.

Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (Instituto Light) – Pessoa Jurídica com direito privado, sem finalidade lucrativa, que tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais, com interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades, reafirmando a vocação da Companhia como empresa cidadã.

A Light S.A. é controladora em conjunto das seguintes empresas:

Lightger S.A. (Lightger) - Empresa em fase pré-operacional, para participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. Em 24 de dezembro de 2008, a Lightger obteve a licença de instalação que autoriza o início das obras de implantação da PCH Paracambi. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (49%).

Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (Axxiom) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte-BH, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (49%).

Concessões e autorizações do Grupo Light:

Concessões / autorizações	Data do ato	Data de Vencimento
Geração, Transmissão e Distribuição	jul/1996	jun/2026
PCH Paracambi	fev/2001	fev/2031
Hidroelétrica de Itaocara	mar/2001	mar/2036

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, denominadas CPC)
As presentes demonstrações financeiras incluem:

Demonstrações Financeiras Consolidadas
As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

No balanço de adoção ao IFRS, em 1º de janeiro de 2009, a Companhia avaliou as exceções obrigatórias e isenções opcionais apresentadas no IFRS 1 e CPC 37, e apresentou tais efeitos na Nota Explicativa nº 3.

Demonstrações Financeiras Individuais
As demonstrações financeiras

individuais estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, emitidos em 2009 e 2010, aprovados por resoluções do CFC, e de acordo com normas da CVM.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados por resoluções do CFC e de normas da CVM estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado atribuível aos controladores, apresentados pela Companhia e o patrimônio líquido e o resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A Companhia não apurou resultado abrangente, motivo pelo qual não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente.

Essas são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as IFRS nas quais o CPC 37 foi aplicado.

Demonstrações financeiras de 2009

Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº449/2008 – MP nº449/2008), complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM até 31 de dezembro de 2008.

Conforme estabelecido na Deliberação CVM nº 609/2009 (CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), os padrões internacionais foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009. Dessa forma, as demonstrações financeiras, originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2011.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ativo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido

e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido; e

- Ativo imobilizado das usinas de geração mensurado pelo valor justo como custo atribuído.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto se indicado de outra forma, inclusive as notas explicativas.

d) Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPCs exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas:

- Nota nº 10 – Imposto de renda e contribuição social diferidos
- Nota nº 20 – Contingências
- Nota nº 21 – Benefícios Pós-Emprego
- Nota nº 28 – Composição da receita operacional líquida (receita não faturada)

3. Adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis

A promulgação das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 instaurou para as companhias abertas, o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade com a emissão pelo CPC e aprovação dos órgãos reguladores contábeis brasileiros, de diversos pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis em duas etapas: a primeira etapa, desenvolvida e aplicada em 2008 com a adoção dos pronunciamentos técnicos CPC 00 a 14 (este último revogado a partir de 2010) e a segunda etapa, com a emissão em 2009 dos pronunciamentos técnicos CPC15 a 43 (à exceção do CPC 34), com adoção obrigatória para 2010, com efeito retroativo para 2009 para fins comparativos.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

serão as primeiras apresentadas de acordo com esses pronunciamentos contábeis e de acordo com IFRS. A Companhia preparou o seu balanço de abertura de transição em 1º de janeiro de 2009.

a) Isenções adotadas

A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

- Isenção do valor justo como custo atribuído: a Light Energia optou por mensurar os itens do ativo imobilizado pelo valor justo em 1º de janeiro de 2009.
- Isenção de combinação de negócios: a Companhia não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição.
- Isenção relativa à aplicação retroativa

do ICPC 01: a Companhia considerou impraticável remensurar, individualmente, os ativos que compõem a infraestrutura utilizada na concessão do serviço público nas suas datas de aquisição, optando pelo método do valor residual para mensurar: (i) o ativo intangível, correspondente a parcela estimada dos investimentos realizados que serão amortizados até o final da concessão e (ii) o ativo financeiro, correspondente ao direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção efetuados e não amortizados até o final da concessão.

- b) Conciliação da adoção dos CPCs emitidos em 2009 e 2010 na data de transição e reclassificações efetuadas:**

Balço patrimonial de abertura em 01 de janeiro de 2009:

	Publicado em 31/12/2008	Consolidado ADOÇÃO INICIAL IFRS Reclassificações	Ajustes	Reapresentado 01/01/2009
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e Equivalente de caixa	-	548.983	-	548.983
Títulos e valores mobiliários	-	41.143	-	41.143
Disponibilidades	590.126	(590.126)	-	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.350.832	-	(67.977)	1.282.855
Tributos a compensar	836.504	(836.504)	-	-
Tributos e contribuições	-	566.011	-	566.011
Estoques	18.603	-	-	18.603
Rendas a receber swap	6.671	-	-	6.671
Dividendos a receber	-	-	-	-
Serviços prestados	57.500	(52.888)	13.010	17.622
Despesas pagas antecipadamente	383.291	-	(381.624)	1.667
Outros créditos	107.879	(1.210)	-	106.669
TOTAL DO CIRCULANTE	3.351.406	(324.591)	(436.591)	2.590.224
NÃO CIRCULANTE				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	292.594	-	-	292.594
Tributos a compensar	1.109.566	(1.109.566)	-	-
Tributos e contribuições	-	72.807	-	72.807
Tributos diferidos	-	1.307.252	313.852	1.621.104
Ativo Financeiro de Concessões	-	304.229	-	304.229
Rendas a receber	4.413	-	-	4.413
Depósitos vinculados a litígios	194.200	-	-	194.200
Despesas pagas antecipadamente	129.435	-	(125.071)	4.364
Outros créditos	26.420	-	-	26.420
Investimentos	13.615	-	-	13.615
Imobilizado	4.059.358	(3.290.903)	821.324	1.589.779
Intangível	280.958	2.986.674	-	3.267.632
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	6.110.559	270.493	1.010.105	7.391.157
TOTAL DO ATIVO	9.461.965	(54.098)	573.514	9.981.381

	Publicado em 31/12/2008	Consolidado ADOÇÃO INICIAL IFRS Reclassificações	Ajustes	Reapresentado 01/01/2009
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	486.204	-	-	486.204
Folha de pagamento	2.791	-	-	2.791
Tributos	230.461	(230.461)	-	-
Tributos e contribuições	-	230.461	-	230.461
Empréstimos, financiamentos e encargos	116.799	-	-	116.799
Debêntures e encargos	61.523	-	-	61.523
Dividendos a pagar	499.638	-	(268.205)	231.433
Obrigações estimadas	55.052	-	-	55.052
Encargos regulatórios	126.733	-	-	126.733
Contingências	2.237	-	-	2.237
Benefícios pós-emprego	87.744	-	-	87.744
Outros débitos	519.757	(54.098)	(160.661)	304.998

Demonstrações Financeiras

Continuação da tabela da página anterior

TOTAL DO CIRCULANTE	2.188.939	(54.098)	(428.866)	1.705.975
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos, financiamentos e encargos	1.046.550	-	-	1.046.550
Debêntures e encargos	945.549	-	-	945.549
Tributos	324.743	(324.743)	-	-
Tributos e contribuições	-	324.743	-	324.743
Tributos diferidos	-	-	341.113	341.113
Contingências	998.460	-	(4.577)	993.883
Benefícios pós-emprego	944.417	-	-	944.417
Outros débitos	209.603	-	3.731	213.334
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	4.469.322	-	340.267	4.809.589
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	2.225.819	-	-	2.225.819
Reservas de Capital				
Opções Outorgadas Reconhecidas	22.459	-	-	22.459
Reserva de Lucro				
Reserva Legal	103.757	-	-	103.757
Retenção de Lucros	451.669	-	-	451.669
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	546.978	546.978
Lucros/Prejuízos acumulados	-	-	115.135	115.135
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.803.704	-	662.113	3.465.817
TOTAL DO PASSIVO	9.461.965	(54.098)	573.514	9.981.381

Balço patrimonial findo em 31 de dezembro de 2009:

	Publicado em 2009	Consolidado		Reapresentado 2009
		ADOÇÃO INICIAL IFRS		
		Reclassificações	Ajustes	
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e Equivalente de caixa	-	760.313	-	760.313
Títulos e valores mobiliários	-	68.059	-	68.059
Disponibilidades	828.372	(828.372)	-	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.362.365	-	(6.511)	1.355.854
Tributos a compensar	675.881	(675.881)	-	-
Tributos e contribuições	-	442.668	-	442.668
Estoques	14.369	-	-	14.369
Rendas a Receber Swap	4	-	-	4
Dividendos a receber	-	-	-	-
Serviços Prestados	131.902	(98.897)	13.010	46.015
Despesas pagas antecipadamente	260.502	-	(258.121)	2.381
Outros créditos	100.016	(2.766)	-	97.250
TOTAL DO CIRCULANTE	3.373.411	(334.876)	(251.622)	2.786.913
NÃO CIRCULANTE				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	297.798	-	-	297.798
Tributos a compensar	820.843	(820.843)	-	-
Tributos e contribuições	-	40.767	-	40.767
Tributos diferidos	-	1.013.289	102.257	1.115.546
Ativo Financeiro de Concessões	-	354.784	-	354.784
Depósitos vinculados a litígios	200.520	-	-	200.520
Despesas pagas antecipadamente	37.779	-	(36.121)	1.658
Outros créditos	8.725	-	-	8.725
Investimentos	20.388	-	-	20.388
Imobilizado	4.319.087	(3.496.156)	777.637	1.600.568
Intangível	281.608	3.141.372	-	3.422.980
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	5.986.748	233.213	843.773	7.063.734
TOTAL DO ATIVO	9.360.159	(101.663)	592.151	9.850.647

	Publicado em 2009	Consolidado		Reapresentado 2009
		ADOÇÃO INICIAL IFRS		
		Reclassificações	Ajustes	
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	564.181	-	-	564.181
Folha de pagamento	3.338	-	-	3.338
Tributos	285.180	(285.180)	-	-
Tributos e contribuições	-	285.180	-	285.180
Empréstimos, financiamentos e encargos	197.150	-	-	197.150
Debêntures e encargos	96.412	-	-	96.412
Dividendos a pagar	432.340	-	(288.693)	143.647
Obrigações Estimadas	49.036	-	-	49.036
Encargos regulatórios	110.791	-	-	110.791
Contingências	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	95.044	-	-	95.044
Outros débitos	377.471	(101.663)	(39.780)	236.028

Demonstrações Financeiras

Continuação da tabela da página anterior

TOTAL DO CIRCULANTE	2.210.943	(101.663)	(328.473)	1.780.807
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos, financiamentos e encargos	1.006.204	-	-	1.006.204
Debêntures e encargos	1.165.759	-	-	1.165.759
Tributos	303.585	(303.585)	-	-
Tributos e contribuições	-	303.585	-	303.585
Tributos diferidos	-	-	301.230	301.230
Dividendos a pagar	-	-	-	-
Contingências	673.930	-	(4.577)	669.353
Benefícios pós-emprego	861.386	-	-	861.386
Outros débitos	251.298	-	(42.603)	208.695
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	4.262.162	-	254.050	4.516.212
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	2.225.822	-	-	2.225.822
Reservas de Capital				
Opções outorgadas reconhecidas	34.406	-	-	34.406
Ações em Tesouraria	(6.361)	-	-	(6.361)
Reservas de Lucro				
Reserva Legal	133.999	-	-	133.999
Retenção de Lucros	499.188	-	-	499.188
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	518.761	518.761
Lucros/Prejuízos acumulados	-	-	147.813	147.813
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.887.054	-	666.574	3.553.628
TOTAL DO PASSIVO	9.360.159	(101.663)	592.151	9.850.647

Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009:

	Publicado 2009	Consolidado ADOÇÃO INICIAL IFRS		Reapresentado 2009
		Reclassificação	Ajustes	
RECEITA	8.641.045	-	613.585	9.254.630
DEDUÇÕES DA RECEITA	(3.208.739)	-	161.006	(3.047.733)
RECEITA LÍQUIDA	5.432.306	-	774.591	6.206.897
CUSTO DA OPERAÇÃO	(3.819.422)	-	(599.628)	(4.419.050)
LUCRO BRUTO	1.612.884	-	174.963	1.787.847
DESPESAS OPERACIONAIS	(736.994)	-	(5.012)	(742.006)
Despesas gerais e administrativas	(427.904)	-	-	(427.904)
Despesas com venda	(322.389)	-	-	(322.389)
Outras receitas operacionais	38.144	-	-	38.144
Outras despesas operacionais	(24.845)	-	(5.012)	(29.857)
LUCRO OPERACIONAL	875.890	-	169.951	1.045.841
RESULTADO FINANCEIRO	(70.663)	-	(14.266)	(84.929)
Receita	201.864	-	(15.119)	186.745
Despesa	(272.527)	-	853	(271.674)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	-	-	-
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	805.227	-	155.685	960.912
Imposto de renda e contribuição social corrente	(168.994)	-	-	(168.994)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(31.402)	-	(171.712)	(203.114)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	604.831	-	(16.027)	588.804

Quadro com efeito dos ajustes decorrentes da adoção dos CPCs emitidos, no Patrimônio Líquido de 01 de janeiro de 2009 e 31 de dezembro

de 2009 e no Lucro Líquido de 2009, com notas explicativas dos mesmos:

	Controladora		01/01/2009 Patrimônio Líquido	Consolidado		01/01/2009 Patrimônio Líquido
	31/12/2009 Patrimônio Líquido	Lucro Líquido		31/12/2009 Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	
Saldo anterior à adoção das novas práticas	2.887.054	604.831	2.803.704	2.887.054	604.831	2.803.704
Investimento (*)	666.574	-	662.113	-	-	-
Equivalência patrimonial (*)	-	(16.027)	-	-	-	-
Dividendos acima do mínimo obrigatório (6)	-	-	-	288.693	-	268.205
Ativos e passivos regulatórios (1)	-	-	-	(205.095)	199.512	(404.607)
Valor justo como custo atribuído (4)	-	-	-	786.000	(42.754)	828.754
Gastos pré operacionais (9)	-	-	-	(8.364)	(934)	(7.430)
Outros (9)	-	-	-	4.312	(140)	4.452
IR e CS diferidos (5)	-	-	-	(198.972)	(171.711)	(27.261)
TOTAL DOS AJUSTES	666.574	(16.027)	662.113	666.574	(16.027)	662.113
SALDO APÓS À ADOÇÃO DAS NOVAS PRÁTICAS	3.553.628	588.804	3.465.817	3.553.628	588.804	3.465.817

(*) Efeito reflexo das controladas na controladora

Descrição dos principais ajustes decorrentes dos novos pronunciamentos contábeis que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia:

(1) Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis (CPC Estrutura Conceitual):

Este pronunciamento estabelece, dentre outros conceitos, as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas.

As diferenças entre os valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela Companhia, reconhecidos antes da aplicação dos novos CPCs como ativos e passivos regulatórios não são, de acordo com esse pronunciamento, reconhecidos no balanço patrimonial por não atenderem à definição de ativos e/ou passivos. Como consequência, os saldos de ativos e passivos regulatórios contabilizados antes da data de adoção inicial dos novos CPC's foram reconhecidos contra lucros acumulados e no resultado dos exercícios de 2009 e 2010, de acordo com o período de competência.

(2) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

O objetivo deste pronunciamento é estabelecer a aplicação de critérios de reconhecimento e base de mensuração apropriadas às provisões, aos passivos, ativos contingentes, bem como a divulgação de informações suficientes nas notas explicativas. De acordo com o pronunciamento, o valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente é o valor que a Companhia racionalmente pagaria para liquidar a obrigação na data do balanço ou para transferi-la para terceiros nesse momento.

Tendo em vista que os montantes reconhecidos na conta "Serviços Prestados" relativos aos gastos incorridos nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de Eficiência Energética (PEE) representam valores efetivamente desembolsados pela Companhia, reduzindo, portanto, o montante total restante que a Companhia deve despendido em gastos dessa natureza, tais montantes foram baixados contra a conta de provisão do passivo, de modo que os mesmos passem a representar apenas o montante total restante a ser despendido em PEE e em P&D.

(3) CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Este Pronunciamento tem como objetivo a definição da base para a apresentação das demonstrações contábeis e para assegurar a sua comparabilidade, tanto

com as de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Nesse cenário, este Pronunciamento estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos cujas expectativas de realização ocorrem nos doze meses seguintes à apresentação das demonstrações contábeis eram registrados no ativo circulante, conforme previsto na Instrução CVM 371/2002. Em observância ao CPC 26 estes impostos diferidos passaram a ser reconhecidos integralmente no ativo/passivo não circulante.

(4) CPC 27 - Ativo Imobilizado: O objetivo do Pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações. Os principais pontos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos.

Em atendimento à orientação prevista nos pronunciamentos relativos ao assunto, a controlada Light Energia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado das usinas que apresentavam valor contábil substancialmente inferior ao seu valor justo. Este procedimento foi incentivado pelo CPC, através do ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28) e pela CVM e a Companhia entende que representa a adoção das melhores práticas de governança corporativa na elaboração de demonstrações financeiras. O ajuste a valor justo do ativo, no montante de R\$828.754 teve como contrapartida a conta do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de avaliação patrimonial", líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$281.776. A depreciação sobre o referido ajuste não resultará em efeitos na base de apuração do imposto de renda e da contribuição social nem na base de distribuição de dividendos. A Companhia manteve as vidas úteis de seus ativos até então adotadas, uma vez que as mesmas são estimadas e definidas pela ANEEL e são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, procedimento este suportado pela OCPC 05 (Orientação sobre Contratos de Concessão).

(5) CPC 32 - Tributos sobre o

lucro: O objetivo do pronunciamento é prescrever o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro. Trata dos

ativos e passivos correntes e diferidos, relacionados à incidência de tributos sobre o lucro. Exige o reconhecimento de passivos fiscais diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis entre a base fiscal e a base contábil no balanço, exceto em alguns casos específicos. Para reconhecimento de diferenças temporárias dedutíveis entre a base fiscal e a base contábil no balanço, ou para o reconhecimento de prejuízos fiscais e créditos de tributos a compensar, o pronunciamento condiciona o reconhecimento à provável existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível e/ou o prejuízo a compensar possam ser realizados.

Em decorrência dos ajustes de adoção das normas internacionais gerarem impactos sobre o Patrimônio Líquido e Resultado anteriormente utilizados como base de cálculo dos tributos sobre o lucro, torna-se necessário o reconhecimento de Imposto de Renda Diferido (ativo ou passivo) na alíquota de 34% sobre os ajustes de IFRS/CPCs. Para fins das práticas contábeis adotadas pela Companhia (BR GAAP), estava reconhecida uma provisão para não recuperação de imposto de renda diferido ativo, cuja reversão ocorreu ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2009. No entanto, o mencionado ajuste deveria ter sido reconhecido em exercícios anteriores, motivo pelo qual houve reversão da receita contra lucros acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

(6) ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos:

O Pronunciamento prevê que o valor dos dividendos em montante acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei, ainda não aprovado em assembleia geral, deve ser apresentado e destacado no patrimônio líquido. Pela prática contábil anterior estes dividendos adicionais ao mínimo estatutário eram deduzidos do patrimônio líquido e reconhecidos no passivo.

(7) ICPC 01 - Contratos de Concessão:

Essa Interpretação prevê que, uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, a infraestrutura de concessões (incluindo energia elétrica) não pode ser reconhecida como ativo imobilizado, passando a ser reconhecida de acordo com um dos modelos contábeis previstos na Interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, conforme contrato estabelecido entre as partes, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o modelo bifurcado.

Na distribuição de energia elétrica aplica-se o modelo bifurcado em virtude das empresas do segmento serem

remuneradas (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão (ativo financeiro da concessão) e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica (ativo intangível).

(8) CPCs 38, 39 e 40 - Instrumentos Financeiros:

Todas as normas e interpretações que estão em vigor e são aplicáveis para a Companhia foram adotadas em 2010, conforme abaixo:

- Alteração ao IFRS 7 Instrumentos Financeiros: O objetivo desta alteração é basicamente melhorar os requerimentos de divulgação. Isto aumenta os requerimentos para a divulgação de mensuração de valor justo, risco de liquidez, risco de mercado, risco de crédito e qualquer outro risco significativo.
- Alteração ao IFRS 7 referente a hierarquia de valor justo: A alteração estabelece a divisão de hierarquia para valor justo referente a instrumentos financeiros. A

hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro classificando como Nível 1. Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Além dos pontos acima descritos, a Companhia adequou suas Demonstrações Financeiras, para fins de divulgação, e passou a apresentar as seguintes informações:

- Lucro por ação, conforme requerido pelo

CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per share*), apresentado na Nota Explicativa nº 28;

■ Informações por segmento, conforme requerido pelo CPC 22 e IFRS 8 (*Operating Segments*), apresentadas na Nota Explicativa nº 39.

(9) Adicionalmente, ajustando a demonstração financeira na data de transição e em 31 de dezembro de 2009, a Companhia reclassificou, para melhor apresentação, os saldos de disponibilidade para apresentação como caixa e equivalente de caixa e valores mobiliários e reconheceu ajuste de efeito de reversão de provisão sobre impostos diferidos no saldo de abertura.

c) Reapresentação das ITRs de 2010, comparativamente com as de 2009 também ajustadas às normas de 2010.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011 a Companhia apresenta abaixo os efeitos no resultado e no patrimônio líquido dos trimestres findos em 31/03/2009, 30/06/2009, 30/09/2009, 31/03/2010, 30/06/2010 e 30/09/2010, decorrentes da plena adoção das normas de 2010.

	Controladora				Consolidado			
	31/03/2010		31/03/2009		31/03/2010		31/03/2009	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
SALDO ANTERIOR À ADOÇÃO DAS NOVAS PRÁTICAS	2.995.361	120.550	2.981.969	168.288	2.995.361	120.550	2.981.969	168.288
Gastos pré operacionais	-	-	-	-	(8.519)	(153)	(7.734)	(304)
Investimento	479.260	-	298.907	-	-	-	-	-
Ativos e passivos regulatórios	-	-	-	-	(37.660)	167.435	(354.477)	50.130
Valor justo como custo atribuído	-	-	-	-	776.720	(9.280)	819.085	(9.669)
Equivalência patrimonial	-	104.229	-	26.400	-	-	-	-
IR e CS diferidos	-	-	-	-	(251.280)	(53.773)	(157.967)	(13.757)
	479.260	104.229	298.907	26.400	479.260	104.229	298.907	26.400
SALDO APÓS À ADOÇÃO DAS NOVAS PRÁTICAS	3.474.621	224.779	3.280.876	194.688	3.474.621	224.779	3.280.876	194.688

	Controladora				Consolidado			
	30/06/2010		30/06/2009		30/06/2010		30/06/2009	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
SALDO ANTERIOR À ADOÇÃO DAS NOVAS PRÁTICAS	3.093.636	218.825	3.113.477	289.725	3.093.636	218.825	3.113.477	289.725
Gastos pré operacionais	-	-	-	-	(8.696)	(330)	(7.924)	(494)
Investimento	518.638	-	347.663	-	-	-	-	-
Ativos e passivos regulatórios	-	-	-	-	31.792	236.887	(270.648)	133.959
Valor justo como custo atribuído	-	-	-	-	767.199	(18.801)	809.416	(19.338)
Equivalência patrimonial	-	143.607	-	75.156	-	-	-	-
IR e CS diferidos	-	-	-	-	(271.657)	(74.149)	(183.181)	(38.971)
	518.638	143.607	347.663	75.156	518.638	143.607	347.663	75.156
SALDO APÓS À ADOÇÃO DAS NOVAS PRÁTICAS	3.612.274	362.432	3.461.140	364.881	3.612.274	362.432	3.461.140	364.881

Demonstrações Financeiras

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2010		30/09/2009		30/09/2010		30/09/2009	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
SALDO ANTERIOR À ADOÇÃO DAS NOVAS PRÁTICAS	2.861.911	350.102	3.191.030	357.115	2.861.911	350.102	3.191.030	357.115
Gastos pré operacionais	-	-	-	-	(8.839)	(472)	(8.006)	(575)
Investimento	548.323	-	352.897	-	-	-	-	-
Ativos e passivos regulatórios	-	-	-	-	86.267	291.362	(252.925)	151.682
Valor justo como custo atribuído	-	-	-	-	757.918	(28.082)	799.747	(29.007)
Equivalência patrimonial	-	173.292	-	80.390	-	-	-	-
IR e CS diferidos	-	-	-	-	(287.023)	(89.515)	(185.919)	(41.710)
	548.323	173.292	352.897	80.390	548.323	173.292	352.897	80.390
SALDO APÓS À ADOÇÃO DAS NOVAS PRÁTICAS	3.410.234	523.394	3.543.927	437.505	3.410.234	523.394	3.543.927	437.505

Sobre essas informações foram aplicados, pelos auditores independentes, os procedimentos de revisão especial de acordo com

os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), não tendo sido, portanto, auditadas.

4. Resumo das Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas IFRS e normas CPC.

a) Instrumentos financeiros:

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, e são mensurados inicialmente pelo valor justo quando aplicável e após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação.

Ativos financeiros não derivativos

- Incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, concessionárias e permissionárias, ativo financeiro da concessão e outros créditos. Os recebíveis e o ativo financeiro de concessões são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais perdas no valor recuperável, quando aplicável, e acrescidos pelos custos de transação diretamente atribuíveis. As aplicações financeiras são mensuradas ao valor justo por meio de resultado.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade

do ativo financeiro são transferidos.

Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Ativos financeiros registrados pelo

valor justo por meio do resultado - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a sua gestão de riscos e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez

imediate, vencíveis até 3 meses da data da aplicação e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Passivos financeiros não derivativos

- A Companhia reconhece passivos inicialmente na data em que são originados. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

- A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

b) Concessionárias e permissionárias (Clientes) - Incluem o suprimento da energia elétrica, faturado e a faturar, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

c) Estoques (inclusive do ativo imobilizado) - Os materiais em estoques, classificados no Ativo Circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) e aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante - Imobilizado (depósito de obras), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

d) Ativo Financeiro de Concessões - A controlada Light SESA registrou um ativo financeiro a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviços pertencentes à concessão, mensurados ao custo histórico, e que serão reversíveis no final da concessão. Estes ativos são mantidos ao custo amortizado e são remunerados, via tarifa, pela taxa média de remuneração do investimento, representado pelo custo de capital (WACC regulatório), estipulado pela ANEEL, sendo o valor mensalmente reconhecido como receita financeira no grupo de receitas operacionais, em linha com o OCPC 05.

e) Investimentos - As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do

método de equivalência patrimonial.
Combinação de Negócios

Aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data

Para aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data, a Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados.

Para cada combinação de negócios a Companhia escolhe se irá mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional da participação não-controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2008

Como parte da transição para o IFRS e CPCs, a Companhia optou por não reapresentar as combinações de negócio anteriores a 1º de janeiro de 2008. Com relação a aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009 o ágio representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas.

f) Ativo imobilizado

São registrados nesta rubrica apenas os ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão.

■ **Reconhecimento e mensuração** - São mensurados ao custo de aquisição, formação ou construção, corrigido monetariamente até 1995, deduzido da depreciação acumulada. Juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado. As taxas médias anuais de depreciação estão demonstradas na Nota 14.

Conforme a orientação prevista no CPC 27, que trata de ativo imobilizado, e a interpretação ICPC10, a controlada Light Energia adotou o valor justo como

custo atribuído do ativo imobilizado das usinas que apresentavam valor contábil substancialmente inferior ao seu valor justo. Os demais bens do ativo imobilizado foram mantidos ao custo histórico, ou por estarem em construção ou por atenderem aos requisitos de imobilização previstos no CPC 27 e na opinião da Administração, estarem em linha com seus valores justos.

■ **Depreciação** - É calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas.

g) Ativo intangível

■ **Pesquisa e Desenvolvimento** - Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia e suas controladas tiverem a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo nos ativos qualificáveis para os quais a data de início da capitalização é 1º de janeiro de 2009 ou posterior. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

■ **Ativos de infraestrutura vinculados à concessão** - A controlada Light SESA reconhece um ativo intangível resultante do contrato de concessão de serviços quando tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo, na data de reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, sendo os custos deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

■ **Outros ativos intangíveis** - Outros ativos intangíveis que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido

da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

■ **Gastos subsequentes** - Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

n **Amortização** - É calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar aos consumidores públicos pelo uso da infra-estrutura até o final do período da concessão. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

h) Redução ao valor recuperável

(*Impairment*)

■ **Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

- Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas que não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, face as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução dos ativos financeiros ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2010 e 2009, exceto pela provisão para devedores duvidosos.

■ **Ativos não financeiros** - Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos

para os quais existam entradas de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

i) Benefícios a empregados

■ **Planos de contribuição definida** - Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

■ **Planos de benefício definido** - A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos

benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Os custos de patrocínio do plano de pensão e eventuais déficits do plano são reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade à Deliberação CVM nº 600/09, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos no resultado do exercício.

■ **Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados** - são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

■ **Benefícios de término de vínculo empregatício** - Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável.

■ **Participação nos Lucros e Resultados** - A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não constituída.

■ **Transações de pagamento baseado em ações** - O valor justo de benefícios

de pagamento baseado em ações é reconhecido na data de outorga, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

O valor justo do valor a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre valorização de ações, que são liquidáveis em caixa, é reconhecido como despesa com o correspondente aumento nos passivos, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é mensurado novamente a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e na data de liquidação. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas como despesas com pessoal no resultado.

j) Imposto de renda e contribuição social

- O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade

tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme previsto na Lei nº 11.941/09, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real, de modo que as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não têm efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

k) Fornecedores - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

Inicialmente são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

l) Empréstimos - Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

m) Provisões - Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Uma provisão para contingência é constituída mediante avaliação e quantificação das ações, cuja probabilidade de perda é considerada provável na opinião da Administração e de seus assessores legais.

n) Registro das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - O custo da energia comprada e as receitas de suprimento estão reconhecidos pelo regime de competência, com base em informações divulgadas pela CCEE, responsável pela apuração dos valores e quantidades de compras e vendas realizadas no âmbito desta, ou por estimativa da Administração, quando essas informações não estão disponíveis.

o) Capital Social - Ações ordinárias - São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

p) Reconhecimento de receitas - A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma.

■ Receita de venda de energia - é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade. O faturamento de energia comercializada é efetuado mensalmente pelo suprimento de energia elétrica, conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

■ Receita de serviços - A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

■ Receita de Construção - A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos

CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A controlada Light SESA contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da controlada é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a controlada terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é registrada no resultado, como custo de construção.

q) Receitas e despesas financeiras - Incluem juros, variações monetárias e cambiais incidentes sobre direitos e obrigações, sujeitos à atualização monetária até a data do balanço. Os ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para reais em função da taxa de câmbio reportada pelo Banco Central do Brasil, na data do balanço.

r) Resultado por ação - O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

s) Demonstração por valor adicionado - A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

t) Moeda estrangeira - Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados

em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

u) Informações por segmento - Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

v) Distribuição de dividendos - A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

w) Normas e interpretações ainda não adotadas - Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo essas:

- *Improvements to IFRS 2010.*
- *IFRS 9 Financial Instruments.*
- *Prepayment of a minimum fund requirement (Amendment to IFRIC 14).*
- *Amendments to IAS 32 Classification of rights issues.*

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos dos IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

Uma vez que não adotou essas normas de forma antecipada, a Companhia ainda não avaliou os possíveis efeitos das mesmas em suas demonstrações financeiras.

5. Procedimentos de Consolidação:

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Light S.A. e suas controladas diretas e em conjunto, a seguir relacionadas:

	Percentual de participação	
	2010 (%)	2009 (%)
Light Serviços de Eletricidade S.A.	100	100
Light Energia S.A.	100	100
Light Esco Prestação de Serviços S.A.	100	100
Lightcom Comercializadora de Energia S.A.	100	-
Light Hidro Ltda.	100	100
Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social	100	100
Itaocara Energia Ltda.	100	100
Lightger S.A.	51	100
Axxiom Soluções Tecnológicas S.A.	51	-

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por

equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da investidora na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Numerário disponível	386	2.557	50	36.028	27.139	41.029
Aplicações Financeiras de liquidez imediata						
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	37.909	12.027	40.206	478.081	733.174	507.954
TOTAL	38.295	14.584	40.256	514.109	760.313	548.983

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, garantia de recompra diária pela

instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. Títulos e Valores Mobiliários

Estes papéis, são representados por Certificado de Depósito Bancário (CDB), no montante de R\$11.122 (R\$ 68.059 em 2009 e R\$41.143 em 2008), estão vinculados como contraparte das garantias oferecidas para participação em leilões de energia e

valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para re-investimentos na rede elétrica ou tem seus vencimentos superiores a 3 meses.

8. Consumidores, Concessionárias, Permissionárias e Clientes

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE			
Fornecimento faturado	1.912.492	1.678.167	1.729.885
Fornecimento não faturado	277.339	286.170	260.361
Parcelamento de débitos (a)	154.896	153.421	140.874
Outras contas a receber	489	-	-
	2.345.216	2.117.758	2.131.120
Comercialização no âmbito da CCEE	5.546	1.001	613
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	46.444	54.946	52.412
	51.990	55.947	53.025
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	(1.058.502)	(817.851)	(901.290)
	1.338.704	1.355.854	1.282.855
NÃO CIRCULANTE			
Parcelamento de débitos (a)	276.092	297.798	292.594
Outras contas a receber	20.169	-	-
	296.261	297.798	292.594

a) Os saldos de parcelamentos de débitos encontram-se ajustados a valor presente, quando aplicável, conforme Lei nº 11.638/07. O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação relevante de renegociação de dívida dos consumidores (parcelamento de débitos), com base na taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação, sendo em média 1% a.m..

O saldo inclui o valor presente dos contratos de parcelamentos, com cláusulas de opções de antecipações de parcelas, as quais se exercidas, garantem ao cliente um desconto no pagamento. No exercício de 2011 estima-se que serão exercidas opções no montante aproximado de R\$21.007.

b) Provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e está em conformidade com as instruções da ANEEL a seguir resumidas:

Clientes com débitos relevantes (grandes clientes):

- Análise individual de saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - vencidos há mais de 90 dias;

- Consumidores comerciais - vencidos há mais de 180 dias;

■ Consumidores industriais, rurais, poder público, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais de 360 dias.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica e ao parcelamento de débitos estão distribuídos da seguinte forma:

Fornecimento Faturado e Parcelamento	Saldos a vencer	Saldos vencidos		31/12/2010	Total			PCLD		
		Até 90 dias	Mais de 90 dias		31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	
Residencial	240.927	160.278	807.486	1.208.691	1.053.757	1.081.768	(786.940)	(565.483)	(743.636)	
Industrial	26.905	11.516	163.843	202.264	216.120	241.717	(39.993)	(37.774)	(32.604)	
Comercial	144.495	40.629	300.284	485.408	377.087	347.212	(223.836)	(205.948)	(114.031)	
Rural	671	269	628	1.568	1.437	1.387	(499)	(431)	(286)	
Poder Público	42.579	17.174	112.970	172.723	160.921	141.857	(4.919)	(5.224)	(6.481)	
Iluminação Pública	4.651	2.844	32.171	39.666	41.045	51.028	(1.635)	(2.088)	(2.718)	
Serviço Público	220.761	1.263	11.136	233.160	279.019	298.384	(546)	(766)	(1.400)	
TOTAL - CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE	680.989	233.973	1.428.518	2.343.480	2.129.386	2.163.353	(1.058.368)	(817.715)	(901.156)	

No exercício de 2010 foram efetuadas baixas de clientes incobráveis no montante de R\$14.133 (R\$217.391 no exercício de 2009).

9. Tributos e Contribuições

	Controladora					
	Ativo			Passivo		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE						
Créditos fiscais - IRPJ e CSLL (a)	1.080	703	284	-	-	-
IRRF a pagar	-	-	-	1	-	-
ICMS a pagar	-	-	-	13	-	-
Antecipação de IRPJ / CSLL	-	71	-	-	-	-
Outros	-	-	-	17	53	10
TOTAL	1.080	774	284	31	53	10
	Consolidado					
	Ativo			Passivo		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE						
Créditos fiscais - IRPJ e CSLL (a)	6.838	102.073	107.818	-	-	-
IRRF a compensar	-	11.522	11.522	-	-	-
IRRF a pagar	-	-	-	523	2	2
ICMS a compensar	80.080	109.704	123.440	-	-	-
ICMS a pagar	-	-	-	23.833	5.561	15.166
Parcelamento - Lei 11.941/09 (b)	-	-	-	21.633	21.684	10.973
PIS/COFINS a compensar (c)	17.935	6.634	103.945	-	-	-
PIS/COFINS a pagar	-	-	-	61.234	57.420	51.112
Antecipação de IRPJ / CSLL	156.795	181.364	204.552	-	-	-
Provisão de IRPJ / CSLL	-	-	-	230.408	188.835	143.394
Outros	17.237	31.371	14.734	12.538	11.678	9.814
TOTAL	278.885	442.668	566.011	350.169	285.180	230.461
NÃO CIRCULANTE						
Parcelamento - PAES	-	-	-	-	-	38.406
Parcelamento - Lei 11.941/09 (b)	-	-	-	177.699	303.585	-
IRPJ e CSLL - Lucros no exterior não realizados	-	-	-	-	-	286.337
ICMS a compensar	57.908	40.767	72.807	-	-	-
TOTAL	57.908	40.767	72.807	177.699	303.585	324.743

- a)** O saldo refere-se a créditos fiscais originados de saldos negativos a compensar provenientes de retenções de aplicações financeiras e órgãos públicos, no montante de R\$5.743, bem como de créditos de antecipação de IR/CS do exercício de 2009, no montante de R\$1.095. A variação de valor, no exercício, decorre da atualização feita pela taxa SELIC no montante de R\$16.778, juntamente com a constituição de novos créditos no montante de R\$172.200, líquido de compensações no exercício, no montante de R\$284.213.
- b)** Novo REFIS (Lei nº 11.941/09) - A Light vêm procedendo aos pagamentos mínimos de cem reais mensais conforme disposição legal, acrescidos do pagamento das parcelas oriundas da migração

do PAES - Previdenciário (REFIS II), no valor consolidado anual de R\$7.010. O saldo do parcelamento está atualizado pela SELIC e o montante de atualização registrado no exercício é de R\$16.908.

Demonstrações Financeiras

PASSIVO	Dívida total incluída no REFIS	Compensação Multa e juros (prejuízo fiscais)	Montante Parcelado Lei nº 11.941/09	Atualizações e Pagamentos em 2009	Saldos em 31/12/2009	Desistência/ Reversão	Atualizações e Pagamentos em 2010	Saldos em 31/12/2010
PAES Previdenciário	(33.503)	16.706	(16.797)	1.005	(15.792)	-	5.865	(9.927)
COFINS 1%	(206.970)	106.853	(100.117)	(1.001)	(101.118)	-	(9.180)	(110.298)
IRPJ e CSLL LIR/LOI	(173.202)	47.542	(125.660)	(1.258)	(126.918)	126.918	-	-
IRPJ comp. não homologada (LIR/LOI)	(10.602)	3.590	(7.012)	(70)	(7.082)	-	(643)	(7.725)
COFINS comp. não homologada (LIR/LOI)	(19.626)	6.926	(12.700)	(127)	(12.827)	-	(1.164)	(13.991)
CSLL comp. não homologada (LIR/LOI)	(3.982)	1.349	(2.633)	(26)	(2.659)	-	(242)	(2.901)
CSLL (dedução JCP)	(19.332)	12.797	(6.535)	(65)	(6.600)	-	(600)	(7.200)
CSLL (exigibilidade suspensa)	(17.606)	5.478	(12.128)	(121)	(12.249)	8.917	(302)	(3.634)
CPMF (câmbio simbólico)	(5.314)	1.745	(3.569)	(36)	(3.605)	-	(327)	(3.932)
IRPJ / CSLL Lei nº 8.200/91	(38.176)	26.923	(11.253)	(112)	(11.365)	-	(1.032)	(12.397)
INSS trimestralidade	(46.011)	25.779	(20.232)	(202)	(20.434)	-	(1.854)	(22.288)
INSS solidariedade	(706)	374	(332)	(3)	(335)	-	(31)	(366)
IRPJ (denúncia espontânea)	(5.173)	2.781	(2.392)	(24)	(2.416)	-	(218)	(2.634)
CSLL (exigibilidade suspensa)	(5.435)	3.585	(1.850)	(18)	(1.868)	-	(170)	(2.038)
	(585.639)	262.428	(323.211)	(2.058)	(325.269)	135.835	(9.898)	(199.332)

Considerando que o pedido de desistência parcial do mandado de segurança nº 2003.51.01.005514-8, no tocante a tese do momento da tributação (Regime de Caixa x Regime de Competência) do resultado das empresas LIR e LOI, não foi aceito nem pela Fazenda Nacional nem pelo Juízo da causa, a Companhia optou pela desistência total do referido processo. Desta forma, a Light SESA recalculou o lucro no exterior pelo método de equivalência patrimonial de 2002 até 2007 (período do REFIS), pelo regime de competência, aproveitando-se o saldo de prejuízo fiscal acumulado nesse período para quitação do

IR/CS incidentes sobre esse resultado, o que culminou com a sua plena quitação. Consequentemente, a variação do saldo do REFIS no exercício explica-se pela exclusão do valor anteriormente incluído no REFIS, referente ao débito da tese do lucro no exterior, no montante atualizado de R\$135.835, além do valor pago ao PAES - Previdenciário descrito anteriormente

Débitos por grupo de tributos parcelados:

	Saldos em 31/12/2009	Reversão	Atualização monetária 2010	Saldos em 31/12/2010
RECEITA FEDERAL DO BRASIL				
OUTROS TRIBUTOS	(284.425)	135.835	(13.490)	(162.079)
PREVIDENCIÁRIOS (PAES)	(15.792)	-	5.865	(9.927)
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)				
OUTROS TRIBUTOS	(4.283)	-	(388)	(4.671)
PREVIDENCIÁRIOS	(20.769)	-	(1.885)	(22.654)
	(325.269)	135.835	(9.898)	(199.332)

- c) O saldo do PIS e COFINS a compensar refere-se às contribuições retidas por órgãos públicos e prestação de serviços.

10. Tributos Diferidos

ATIVO	Consolidado					
	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda						
Prejuízos Fiscais	844.992	211.248	1.385.458	346.365	2.169.381	542.345
Diferenças Temporárias	1.786.984	446.746	1.917.214	479.304	2.557.953	639.488
Contribuição Social						
Base Negativa	893.800	80.442	1.303.657	117.329	2.537.064	228.336
Diferenças Temporárias	1.786.984	160.829	1.917.214	172.549	2.343.716	210.934
TOTAL		899.265		1.115.546		1.621.104

PASSIVO	Consolidado					
	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda						
Diferenças Temporárias	811.043	202.761	885.972	221.493	1.003.271	250.819
Contribuição Social						
Diferenças Temporárias	811.043	72.994	885.972	79.737	1.003.271	90.294
TOTAL		275.755		301.230		341.113

Para fundamentar os créditos fiscais diferidos, a Companhia atualizou, já considerando as realizações até dezembro de 2010, o estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração e apreciado pelo Conselho Fiscal, o qual está baseado nas projeções elaboradas em 2010 e aprovadas pelo Conselho de

Administração. O estudo de viabilidade indica a recuperação do saldo em até 5 anos. A seguir, são apresentados os montantes deste ativo fiscal diferido por ano de realização estimado.

ATIVO	
2011	211.602
2012	217.625
2013	194.819
2014	264.590
2015	10.629
TOTAL - LIGHT S.A. E CONTROLADAS	899.265

A composição da base de cálculo das diferenças temporárias é:

Demonstrações Financeiras

ATIVO	Consolidado					
	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	IR	CSLL	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.051.462	1.051.462	808.427	808.427	885.065	885.065
Provisão para participação nos lucros e resultados	19.270	19.270	26.223	26.223	33.200	33.200
Provisões para contingências trabalhistas	169.886	169.886	256.734	256.734	164.725	164.725
Provisões para contingências fiscais	167.657	167.657	163.654	163.654	279.212	279.212
Provisões para contingências cíveis	196.095	196.095	179.490	179.490	456.887	242.650
Impactos provenientes da adoção dos novos CPCs	34.754	34.754	357.602	357.602	574.676	574.676
Outras provisões	147.860	147.860	125.084	125.084	164.188	164.188
TOTAL	1.786.984	1.786.984	1.917.214	1.917.214	2.557.953	2.343.716
PASSIVO						
Custo atribuído Light Energia	748.637	748.637	786.000	786.000	828.754	828.754
Outras provisões	62.406	62.406	99.972	99.972	174.517	174.517
TOTAL	811.043	811.043	885.972	885.972	1.003.271	1.003.271

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)	922.619	960.912
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas pela legislação vigente	(313.690)	(326.710)
Efeito de imposto de renda e contribuição social s/ as adições e exclusões permanentes	(14.905)	109.409
Efeito de imposto de renda e contribuição social s/ equivalência patrimonial	-	(87.463)
Efeito de IR/CS da tributação de off shore	(25.341)	(52.582)
Créditos fiscais diferidos não reconhecidos CVM nº 371/02 - Light S.A.	(1.541)	(18.863)
Incentivos Fiscais	7.887	4.126
Outros	121	86
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	(347.469)	(371.997)
IRPJ e CSLL corrente no resultado	(103.482)	(168.994)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	(243.987)	(203.114)
	(347.469)	(372.108)

11. Ativo Financeiro da Concessão

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a controlada Light Serviços de Eletricidade S.A (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ⁿ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à

melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- ⁿ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

ⁿ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da controlada, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual

fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- a)** Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, líquida de obrigações especiais classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- b)** Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro, líquida de obrigações especiais, classificada como ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à

utilização do serviço público.
A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da controlada é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- a)** Uma parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e
- b)** Outra parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem este delegar essa tarefa.

A Administração estima que a indenização do ativo financeiro de concessões será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a infraestrutura da concessão reversível, apurado com base no custo de aquisição/construção, deduzido das obrigações especiais, ainda não amortizado, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e foi determinada, na data de transição, conforme demonstrado a seguir:

	Imobilizado	Intangível	Ativo Indenizável (Concessão)
SALDO ORIGINAL PUBLICADO EM 1º DE JANEIRO DE 2009	3.459.072	162.135	-
Bifurcação da obrigação especial	(157.302)	(97.571)	(59.731)
Bifurcação do ativo imobilizado e intangível de acordo com o ICPC 01	(3.133.601)	3.084.245	363.960
SALDOS REAPRESENTADOS DE ACORDO COM O ICPC 01 - LIGHT SESA	168.169	3.148.809	304.229
SALDOS CONTROLADAS	1.421.610	118.823	-
SALDOS REAPRESENTADOS DE ACORDO COM O ICPC 01 - CONSOLIDADO	1.589.779	3.267.632	304.229

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2009	304.229
Adições	51.743
Baixas	(1.188)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	354.784
Adições	114.375
Baixas	(129)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	469.030

12. Outros Créditos

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE						
Adiantamento a Fornecedores e Empregados	18	31	30	38.065	20.395	11.835
Aluguéis de Imóveis	-	-	-	302	425	113
Contas a receber de alienação de imóveis	-	-	-	12.130	-	-
Contribuição Iluminação Pública	-	-	-	48.399	25.119	25.740
Dispêndios a Reembolsar	-	-	-	8.111	10.779	13.360
Subvenção Baixa Renda (a)	-	-	-	19.584	15.256	49.926
Outros Valores a Receber - ILP	-	18.634	-	-	18.634	-
Outros	23.842	1.547	137	26.382	6.642	5.695
TOTAL	23.860	20.212	167	152.973	97.250	106.669
NÃO CIRCULANTE						
Bens e Direitos Destinados a Alienação	-	-	-	7.226	7.229	11.597
Energia - Outros	-	-	-	-	-	13.329
Outros	-	-	-	639	1.496	1.494
TOTAL	-	-	-	7.865	8.725	26.420

a) Do montante registrado, R\$5.489 (R\$3.373 em 31 de dezembro de 2009) foram homologados pela ANEEL em fevereiro de 2011, porém encontram-se pendentes de recebimento, e R\$14.095

(R\$11.883 em 31 de dezembro de 2009) estão em fase de homologação.

13. Investimentos

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Avaliados por equivalência patrimonial:						
Light SESA	2.442.433	2.699.254	2.716.401	-	-	-
Light Energia S.A.	815.593	747.962	690.032	-	-	-
Light Esco Prestação de Serviços S.A.	37.787	27.825	17.042	-	-	-
Lightger S.A. (a)	36.767	25.772	(425)	-	-	-
LightCom	2.733	-	-	-	-	-
Itaocara Energia (a)	16.067	11.115	(2.867)	-	-	-
Axxiom Soluções Tecnológicas S.A.	2.304	-	-	-	-	-
Lighthidro Ltda (a)	50	50	50	-	-	-
SUBTOTAL	3.353.734	3.511.978	3.420.233	-	-	-
Ágio por rentabilidade futura	2.034	-	-	-	-	-
Outros Investimentos permanentes	1.020	1.169	1.533	17.586	20.388	13.615
SUBTOTAL	3.054	1.169	1.533	17.586	20.388	13.615
TOTAL	3.356.788	3.513.147	3.421.766	17.586	20.388	13.615

(a) Empresa em fase pré-operacional

INFORMAÇÕES SOBRE AS COMPANHIAS CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO

31/12/2010	Participação no capital (%)	Capital social integralizado	Patrimônio líquido	Dividendos a receber	Dividendos recebidos	Lucro / Prejuízo do exercício	Total Ativo
Light SESA	100	2.082.365	2.442.433	(23.346)	(89.544)	475.316	8.037.865
Light Energia	100	77.422	815.593	(21.066)	-	88.697	1.538.389
Light Esco	100	7.584	37.787	(3.102)	-	13.064	68.161
LightCom	100	1.000	2.733	(540)	-	2.273	18.831
Light Hidro	100	50	50	-	-	-	67
Instituto Light	100	300	-	-	-	-	2
Itaocara Energia	100	22.294	16.067	-	-	(47)	145.003
Light Ger	51	35.743	36.767	-	-	13	48.819
Axxiom	51	3.672	2.304	-	-	78	4.216

31/12/2009	Participação no capital (%)	Capital social integralizado	Patrimônio líquido	Dividendos a receber	Dividendos recebidos	Dividendos Adicionais Pagos	Lucro / Prejuízo do exercício	Total Ativo
Light SESA	100	2.082.365	2.699.254	(125.510)	(481.564)	(169.729)	541.589	8.419.932
Light Energia	100	77.422	747.962	(26.833)	(18.074)	-	84.763	1.616.010
Light Esco	100	7.584	27.825	(3.358)	-	-	14.141	58.753
Light Hidro	100	50	50	-	-	-	-	69
Instituto Light	100	300	-	-	-	-	-	2
Itaocara Energia	100	17.294	11.115	-	-	-	(617)	129.530
Light Ger	100	23.791	25.772	-	-	-	4.406	32.905

01/01/2009	Participação no capital (%)	Capital social integralizado	Patrimônio líquido	Dividendos a receber	Dividendos recebidos	Lucro do exercício	Total Ativo
Light SESA	100	2.082.362	2.716.401	(218.064)	(350.766)	918.164	8.679.914
Light Energia	100	77.422	690.032	(18.074)	(41.387)	76.101	1.547.093
Light Esco	100	7.584	17.042	-	-	6.280	42.933
Light Hidro	100	50	50	-	-	-	53
Instituto Light	100	300	-	-	-	-	-
Itaocara Energia	100	2.697	(2.867)	-	-	-	126.583
Light Ger	100	2.000	(425)	-	-	-	17.556

MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NAS CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO

	01/01/2009	31/12/2009	Aumento de capital	Alienação de Participação	Dividendos recebidos	Dividendos a receber	Outros	Equivalência Patrimonial	31/12/2010
Light SESA	2.716.401	2.699.254	-	-	(708.791)	(23.346)	-	475.316	2.442.433
Light Energia	690.032	747.962	-	-	-	(21.066)	-	88.697	815.593
Light Esco	17.042	27.825	-	-	-	(3.102)	-	13.064	37.787
LightCom	-	-	1.000	-	-	(540)	-	2.273	2.733
Light Ger	(425)	25.772	37.892	(28.851)	-	-	1.941	13	36.767
Light Hidro	50	50	-	-	-	-	-	-	50
Instituto Light	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itaocara Energia	(2.867)	11.115	5.000	-	-	-	(1)	(47)	16.067
Axxiom	-	-	3.672	-	-	-	(1.446)	78	2.304

	01/01/2009	Aumento de capital	Dividendos recebidos	Dividendos a receber	Equivalência Patrimonial	31/12/2009
Light SESA	2.716.401	3	(169.729)	(389.010)	541.589	2.699.254
Light Energia	690.032	-	-	(26.833)	84.763	747.962
Light Esco	17.042	-	-	(3.358)	14.141	27.825
Light Ger	(425)	21.791	-	-	4.406	25.772
Light Hidro	50	-	-	-	-	50
Itaocara Energia	(2.866)	14.597	-	-	(616)	11.115

14. Ativo Imobilizado

	Consolidado				
		31/12/2010		31/12/2009	01/01/2009
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Geração	2.662.063	(1.436.442)	1.225.621	1.281.715	1.341.295
Transmissão	57.601	(41.504)	16.097	16.770	17.455
Distribuição	47.479	(36.907)	10.572	15.336	22.542
Administração	240.265	(166.885)	73.380	91.141	103.423
Comercialização	9.785	(7.519)	2.266	2.305	3.479
Em Serviço	3.017.193	(1.689.257)	1.327.936	1.407.267	1.488.194
Geração	185.964	-	185.964	112.751	57.266
Administração	114.993	-	114.993	80.550	44.319
Em Curso	300.957	-	300.957	193.301	101.585
TOTAL	3.318.150	(1.689.257)	1.628.893	1.600.568	1.589.779

Segue abaixo a mutação do ativo imobilizado:

	Saldos em 31/12/2009	Adições	Consolidado Baixas	Transferências entre contas	Saldos em 31/12/2010
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO					
Custo					
Terrenos	105.803	-	(777)	-	105.026
Reservatório, barragens e adutoras	1.247.913	4.121	(1.331)	-	1.250.703
Edificações, obras civis e benfeitorias	271.021	222	(15.289)	-	255.954
Máquinas e equipamentos	1.240.560	6.789	(1.403)	-	1.245.946
Veículos	32.497	65	(71)	-	32.491
Móveis e utensílios	127.130	894	(951)	-	127.073
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO	3.024.924	12.091	(19.822)	-	3.017.193
(-) Depreciação					
Reservatório, barragens e adutoras	(734.988)	(22.524)	1.331	-	(756.181)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(147.937)	(7.853)	6.214	-	(149.576)
Máquinas e equipamentos	(616.922)	(37.738)	576	-	(654.084)
Veículos	(24.857)	(3.114)	73	-	(27.898)
Móveis e utensílios	(92.953)	(9.485)	920	-	(101.518)
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO DEPRECIÇÃO	(1.617.657)	(80.714)	9.114	-	(1.689.257)
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO					
Reservatório, barragens e adutoras	43.416	34.198	-	-	77.614
Edificações, obras civis e benfeitorias	29.866	14.645	-	-	44.511
Máquinas e equipamentos	81.300	51.364	-	(13.874)	118.790
Veículos	7.497	2.623	-	(65)	10.055
Móveis e utensílios	14.530	2.081	-	(3.022)	13.589
Estudos e Projetos	16.692	20.481	(775)	-	36.398
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM CURSO	193.301	125.392	(775)	(16.961)	300.957
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO	1.600.568	56.769	(11.483)	(16.961)	1.628.893

Demonstrações Financeiras

	Consolidado				
	Saldos em 01/01/2009	Adições	Baixas	Transferências entre contas	Saldos em 31/12/2009
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO					
Custo					
Terreno	105.803	-	-	-	105.803
Reservatorio, barragens e adutoras	1.247.913	-	-	-	1.247.913
Edificações, obras civis e benfeitorias	271.950	-	(929)	-	271.021
Máquinas e equipamentos	1.248.149	12.649	(20.238)	-	1.240.560
Veículos	36.732	-	(4.235)	-	32.497
Móveis e utensílios	139.784	535	(13.189)	-	127.130
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO	3.050.331	13.184	(38.591)	-	3.024.924
(-) Depreciação					
Reservatorio, barragens e adutoras	(711.660)	(23.328)	-	-	(734.988)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(140.535)	(8.021)	619	-	(147.937)
Máquinas e equipamentos	(593.192)	(37.999)	14.269	-	(616.922)
Veículos	(24.953)	(3.595)	3.691	-	(24.857)
Móveis e utensílios	(91.797)	(10.969)	9.813	-	(92.953)
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO DEPRECIACÃO	(1.562.137)	(83.912)	28.392	-	(1.617.657)
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO					
Reservatorio, barragens e adutoras	22.389	21.027	-	-	43.416
Edificações, obras civis e benfeitorias	15.102	14.764	-	-	29.866
Máquinas e equipamentos	49.737	45.605	-	(14.042)	81.300
Veículos	3.645	3.852	-	-	7.497
Móveis e utensílios	6.146	8.756	-	(372)	14.530
Estudos e Projetos	4.566	13.060	(934)	-	16.692
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM CURSO	101.585	107.064	(934)	(14.414)	193.301
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO	1.589.779	36.336	(11.133)	(14.414)	1.600.568

(i) A controlada Light SESA não possui em seu acervo, bens e direitos em uso de propriedade da União.

As principais taxas de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009, são as seguintes:

(ii) Taxas anuais de depreciação:

	Geração (%)	Comercialização (%)	Administração (%)	Transmissão (%)
Barramento	2,5	Edificações 4,0	Edificações 4,0	Condutor do sistema 2,5
Disjuntor	3,0	Equipamento geral 10,0	Equipamento geral 10,0	Equipamento geral 10,0
Edificações	4,0	Veículos 20,0	Veículos 20,0	Estrutura do sistema 2,5
Equipamentos da tomada d'água	3,7			Religadores 4,3
Estrutura da tomada d'água	4,0			
Gerador	3,3			
Grupo motor - gerador	5,9			
Reserv., barragens e adutoras	2,0			
Sistema de comunicação local	6,7			
Turbina hidráulica	2,5			
Taxa média depreciação		Taxa média depreciação	Taxa média depreciação	Taxa média depreciação
Geração	3,8	Comercialização 11,3	Administração 11,3	Transmissão 4,8

15. Intangível

	Custo Histórico	Consolidado		31/12/2009	01/01/2009
		31/12/2010	Valor Líquido		
		Amortização Acumulada			
Intangível					
Direito de uso da concessão	5.897.129	(3.218.801)	2.678.328	2.667.560	2.674.501
Ágio de rentabilidade futura	2.034	-	2.034	-	-
Outros	450.714	(367.943)	82.771	77.070	96.570
Em Serviço	6.349.877	(3.586.744)	2.763.133	2.744.630	2.771.071
Direito de uso da concessão	788.111	-	788.111	489.639	329.364
Outros	62.528	-	62.528	188.711	167.197
Em Curso	850.639	-	850.639	678.350	496.561
TOTAL INTANGÍVEL ⁽¹⁾	7.200.516	(3.586.744)	3.613.772	3.422.980	3.267.632

(1) Líquido de obrigações especiais, que representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

O intangível em curso inclui os estoques de materiais destinados a projetos, cujo montante em 31 de dezembro de 2010 totalizava R\$43.808 (R\$26.904 em 31 de dezembro de 2009) e uma provisão para desvalorização de estoque de R\$5.749 (R\$5.749 em 31 de dezembro de 2009).

No exercício de 2010, foi incorporado ao Ativo Intangível, a título de capitalização de

juros, o montante de R\$9.183 (R\$29.973 no exercício de 2009), registrado por transferência e em contrapartida ao resultado financeiro.

A infraestrutura utilizada pela controlada Light SESA, é vinculada ao serviço de distribuição, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, o qual se ocorrer deve atender à Resolução ANEEL nº 20/99.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da

indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Light SESA entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

Segue abaixo a mutação do ativo intangível:

	CONSOLIDADO				
	Saldos em 31/12/2009	Adições	Baixas	Transferências entre contas	Saldos em 31/12/2010
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	5.691.229	259.135	(53.235)	-	5.897.129
Ágio de rentabilidade futura	-	2.034	-	-	2.034
Outros	413.090	37.624	-	-	450.714
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO	6.104.319	298.793	(53.235)	-	6.349.877
(-) Depreciação					
Direito de uso da concessão	(3.023.643)	(240.387)	45.229	-	(3.218.801)
Outros	(336.184)	(31.759)	-	-	(367.943)
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO DEPRECIÇÃO	(3.359.827)	(272.146)	45.229	-	(3.586.744)
Em Curso					
Direito de uso da concessão	605.289	579.084	-	(396.262)	788.111
Outros	73.199	21.578	-	(32.249)	62.528
TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO	678.488	600.662	-	(428.511)	850.639
TOTAL DO ATIVO INTANGÍVEL	3.422.980	627.309	(8.006)	(428.511)	3.613.772

	CONSOLIDADO				
	Saldos em 01/01/2009	Adições	Baixas	Transferências entre contas	Saldos em 31/12/2009
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	5.549.279	226.674	(84.724)	-	5.691.229
Outros	397.368	15.722	-	-	413.090
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO	5.946.647	242.396	(84.724)	-	6.104.319
(-) Depreciação					
Direito de uso da concessão	(2.874.778)	(224.193)	75.328	-	(3.023.643)
Outros	(300.975)	(35.209)	-	-	(336.184)
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO DEPRECIÇÃO	(3.175.753)	(259.402)	75.328	-	(3.359.827)
Em Curso					
Direito de uso da concessão	446.947	471.293	(2.885)	(310.066)	605.289
Outros	49.791	40.982	-	(17.574)	73.199
TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO	496.738	512.275	(2.885)	(327.640)	678.488
TOTAL DO ATIVO INTANGÍVEL	3.267.632	495.269	(12.281)	(327.640)	3.422.980

16. Fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE						
Comercialização no âmbito de CCEE	-	-	-	59.626	21.813	13.117
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	-	48.836	49.024	43.859
Encargos do serviço do sistema	-	-	-	2.216	7.284	6.462
Energia livre - ressarcimento a geradoras (a)	-	-	-	54.185	54.185	-
Leilões de energia	-	-	-	150.231	127.704	114.434
Itaipu binacional	-	-	-	84.842	90.837	111.737
UTE Norte Fluminense	-	-	-	73.677	67.688	81.595
Outros	-	-	-	-	-	6.611
	-	-	-	473.613	418.535	377.815
Materiais e serviços	280	6.348	283	184.808	145.646	108.389
TOTAL	280	6.348	283	658.421	564.181	486.204

a) Energia Livre - Ressarcimento à Geradoras

A ANEEL aprovou em reunião de Diretoria, de 15 de dezembro de 2009, a metodologia e os procedimentos para o cálculo dos saldos da Energia Livre e da Perda de Receita de geradores e distribuidores após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) nas tarifas de fornecimento. Entretanto, a Resolução nº 387,

de 15 de dezembro de 2009, publicada em 12 de janeiro de 2010, concluiu o processo de cálculo dos saldos finais de Perda de Receita e de Energia Livre e definiu os valores de ressarcimento entre os agentes, que estavam em validação em 31 de dezembro de 2010.

Os saldos de fornecedores de energia, encargos de rede e de materiais e serviços, tem o prazo de liquidação médio de até 90 dias.

17. Empréstimos, Financiamentos e Encargos Financeiros

Financiador	Consolidado				31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009		
	Principal		Encargos					Total	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante					
TN - Par Bond	-	64.848	838	-	65.686	68.641	92.130		
TN - Caução - Par Bond	-	(38.844)	-	-	(38.844)	(35.060)	(43.507)		
TN - Discount Bond	-	45.249	146	-	45.395	47.443	63.976		
TN - Caução - Discount Bond	-	(27.276)	-	-	(27.276)	(24.597)	(30.519)		
TN - C. Bond	5.512	13.780	330	-	19.622	26.364	43.247		
TN - Debit. Conv.	6.174	3.087	31	-	9.292	16.185	30.558		
TN - Bib	200	401	11	-	612	852	1.431		
BNDES - Importação	-	-	-	-	-	446	2.397		
KFW III , IV, e V - Tranche A/B/C	-	-	-	-	-	1.439	3.981		
TN - Flirb	-	-	-	-	-	-	1.168		
TN - New Money	-	-	-	-	-	-	1.151		
Societe Generale II	-	-	-	-	-	-	4.409		
MOEDA ESTRANGEIRA - TOTAL	11.886	61.245	1.356	-	74.487	101.713	170.422		
Eletrobrás	564	2.033	1	-	2.598	3.809	11.052		
CCB Bradesco	-	450.000	11.340	-	461.340	458.381	464.014		
BNDES - FINEM	82.616	227.193	1.353	-	311.162	394.139	433.062		
BNDES - FINEM direto	16.973	135.946	2.346	-	155.265	59.806	-		
BNDES - FINEM + 1	16.973	135.946	2.609	-	155.528	59.811	-		
BNDES - FINEM direto PSI	8.316	96.768	747	-	105.831	35.284	-		
Capital de Giro - Santander	-	80.000	2.646	-	82.646	82.601	83.919		
BNDES - PROESCO 1ª captação	119	338	2	-	459	1.812	596		
BNDES - PROESCO 2ª captação	230	768	4	-	1.002	-	-		
BNDES - PROESCO 3ª captação	109	371	1	-	481	-	-		
BNDES - PROESCO 4ª captação	339	1.694	18	-	2.051	-	-		
BNDES - PROESCO 5ª captação	793	3.963	22	-	4.778	-	-		
RGR	-	-	246	-	246	246	-		
Fianças bancárias diversas	-	-	209	-	209	194	284		
MOEDA NACIONAL - TOTAL	127.032	1.135.020	21.544	-	1.283.596	1.096.083	992.927		
SWAP	-	-	4.060	1.235	5.295	5.558	-		
TOTAL GERAL	138.918	1.196.265	26.960	1.235	1.363.378	1.203.354	1.163.349		

Abaixo segue quadro com condições contratuais dos Empréstimos em 31 de dezembro de 2010:

Financiador	Data de Assinatura	Moeda	Taxa de Juros a.a.	Início	AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL		
					Forma de pagamento	Parcelas Restantes	Término
TN - Par Bond	29/04/1996	US\$	6%	2024	Única	1	2024
TN - Caução - Par Bond	29/04/1996	US\$	U\$ Treasury	2024	Única	1	2024
TN - Discount Bond	29/04/1996	US\$	Libor + 13/16	2024	Única	1	2024
TN - Caução - Discount Bond	29/04/1996	US\$	U\$ Treasury	2024	Única	1	2024
TN - C. Bond	29/04/1996	US\$	8%	2004	Semestral	7	2014
TN - Debit. Conv.	29/04/1996	US\$	Libor + 7/8	2004	Semestral	3	2012
TN - Bib	26/04/1996	US\$	6%	1999	Semestral	6	2013
Eletrobrás	Diversas	UFIR	5%		Mensal e Trimestral	entre 2 e 120	2013 a 2017
CCB Bradesco	18/10/2007	CDI	CDI + 0,85%	2012	Anual	6	2017
BNDES - FINEM	05/11/2007	TJLP	TJLP + 4,3%	2009	Mensal	45	2014
BNDES - FINEM direto	30/11/2009	TJLP	TJLP + 2,58%	2011	Mensal	72	2017
BNDES - FINEM + 1	30/11/2009	TJLP	TJLP + 1% + 2,58%	2011	Mensal	72	2017
BNDES - FINEM direto PSI	30/11/2009		4,5%	2011	Mensal	101	2019
Capital de Giro - Santander	03/09/2010	CDI	CDI + 1,4%	2010	Anual	1	2014
BNDES - PROESCO 1ª captação	12/12/2008	TJLP	TJLP + 2,5%	2009	Mensal	46	2014
BNDES - PROESCO 2ª captação	15/06/2009	TJLP	TJLP + 2,51%	2009	Mensal	53	2015
BNDES - PROESCO 3ª captação	15/06/2010	TJLP	TJLP + 2,18% e 4,5%	2010	Mensal	53	2015
BNDES - PROESCO 4ª captação	15/09/2010	TJLP	TJLP + 2,05% e 5,5%	2010	Mensal	60	2016
BNDES - PROESCO 5ª captação	16/12/2010	TJLP	TJLP + 2,05% e 5,5%	2010	Mensal	60	2016

O empréstimo mantido com o Banco Real (ABN Amro) com vencimento em agosto de 2010 no montante de R\$80.000, foi renovado com o Banco Santander (novo controlador do Banco Real) mantendo-se o mesmo valor e custo de CDI + 1,4% a.a., com vencimento em 03 de setembro de 2014.

Em 2010 foram sacados R\$246.942 do financiamento contratado com o BNDES em 30 de novembro de 2009 para o programa de investimentos da Light SESA e R\$10.155 para a Light Energia, referentes aos anos de 2009 e 2010.

Em 27 de setembro de 2010 houve a liberação de R\$7.322 para a Light Esco através da linha especial de financiamento Proesco, de

forma direta, para implantação do projeto de eficiência energética.

Além das cauções destacadas no quadro acima, os empréstimos estão garantidos por recebíveis no montante aproximado de R\$45.978.

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros) em 31 de dezembro de 2010:

	Moeda Nacional	Moeda estrangeira	Total
2012	223.461	8.799	232.260
2013	223.448	5.712	229.160
2014	282.556	2.756	285.312
2015	140.153	-	140.153
após 2015	265.402	43.978	309.380
TOTAL	1.135.020	61.245	1.196.265

Demonstrações Financeiras

A variação percentual das principais moedas estrangeiras e dos principais indicadores, base de atualização dos empréstimos,

financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento para os exercícios:

	31/12/2010	31/12/2009	Variação % 01/01/2009
USD - Dólar Americano	(4,31)	(25,49)	31,94
EUR	(11,14)	(22,57)	24,13
UMBNDDES	(3,76)	(25,66)	33,86
IGP-M	11,32	(1,71)	9,81
CDI	9,75	9,87	12,37
SELIC	9,78	9,92	12,48

Covenants

A captação CCB Bradesco, os empréstimos com o Banco Santander e com o BNDES FINEM, classificados no circulante e no não circulante, prevêem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. No exercício findo em 31 de

dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas atingiram todos os indicadores requeridos contratualmente.

18. Debêntures e Encargos Financeiros

Financiador	Consolidado					
	Principal		Encargos		Total	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Debêntures 1ª Emissão	-	-	-	-	8.057	24.066
Debêntures 4ª Emissão	19	67	-	86	107	118
Debêntures 5ª Emissão	61.822	727.824	17.760	807.406	955.598	982.888
Debêntures 6ª Emissão	298.670	-	3.061	301.731	298.409	-
MOEDA NACIONAL - TOTAL	360.511	727.891	20.821	1.109.223	1.262.171	1.007.072

Abaixo segue quadro com as condições contratuais das Debêntures em 31 de dezembro de 2010:

Financiador	Data de Assinatura	Moeda	Taxa de Juros a.a.	Início	Amortização do Principal		
					Forma de pagamento	Parcelas Restantes	Término
Debêntures 4ª Emissão	30/06/2005	TJLP	TJLP + 4%	2009	Mensal	54	2015
Debêntures 5ª Emissão	22/01/2007	CDI	CDI + 1,50%	2008	Trimestral	13	2014
Debêntures 6ª Emissão	01/06/2009	CDI	115% do CDI	2011	Única	1	2011

O montante total do principal está representado líquido dos custos com a emissão das debêntures, conforme previsto na deliberação CVM nº 556/08. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Emissão	Valor incorrido	Valor a apropriar	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
			Custo Total	Custo Total	Custo Total
Debêntures 1ª Emissão	-	-	-	1.070	1.069
Debêntures 4ª Emissão	7.448	20	7.468	7.468	7.468
Debêntures 5ª Emissão	7.094	5.354	12.448	12.448	12.457
Debêntures 6ª Emissão	3.961	1.330	5.291	5.291	-
TOTAL	18.503	6.704	25.207	26.277	20.994

As parcelas relativas ao principal das debêntures de longo prazo têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros) em 31 de dezembro de 2010:

	2012	179.839
	2013	243.438
	2014	304.606
	2015	8
	TOTAL	727.891

Covenants

A 5ª e a 6ª Emissão de Debêntures, classificadas no circulante e no não circulante, prevêem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. No período findo em 31 de

dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas atingiram todos os indicadores requeridos contratualmente.

19. Encargos Regulatórios - Contribuições do Consumidor

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE			
Quota da conta de consumo de combustível - CCC	25.472	4.298	24.895
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético - CDE	17.182	17.173	16.638
Quota de reserva global de reversão - RGR	1.394	5.359	6.428
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	-	10.792	5.369
Encargos de capacidade e aquisição emergencial	73.170	73.169	73.403
	117.218	110.791	126.733

Conta Consumo de Combustível (CCC)

– É a parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, com o objetivo de subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

– Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

Reserva Global de Reversão (RGR) – É um encargo do setor elétrico brasileiro

pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

– Criado pela Lei nº 10.438/2002, o Proinfa tem como finalidade estimular o aumento da participação de fontes alternativas renováveis como pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), usinas eólicas e empreendimentos termelétricos. O custo do programa, cuja energia é contratada pela Eletrobrás, é

pago por todos os consumidores finais (livres e cativos) do Sistema Interligado Nacional (SIN), exceto os de baixa renda com consumo mensal igual ou inferior a 80 quilowatts-hora (kWh).

Encargo de Capacidade Emergencial e Encargo de Aquisição Emergencial (ECE e EAE)

– São os custos de natureza operacional, tributária e administrativa, incorridos pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE na contratação de capacidade de geração ou de potência, que foram rateados aos consumidores finais de energia elétrica atendidos pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional, de forma proporcional ao consumo individual verificado.

20. Contingências

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia periodicamente os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus assessores legais, vem constituindo provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas

prováveis e cujos valores são quantificáveis. Além disso, não registra os ativos das demandas com possibilidade de ganho, por serem considerados incertos.

A movimentação das provisões para contingências são:

CIRCULANTE	Consolidado				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2009	597	-	-	1.640	2.237
Baixas / reversões	(597)	-	-	(1.640)	(2.237)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	-	-	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2009 e 2010 não existem contingências registradas no Circulante.

NÃO CIRCULANTE	Consolidado				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2009	164.128	252.930	493.823	83.002	993.883
Adições	18.399	53.352	371	3.982	76.104
Atualizações	-	12.999	29.281	3.213	45.493
Baixas / pagamentos	(16.380)	(57.875)	-	(2.519)	(76.774)
Baixas / reversões	(2.492)	(9.257)	-	(555)	(12.304)
Reversão - Lei. 11.941/09	-	-	(357.049)	-	(357.049)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	163.655	252.149	166.426	87.123	669.353
Adições	18.208	38.909	1.578	36.121	94.816
Atualizações	-	22.614	16.485	5.398	44.497
Baixas / pagamentos	(13.371)	(75.852)	(4.147)	(26.944)	(120.314)
Baixas / reversões	(836)	(82.238)	-	(53.381)	(136.455)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	167.656	155.582	180.342	48.317	551.897
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	18.746	26.160	40.354	1.655	86.915

20.1 Contingências Trabalhistas

Existem aproximadamente 3.372 ações trabalhistas em andamento (3.680 em 31 de dezembro de 2009) nas quais a Companhia e suas controladas figuram como reclamadas. Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: horas extras, adicional de periculosidade, equiparação salarial, dano moral, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas

contratadas para prestação de serviços terceirizados e diferença da multa de 40% do FGTS decorrente da correção por expurgos inflacionários.

20.2 Contingências Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como parte ré em aproximadamente 37.171 processos de natureza cível (39.506 em 31 de dezembro de 2009), sendo 18.138 na justiça comum estadual e federal referentes a Ações Cíveis (14.947 em 31 de dezembro de 2009), dentre os quais os que possuem pedidos quantificáveis somam R\$310.800 (R\$747.873 em 31 de dezembro de 2009) e

19.033 ações que tramitam em Juizados Especiais Cíveis (24.559 em 31 de dezembro de 2009), envolvendo um valor total de pedidos no montante de R\$300.959 (R\$377.124 em 31 de dezembro de 2009).

Contingências Cíveis	Valor Provisionado (Perda Provável)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
a) Ações Cíveis	87.842	124.576	113.303
b) Juizado Especial Cível	25.138	29.555	33.783
c) Plano Cruzado	42.602	98.018	105.844
TOTAL	155.582	252.149	252.930

a) A provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Light SESA é ré, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate as irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores.

A controlada Light SESA possui 11.831 Ações Cíveis nas quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. O

valor, atualmente quantificável, referente às ações possíveis é de R\$159.200 (R\$480.060 em 31 de dezembro de 2009).

b) As ações de Juizado Especial Cível referem-se, em grande parte, a discussões quanto a relações de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede, irregularidades diversas, reclamação de conta, reclamação de medidor e problemas na transferência de titularidade. Há um limite de 40 salários mínimos para as causas em trâmite perante o Juizado Especial Cível. O provisionamento é feito com base em média móvel do valor de condenação nos últimos 12 meses.

c) No último trimestre de 2010, a Companhia obteve, em última instância (Superior Tribunal de Justiça - STJ), a decisão definitiva sobre o processo nº 1995.001.073862-2, contra a CSN onde discutiam a legalidade do reajuste tarifário autorizado pelo DNAEE durante o período de congelamento de preços (Plano Cruzado). Esta decisão possibilitou a reversão do valor provisionado, no montante de R\$61.735, com contra partida na rubrica despesas operacionais.

20.3 Contingências Fiscais

As provisões constituídas para contingências fiscais estão compostas da seguinte forma:

Contingências Fiscais	Valor Provisionado (Perda Provável)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
PIS / COFINS	-	-	214.237
PIS/COFINS - RGR e CCC	8.561	8.561	17.709
INSS - auto de infração	40.964	39.291	37.756
INSS - trimestralidade	22.579	21.504	92.677
Lei nº 8.200/91	-	-	20.063
ICMS	94.400	88.039	76.610
Contribuição Social	-	-	27.076
CIDE	4.988	4.792	4.593
Outros	8.850	4.239	3.102
TOTAL	180.342	166.426	493.823

A Light SESA, após a edição da Lei nº 11.941/2009 que concedeu a possibilidade de parcelamento de débitos fiscais federais, optou por incluir os débitos objeto de alguns processos judiciais e administrativos no referido parcelamento, no montante total de R\$713.000. Cumpre ressaltar que, a adesão ao referido parcelamento já foi deferida pela Receita Federal do Brasil, nos termos da mensagem eletrônica encaminhada à Companhia em 12 de dezembro de 2009, e no momento aguarda-se a consolidação dos referidos débitos.

A Light SESA possui processos fiscais, administrativos e judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. O valor quantificável no momento, em tais processos, é de R\$858.400 (R\$1.156.600 em 31 de dezembro de 2009).

Estão destacados a seguir, alguns processos tributários, com perda estimada como possível, de grande relevância ou que tiveram desdobramentos no ano de 2010:

(i) IN 86 (2003 a 2005) - Auto de infração lavrado para cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. Julgado improcedente o Recurso Voluntário da Companhia, tendo sido interposto Recurso Especial. O valor envolvido neste caso em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 257.800 (R\$240.200 em 31 de dezembro de 2009).

(ii) Contribuição ao Salário Educação - Trata-se de glosa de deduções efetuadas pela Companhia por ocasião dos recolhimentos de contribuição ao salário educação efetuados no período de 07/1996 a 06/2006. Foi julgada parcialmente procedente a Impugnação da Companhia, tendo sido reduzido o valor do débito de R\$9.300 para R\$624. A Companhia interpôs Recurso Voluntário em face do valor remanescente.

(iii) Repasse PIS/COFINS - Até 31 de dezembro de 2010, a controlada Light SESA possuía 203 ações judiciais em trâmite, movidas por clientes que questionavam o repasse do PIS e da COFINS no preço da energia elétrica, pleiteando-se a devolução de todos os valores pagos indevidamente. Em 22 de agosto de 2010 o Superior Tribunal de Justiça julgou um *leading case* do setor elétrico, considerando o repasse do PIS/COFINS nas faturas de energia elétrica legal. Diante do posicionamento jurisprudencial favorável às distribuidoras, a probabilidade de perda, que era possível, passou a ser considerada remota.

(iv) IUEE - Trata-se de processo ajuizado pela controlada Light SESA com o escopo de anular cobrança de Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE), por ter a controlada deixado de incluir nas faturas dos consumidores classificados como "poderes públicos" o referido imposto. Foi dado provimento ao Recurso de Apelação

da controlada. O valor histórico (em 2004) envolvido neste caso é de R\$3.400.

(v) LIR/LOI - IRPJ/CSLL - Lucro X Equivalência - A controlada Light SESA discutia no mandado de segurança nº 2003.51.01.005514-8, a exigência do IRPJ e da CSLL sobre os lucros auferidos pelas investidas LIR e LOI desde 1996, mas não disponibilizados, bem como a exigência da inclusão dos resultados de equivalência patrimonial na apuração do IRPJ e da CSLL, para os períodos-base até 2002 e posteriores. A Light SESA tentou desistir parcialmente deste mandado de segurança para incluir os débitos no parcelamento da Lei nº 11.941/09 e continuar discutindo a aplicação do método de equivalência patrimonial. No entanto, a Fazenda não concordou com a desistência parcial, tendo sido corroborada pelo juízo do processo. Assim, a Light SESA efetuou a desistência integral deste mandado de segurança e, por conta disso, alterou o procedimento que vinha adotando para a tributação do IRPJ/CSLL, que antes era feito pelo lucro, mas com a desistência da discussão, passou a ser feito pela equivalência patrimonial. O Fisco discordou da adoção de tal procedimento e autou a Light SESA no valor de R\$ 131.500. A Light SESA apresentou impugnação em face desta autuação.

20.4 Outras Contingências

a) Contingências Regulatórias

Administrativas

Neste tópico a Companhia ressalta as contingências regulatórias de suas controladas Light SESA e Light Energia, decorrentes de discussões administrativas com a ANEEL:

a.1) Auto de Infração ANEEL nº

007/2010-SFE - O auto foi lavrado em 17 de fevereiro de 2010, com aplicação de multa no valor de R\$9.544 em decorrência da fiscalização realizada pela Agência em dezembro/2009 para identificação e avaliação das causas das interrupções no sistema de distribuição subterrâneo da Concessionária. A Companhia apresentou defesa ao AI em 05 de março de 2010 requerendo o cancelamento das não-conformidades, e subsidiariamente, a redução das multas aplicadas. Alternativamente à imposição de penalidades, a Companhia requereu a conversão da multa em Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta (TAC). A Diretoria da ANEEL negou o pedido de celebração do TAC e a Companhia interpôs recurso retido contra esta decisão. No momento aguarda-se a manifestação definitiva da ANEEL a respeito do recurso interposto e do pedido de celebração do TAC. Foi constituída provisão do valor total da multa aplicada.

a.2) Auto de Infração ANEEL nº

071/2010-SFF - O auto foi lavrado em 17 de março de 2010, com aplicação de multa no valor de R\$448 sob o fundamento de terem sido verificadas não-conformidades em fiscalização

econômica, financeira e contábil realizada na controlada Light SESA. A controlada interpôs recurso em 01 de abril de 2010 requerendo a conversão das penalidades de multa em advertência e no momento aguarda manifestação da ANEEL a respeito. O Despacho ANEEL nº 1665/2010, de 10 de junho de 2010, reduziu a penalidade para R\$419. No momento aguarda-se a manifestação definitiva da ANEEL a respeito do recurso interposto. Foi constituída provisão do valor total da multa aplicada.

a.3) Auto de Infração ANEEL nº

013/2010-SFG - O auto foi lavrado em 04 de maio de 2010, com aplicação de multa no valor de R\$1.120, em virtude da Agência ter apontado falha no processo de auto-restabelecimento (*black-start*) das unidades geradoras das UHEs Fontes Nova, Nilo Peçanha e Pereira Passos, na recomposição do SIN após a perturbação do dia 10 de novembro de 2009. A Light Energia interpôs recurso ao AI em 19 de maio de 2010, requerendo a redução das penalidades. A Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG manteve a decisão e aguarda-se julgamento pela Diretoria da ANEEL. Foi constituída provisão do valor total da multa aplicada.

a.4) Auto de Infração nº 061/2010-SFE

- O auto foi lavrado em 19 de maio de 2010, com aplicação de multa no valor de R\$5.049, sob o fundamento de terem sido verificadas não-conformidades em fiscalização comercial e técnica realizada pela ANEEL em maio de

2009. A controlada Light SESA interpôs recurso ao AI em 03 de junho de 2010, solicitando o cancelamento das penalidades e subsidiariamente a sua redução. A Superintendência de Fiscalização de Serviços de Eletricidade - SFE manteve a decisão e aguarda-se julgamento pela Diretoria da ANEEL. Foi constituída provisão do valor total da multa aplicada.

a.5) Auto de Infração ANEEL nº

082/2010-SFE - O auto foi lavrado em 18 de junho de 2010, com aplicação de multa no valor de R\$16.052 sob o argumento de que a controlada Light SESA teria violado os indicadores de continuidade DEC e FEC de 65 conjuntos no ano de 2009, tendo sido considerada a ocorrência de 10 de novembro de 2009 (Apagão Furnas) no cálculo dos indicadores. A Companhia interpôs recurso ao AI em 08 de julho de 2010, requerendo a redução da penalidade para que a interrupção ocorrida no dia 10 de novembro de 2009 não seja considerada para fins de apuração dos indicadores de DEC e FEC e no momento aguarda manifestação da ANEEL a respeito. Foi constituída provisão no valor de R\$4.110, mediante parecer de seus assessores jurídicos, de que é provável a redução da multa pela ANEEL, tendo em vista a tese de defesa da controlada sobre o expurgo das horas da interrupção das linhas de transmissão de Furnas, por se tratar de hipótese ou de caso fortuito/força maior ou de fato de terceiro, em ambos os casos se constituindo em excludente de responsabilidade da Light SESA.

21. Benefícios Pós-Emprego

As empresas do Grupo Light são patrocinadoras instituidoras da Fundação de Seguridade Social - BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974 e possui quatro planos - A, B, C e D - implantados em 1975, 1984, 1998 e

2010, respectivamente, tendo o plano C recebido migração de aproximadamente 96% dos participantes ativos dos planos A e B.

Atualmente estão em vigor os Planos A e B do tipo Benefício Definido, C do tipo Benefício Misto e D do tipo contribuição definida.

a) Segue abaixo as obrigações registradas no Balanço Patrimonial da Companhia com benefícios de plano de pensão:

	31/12/2010			31/12/2009		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida contratual com fundo de pensão	95.048	920.630	1.015.678	95.044	861.386	956.430
Outros	507	-	507	-	-	-
TOTAL	95.555	920.630	1.016.185	95.044	861.386	956.430

Demonstrações Financeiras

Em 02 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar, que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001. Em 31 de dezembro de 2010 restavam 186 parcelas mensais, que totalizam o passivo contratual de R\$1.015.678.

Até maio de 2009, as parcelas eram atualizadas pela variação do IGP-DI (com um mês de defasagem) e juros atuariais de 6% ao ano. A partir de junho 2009 o índice de correção passou a ser o IPCA (com um mês de defasagem) em substituição ao IGP-DI.

O contrato é ajustado anualmente pelo déficit ou superávit registrado na Braslight,

e consequentemente as parcelas a vencer podem sofrer aumento ou redução em função disso. Esse reajuste é reconhecido integralmente no resultado do exercício das patrocinadoras, como resultado financeiro.

As movimentações ocorridas no passivo contratual nos exercícios de 2010 e 2009 são como segue:

	Total Consolidado	Circulante	Não circulante
Passivo contratual em 01/01/2009	1.032.161	87.744	944.417
Amortizações no exercício	(93.928)	(93.928)	-
Atualizações no exercício	18.197	64.345	(46.148)
Transferência para o circulante	-	36.883	(36.883)
Passivo contratual em 31/12/2009	956.430	95.044	861.386
Amortizações no exercício	(93.251)	(93.251)	-
Atualizações no exercício	152.499	54.243	98.256
Transferência para o circulante	-	39.012	(39.012)
PASSIVO CONTRATUAL EM 31/12/2010	1.015.678	95.048	920.630

b) Descrição dos planos

Plano A/B - os benefícios são do tipo "benefício definido" e correspondem à diferença entre um percentual, variável de 80% a 100%, do maior valor entre a média dos últimos 12 e dos últimos 36 salários, atualizados para a data de início do benefício, e o valor do benefício concedido pelo INSS.

Plano C - os benefícios programáveis, durante a fase de capitalização, são do tipo "contribuição definida", sem vinculação com o INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, estes uma vez concedidos, são do tipo "benefício definido". As duas parcelas têm seus patrimônios apurados em quotas.

Ao participante que migrou do Plano A/B para o Plano C foi concedido um benefício saldado de renda vitalícia, com reversão em

pensão, proporcional ao tempo de contribuição à Braslight na ocasião de migração, contado de sua última inscrição na Fundação, diferido para recebimento após o mesmo ter completado um conjunto de condições de habilitação. Esta parcela é denominada Subplano de Benefício Definido Saldado do Plano C.

Plano D - aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social - PREVIC/MPS em 22 de março de 2010 e teve sua primeira contribuição no mês de abril de 2010. Neste plano, os benefícios são do tipo "contribuição definida" antes e após a sua concessão.

Os valores apurados conforme laudo atuarial e reconhecidos no Balanço Patrimonial estão demonstrados a seguir:

	31/12/2010	Consolidado 31/12/2009	1/1/2009
Conciliação dos valores reconhecidos no balanço			
Valor justo dos ativos do plano	1.120.960	1.105.523	1.013.384
Valor presente da obrigação atuarial com cobertura	(2.123.507)	(2.055.223)	(1.785.142)
Ativo líquido (passivo descoberto)	(1.002.547)	(949.701)	(771.758)
Passivo líquido, CVM nº 600/2009	(1.002.547)	(949.701)	(771.758)
SALDO DO CONTRATO AJUSTADO E CONTABILIZADO, CONFORME CONTRATO DE EQUALIZAÇÃO DO DÉFICIT	(1.015.678)	(956.430)	(1.032.161)

A movimentação no valor justo dos ativos dos planos nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009
Conciliação do valor justo dos ativos		
Valor justo dos ativos no início do ano	1.105.523	1.013.384
Rendimento esperado no ano	114.886	121.732
Ganhos/(perdas) atuariais nos ativos do plano	11.169	55.974
Contribuições da patrocinadora	94.601	95.300
Contribuições de participantes	50	69
Benefícios pagos pelo plano/empresa	(205.269)	(180.937)
VALOR JUSTO DOS ATIVOS NO FINAL DO ANO	1.120.960	1.105.523

A movimentação na obrigação de benefício definido nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009
Conciliação do valor das obrigações atuariais		
Valor justo das obrigações no início do ano	(2.055.223)	(1.785.142)
Custo do serviço corrente bruto	(1.592)	(1.565)
Juros sobre obrigação atuarial	(212.216)	(210.679)
Contribuições de participantes vertidas no ano	(50)	(69)
Ganhos/(perdas) atuariais	(59.695)	(238.705)
Benefícios pagos no ano	205.269	180.937
Valor justo das obrigações no final do ano	(2.123.507)	(2.055.223)

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado estão demonstrados a seguir:

Valores Reconhecidos na Demonstração do Resultado	2010	2009
Custo do serviço corrente	1.592	1.565
Custo dos juros	212.216	210.679
Retorno esperado dos investimentos	(114.886)	(121.732)
CUSTO ESPERADO ESTIMADO	98.922	90.512

O retorno real sobre os ativos dos planos foi de R\$114.394 em 2010 (R\$141.846 em 31 de dezembro de 2009).

Premissas Atuariais:

	2010	2009
Taxa de juros nominal (desconto) a valor presente do passivo atuarial	10,66%	10,77%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano nominal	10,96%	10,77%
Taxa anual de inflação	4,40%	4,50%
Taxa de crescimento salarial	6,49%	6,59%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,40%	4,50%
Fator de capacidade	98,00%	98,00%
Taxa rotativa	Baseado na idade	Baseado na idade
Tábua geral de mortalidade	AT - 83 (1)	AT - 83 (1)
Tábua de entrada em invalidez (planos A/B)	LIGHT - Forte	LIGHT - Forte
Tábua de entrada em invalidez (plano C salgado)	LIGHT - Forte	LIGHT - Forte
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Participantes ativos	3.454	3.638
Participantes aposentados e pensionistas	5.679	5.727

⁽¹⁾ Tábua sem agravamento

22. Outros Débitos

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE						
Adiantamento de Clientes	-	-	-	3.491	8.691	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	-	4.000	4.293	3.274
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	-	-	-	503	1.038	7.404
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	-	1.007	2.173	14.808
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	48.925	76.012	77.936
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	37.445	49.090	47.031
Encargos Ex-isolados	-	-	-	10.966	-	-
Taxa de Iluminação Pública	-	-	-	69.243	51.402	40.917
Provisão Para Demissão Voluntária	-	-	-	23.113	-	-
Outros débitos - devolução a consumidores	-	-	-	-	11.622	46.893
Outros	1.981	1.524	1.286	37.625	31.707	66.735
TOTAL	1.981	1.524	1.286	236.318	236.028	304.998
NÃO CIRCULANTE						
Provisão para Honorários de êxito	-	-	-	14.306	13.275	13.136
Reserva para reversão	-	-	-	69.933	69.933	69.933
Uso de bem público - UBP (a)	-	-	-	128.746	115.651	117.583
Outros	-	-	-	13.670	9.836	12.682
TOTAL	-	-	-	226.655	208.695	213.334

a) De acordo com o contrato de concessão nº 12/2001, de 15 de março de 2001, que regula a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no rio Paraíba do Sul, nos Municípios de Itaocara e Aperibé, a controlada Itaocara Energia Ltda. deverá recolher à União, como pagamento do Uso do Bem Público, a partir da data de entrada em operação (prevista para 2013) até o final da concessão ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$2.017, atualizado pela variação do IGP-M ou por outro índice que vier a

sucedê-lo, em caso de sua extinção. Durante a fase de construção a contrapartida da atualização do passivo está sendo reconhecida no ativo intangível, sem efeito no resultado. Após a entrada em operação a atualização será reconhecida diretamente no resultado do exercício (vide nota 13).

b) Honorários de êxito

A Companhia constituiu provisão no montante de R\$14.306, referente aos compromissos de honorários de êxito das causas com prognóstico de perda remota.

23. Transações com Partes Relacionadas

A Light S.A. tem como grupo Controlador a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, Luce Empreendimentos e Participações S.A. e Rio Minas Energia Participações S.A. (RME) - Sociedade controlada pela Redentor Energia.

As Participações em controladas operacionais estão descritas na Nota Explicativa nº 1.

Segue resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos exercícios findos em 2010 e 2009:

Item	Contratos com o mesmo grupo (Objetivos e características do contrato)	Vínculo com a Light S.A.	Consolidado							
			Ativo		Passivo			Receita		Despesa
			31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Contrato estratégico										
1	Contrato de compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlador)	-	-	8.653	8.503	-	-	67.473	100.237
Contrato estratégico										
2	Contrato de compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlador)	-	-	166	-	-	-	1.263	-
Contrato estratégico										
3	Contrato de compromisso de venda de energia elétrica da Light Energia com a CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlador)	2.561	2.528	-	-	21.769	22.553	-	-
Contrato estratégico										
4	Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Light SESA com a CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlador)	381	180	-	-	2.291	2.059	-	-
Contrato estratégico										
5	Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light SESA com CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlador)	-	-	1.634	2.248	-	-	17.264	16.977
Contrato estratégico										
6	Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light Energia com CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlador)	10	10	-	-	120	115	-	-

Demonstrações Financeiras

Empréstimos										
7	Contrato de Mútuo com a Light S.A., que é detentora de 50,9% do capital da Lightger, que, para honrar os compromissos financeiros assumidos para a implantação da PCH Paracambi.	Light S.A.	-	-	11.156	-	-	-	115	-
Plano Previdenciário										
8	Fundação de Seguridade Social - BRASLIGHT	BRASLIGHT (Participa indiretamente do grupo controlador)	-	-	1.016.185	956.430	-	-	152.499	18.197

Segue quadro resumo dos contratos firmados com partes relacionadas:

Item	Contratos com o mesmo grupo (Objetivos e características do contrato)	Vínculo com a Light S.A.	Valor Original	Data	Data de Vencimento ou prazo	Condições de rescisão ou de término	Saldo remanescente 31/12/2010	Condições Contratuais
1	Contrato estratégico Contrato de compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlador)	614.049	Jan/2006	Dez/2038	30% do saldo remanescente	450.358	Preço praticado no mercado regulado
2	Contrato estratégico Contrato de compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlador)	37.600	Jan/2010	Dez/2039	30% do saldo remanescente	36.348	Preço praticado no mercado regulado
3	Contrato estratégico Contrato de compromisso de venda de energia elétrica da Light Energia com a CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlador)	156.239	Jan/2005	Dez/2013	N/A	54.066	Preço praticado no mercado regulado
4	Contrato estratégico Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Light SESA com a CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlador)	-	Nov/2003	Indeterminado	N/A	381	Preço praticado no mercado regulado
5	Contrato estratégico Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light SESA com CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlador)	-	Dez/2002	Indeterminado	N/A	1.634	Preço praticado no mercado regulado

6	Contrato estratégico Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light Energia com CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlador)	-	Dez/2002	Indeterminado	N/A	10	Preço praticado no mercado regulado
Empréstimos								
7	Contrato de Mútuo com a Light S.A., que é detentora de 50,9% do capital da Lightger, que, para honrar os compromissos financeiros assumidos para a implantação da PCH Paracambi.	Light S.A	11.042	Out/2010	Out/2011	N/A	11.156	CDI + 0,9% a.a
8	Plano Previdenciário Fundação de Seguridade Social - BRASLIGHT	BRAS-LIGHT (Participa indiretamente do grupo controlador)	535.052	Jun/2001	Jun/2026	N/A	1.016.185	IPCA+ 6% a.a

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições usuais de mercado.

nos montantes de R\$14.506, R\$2.060 e R\$97, nas Companhias Light SESA, Light S.A. e Light Energia, respectivamente.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2010, foi aprovada a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia fixados

Política de Remuneração do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês
(i) Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício de 2010.

Conselho de Administração	
Remuneração fixa:	100%
Remuneração variável:	-
Diretoria	
Remuneração fixa:	41%
Remuneração variável:	43%
Outros	16%
Conselho Fiscal	
Remuneração fixa:	100%
Remuneração variável:	-

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria pagos pela Companhia no exercício de 2010:

2010	Consolidado			Total
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	
Número de membros	22	5	7	34
REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL	1.090	369	5.747	7.206
Salário ou Pró-labore	1.090	369	4.219	5.677
Benefícios diretos e indiretos	-	-	1.529	1.529
Remuneração variável	-	-	6.074	6.074
Bônus	-	-	5.884	5.884
Outros (ILP)	-	-	190	190
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	2.183	2.183
VALOR TOTAL DA REMUNERAÇÃO POR ÓRGÃO	1.090	369	14.004	15.463

Remuneração anual média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativa ao exercício de 2010:

2010	Controladora			Total
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	
Número de membros	22	5	7	34
Valor da maior remuneração individual	95	74	1.102	1.270
Valor da menor remuneração individual	47	74	455	576
Valor médio da remuneração individual	71	74	625	769

24. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Light S.A. está representado por 203.934.060 ações ordinárias escriturais sem valor

nominal (203.934.060 em 31 de dezembro de 2009), sendo o seu Capital Social de R\$2.225.822 (R\$2.225.822 em 31 de dezembro de 2009), conforme a seguir:

ACIONISTAS	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Quantidade de Ações	% Participação	Quantidade de Ações	% Participação	Quantidade de Ações	% Participação
Grupo Controlador	106.304.597	52,12	106.304.597	52,12	106.304.597	52,12
RME Rio Minas Energia Participações S.A.	26.576.150	13,03	26.576.150	13,03	100.719.912	49,39
Lidil Comercial Ltda	-	-	-	-	5.584.685	2,73
Andrade Gutierrez Concessões S.A.	-	-	26.576.149	13,03	-	-
Companhia Energética de Minas Gerais S.A.	53.152.298	26,06	26.576.149	13,03	-	-
Luce Empreendimentos e Participações S.A.	26.576.149	13,03	26.576.149	13,03	-	-
Outros	97.629.463	47,88	97.629.463	47,88	97.629.181	47,88
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	30.631.782	15,03	49.776.782	24,41	68.555.918	33,62
EDF International S.A	-	-	-	-	13.391.345	6,57
Público	66.997.681	32,85	47.593.781	23,34	15.681.918	7,69
Ações em Tesouraria	-	-	258.900	0,13	-	-
TOTAL GERAL	203.934.060	100	203.934.060	100	203.933.778	100

A Light S.A. está autorizada a aumentar o seu capital mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária até o limite de 203.965.072 ações ordinárias, destinado exclusivamente a atender ao exercício dos Bônus de Subscrição emitidos, observando estritamente as condições previstas nos Bônus de Subscrição (Estatuto Social art. 5º parágrafo 2).

Em 25 de março de 2010, a Companhia divulgou Fato Relevante sobre o pagamento referente à aquisição pela CEMIG de 25.494.500 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil e quinhentas) ações ordinárias de emissão da Companhia, de titularidade da AGC, representando 12,50% do capital total e votante da Companhia. Em 18 de novembro de 2010, a Companhia, divulgou Comunicado ao Mercado sobre o pagamento referente à aquisição pela CEMIG de 1.081.649 (um milhão, oitenta e uma mil seiscentas e quarenta e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia, de titularidade da AGC, representando 0,53% do capital total e votante da Companhia. Tais transações estavam previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações, firmado em 30 de dezembro de 2009, entre a CEMIG e AGC, conforme fatos relevantes divulgados pela Light, CEMIG e AGC naquela data.

b) Reservas de Capital

A Light S.A., em consonância com a deliberação CVM nº 562 emitida em 17 de dezembro de 2008, tinha registrado em seu patrimônio líquido, no ano de 2009, na rubrica reservas de capital, o montante de R\$34.406 (R\$22.459 em 01 de janeiro de 2009)

referente às opções de compra de ações outorgadas a alguns de seus executivos, correspondente ao período de *vesting* já incorrido até aquela data. No 1º trimestre de 2010 essas opções de compra foram integralmente exercidas.

c) Reserva de Lucros

A Light S.A. possui duas reservas de lucro, destacadas abaixo:

- Reserva Legal - Constituída à base de 5% do Lucro Líquido do exercício, conforme legislação em vigor.
- Reserva de Retenção de Lucros - Constituída com o Lucro Líquido do exercício remanescente após as destinações com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, a ser aprovado pela Assembléia Geral.

d) Ações em Tesouraria

Conforme fato relevante publicado em 6 de novembro de 2009, a Companhia aprovou o plano de aquisição de ações de sua própria emissão com o objetivo de atender ao Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, na modalidade de Opções de Compra de Ações de forma que não haja necessidade de emissão de novas ações e a consequente diluição dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2009, a quantidade de ações em tesouraria era de 258.900, equivalente a R\$6.361. Em janeiro de 2010 as ações em tesouraria foram entregues aos executivos que possuíam direito à opções de compra de ações (conforme divulgada na nota 40) e, portanto não existem saldo remanescente em 31 de dezembro de 2010.

25. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

Os dividendos propostos no encerramento do exercício foram calculados como se segue:

	31/12/2010
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	
Lucro líquido do exercício	575.150
Reserva Legal	(28.757)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	546.393
Dividendos Propostos	
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	136.598
Dividendo adicionais aos propostos	214.381
TOTAL DOS DIVIDENDOS	350.979

(1) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica dentro do Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do CPC 08.

26. Participação nos Lucros E Resultados

O Programa de Participação nos Lucros e Resultados, implantado em 1997, é corporativo e está atrelado principalmente ao resultado de Lucro Líquido e EBITDA consolidado da Companhia. O pagamento é composto por duas partes, sendo uma fixa e outra variável. O Programa vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um

maior engajamento dos empregados na melhoria dos resultados operacionais da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2010 o saldo provisionado de participação nos lucros ou resultados da Companhia era de R\$15.308, com pagamento previsto para abril de 2011.

27. Lucro por Ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
NUMERADOR		
Lucro líquido do exercício (R\$)	575.150	588.804
DENOMINADOR		
Média ponderada do número de ações ordinárias	203.934.060	203.933.966
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ORDINÁRIA	2,820	2,887

Em 31 de dezembro de 2009 e 2010 não há diferenças entre o lucro por ação básico e diluído.

28. Composição da Receita Operacional Líquida

	Consolidado	
	2010	2009
Fornecimento/Suprimento (nota 29)	8.432.859	8.043.088
Arrendamentos, aluguéis e outras	36.606	48.451
Receita de Uso da Rede	705.309	515.713
Receita de Construção	552.831	526.986
Renda de Prestação de Serviço	71.055	31.118
Serviço taxado	2.186	2.675
Outras Receitas	36.145	86.599
RECEITA BRUTA	9.836.991	9.254.630
Fornecimento Faturado -ICMS	(2.219.444)	(2.080.591)
PIS / COFINS	(535.303)	(449.125)
Outros	(3.685)	(2.553)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	(2.758.432)	(2.532.269)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(220.500)	(177.422)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(206.184)	(206.076)
Reserva Global de Reversão - RGR	(57.654)	(77.720)
Empresa de Pesquisa Energética -EPE	(6.146)	(5.685)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(12.295)	(11.363)
Eficiência Energética - PEE	(27.545)	(25.835)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(14.481)	(11.363)
Outros Encargos	(25.170)	-
ENCARGOS DO CONSUMIDOR	(569.975)	(515.464)
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(3.328.407)	(3.047.733)
RECEITA LÍQUIDA	6.508.584	6.206.897

29. Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	N.º de Contas faturadas ^{(1) (2)}		Consolidado		R\$	
			GWh ⁽¹⁾			
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Residencial	3.759.911	3.688.998	8.243	7.880	2.746.002	2.569.692
Industrial	11.403	11.749	1.717	1.857	335.307	405.557
Comércio, serviços e outras	275.268	271.768	6.157	6.074	1.866.809	1.852.986
Rural	11.185	11.072	51	50	9.500	9.357
Poder público	10.451	10.177	1.441	1.410	449.051	434.749
Iluminação pública	726	525	677	675	103.316	100.652
Serviço público	1.319	1.300	1.095	1.071	223.958	213.616
Consumo próprio	328	327	78	67	-	-
FORNECIMENTO FATURADO	4.070.591	3.995.916	19.459	19.084	5.733.943	5.586.609
ICMS	-	-	-	-	2.194.042	2.069.067
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(8.830)	25.810
TOTAL FORNECIMENTO ⁽³⁾	4.070.591	3.995.916	19.459	19.084	7.919.155	7.681.486
Venda no leilão de energia gerada	-	-	4.719	4.676	429.371	332.516
Energia de curto prazo	-	-	1.565	853	84.333	29.086
TOTAL SUPRIMENTO	-	-	6.284	5.529	513.704	361.602
TOTAL GERAL	4.070.591	3.995.916	25.743	24.613	8.432.859	8.043.088

(1) Não examinado pelos auditores independentes

(3) Ligth SESA

(2) Número de contas faturadas no mês de dezembro de 2010, com e sem consumo

30. Custos e Despesas Operacionais

Natureza do Gasto	Custo do Serviço		Consolidado			2010	2009
			Despesas Operacionais		Outras		
	Com Energia	De Operação	Com Vendas	Gerais e Admin.	receitas (despesas) operacionais		
Pessoal e Administradores	-	(168.302)	(17.646)	(79.806)	-	(265.754)	(271.863)
Material	-	(27.452)	(2.187)	(3.851)	-	(33.490)	(25.911)
Serviço de Terceiros	-	(156.965)	(80.267)	(123.194)	-	(360.426)	(274.105)
Energia Elétrica Comprada para Revenda (nota 31)	(3.392.464)	-	-	-	-	(3.392.464)	(3.322.637)
Depreciação e amortização	-	(311.224)	(1.163)	(40.075)	-	(352.462)	(343.557)
Provisão p/Crédito de Liq. Duvidosa	-	-	(254.785)	-	-	(254.785)	(246.076)
Provisão para Contingências	-	-	-	37.100	-	37.100	(59.969)
Custo de construção	-	(552.831)	-	-	-	(552.831)	(526.986)
Outras	-	(24.603)	(1.444)	(75.240)	9.828	(91.459)	(89.952)
	(3.392.464)	(1.241.377)	(357.492)	(285.066)	9.828	(5.266.571)	(5.161.056)

31. Energia Elétrica Comprada para Revenda

	GWh		R\$	
	2010	2009	2010	2009
Encargos de conexão	-	-	(19.968)	(19.044)
Energia de Curto Prazo (Spot)	1.068	1.327	(25.234)	(65.877)
Encargos Uso da Rede	-	-	(419.401)	(408.011)
UTE Norte Fluminense	6.351	6.351	(806.846)	(935.536)
Itaipu - Binacional	5.420	5.649	(548.741)	(630.975)
O.N.S.	-	-	(17.752)	(15.913)
PROINFA	532	480	(83.501)	-
ESS	-	-	(128.976)	-
Outros contratos e Leilão de Energia	14.683	13.627	(1.342.045)	(1.247.281)
	28.054	27.434	(3.392.464)	(3.322.637)

32. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
RECEITA				
Acréscimo moratório s/ contas de energia e parcelamento de débitos	-	-	75.546	75.944
Atualização de créditos tributários	66	-	21.449	33.007
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.003	1.571	59.977	61.197
Operações de swap	-	-	298	(10.308)
Outras	522	27	15.953	26.905
	2.591	1.598	173.223	186.745
DESPESA				
Ajuste a valor presente do Contas a receber	-	-	(13)	19.072
Ajuste superávit/ (déficit) Braslight	-	-	(49.263)	48.616
Atualização de passivos tributários	-	-	(34)	(23.392)
Atualização de provisão para contingências	-	-	(44.498)	(45.036)
Despesas bancárias	(15)	(286)	(16.782)	(6.409)
Encargos e variação monetária com financiamento BNDES	-	-	(53.953)	-
Encargos e variação monetária sobre passivo atuarial Braslight	-	-	(109.625)	(66.813)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos - ME	-	-	(7.184)	(10.726)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos - MN	-	-	(184.108)	(184.560)
Encargos sobre transações de energia livre	-	-	-	(47.575)
Estorno Crédito de IR Debênture 4ª Emissão	-	-	(11.523)	-
Juros e multas sobre Tributos	-	-	10.885	(4.577)
Multas regulatórias	-	-	(10.805)	-
Parcelamento - Redução multas e juros Lei11.941 / 09 (REFIS)	-	-	-	128.921
Parcelamento - multas e juros Lei11.941 / 09 (REFIS)	-	-	3.284	(101.199)
Variação monetária - MN	-	-	1	(22)
Variação cambial - ME	-	-	12.859	44.698
Operações de swap	-	-	(4.612)	(7.554)
Outras	(50)	(30)	(27.246)	(15.118)
	(65)	(316)	(492.617)	(271.674)
TOTAL	2.526	1.282	(319.394)	(84.929)

33. Instrumentos Financeiros

Abaixo, são comparados os valores contábeis e de mercado dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Controladora			
	31/12/2010		31/12/2009	
	Contabilizado	Mercado	Contabilizado	Mercado
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	38.295	38.295	14.584	14.584
Outros créditos (nota 12)	23.860	23.860	20.212	20.212
	62.155	62.155	34.796	34.796
PASSIVO				
Fornecedores (nota 16)	280	280	6.348	6.348
	280	280	6.348	6.348
	Consolidado			
	31/12/2010		31/12/2009	
	Contabilizado	Mercado	Contabilizado	Mercado
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	514.109	514.109	760.313	760.313
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	11.122	11.122	68.059	68.059
Concessionárias e permissonárias (nota 8)	1.634.965	1.634.965	1.653.652	1.653.652
Swaps	211	211	4	4
Ativo financeiro de concessões (nota 11)	469.030	469.030	354.784	354.784
Outros créditos (nota 12)	152.973	152.973	97.250	97.250
	2.782.410	2.782.410	2.934.062	2.934.062
PASSIVO				
Fornecedores (nota 16)	658.421	658.421	564.181	564.181
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	1.335.183	1.342.054	1.183.003	1.195.561
Debêntures (nota 18)	1.088.402	1.095.106	1.241.675	1.241.675
Swaps (nota 17)	5.295	5.295	5.558	5.558
	3.087.301	3.100.876	2.994.417	3.006.975

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009 que revogou a Deliberação nº 566/2008, a descrição dos saldos contábeis e dos valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e 2009, estão identificadas a seguir:

■ Aplicações financeiras

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários estão mensuradas ao seu valor de custo corrigido na data do balanço, que se aproxima do seu valor de mercado, conforme avaliação da administração.

■ Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários estão mensuradas

ao seu valor na data do balanço, que corresponde ao seu valor de mercado.

■ Consumidores, concessionárias e permissonárias (clientes)

São classificados como “empréstimos e recebíveis”, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

■ Ativo financeiro de concessões

São classificados como “empréstimos e recebíveis”, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

■ Fornecedores

Contas a pagar a fornecedores de bens

e serviços necessários às operações da Companhia e suas controladas, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

Estes saldos estão classificados como “passivo financeiro não mensurado ao valor justo” e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, que não divergem significativamente do valor de mercado.

■ Empréstimos, financiamentos e debêntures

São mensurados pelo “método do custo amortizado corrigido”. Os valores de mercado foram calculados utilizando-se taxas de juros aplicáveis a instrumentos de natureza, prazos e riscos similares, ou com base nas cotações de mercado desses

Demonstrações Financeiras

títulos. Os valores de mercado para o financiamento do BNDES são idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. No caso das debêntures, o valor contábil e de mercado são idênticos, considerando não haver um mercado líquido de negociação das mesmas que possa servir de referência precisa para o cálculo de mercado. Esses instrumentos financeiros estão classificados como “passivos financeiros não mensurados a valor justo”.

■ Swaps

São mensurados pelo “valor de mercado”. A determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis e a metodologia usual de precificação: para a ponta ativa (em dólares norte-americanos) a avaliação do valor nominal

(nacional) até a data de vencimento e descontado a valor presente às taxas de cupom limpo, publicadas nos boletins da Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F Bovespa.

É importante ressaltar que os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

a) Instrumentos Financeiros por categoria:

	Controladora 31/12/2010			Consolidado 31/12/2010		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Total
ATIVO						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	386	37.909	38.295	36.028	478.081	514.109
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	-	-	-	-	11.122	11.122
Concessionárias e permissonárias (nota 8)	-	-	-	1.634.965	-	1.634.965
Swaps	-	-	-	-	211	211
Ativo financeiro de concessões (nota 11)	-	-	-	469.030	-	469.030
Outros créditos (nota 12)	23.860	-	23.860	152.973	-	152.973
	24.246	37.909	62.155	2.292.996	489.414	2.782.410
	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Total	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Total
PASSIVO						
Fornecedores (nota 16)	280	-	280	658.421	-	658.421
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	-	-	-	1.335.183	-	1.335.183
Debêntures (nota 18)	-	-	-	1.088.402	-	1.088.402
Swaps (nota 17)	-	-	-	-	5.295	5.295
	280	-	280	3.082.006	5.295	3.087.301

b) Política para utilização de derivativos

A Companhia possui uma política para utilização de instrumentos de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração que determina a proteção do serviço da dívida (principal mais juros e comissões) denominado em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses, vedando qualquer utilização de caráter especulativo, seja em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Em linha com o disposto na política, a Companhia e suas controladas não possuem contratos a termo, opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. Ademais, fica evidenciado através do quadro anterior que a Companhia e suas controladas utilizam o *swap* cambial sem caixa (US\$ versus CDI), cujo Valor Nominal Contratado equivale ao montante de serviço da dívida denominada em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses.

Além disso, foram realizadas em outubro de 2010 operações de *swap* de taxa de juros associadas ao vencimento de CCB Bradesco.

c) Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

A administração dos instrumentos de derivativos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em fiscalização permanente do cumprimento da política para utilização de derivativos, bem como acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

d) Fatores de Risco

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo:

Composição da dívida (não inclui encargos financeiros):

	Consolidado			
	31/12/2010		31/12/2009	
	R\$	%	R\$	%
USD	73.131	3,0	99.721	4,1
Cesta moedas BNDES	-	-	444	-
MOEDA ESTRANGEIRA (CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)	73.131	3,0	100.165	4,1
CDI	1.618.316	66,8	1.763.892	72,7
TJLP	624.457	25,8	521.542	21,5
Outros	107.681	4,4	39.079	1,7
MOEDA NACIONAL (CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)	2.350.454	97,0	2.324.513	95,9
TOTAL GERAL (CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)	2.423.585	100,0	2.424.678	100

Em 31 de dezembro de 2010, de acordo com o quadro acima, o montante de dívida denominada em moeda estrangeira é de R\$73.131, ou 3,01% do principal da dívida.

Para o montante de serviço da dívida em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, cujo valor nacional em 31 de dezembro de 2010 era de US\$19.191, de acordo com a política para utilização de instrumentos de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, se descontarmos esse montante do total da dívida em moeda estrangeira, a exposição cambial passa a 1,72% do total da dívida.

A seguir, destacam-se algumas considerações e análises acerca dos fatores de riscos que impactam o negócio das empresas do Grupo Light:

■ Risco de taxa de câmbio

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Light Sesa são denominados em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) para proteção do serviço associado às tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses além do *swap* de taxas anteriormente mencionado. As operações de derivativos apresentaram um perda de R\$1.134 no quarto trimestre de 2010 (perda de R\$1.671 no quarto trimestre de 2009) e uma perda de R\$4.406 no ano de 2010 (perda de R\$17.862 no ano de 2009). O valor líquido das operações de *swap* vigentes em 31 de dezembro de 2010, considerando o valor justo, é negativo em R\$5.084 (negativo em R\$5.554 em 31 de dezembro de 2009), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Swap de moeda

Instituição	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal Contratado (US\$)	Valor Justo Dez/10 (R\$) Ativa	Valor Justo Dez/10 (R\$) Passiva	Valor Justo Dez/10 (R\$) Saldo
Banco Itaú	US\$+2,20%	100% CDI	18/06/09	10/03/11	69	-	(36)	(36)
Citibank	US\$+2,33%	100% CDI	18/06/09	12/04/11	5.436	-	(2.846)	(2.846)
Banco Itaú	US\$+2,30%	100% CDI	10/09/09	12/09/11	66	-	(22)	(22)
Banco Itaú	US\$+2,79%	100% CDI	09/10/09	11/10/11	5.273	-	(1.155)	(1.155)
Citibank	US\$+3,20%	100% CDI	10/03/10	12/03/12	63	-	(14)	(14)
Banco Itaú	US\$+2,82%	100% CDI	12/04/10	11/04/12	5.010	-	(1.006)	(1.006)
Bradesco	US\$+2,50%	100% CDI	10/09/10	10/09/12	63	-	(7)	(7)
HSBC	US\$+2,20%	100% CDI	11/10/10	09/10/12	3.211	-	(209)	(209)
TOTAIS					19.191	-	(5.295)	(5.295)

Swap de taxa

Instituição	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal Contratado (R\$ Mil)	Valor Justo Dez/10 (R\$) Ativa	Valor Justo Dez/10 (R\$) Passiva	Valor Justo Dez/10 (R\$) Saldo
HSBC	CDI+0,85%	101,9%CDI +(TJLP-6%)	11/10/10	09/10/11	150.000	211	-	211
TOTAIS					150.000	211	-	211

Demonstrações Financeiras

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 31 de dezembro de 2010. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio e de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia e de suas controladas.

A metodologia utilizada para o "Cenário Provável" foi considerar que tanto as taxas de câmbio quanto os juros manterão o mesmo nível verificado em 31 de dezembro de 2010 até o final do exercício de

2011, mantendo-se constantes os montantes de passivos, derivativos e aplicações financeiras verificados nesta data. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro em 2011, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações em 31 de dezembro de 2010 e a projeção dos encargos e remuneração sobre estes saldos. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia e de suas controladas.

Risco de Desvalorização da Taxa de Câmbio:

Operação	Risco	R\$		
		Cenário (I): Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
PASSIVOS FINANCEIROS		(7.418)	(26.705)	(45.993)
Par Bond	USD	(3.891)	(10.919)	(17.947)
Discount Bond	USD	(1.612)	(6.324)	(11.035)
C. Bond	USD	(1.543)	(6.575)	(11.608)
Debit. Conv.	USD	(336)	(2.696)	(5.057)
Bib	USD	(36)	(191)	(346)
DERIVATIVOS	USD			
Swaps		(2.199)	6.161	14.521
Referência para ativos e passivos			+25%	+50%
Financeiros				
Cotação R\$/US\$ (Fim do exercício)		1,6662	2,0828	2,4993

Risco de Apreciação da Taxa de Câmbio:

Operação	Risco	R\$		
		Cenário (I): Provável	Cenário (IV)	Cenário (V)
PASSIVOS FINANCEIROS		(7.418)	11.869	31.157
Par Bond	USD	(3.891)	3.137	10.165
Discount Bond	USD	(1.612)	3.099	7.811
C. Bond	USD	(1.543)	3.489	8.521
Debit. Conv.	USD	(336)	2.025	4.386
Bib	USD	(36)	119	274
DERIVATIVOS	USD			
Swaps		(2.199)	(10.559)	(18.919)
Referência para ativos e passivos			-25%	-50%
Financeiros				
Cotação R\$/US\$ (Fim do exercício)		1,6662	1,2497	0,8331

Diante do quadro acima, é possível identificar que apesar do *hedge* parcial para a dívida em moeda estrangeira (apenas limita-se ao serviço da dívida a vencer em até 24 meses), à medida que a cotação do R\$/US\$ cresce, a despesa financeira dos passivos aumenta, mas a receita financeira dos derivativos também compensa parcialmente esse impacto negativo e vice-versa. Com isso, evidencia-se a proteção do caixa proporcionada pela política de derivativos da Companhia e de suas controladas.

■ Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos e

financiamentos das controladas, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Vide abaixo análise de sensibilidade do risco de taxa de juros, demonstrando os efeitos no resultado da variação nos cenários:

Risco de Elevação das Taxas de Juros:

				R\$
Operação	Risco	Cenário (I): Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS		CDI		
Aplicações Financeiras		51.985	64.981	77.977
PASSIVOS FINANCEIROS				
Debêntures 5ª Emissão	CDI	(97.782)	(119.246)	(140.710)
CCB Bradesco	CDI	(52.171)	(64.244)	(76.317)
CCB Bco Santander	CDI	(9.751)	(11.909)	(14.067)
Debêntures 4ª Emissão	TJLP	(11)	(13)	(14)
FINEM BNDES 2006-2008	TJLP	(33.187)	(38.107)	(43.026)
FINEM BNDES 2009-2010	TJLP	(13.584)	(15.977)	(18.371)
FINEM BNDES 2009-2010 TJLP+1	TJLP	(15.234)	(17.651)	(20.068)
PROESCO	TJLP	(652)	(772)	(893)
Debêntures 6ª Emissão	CDI	(36.991)	(46.928)	(57.157)
DERIVATIVOS				
Swaps de moedas	CDI	(2.199)	(2.896)	(3.591)
Swap de taxas	CDI	1.139	1.093	1.045
Swap de taxas	TJLP	1.139	(1.029)	(3.197)
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
CDI (% fim do exercício)		10,64%	13,30%	15,96%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
CDI (% fim do exercício)		10,64%	13,30%	15,96%
TJLP (% fim do exercício)		6,00%	7,50%	9,00%

Risco de Queda das Taxas de Juros:

				R\$
Operação	Risco	Cenário (I): Provável	Cenário (IV)	Cenário (V)
ATIVOS FINANCEIROS		CDI		
Aplicações Financeiras		51.985	38.988	25.992
PASSIVOS FINANCEIROS		(259.363)	(204.163)	(149.238)
Debêntures 5ª Emissão	CDI	(97.782)	(76.318)	(54.853)
CCB Bradesco	CDI	(52.171)	(40.098)	(28.025)
CCB Bco Santander	CDI	(9.751)	(7.593)	(5.436)
Debêntures 4ª Emissão	TJLP	(11)	(9)	(8)
FINEM BNDES 2006-2008	TJLP	(33.187)	(28.268)	(23.349)
FINEM BNDES 2009-2010	TJLP	(13.584)	(11.191)	(8.797)
FINEM BNDES 2009-2010 TJLP+1	TJLP	(15.234)	(12.817)	(10.400)
PROESCO	TJLP	(652)	(531)	(410)
Debêntures 6ª Emissão	CDI	(36.991)	(27.338)	(17.960)
DERIVATIVOS				
Swaps de moedas	CDI	(2.199)	(1.498)	(795)
Swap de taxas	CDI	1.139	1.183	1.226
Swap de taxas	TJLP	1.139	3.307	5.476
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			-25%	-50%
CDI (% fim do exercício)		10,64%	7,98%	5,32%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			-25%	-50%
CDI (% fim do exercício)		10,64%	7,98%	5,32%
TJLP (% fim do exercício)		6,00%	4,50%	3,00%

Demonstrações Financeiras

■ Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

■ Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas notas 17 e 18.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à

administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão das aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam a Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

	Consolidado				Total
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Instrumentos a taxas de juros					
Pós-Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	74.465	676.162	1.999.085	228.921	2.978.633
Instrumentos a taxas de juros					
Pré-Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	2.181	57.188	108.932	185.814	354.115

e) Gestão do Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

f) Valor Justo Hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo

referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

	31/12/2010	Consolidado		
		Mensuração do Valor Justo		
		Mercados idênticos	Mercados similares	Sem mercado ativo
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	478.081	-	478.081	-
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	11.122	-	11.122	-
Swaps	211	-	211	-
	489.414	-	489.414	-
PASSIVO				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	1.335.183	-	1.335.183	-
Debêntures (nota 18)	1.088.402	-	1.088.402	-
Swaps (nota 17)	5.295	-	5.295	-
	2.428.880	-	2.428.880	-

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1 e 3 durante o exercício em análise e

que não ocorreram transferências entre os níveis para este mesmo exercício.

34. Seguros

Em 31 de dezembro de 2010, o Grupo Light possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais se podem citar:

Seguro de Riscos Operacionais - cobre os danos materiais ocasionados a prédios, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios decorrentes de incêndio, explosão, desentulho, alagamentos, terremoto, quebra de maquinário e danos elétricos.

Todos os ativos do Grupo Light estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "All Risks", com exceção das linhas de transmissão e distribuição.

Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O) - Tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes de suas atividades como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de Responsabilidade Civil e Geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos involuntários, danos físicos a pessoas e/ou danos materiais causados a terceiros e relacionados à poluição, contaminação ou vazamentos súbitos.

Seguro de Transporte Internacional - embarques de carga/equipamentos, Seguro Garantia Financeira - Comercialização de Energia (8 apólices) e Seguro Incêndio - Imóveis Alugados.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2010, a cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração é resumida como segue:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10/08/2010	10/08/2011	US\$20.000	US\$ 76
Responsabilidade Civil e Geral	25/09/2010	25/09/2011	R\$20.000	R\$448
Riscos Operacionais*	31/10/2010	31/10/2011	R\$ 3.664.000	R\$1.482

*Limite Máximo de Indenização (LMI) de R\$300.000.

35. Questões Ambientais

Dentre as ações mais relevantes desempenhadas pela Companhia que visam garantir a qualidade ambiental, destacamos as seguintes:

■ Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)

(1): A Companhia iniciou o levantamento da emissão de gases de efeito estufa referente às suas atividades realizadas desde 2006. A partir desse levantamento estipulou-se uma meta de redução anual das emissões de GEE, que tem sido alcançada e até superada tendo em vista os esforços empenhados para tornar os processos mais eficientes (com menor geração de resíduos e gases).

- Gestão de Resíduos (1): Empresas especializadas são contratadas para garantir a destinação correta de todos os resíduos gerados pela Companhia, incluindo perigosos e recicláveis. Na manutenção das usinas do Parque Gerador, por exemplo, existe um contrato com empresa especializada no fornecimento de toalhas laváveis e reutilizáveis, em substituição aos panos e estopas, o que reduz em até 60%. Com relação às atividades da Distribuidora,

contamos com um contrato que garante o reaproveitamento dos equipamentos em desuso retirados da rede de energia elétrica, o que permite enorme diminuição no consumo de recursos naturais e geração de resíduos.

- Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e Sistema de Gestão Integrado (SGI) (1): A Companhia possui atualmente 247 sites certificados pela ISO 14001, norma esta que estabelece critérios para a Gestão Ambiental. A Light Energia, por sua vez, possui tripla certificação - Qualidade, Saúde e Segurança e Meio Ambiente de todo Parque Gerador em operação. Dentre os empreendimentos certificados em Sistema de Gestão Ambiental (SGA) estão subestações de energia elétrica, linhas de distribuição aérea 138 kV, agências comerciais, usinas hidrelétricas, entre outros. O SGA da Companhia permite o gerenciamento dos aspectos e impactos ambientais advindos das atividades listadas, bem como o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, a conscientização e o treinamento em meio ambiente dos colaboradores entre outros. A

manutenção de um sistema com tal conjuntura exige uma série de investimentos para evitar possíveis não conformidades.

- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (1): O programa, iniciado em 1992, possui metas anuais de 50 hectares de plantio e 300 hectares de manutenção de áreas plantadas no entorno dos reservatórios da Light, contribuindo diretamente para a biodiversidade local e regional. Em 2010 a Companhia superou essas metas realizando plantio em 56 hectares e manutenção em 353 hectares de áreas reflorestadas e florestas remanescentes da Mata Atlântica.
- Manejo de Macrófitas Aquáticas (1): A vegetação aquática que se forma ao longo dos reservatórios pode causar sérios problemas na geração da energia, no controle de cheias e aos múltiplos usos da água, exigindo um grande investimento para controlar seu crescimento populacional.
- Programa de Repovoamento de Rios e Reservatórios (1): A Companhia assumiu compromisso junto à Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio de

Demonstrações Financeiras

Janeiro para recuperação da fauna de peixes do Rio Paraíba do Sul. O projeto elaborado pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA prevê a soltura de 1 milhão de alevinos, dos quais 200 mil serão fornecidos pela Light.

ⁿ Responsabilidade socioambiental (1): Educação é coisa séria para a Companhia, que há muitos anos atua financiando projetos de educação ambiental e escolas dos níveis fundamental e técnico em municípios da sua área de concessão. O Projeto de Inclusão Socioambiental é uma dessas iniciativas, em parceria com a Secretaria de Educação de Pirai-RJ, e pesquisadores da UNESP, UNIRIO, UFRRJ, FIOCRUZ e CETAS/IBAMA (Seropédica-RJ) que visa levar aos professores, alunos e funcionários da Escola de Lajes,

aos colaboradores da empresa e à comunidade, oportunidades de conhecer os recursos ambientais locais disponíveis e formar multiplicadores das ações sustentáveis, com ênfase nos cuidados ambientais necessários à prevenção da poluição hídrica e do aquecimento global.

ⁿ Tais iniciativas contribuíram para permanência da Light na carteira do ISE Bovespa desde 2007.

No exercício de 2010, os montantes investidos nos projetos acima descritos, entre outros, totalizaram R\$ 4.976.

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

36. Informações por Segmento

As informações por segmento foram preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8 e estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia e suas controladas, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas.

A Administração da Companhia considera que os segmentos são: distribuição de energia, geração de energia, comercialização de

energia e outros (inclusive a holding). A Companhia está segmentada de acordo com sua operação, que tem riscos e remunerações diferentes.

As informações por segmento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 estão apresentadas a seguir:

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2010
Ativo circulante	2.200.937	166.428	61.605	114.245	(165.047)	2.378.168
Ativo não circulante	2.152.886	1.017	20.409	195	(218.002)	1.956.505
Investimento	16.374	149	-	3.356.792	(3.355.729)	17.586
Imobilizado	189.015	1.433.849	5.039	990	-	1.628.893
Intangível	3.478.653	131.766	-	1.319	2.034	3.613.772
Passivo circulante	1.954.713	217.644	39.398	140.045	(165.047)	2.186.753
Passivo não circulante	3.640.719	647.138	7.134	1.038	(218.002)	4.078.027
Patrimônio líquido	2.442.433	868.427	40.521	3.332.458	(3.353.695)	3.330.144

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2009 Reapresentado
Ativo circulante	2.592.400	241.920	49.947	191.464	(288.818)	2.786.913
Ativo não circulante	2.324.417	668	1.889	68	(307.244)	2.019.798
Investimento	16.448	150	2.581	3.514.356	(3.513.147)	20.388
Imobilizado	180.658	1.414.844	4.336	730	-	1.600.568
Intangível	3.306.009	116.971	-	-	-	3.422.980
Passivo circulante	1.632.313	256.089	29.473	151.750	(288.818)	1.780.807
Passivo não circulante	4.088.365	733.617	1.455	19	(307.244)	4.516.212
Patrimônio líquido	2.699.254	784.847	27.825	3.553.680	(3.511.978)	3.553.628

Resultado por segmento:						Consolidado	Consolidado
	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	2010	2009
						Reapresentado	
RECEITA OPERACIONAL	9.347.209	365.018	303.668	-	(178.904)	9.836.991	9.254.630
Fornecimento Faturado	7.927.985	-	-	-	-	7.927.985	7.655.676
Fornecimento não faturado	(8.830)	-	-	-	-	(8.830)	25.810
Suprimento - Energia Elétrica	66.446	359.050	249.872	-	(161.664)	513.704	361.602
Receita de Construção	552.831	-	-	-	-	552.831	526.986
Outras	808.777	5.968	53.796	-	(17.240)	851.301	684.556
DEDUÇÕES A RECEITA	(3.250.106)	(45.077)	(33.224)	-	-	(3.328.407)	(3.047.733)
Fornecimento Faturado -ICMS	(2.194.042)	-	(25.402)	-	-	(2.219.444)	(2.080.591)
Encargos do Consumidor	(556.347)	(13.628)	-	-	-	(569.975)	(515.464)
PIS	(89.735)	(5.606)	(1.098)	-	-	(96.439)	(81.702)
COFINS	(407.984)	(25.830)	(5.050)	-	-	(438.864)	(367.423)
Outros	(1.998)	(13)	(1.674)	-	-	(3.685)	(2.553)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	6.097.103	319.941	270.444	-	(178.904)	6.508.584	6.206.897
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(5.037.251)	(152.913)	(248.539)	(6.772)	178.904	(5.266.571)	(5.161.056)
Pessoal	(238.196)	(20.683)	(3.165)	(3.710)	-	(265.754)	(271.863)
Material	(22.674)	(814)	(9.996)	(6)	-	(33.490)	(25.911)
Serviço de Terceiros	(317.603)	(15.832)	(24.575)	(2.416)	-	(360.426)	(274.105)
Energia Comprada	(3.344.010)	(17.701)	(209.297)	-	178.544	(3.392.464)	(3.322.637)
Depreciação	(290.232)	(61.618)	(612)	-	-	(352.462)	(343.557)
Provisões	(208.357)	(9.328)	-	-	-	(217.685)	(306.045)
Custo de Construção	(552.831)	-	-	-	-	(552.831)	(526.986)
Outras	(63.348)	(26.937)	(894)	(640)	360	(91.459)	(89.952)
Equivalência Patrimonial	-	-	-	579.394	(579.394)	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	(289.098)	(33.869)	967	2.606	-	(319.394)	(84.929)
Receita Financeira	194.356	6.993	1.493	2.671	(32.290)	173.223	186.745
Despesa Financeira	(483.454)	(40.862)	(526)	(65)	32.290	(492.617)	(271.674)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	770.754	133.159	22.872	575.228	(579.394)	922.619	960.912
Contribuição Social	(77.440)	(15.751)	(1.926)	-	-	(95.117)	(168.994)
Imposto de Renda	(217.998)	(28.745)	(5.609)	-	-	(252.352)	(203.114)
RESULTADO LÍQUIDO	475.316	88.663	15.337	575.228	(579.394)	575.150	588.804

37. Reajuste Tarifário

A ANEEL, em reunião pública de diretoria, ocorrida em 3 de novembro de 2010, aprovou o reajuste médio das tarifas da Light Serviços de Eletricidade S.A. (Light SESA) de 6,99% para o período de 12 meses a partir de 7 de novembro de 2010.

O índice do reajuste tarifário é constituído por dois componentes: o Estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 8,31%; e o Financeiro, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, de -1,32%.

Reajuste Tarifário Light 2010		%
	IRT Estrutural	8,31
	Adicionais Financeiros	(1,32)
	TOTAL	6,99

Cabe destacar que as novas tarifas já incorporam os efeitos da nova metodologia proposta no Termo Aditivo aprovado pela ANEEL na reunião de diretoria do dia 2 de fevereiro de 2010.

Em conformidade com contrato de concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas. A "Parcela A" que envolve os chamados "custos não gerenciáveis" relacionados à atividade de distribuição de energia elétrica e que são apenas repassados para a tarifa de energia e independem da gestão da concessionária. E a "Parcela B" que compreende o valor remanescente da receita, envolvendo, portanto, os chamados "custos gerenciáveis", ou seja, administrados pela própria concessionária. Fazem parte dessa parcela as despesas de operação e manutenção, a cota de depreciação e a remuneração dos investimentos.

O objetivo do reajuste tarifário é

restabelecer o poder de compra da receita da concessionária, segundo fórmula prevista no contrato de concessão. Acontece anualmente, na data de aniversário do contrato, exceto no ano de revisão tarifária. Para aplicação dessa fórmula, são calculados todos os custos não-gerenciáveis da distribuidora ("Parcela A"). Os outros custos gerenciáveis, constantes da "Parcela B", são corrigidos pelo IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas. A correção da "Parcela B" ainda depende do Fator X, índice fixado pela ANEEL na época da revisão tarifária. Sua função é repartir com o consumidor os ganhos de produtividade da concessionária, decorrentes do crescimento do número de unidades consumidoras e do aumento do consumo do mercado existente, o que contribui para a modicidade tarifária.

A variação verificada nos custos gerenciáveis ("Parcela A") de 8,34%,

deve-se principalmente ao aumento dos Encargos Setoriais, decorrente tanto da recém aprovada Lei nº 12.111, que aumentou os custos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da conta de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) quanto do aumento dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS), que decorre da inclusão da previsão dos custos associados ao despacho de térmicas, fora da ordem de mérito, por razão de segurança energética, por ordem do CMSE. A "Parcela B", correspondente aos custos gerenciáveis, reflete a variação acumulada do IGP-M no período de novembro de 2009 a outubro de 2010, de 8,81%, deduzido o Fator X de 0,86%, resultando no percentual final de 7,95%.

Os consumidores da Light SESA observam um aumento médio em suas contas de luz de 2,20%, desde 7 de novembro de 2010

38. Plano de Incentivo de Longo Prazo

a) Plano de Incentivo em Opções de Ações

Em 6 de novembro de 2009, os executivos que tinham direito ao plano de incentivo de longo prazo foram destituídos de seus cargos. O plano previa no item 10, que em caso de término do contrato de trabalho, antes do término de carência, os beneficiários poderiam exercer um percentual de até 95% das opções que lhes foram outorgadas, dependendo do prazo de término do contrato em relação ao período de *vesting*.

Do total de opções outorgadas (6.917.733 ações) os executivos tiveram direito a 95%, correspondente a 6.571.846 ações.

Em 31 de dezembro de 2010 todas as

opções já haviam sido exercidas.

Para exercício dessa obrigação decorrente do exercício de opção, pelos executivos, a Companhia comprou ações no mercado, mantendo-as em tesouraria até a liquidação das obrigações.

b) Plano de Incentivo em "Opções Fantasma"

A Modalidade de "Opções Fantasma" foi oferecida aos executivos elegíveis indicados pelo Conselho de Administração e está diretamente atrelada à criação de valor da Light, medida por meio da variação da Unidade de Valor da Light (UVL). O cálculo da UVL é resultante da ponderação dos seguintes fatores:

1. Valor de mercado das ações da Light S.A.;
2. Valor econômico (múltiplo do EBITDA);
3. Valor de dividendos distribuídos.

A diferença entre a UVL prevista no Programa para o ano de outorga e a UVL verificada no ano de exercício multiplicado pela quantidade de opções exercidas pelo participante montará o total do bônus de longo prazo a ser pago a cada participante.

A Companhia efetuou provisão no montante de R\$10.669 (R\$4.132 em 31 de dezembro de 2009) referente ao período de *vesting* incorrido no ano de 2010 com contrapartida na rubrica despesas de pessoal.

39. Contratos de Longo Prazo

a) Contratos de uso do sistema de distribuição (CUSD)

Todas as usinas da controlada Light Energia estão conectadas à rede de distribuição e têm vigência até a data de extinção das concessões. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo remanescente dos contratos é de R\$243.319 (R\$244.470 em 31 de dezembro de 2009).

b) Contratos de venda de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2010, a Light Energia possuía compromissos de venda de energia com posição em MWmédio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Ano	Energia contratada TOTAL(MWmédio)
	2011	523,2
	2012	521,2
	2013	510,1
	2014	510,2
	2015	479,9
	2016	479,9
	2017	479,9
	2018	479,9
	2019	479,9
	2020	449,6
	2021	449,6
	2022	449,6
	2023	449,6
	2024	449,6
	2025	449,6
	2026	449,6

c) Contratos de compra de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía compromissos de compra de energia como segue:

Ano	Mwmed Contrato bilateral	Mwmed Leilões de Energia	Mwmed Total Contratos
2011	1.341	1.816	3.157
2012	1.341	1.883	3.224
2013	1.341	1.505	2.846
2014	1.341	949	2.290
2015	1.341	883	2.223
2016	1.341	865	2.206
2017	1.341	934	2.275
2018	1.341	939	2.280
2019	1.341	939	2.280
2020	1.341	939	2.280
2021	1.341	939	2.280
2022	1.341	939	2.280
2023	1.341	919	2.260
2024	1.341	877	2.218
2025	616	681	1.297
2026	-	634	634

Conselho de Administração

EFETIVOS

Aldo Floris
Ana Marta Horta Veloso
Djalma Bastos de Moraes
João Márcio Lignani Siqueira
Firmino Ferreira Sampaio Neto
Luiz Carlos Costeira Urquiza
Carlos Roberto Teixeira Junger
Sérgio Alair Barroso
Maria Silvia Bastos Marques
Carlos Alberto da Cruz
Elvio Lima Gaspar

SUPLENTES

Lauro Alberto de Luca
João Procópio Campos Loures Vale
Vago
Fernando Henrique Schuffner Neto
Carlos Augusto Leone Piani
Paulo Roberto Reckziegel Guedes
Ricardo Simonsen
Luiz Fernando Rolla
Almir José dos Santos
Carmen Lúcia Claussen Kanter
Joaquim Dias de Castro

Conselho Fiscal

Eduardo Grande Bittencourt
(*Presidente*)

EFETIVOS

Isabel da Silva Ramos Kimmelmeier
(*Conselheiro*)
Ari Barcelos da Silva
(*Conselheiro*)
Maurício Wanderley Estanislau da Costa
(*Conselheiro*)
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
(*Conselheiro*)

SUPLENTES

Ricardo Genton Peixoto
Ronald Gastão Andrade Reis
Eduardo Gomes Santos
Márcio Cunha Cavour Pereira de Almeida
Aliomar Silva Lima

Diretoria executiva

Jerson Kelman

Diretor Presidente

João Batista Zolini Carneiro

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Evandro Leite Vasconcelos

Diretor de Energia

Paulo Carvalho Filho

Diretor de Gestão Empresarial

Ana Silvia Corso Matte

Diretora de Gente

José Humberto Castro

Diretor de Distribuição

Paulo Roberto Ribeiro Pinto

Diretor de Novos Negócios e Institucional

Superintendência de controladoria

Luciana Maximino Maia

Superintendente de Controladoria

CPF 144.021.098-50

CRC-RJ 091476/O-0

Suzanne Lloyd Gasparini

Contadora - Gerente de Contabilidade

CPF 081.425.517-56

CRC-RJ 107359-0

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da LIGHT S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo como disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e a proposta de distribuição dos lucros, todos os documentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, da Controladora e Consolidado.

Nossos exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Desta forma, tendo em conta, ainda, o relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido em 25 de março de 2011, sem ressalvas, este CONSELHO FISCAL, pela unanimidade de seus membros, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados à Assembléia Geral Ordinária de Acionistas para deliberação.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2011.

Eduardo Grande Bittencourt

Presidente

Ari Barcelos da Silva

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond

Isabel da Silva Ramos Kimmelmeier

Maurício Wanderley Estanislau da Costa

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Light S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Light S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução

de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Light S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os

aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Light S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Light S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2011

Informações Corporativas

Conselheiros de Administração

Efetivos

Aldo Floris
Ana Marta Horta Veloso
Djalma Bastos de Morais
João Marcio Lignani Siqueira
Firmino Ferreira Sampaio Neto
Luiz Carlos Costeira Urquiza
Carlos Roberto Teixeira Junger
Sérgio Alair Barroso
Maria Silvia Bastos Marques (**)
Carlos Alberto da Cruz (***)
Elvio Lima Gaspar (*)

Suplentes

Lauro Alberto De Luca
João Procópio Campos Loures Vale
Vago
Fernando Henrique Schuffner Neto
Carlos Augusto Leone Piani
Paulo Roberto Reckziegel Guedes
Ricardo Simonsen
Luiz Fernando Rolla
Almir José dos Santos (**)
Carmen Lúcia Clausen Kanter (***)
Joaquim Dias de Castro (*)

(*) *Conselheiros de Administração BNDESPAR (Independentes)*

(**) *Conselheiros de Administração Independentes*

(***) *Conselheiros de Administração Empregados*

Conselheiros Fiscais

Eduardo Grande Bittencourt
(Presidente)
Isabel da Silva Ramos Kimmelmeier
Ari Barcelos da Silva
Maurício Wanderley Estanislau da Costa
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond

Ricardo Genton Peixoto
Ronald Gastão Andrade Reis
Eduardo Gomes Santos
Márcio Cunha Cavour Pereira de Almeida
Aliomar Silva Lima

Diretoria Executiva

Jerson Kelman
Diretor Presidente

João Batista Zolini Carneiro
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Evandro Leite Vasconcelos
Diretor de Energia

Paulo Carvalho Filho
Diretor de Gestão Empresarial

Ana Silvia Corso Matte
Diretora de Gente

José Humberto Castro
Diretor de Distribuição

Paulo Roberto Ribeiro Pinto
Diretor de Novos Negócios e Institucional

Conselho de Consumidores

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Álvaro Prati de Aguiar

Fernando Carlos Cancellia

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Walcyr Borges – Vice-Presidente

Marly Rosa Machado

FAERJ – Federação de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro

Carlos Eduardo Dair Coutinho

Rodolfo Tavares

OCB/SESCOOP/RJ – Organização das Cooperativas

Brasileiras do Estado do Rio de Janeiro

Adamor Júnior Lopes Portal

Ildecir Rangel Sias

ACRJ – Associação Comercial do Rio de Janeiro

Márcio Castro de Almeida

José Octávio Knaack Campos

FECOMERCIO – Federação do Comércio do Estado

do Rio de Janeiro

Antonio Florêncio de Queiroz Júnior – Presidente

Nilton Pereira

FAMERJ – Federação das Associações de Moradores do
Estado do Rio de Janeiro

Pedro Jose de Castro (Castrinho)

Wilson Bighi Fernandes

FAF-RIO – Federação Municipal das Associações de Favelas
do Rio de Janeiro

Hércules Ferreira

Gilson Rodrigues de Araújo

FAFERJ – Federação das Favelas do Estado do Rio de Janeiro

Eduardo Novais de Souza

Edson Ribeiro Magalhães Silva

RIOLUZ – Companhia Municipal de Energia e Iluminação

Julio Carlos Morandi

Luiz Carlos Alves Lima

CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos

Mario de Carvalho Rocha

Gustavo Alves Tannure

SEDEIS – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia,
Indústria e Serviços

Luiz Antonio de Almeida e Silva

José Lopes Raed

AEMERJ – Associação de Prefeitos e dos Municípios
do Estado do Rio de Janeiro

Eduardo Ramos da Paixão

Affonso Henriques Monnerat Alves da Cruz

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Walmir Ribeiro Pinheiro Júnior

Valéria Barbosa Gomes

PUC – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Sergio Bruni

Raul Almeida Nunes

PROCON – RJ

Firmino Figueiredo de Almeida Mota

Lauro Grafanassi

Membro Honorário

Nelson Janot Marinho

Relação de Gestores (em dez/2010)

Superintendentes

Adalésio Vieira Guimarães	<i>Superintendente de Gest. Ativos da Geração</i>
André Rocha Mahmoud	<i>Superintendente de Auditoria Interna e Controle</i>
Andréia Ribeiro Junqueira e Souza	<i>Superintendente de Estratégia de Gente</i>
Ângela Magalhaes Gomes	<i>Superintendente de Regulação</i>
Eduardo Luiz Pinto Camillo	<i>Superintendente de Relações Institucionais</i>
Ermínio de Souza Pinto	<i>Superintendente Serviços Manut. e Oper. Sistema AT</i>
Fábio Amorim da Rocha	<i>Superintendente Jurídico</i>
Fábio de Oliveira Toledo	<i>Assessor</i>
Gustavo César de Alencar	<i>Superintendente Técnico</i>
Ivson Vasconcellos Pinto de Miranda	<i>Superintendente de Serviços REN</i>
José Geraldo de Souza Pereira	<i>Superintendente de Estratégia de REN</i>
José Hilario Farina Portes	<i>Superintendente de Serviços ao Cliente</i>
José Roberto Barbosa Carrasco	<i>Superintendente Serviços de Oper. e Manut. de Usinas</i>
Lívia de Sá Baião	<i>Assessor de Novos Negócios</i>
Luciana Maximino Maia	<i>Superintendente de Controladoria</i>
Luís Fernando de Almeida Guimarães	<i>Superintendente de Expansão da Geração</i>
Luiz Belchior Fonseca Souto	<i>Superintendente Expansão Rede</i>
Luiz Felipe Negreiros de Sá	<i>Superintendente de Finanças</i>
Márcio Brito Moraes Jardim	<i>Diretor da Braslight</i>
Marco Antônio Donatelli	<i>Superintendente de Negócios de Energia</i>
Marco Antônio Vilela de Oliveira	<i>Superintendente Comercial</i>
Mário Guilherme Romano	<i>Superintendente Relacionamento com Comunidades</i>
Nilmar Sisto Foletto	<i>Superintendente Infos Estratégicas e Desenvolvimento</i>
Oscar Luiz de Britto Guerra	<i>Superintendente Comunicação Empresarial</i>
Renato de Almeida Rocha	<i>Superintendente de Planej. e Rel. Investidores</i>
Ricardo Vidinich	<i>Superintendente a Logística Qualid. Fornecedores</i>

Gerentes

Adriana Maria Góes Hasselmann	<i>Gerente Gestão Talentos e Desempenho</i>
Alessandra Guerra Mendes	<i>Gerente de Compensação</i>
Allan Blanco Carnevale	<i>Gerente de Serviços ao Cliente</i>
Ana Paula de Paiva Guimarães	<i>Gerente de Planej. de Recuper. de Energia</i>
Ana Raquel de Oliveira Galvão	<i>Gerente da Academia Light</i>
André Breviglieri Almeida	<i>Gerente de Desenv. de Negócios</i>
André Luiz Almeida Chaves	<i>Gerente de Serviços ao Cliente</i>
André Santoro Velloso	<i>Gerente de Rede Subterranea</i>
Antônio Paulo Machado Fagundes	<i>Gerente Jurídico</i>
Ariane Esgobi dos Santos	<i>Gerente de Contrat. Materiais e Serviços</i>
Carla Alexandra da Motta Pirahy	<i>Secretario Geral Conselho Administração</i>
Carlos Durval de Moraes	<i>Gerente de Compra de Energia</i>
Carlos Moreira Zsigmond	<i>Gerente Patrimonio e Serv. Administrativo</i>
César de Mattos Lourenco	<i>Gerente de Operação</i>
Cláudio Jorge Coelho de Souza	<i>Gerente de Engenharia</i>
Dalmer Alves de Souza	<i>Gerente de Gestão Comercial</i>
Denise Oliveira de Albuquerque	<i>Gerente Jurídico</i>
Edson Muniz de Carvalho	<i>Gerente Segurança e Medicina Trabalho</i>
Eduardo Almeida Calazans	<i>Gerente Serviços REN</i>

Relação de Gestores

Eduardo Righi Reis	<i>Gerente Regulação Econômico-Financeira</i>
Elcio Soares de Moraes	<i>Gerente de Serviços ao Cliente</i>
Ewerton Dantas Vital	<i>Gerente de Expansão</i>
Fernanda Mayrink Veiga Machado	<i>Gerente de Atendimento às Comunidades</i>
Fernando Barbosa Braga	<i>Gerente Serviços REN</i>
Fernando Luiz Grossi de Oliveira	<i>Gerente de Operação e Manutenção</i>
Fernando Pires Coutinho	<i>Gerente de Clientes Pod. e Serv. Públicos</i>
Fernando Pires Mello	<i>Gerente de Servs. Adm. e de Prevenção</i>
Flávia Silveira de Azevedo	<i>Gerente Comercializ. Energia N Integrado</i>
Francisco da Costa Medeiros Neto	<i>Gerente de Tesouraria</i>
Francisco Ivan Rafael	<i>Gerente Manut. e Oper. Subest. e Linhas AT</i>
Frederico Otávio de Jesus Videira	<i>Gerente Tributário</i>
Gladston Felício Obeica	<i>Gerente de Expansão</i>
Gustavo Henrique de Aguiar Sablewski	<i>Gerente Jurídico</i>
Gustavo Werneck Souza	<i>Gerente de Relações com Investidores</i>
Heitor Barreto Correa	<i>Gerente Futuros Empreendimentos</i>
José Armando da Silva Bittencourt	<i>Gerente de Serviços ao Cliente</i>
José Luís Pavao Carrasco	<i>Gerente de Manut. Civil Usinas</i>
José Paulo Sarmiento	<i>Gerente de Operações Logísticas</i>
José Renato Pecly Lavourinha	<i>Gerente do Empreendimento PCH</i>
Leonardo Augusto Silva de Moraes	<i>Gerente Gdes Clientes</i>
Leonardo Pinheiro Araújo	<i>Gerente de Infra-Estrutura e Telecom</i>
Luciano Molter de Pinho Grosso	<i>Gerente de Planejamento e Gestão</i>
Luís Antônio Braga Grande	<i>Gerente de M. Ambiente Usinas e Reservat.</i>
Luís Henrique de Souza Lopes	<i>Gerente Jurídico</i>
Luiz Antônio Araújo e Silva de Souza Barbosa	<i>Gerente de Proj. e Constr. de Alta. Tensão</i>
Luiz Carlos Menezes Direito	<i>Gerente de Tecnologia e Medição</i>
Marcelo Amaral da Silva	<i>Gerente de Expansão</i>
Márcio Monteleone Enne	<i>Gerente de Gestão de Ativos</i>
Marco Antônio de Araújo	<i>Gerente de Planejamento e Estudos</i>
Marco Aurélio da Cunha Tavares	<i>Gerente de Faturamento</i>
Marcos Freire Ponciano	<i>Gerente de Operação e Manutenção</i>
Marcos Guimarães Ferreira	<i>Gerente de Serviços de RH</i>
Marcos Rodolfo Kessler	<i>Gerente de Regulação do Serviço</i>
Margarida Maria de Sousa Leite	<i>Gerente de Processos e Projetos</i>
Maria Francisca Seravali Romboli	<i>Gerente de Gestão de Fornecedores</i>
Maria Salete Cangussu Fraga	<i>Gerente de Imprensa</i>
Maria Secchin Young	<i>Gerente de Prev. e Acomp. de Mercado</i>
Mário César Javaroni	<i>Gerente Serv. Energia e Infra-Estrutura</i>
Mário de Abreu Badiola	<i>Gerente Projeto Novas Tecnologias REN</i>
Mauro dos Santos Jacintho Andrade	<i>Gerente de Sistemas Especialistas</i>
Monica Niklaus Moreira da Rocha	<i>Gerente de Cobrança</i>
Paulo Eduardo Roscoe Bicalho	<i>Gerente do Instituto Light e C. Cultural</i>
Paulo Mauricio de Albuquerque Senra	<i>Gerente Planej., Ambiente e Inovação</i>
Renato Osório Ferreira	<i>Gerente Central Manut. Eletromecânica</i>
Roberto Braga Adamis	<i>Gerente de Operações Financeiras</i>
Rodolpho Duarte Linhares	<i>Gerente de Operação e Manutenção</i>
Romulo de Sales Gonçalves Filho	<i>Gerente Manut. e Oper. Subest. e Linhas AT</i>
Rosangela Cristina da Silva	<i>Gerente Serviços REN</i>
Sérgio de Oliveira Carneiro	<i>Gerente de Operação e Manutenção</i>
Sérgio Luiz Cancela Ramalho	<i>Gerente de Sistemas SAP</i>
Simone Gonçalves Orlandini	<i>Gerente de Atendimento</i>
Solange Aleixo Lustosa de Andrade	<i>Assessora Rel. Sindicais e Trabalhistas</i>

Suzanne Lloyd Gasparini
Victor Pereira de Sousa
Wilson Cleber de Oliveira

Gerente de Contabilidade
Assessor de Novos Negócios
Gerente de Engenharia da Distribuição

Coordenadores

Ailton Correa Sales
Alberto Dias de Souza
Aldo Ramos Júnior
Alessandra dos Santos Medeiros Xavier
Alex Rabelo Gonçalves
Alexandre Cardoso Pereira
Alexandre de Mello
Alexandre dos Santos Pereira
Alexandre Moraes da Mota
Alexandre Nilton Pereira
Alexandre Silva Galdino
Alexandre Vecchi de Freitas
Aline Silveira Gonçalves
Almir Ramos Ribeiro Júnior
Ana Cláudia Figueiredo Jacoud
André Augusto Tavares da Silva
André Braz da Silva
Antônio Carlos Nocera
Bianca Thomaka Simões
Braulio de Souza Marques
Camila Rodrigues Santos
Carla Moreira Coppeters
Carlos Augusto da Silveira Santos
Carlos Fernando da Costa Alves
Carlos José Marques da Silva
Carlos José Silva Pereira
Catia Lopes de Oliveira
Celso de Carvalho Vieira
Cláudio Vinicius Rodrigues Cerdeira
Cristiane Duarte Tavares
Cristina Maria Pinto Silva
Daniele Miranda Baptista
Danilo Ribera Neto
Delison Muniz Silva
Edwiges Luiza Tomaz dos Santos
Eloísa Lopes de Azevedo
Euzébio Bezerra de Matos
Evandro Soares
Fabiana Fioretti Martins Ferreira
Fábio da Silva Coutinho
Fábio Duarte Dias de Araújo
Fabrício Alves Nunes
Fernanda Cristina Alcântara Ribeiro
Fernando Luiz de Pinho Cavalcante
Fernando Luiz Sampaio da Silva

Coordenador do Centro Oper. Distribuição
Coordenador de Operação da Rede
Coordenador Contas Pagar Rel. Bancárias
Coordenador de Suporte Operacional
Coordenador de Expansão da Rede
Coordenador de Corte e Religação
Coordenador de Qualidade de Materiais
Coordenador de Manutenção da Rede
Coordenador de Expansão da Rede
Coordenador de Expansão da Rede
Coordenador da Central de Atendimento
Coordenador de Cobrança
Coordenador de Negociação
Coordenador de Serviços REN Terceiros
Coordenador de Cobrança
Coordenador de Planejamento e Gestão
Coordenador de Inspeção – MT
Coordenador de Qualidade N Comerciais
Coordenador de Operação da Rede
Coordenador de Serviços REN Terceiros
Coordenador Gestão Ligação de Clientes
Coordenador Contrat. Materiais e Serviços
Coordenador de Atendimento
Coordenador Manutenção Operação Subst AT
Coordenador de Serviços REN Próprios
Coordenador de Serviços REN Próprios
Coordenador de Atendimento
Coordenador de Manutenção da Rede
Coordenador de Manut. Linhas Alta. Tensão
Coordenador de Contabilidade
Coordenador de Automação
Coordenador Análise e Seleção
Coordenador de Novas Tecnologias
Coordenador de Atendimento
Coordenador de Cobrança
Coordenador de Serviço Social
Coordenador de Tesouraria
Coordenador de Ouvidoria
Coordenador de Meio Ambiente
Coordenador de Operação da Rede
Coordenador Tributário
Coordenador de Operação da Rede
Coordenador Contrat. Materiais e Serviços
Coordenador de Expansão da Rede
Coordenador de Segurança Equip. Medição

Relação de Gestores

Francisco Alberto Ferreira da Silva	<i>Coordenador Relacionamento Comunidades</i>
Francisley Barros Pinto	<i>Coordenador de Corte e Religação</i>
Geórgia Aparecida Guedes Pereira	<i>Coordenador de Corte e Religação</i>
Gilberto de Moraes Palmier	<i>Coordenador de Operação da Rede</i>
Henrique Yokoyama	<i>Coordenador Contrat. Materiais e Serviços</i>
Homero Martins Ribeiro	<i>Coordenador de Atendimento</i>
Humberto dos Santos D'Ávila	<i>Coordenador Proj. Telecom. e Rede de Dados</i>
Humberto Duarte de Andrade	<i>Coordenador de Despacho do Sistema</i>
Ivo Neves Gonçalves	<i>Coordenador de Análise de Reclamação</i>
João Batista Cunha de Andrade	<i>Coordenador de Manut. Subst. de A. Tensão</i>
João Batista de Oliveira Gonçalves	<i>Coordenador de Contabilidade</i>
João Carlos Alves Moitas	<i>Coordenador de Gestão e Controle</i>
João Vieira de Araújo	<i>Coordenador de Gestão e Controle</i>
Jorge Antônio Domingues da Fonseca	<i>Coordenador de Ligações Novas</i>
Jorge da Costa Alves	<i>Coordenador de Operação da Rede</i>
Jorge Lucas Ferreira	<i>Coordenador de Proj. e Eng de Obras Civis</i>
Jorge Luiz Silva de Carvalho	<i>Coordenador de Ligações Novas</i>
José Alberto Menduina da Silva	<i>Coordenador de Faturamento</i>
José Bonifácio Camara Neto	<i>Coordenador de Soluções de TI</i>
José Marcos de Oliveira	<i>Coordenador de Operação da Rede</i>
José Ricardo Wichan	<i>Coordenador de Cadastro Técnico</i>
Júlio Hermes Ventura da Costa	<i>Coordenador de Gestão e Controle</i>
Juvenil Luna Barbosa	<i>Coordenador de Segurança Patrimonial</i>
Leda Tadeu dos Santos	<i>Coordenador de Corte e Religação</i>
Leonardo Cardoso Guimarães	<i>Coordenador Centro Controle Medição</i>
Levi de Oliveira Pires Júnior	<i>Coordenador de Manutenção da Rede</i>
Luciene Bizerra Araújo	<i>Coordenador Espaço Gdes. Clientes</i>
Luís Cláudio Freire da Costa	<i>Coordenador de Ligações Novas</i>
Luiz Cláudio de Freitas	<i>Coordenador de Ligações Novas</i>
Luiz Cláudio Rego Campos	<i>Coordenador de Rede Subter. Média Tensão</i>
Luiz Eduardo Pereira Vaz	<i>Coordenador de Eng da Distribuição</i>
Magno Gomes de Carvalho	<i>Coordenador de Operação da Rede</i>
Marcelo Granzotto Campos	<i>Coordenador de Engenharia da Medição</i>
Marcelo Luiz de Lazari	<i>Coordenador de Tecnologia de Sistemas</i>
Márcia Cristina Fontoura Neves	<i>Coordenador de Relacionamento</i>
Márcio da Silva Batista	<i>Coordenador de Serviços REN Próprios</i>
Márcio dos Santos Barros	<i>Coordenador de Expansão da Rede</i>
Marco Antônio Olivieri Monte	<i>Coordenador de Manutenção Predial</i>
Marcos Ricardo Costa	<i>Coordenador de Rede Subterranea BT</i>
Maria da Conceição Vieira da Silva	<i>Coordenador Relacionamento Comunidades</i>
Mário Cerejo Raposo Neto	<i>Coordenador de Análise de Leitura</i>
Mário Guilherme Romano Júnior	<i>Coordenador de Serviços REN Próprios</i>
Mauro Lúcio Ferreira de Amorim	<i>Coordenador de Pré e Pós Operação</i>
Neiran de Oliveira Silva	<i>Coordenador de Operação da Medição</i>
Oswaldo Alvarenga Filho	<i>Coordenador de Despacho de Carga</i>
Oswaldo Teixeira Lobo Neto	<i>Coordenador de Operação da Rede</i>
Otaviano Quintas Garcia	<i>Coordenador de Planejamento e Gestão</i>
Paulo César Ferreira dos Anjos	<i>Coordenador de Administração de Pessoal</i>
Paulo Joaquim Pinto Guedes	<i>Coordenador de Serviços Gerais</i>
Pedro Paulo Evangelista da Silva	<i>Coordenador de Planej. da Distribuição</i>
Queila Cristina da Silva Cláudio	<i>Coordenador Relacionamento Comunidades</i>
Rafael de Oliveira Marques	<i>Coordenador de Planejamento</i>

Rafael Mercadante Almeida	<i>Coordenador de Fiscaliz e Qualidade REN</i>
Renata Christina Josetti de Souza Guarischi	<i>Coordenador de Cobrança</i>
Renata da Silva Carvalho Joia	<i>Coordenador de Atendimento</i>
Renata Fogatto Manes	<i>Coordenador da Central de Atendimento</i>
Renata Pereira Coitinho das Neves	<i>Coordenador de Atendimento</i>
Renato José Daemon Barros	<i>Coordenador da Central de Atendimento</i>
Renato Melo	<i>Coordenador de Expansão da Rede</i>
Ricardo Assis Mendes	<i>Coordenador Operações Subestações AT</i>
Ricardo Levi Menezes Campos	<i>Coordenador de Calculo e Faturamento</i>
Roberto Rosse Blackman	<i>Coordenador de Manut. Subest. de A. Tensão</i>
Roberto Santana da Rosa	<i>Coordenador de Manutenção da Rede</i>
Rodney Martins Argolo	<i>Coordenador de Cobrança</i>
Ronaldo Antônio Teixeira	<i>Coordenador de Administração Imobiliária</i>
Rosimeri Xavier de Oliveira	<i>Coordenador de Marketing</i>
Samuel Leandro da Costa	<i>Coordenador de Controle e Arrecadação</i>
Sérgio Mauricio Guimarães Gomes	<i>Coordenador de Gestão e Controle</i>
Silvio Fernando Lima	<i>Coordenador de Segurança do Trabalho</i>
Simone da Cruz Machado	<i>Coordenador da Central de Atendimento</i>
Simone Moreira Soares	<i>Coordenador de Contabilidade</i>
Tereza Cristina Ferreira Magalhaes	<i>Coordenador de Faturamento</i>
Thiago Santos Attias Silva	<i>Coordenador de Expansão da Rede</i>
Valeria Sousa Nunes do Nascimento da Costa	<i>Coordenador de Serviços REN Terceiros</i>
Vanderlei Ribeiro	<i>Coordenador de Análise de Leitura</i>
Veronica de Castro Moreira	<i>Coordenador de Análise e Obrigações</i>
Washington Luiz dos Santos	<i>Coordenador Clientes Corporativos</i>
Williams Fogaca Guerra	<i>Coordenador de Manutenção de Telemática</i>

Sede

Av. Marechal Floriano, 168
CEP 20080-002 Centro
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (55 21) 2211 7171
Site: www.light.com.br
CNPJ no 03.378.521/0001-75
Inscrição Estadual n° 33.300.263.161

Superintendência de Planejamento e Relações com Investidores

Superintendente: Renato de Almeida Rocha
Gerente de RI: Gustavo Werneck Souza
Tels.: (55 21) 2211 2766
(55 21) 2211 2560
E-mail: ri@light.com.br

Sistema de Ações Escriturais
Banco Bradesco S/A
Rua Yara, s/n°
CEP 06029-900
Cidade de Deus, Osasco – SP Brasil
Tel: (55 11) 3684 9466

Auditores Independentes
KMPG Auditores Independentes

Mercado de Negociação de Títulos e Valores Mobiliários

Brasil
BM&F Bovespa
Código das ações: LIGT3 (ações ON)

EUA
Mercado de Balcão (OTC)
Código das ADRs: LGSXY

Divulgação de Informações
Jornal do Commercio
Diário Oficial do Rio de Janeiro



Fontes Mistas
Grupo de produto proveniente de florestas bem manejadas e fontes controladas
www.fsc.org Cert.no. SW-COC-003362
© 1996 Forest Stewardship Council

Impresso em papel certificado FSC

Relatório de Sustentabilidade Light 2010

Coordenação geral

Superintendência de Planejamento e Relações com Investidores
Renato de Almeida Rocha

Superintendência de Comunicação
Oscar Guerra
Jordana Garcia

Gerência de Planejamento, Ambiente e Inovação
Paulo Maurício Senra
Christina Djahjah
Regiane M. de Abreu

Consultoria

FBDS
Clarissa Lins
Iaci Lomonaco

Redação e Edição

Cilene Marcondes

Design

Projeto Gráfico: Ana Laet Com.
Direção de Criação: Ana Laet
Designer: Mariana Ochs
Coordenação: Alida Bhering
Editoração: Leandro Collares (Selênia Serviços)

Fotos: Bruno Veiga. Exceto: pág. 13 (arquivo Light), pág. 40 (José Roberto Couto/Tyba), pág. 60 (Raimundo Santa Rosa) e pág. 152 (João Freitas)

Ilustração Smart Grid – Diogo Torres

Gráfica: Grafica Minister
Tiragem: 500

Relatório online

<http://relatoriolight.riweb.com.br>

Desenvolvimento
Comunique-se

Videos-documentários
Benedito Lado B

Errata

- Na Página 69, tabela **EC1**, considerar conforme abaixo:
 - as três últimas linhas da tabela devem ser desconsideradas, pois são repetições de linhas já existentes.
 - na linha “3) Valor adicionado bruto (1 - 2)”, leia-se 5.264.170 para 2010 e 4.718.194 para 2009.
 - na linha “5) Valor adic. líq. Produzido pela entidade (3 - 4)”, leia-se 4.911.708 para 2010 e 4.413.312 para 2009.
 - na linha “8) Valor adicionado líquido - Val (5 + 6 + 7)”, leia-se 5.084.931 para 2010 e 4.615.176 para 2009.
- Também na página 69, na tabela **BM&FBovespa**, em Cotação por ação (fechamento) leia-se R\$ 25,98 para 4T09.
- Na Página 79, a tabela **LA2**, deve ser considerada como as tabelas a seguir:

Número de desligamentos por gênero, idade e região GRI LA2

	2008	2009	2010
<i>GRANDE RIO</i>			
Feminino <30	23	18	42
Feminino >50	17	18	16
Feminino 30-50	43	20	22
Total Feminino	83	56	80
Masculino <30	42	36	76
Masculino >50	110	83	67
Masculino 30-50	152	94	80
Total Masculino	304	213	223
Total <30	65	54	118
Total >50	127	101	83
Total 30-50	195	114	102
TOTAL GRANDE RIO	387	269	303
<i>INTERIOR</i>			
Feminino <30	1	2	0
Feminino >50	1	0	0
Feminino 30-50	1	0	1
Total Feminino	3	2	1
Masculino <30	8	6	1
Masculino >50	24	17	14
Masculino 30-50	23	14	8
Total Masculino	55	37	23
Total <30	9	8	1
Total >50	25	17	14
Total 30-50	24	14	9
TOTAL INTERIOR	58	39	24
<i>TOTAIS</i>			
Total <30	74	62	119
Total >50	152	118	97
Total 30-50	219	128	111
TOTAL GERAL	445	308	327

Rotatividade dos empregados, por faixa etária, gênero e região GRI LA2

	2008	2009	2010
<i>GRANDE RIO</i>			
Feminino <30	9,35%	7,89%	19,53%
Feminino >50	17,89%	18,00%	15,69%
Feminino 30-50	9,53%	4,11%	4,38%
Total Feminino	10,48%	6,87%	9,77%
Masculino <30	11,7%	9,00%	17,12%
Masculino >50	19,2%	13,50%	10,67%
Masculino 30-50	10,48%	7,01%	6,21%
Total Masculino	12,76%	9,04%	9,45%
Total <30	10,74%	8,60%	17,91%
Total >50	19,01%	14,13%	11,37%
Total 30-50	10,25%	6,24%	5,70%
TOTAL GRANDE RIO	12,19%	8,48	9,53
<i>INTERIOR</i>			
Feminino <30	8,33%	20,00%	0,00%
Feminino >50	33,33%	0,00%	0,00%
Feminino 30-50	4,35%	0,00%	4,00%
Total Feminino	7,89%	5,13%	2,50%
Masculino <30	11,76%	10,34%	1,92%
Masculino >50	23,30%	14,91%	10,77%
Masculino 30-50	6,61%	4,49%	2,77%
Total Masculino	10,60%	7,64%	4,88%
Total <30	11,25%	11,76%	1,67%
Total >50	23,58%	14,05%	10,22%
Total 30-50	6,47%	4,19%	2,87%
TOTAL INTERIOR	10,41%	7,46%	4,70%
<i>TOTAIS</i>			
Total <30	10,80%	8,91%	16,55%
Total >50	19,64%	14,11%	11,19%
Total 30-50	9,63%	5,92%	5,27%
TOTAL GERAL	11,92%	8,34%	8,85%

- Na página 81, considerar tabela a seguir:

Taxa de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região GRI LA7

	2008	2009	2010
<i>Índice de Absenteísmo Geral por Licenças Médicas</i>			
Grande Rio	3,81	4,06	5,24
Interior	3,83	0,8	0
<i>Ocorrências registradas no último triênio</i>			
GRANDE RIO			
Total de colaboradores	3.169	3171	3164
Número de Acidentados – Típicos	13	22	22
Dias Perdidos	124	205	166
Dias Debitados	0	0	0
Taxa de Lesão (Acidentados e doenças ocupacionais)	2,05	7,72	3,4
Taxa de dias perdido	20	71	26
Óbito – Típicos	0	0	0
Número de Acidentados – Trajeto	22	23	35
Óbito – Trajeto	0	0	0
INTERIOR			
Total de colaboradores	472	523	529
Número de Acidentados – Típicos	5	1	0
Dias Perdidos	21	15	0
Dias Debitados	0	0	0
Taxa de Lesão (Acidentados e doenças ocupacionais)	5,29	11,21	0
Taxa de dias perdidos	22	15	0
Óbito – Típicos	0	0	0
Número de Acidentados – Trajeto	5	0	0
Óbito – Trajeto	0	0	0
<i>Acidentes e Doenças Ocupacionais</i>			
<i>Trabalhadores Contratados</i>			
Com óbito	3	3	2
Sem óbito	84	84	66
TOTAL	87	87	68

- Na página 97, tabela EN2:
 - as três últimas linhas da tabela devem ser desconsideradas, pois são repetições de linhas já existentes.
 - linha “Protetor (Reparado)”, leia-se 71 para 2010 e 12 para 2009.
 - linha “Seccionalizador (Reparado)”, leia-se 101 para 2010 e 102 para 2009.
 - linha “Seccionalizador (%Reparado/Consumido)”, leia-se ND para 2010 e ND para 2009.

- Página 108, **Sumário GRI**, considere o texto abaixo:

A Light declara que seu Relatório de Sustentabilidade de 2010 segue os critérios da *Global Reporting Initiative* (GRI) e está alinhado ao padrão G3. Declara ainda que manteve seu padrão A e que apresenta o selo de verificação da GRI. A consolidação de seus indicadores soma 80 indicadores essenciais e 29 adicionais. Somente um indicador adicional foi considerado não aplicável e dois não foram disponibilizados. Dos indicadores essenciais, três foram considerados não aplicáveis e um indicador parcialmente não disponível.

Índice Remissivo, indicador EN18, leia-se essencial.

<i>Indicador</i>	<i>Página</i>
3.7	O relatório abrange todas as operações da Light, sem limitações específicas.
3.10	Não houve reformulação de informações relatadas anteriormente.
3.12	108
EC4	A Light atua em um setor regulado e não é permitida que receba qualquer ajuda financeira de governo.
EC9	Devido à alta complexidade do negócio, esta informação não está disponível.
EN5	127
EN7	A Light não tem iniciativas específicas para reduzir o consumo de energia indireta.
EN10	A Light não recicla ou reutiliza água.
EN15	A Light não tem estudos ou levantamentos sobre este específico grupo de espécies. Não há uma previsão de que haja um estudo específico nos próximos anos.
EN28	A Light não recebeu multas e/ou sanções significativas em 2010.
LA12	A Light realiza análises regulares de desempenho.
HR3	A Light não realizou treinamentos específicos em direitos humanos.
HR6	A Light não tem em suas operações, risco de trabalho infantil. Junto a empresas contratadas exige o cumprimento de cláusulas que proibem tal prática.
HR7	A Light não tem em suas operações, risco de trabalho infantil. Junto a empresas contratadas exige o cumprimento de cláusulas que proibem tal prática.
HR8	Zero. A atividade de segurança é 100% terceirizada. A Light exige cumprimento de grade de formação, inclusive princípios de direitos humanos conforme Código de Ética.
PR3	Todos os clientes da Light recebem em sua fatura de consumo mensal, a descrição do tipo de energia, a tarifa, os requisitos mínimos de qualidade exigidos pelo governo e o histórico de uso.
PR4	Nenhum foi registrado.
EU5	A Light não tem atuação no mercado de carbono.